

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**ANA CLÁUDIA HEBLING MEIRA**

**“Ó!! VOCÊ VAI CONSTRUIR POR CIMA DE MIM!!”:  
DESENVOLVIMENTO, CONFLITO AMBIENTAL E DISPUTAS POR JUSTIÇA  
NO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO, BRASIL**

**Porto Alegre**

**2017**

**ANA CLÁUDIA HEBLING MEIRA**

**“Ó!! VOCÊ VAI CONSTRUIR POR CIMA DE MIM!!”:  
DESENVOLVIMENTO, CONFLITO AMBIENTAL E DISPUTAS POR JUSTIÇA  
NO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO, BRASIL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida

**Porto Alegre**

**2017**

CIP - Catalogação na Publicação

Meira, Ana Cláudia Hebling

"Ó!! Você vai construir por cima de mim!!":  
Desenvolvimento, conflito ambiental e disputas por  
justiça no litoral sul do Espírito Santo, Brasil / Ana  
Cláudia Hebling Meira. -- 2017.  
192 f.

Orientador: Jalcione Pereira de Almeida.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,  
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Desenvolvimento. 2. Conflito Ambiental. 3.  
Justiça. 4. Espírito Santo. I. Almeida, Jalcione  
Pereira de, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**ANA CLÁUDIA HEBLING MEIRA**

**“Ó!! VOCÊ VAI CONSTRUIR POR CIMA DE MIM!!”: DESENVOLVIMENTO,  
CONFLITO AMBIENTAL E DISPUTAS POR JUSTIÇA NO LITORAL SUL DO  
ESPÍRITO SANTO, BRASIL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida

Aprovada em: Porto Alegre, 18 de julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida - orientador  
PGDR/UFRGS

---

Profa. Dra. Aline Trigueiro Vicente  
PPG Ciências Sociais/ UFES

---

Profa. Dra. Patrícia Binkowski  
Mestrado em Ambiente e Sustentabilidade/UERGS

---

Profa. Dra. Lorena Cândido Fleury  
PGDR/UFRGS

Aos amores da minha vida,  
porque sem amor não há realização possível.

## AGRADECIMENTOS

Um trabalho de tese, embora aparentemente individual, autoral, não é possível sem que haja uma infinidade de interações fundamentais para a sua realização e conclusão a bom termo. Por esta razão sinto-me imensamente grata a toda essa rede de colaboradores que se formou em razão desta pesquisa. Como não seria possível nominar todas as pessoas que direta ou indiretamente são também um pouco responsáveis por esta empreitada, mencionarei alguns representantes deste vasto grupo, imaginando que as eventuais ausências se sentirão representadas.

Início agradecendo ao Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida, meu orientador, com quem muito aprendi durante estes mais de quatro anos de boa convivência. Em seu nome agradeço também a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, que, sem dúvida, muito me ensinaram e me incentivaram à realização deste trabalho.

Sou grata também Departamento de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Espírito Santo, que me concedeu o afastamento de minhas funções docentes durante 48 meses para que fosse possível a minha qualificação profissional. Em especial, agradeço aos professores Andrea Weiss, Haloycio Miguel de Siqueira e Lenir Cardoso Porfírio que gentilmente concordaram em assumir as responsabilidades sobre meus encargos didáticos durante meu período de afastamento.

Este afastamento também só foi possível porque durante 2 anos o amigo e professor Paulo Jorge Lucio se dispôs a trabalhar voluntariamente, sem remuneração alguma, oferecendo as aulas de sociologia que estavam sob minha responsabilidade. Se não fosse essa doação, possível apenas entre amigos verdadeiros, não teria sido possível minha permanência em Porto Alegre. Mais uma vez, Paulo, muita gratidão.

Agradeço também aos meus colegas da Turma de 2013 do PGDR, tanto os do mestrado, como os do doutorado, com quem convivi e também tive a oportunidade de aprender e ensinar.

Este processo de aprendizado contínuo e mútuo também foi muito potencializado pelos colegas do Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade, em especial a Lorena, a Yara, a Gitana, a Camila, o Felipe e o Adriano, com quem tive uma convivência mais próxima. A vocês todos, muito obrigada.

À Ana Cristina Hebling Meira, minha irmã, agradeço a tradução para o inglês do resumo deste trabalho.

Aos meus companheiros de moradia em Porto Alegre, em especial à Silvia, à Maria e ao Mário que, em muitos momentos de solidão e saudades de casa, me fizeram companhia,

doaram um pouco de si e de seu tempo em bate-papos acolhedores, me incentivaram continuar o trabalho em momentos de “preguiça”, se dedicaram a preparar gostosas refeições e partilhar comigo, se preocuparam com minha saúde, me mostraram um pouquinho da cidade em deliciosos passeios e constituíram-se em verdadeiros amigos que seguirão sempre comigo pelos caminhos da vida.

Agradeço também a todas as pessoas que de alguma maneira tiveram que aceitar minhas ausências, entre elas os amigos do Sítio Jaqueira e companheiros de projetos, em especial todos os participantes do projeto Plantadores de Água e todos os membros da Plant'Água.

A distância geográfica impôs um distanciamento de meus familiares (meus pais, meus irmãos, meus sobrinhos), mas durante todo esse tempo eles não apenas compreenderam minhas ausências, como me deram muito apoio para seguir em frente, trocaram o local das férias do Sítio em Alegre para um apartamento no litoral do Espírito Santo e, no caso específico de minha mãe e meus sobrinhos Thiago e Lucas, deixaram os passeios típicos de férias para me acompanharem em entrevistas e visitas aos meus interlocutores. Ao Thiago devo também algumas fotos feitas em minha pesquisa de campo. A todos, meus mais profundos agradecimentos.

Esta temporada em Porto Alegre me obrigou a deixar minha casa em Alegre aos cuidados de amigos que guardaram e cuidaram de minhas coisas. Neste sentido, sou especialmente grata à Joana, colega que dividiu a casa comigo durante o período em que eu cursava as disciplinas.

Por fim, sou também profundamente grata ao meu companheiro Newton. Ele esteve comigo durante todo esse tempo, cuidando de mim, de minha casa, de meus bichos de estimação, me apoiando nos momentos de dificuldades e fraquezas, sem se queixar da distância ou das ausências que este trabalho impôs. Muito obrigada!



## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal problematizar as situações de disputas onde, de um lado estão os grandes projetos para o desenvolvimento do litoral sul do Espírito Santo, mais especificamente a construção dos terminais portuários da Itaoca *Offshore* e da Edson Chouet e a construção do Porto Central, e, de outro, as comunidades de pescadores artesanais das praias de Itaipava, do Pontal e de Marobá, questionando sobre a possibilidade de existência de acordos pacíficos, justos e justificáveis, assim como anseiam os pescadores atingidos. Para tanto, parte de dados empíricos coletados em pesquisa de campo, por meio de observação, diário de campo, entrevistas semiestruturadas e análise documental, com o objetivo de responder às seguintes questões: por que nos projetos de desenvolvimento existem parcelas da população que não partilham de suas “benesses”, ao contrário, sofrem consequências degradantes em que por vezes são impedidas de continuar exercendo seu trabalho ou até mesmo são expulsas de seu local de origem? Quais as características destas disputas considerando-se a relação sociedade e natureza? Elas podem ser configuradas como conflitos ambientais? Os sentimentos de justiça que motivam as críticas aos grandes projetos de desenvolvimento, ou que os justificam, são passíveis de fundamentarem acordos pacíficos, justos e justificáveis? Apoiando-se nas contribuições de Rist (2008), Foucault (1998), Massey; Keynes (2004), Escobar (2013), se interpreta o desenvolvimento do litoral sul do Espírito Santo como um mito construído a partir de práticas discursivas, que o elabora como um lugar “atrasado” e “vazio” e, portanto, como uma “*entidad desarrollable*”. O discurso do desenvolvimento oculta as diferenças presentes no espaço e pretende uma homogeneização imposta pelos interesses dos grandes empreendimentos, razão pela qual as “benesses” do desenvolvimento não são partilhadas com parcela significativa da população local. As diferenças locais mencionadas são interpretadas como uma diversidade de perspectivas que provoca um encontro problemático de práticas, característico dos conflitos ambientais. Esta conclusão se apoia nas contribuições de Fleury (2013), Latour (2007) e Stengers (2007), por meio, das categorias analíticas de “conflitos ambientais”, “pluriverso” e “cosmopolítica” e visa demonstrar que a relação entre humanos e não humanos desempenha um papel importante na configuração destas diferenças, o que permite concluir que as disputas em tela configuram-se como conflitos ambientais. Retomando Boltanski (1990; 1991; 2009), tomam-se as críticas empreendidas pelos agentes sociais a fim de verificar se os sentimentos de injustiça que as motivam - e que carregam consigo, portanto, uma concepção de justiça - encontram alguma semelhança com as concepções de justiça que embasam as justificativas para as ações de desenvolvimento. Não encontrando tal semelhança, conclui-se que a relação entre

humanos e não humanos também cumpre papel importante para a construção de ideias de justiça, o que nos leva a sugerir um abandono da perspectiva de humanidade comum, ou de bem comum, como elemento pacificador e que permite então acordos justos, e sugere-se ampliar a visão de justiça, do ponto de vista da pragmática, para a noção de “cosmojustiça”.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Conflito Ambiental. Justiça. Espírito Santo.

## ABSTRACT

This paper aims to problematize disputes, in which, on one hand we will find large developmental projects for Espírito Santo state South coast, more specifically the construction of the Itaoca Offshore and Edson Chouest port terminals and the construction of the Central Port, and, on the other hand, artisanal fishing communities on the beaches of Itaipava, Pontal and Marobá, leading one to question about the possibilities of peaceful, fair and, justifiable agreements, as want the fishermen smited. Therefore, the research is based on empirical data collected on field research, by means of observation, field journal, semi structured interviews, and documental analysis, aiming at answering the following questions: why is it that in developmental projects there are parts of the population that never share the benefits, much on the contrary, suffer degrading consequences, being, at time, prevented from continuing on their work or even being expelled from their place of origin? What are the characteristics of such disputes, considering the relationship between society and nature? Can they be characterized as environmental conflicts? Are the feelings of justice that motivate the criticism to the large developmental projects, or that justify them, able to substantiate peaceful, fair, and justifiable agreements? Based on the contributions of Rist (2008), Foucault (1998), Massey; Keynes (2004), Escobar (2013), Espírito Santo state South coast development in interpreted as a myth built from discourse practices that elaborates it as an “underdeveloped” and “empty” space, therefore, as an “*entidad desarrollable*”. Development discourse hides the differences present in the space and intends to homogenize it based on the interests of the large undertakings, reason for which the benefits of such development are not shared with a significant part of the local population. The local differences mentioned above are interpreted as several perspectives that lead to a problematic clash of practices, characteristic of environmental conflicts. This conclusion is based on the contributions of Fleury (2013), Latour (2007), and Stengers (2007), through the analytical categories of “environmental conflicts”, “pluriverse”, and “cosmopolitics”, and aims at demonstrating that the relationship between human and non human palys an important role in the configuration of these differences, what enables us to conclude that such disputes can be regarded as environmental conflicts. As proposed by Boltanski (1990; 1991; 2009), criticism made by the social agents are taken aiming at verifying if feelings of justice that motivate them – and that they carry with themselves, therefore a concept of justice – some kind of similarity with the concepts of justice is found in order to explain the justifications for the developmental actions. Having found no similarities, one concludes that the relationship between humans and non humans also plays an important role

for the construction of ideas of justice, which suggests an abandonment of the perspective of common humanity, or common good, as a pacifying element, and that will then allow for fair agreements, suggesting also that the view on justice, from a pragmatics point of view, be widened to encompass the notion of “cosmojustice”.

**Key words:** Development. Environmental Conflict. Justice. Espíritu Santo.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Volume de recursos e distribuição setorial por microrregião no Estado do Espírito Santo – 2013-2018.....	25
Figura 02 – Investimentos anunciados, por microrregião, segundo as principais atividades no Estado do Espírito Santo– 2013-2018. ....	26
Figura 03 – Pier da Praia de Itaipava com estaleiro ao fundo – Itapemirim-ES .....	29
Figura 04 – Vista da Comunidade do Pontal – Marataízes- ES .....	30
Figura 05 – Praia de Marobá – Presidente Kennedy-ES .....	31
Figura 06 – Praia da Gamboa, Distrito de Itaipava, Itapemirim-ES .....	33
Figura 07 – Projeto Base de Apoio Logístico C-Port.....	34
Figura 08 – Praia de Itaoca, Distrito de Itaoca, Itapemirim-ES .....	35
Figura 09 – Projeto Terminal Marítimo Itaoca Offshore .....	35
Figura 10 – Praia das Neves, Distrito de Praia das Neves, Presidente Kennedy-ES .....	36
Figura 11 – Projeto do Porto Central.....	37
Figura 12 – Localização dos empreendimentos e das comunidades foco da pesquisa.....	37
Figura 13 – Síntese do Sistema de Sujeição do Discurso de FOUCAULT.....	66
Figura 14 – Ciclos de desenvolvimento do Espírito Santo.....	71
Figura 15 – Palavras mais frequentes na Revista Indústria Capixaba, de 2011 a 2015. ....	72
Figura 16 – Mapa dos limites administrativos do município de Itapemirim-ES.....	80
Figura 17 - Mapa dos limites administrativos do município de Marataízes-ES.....	81
Figura 18 - Mapa dos limites administrativos do município de Presidente Kennedy-ES .....	82
Figura 19 – Tipos de embarcações utilizadas na pesca artesanal no litoral sul do Espírito Santo .....	85
Figura 20 – Mapa de uso e ocupação da terra do município de Itapemirim-ES.....	91
Figura 21 – Mapa de uso e ocupação da terra do município de Presidente Kennedy-ES .....	92
Figura 22 – Noções/Conceitos que compõem a categoria analítica de Conflitos Ambientais .....	115
Figura 23 – Significados do “desenvolvimento” para “pescadores”, “empresários” e “poder público”.....	130
Figura 24 – Entrevistas agrupadas por similaridade de palavras.....	132
Figura 25 – Maior frequência de palavras dos pescadores para expressarem suas identidades e práticas .....	134
Figura 26 – Retratos do cotidiano dos pescadores artesanais.....	135

Figura 27 - Maior frequência de palavras dos empresários para expressarem suas identidades e práticas .....	136
Figura 28 – Imagens que representam o universo empresarial .....	138
Figura 29 – Grupo de Críticas 1: Utilização desigual do espaço marítimo.....	157
Figura 30 – Grupo de Críticas 2: “Querem acabar com a pesca artesanal” .....	161
Figura 31 – Grupo de Críticas 3: Falta de apoio .....	163
Figura 32 – Grupo de Críticas 4: Processo de licenciamento ambiental .....	164
Figura 33 – Grupo de Críticas 5: Compensações Ambientais.....	166
Figura 34 – Grupo de Críticas 6: Qualificação profissional, emprego e desemprego.....	168
Figura 35 – Grupo de Críticas 7: Desigualdade social .....	170
Figura 36 – Diversidade de visões de justiça expressas nos conflitos ambientais no litoral sul do Espírito Santo.....	173

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Lista das entrevistas realizadas.....	43
Quadro 02 – Participação em fóruns públicos.....	44
Quadro 03 – Os documentos do “desenvolvimento” do Espírito Santo.....	60
Quadro 04 – “Uma carta do futuro: O Espírito Santo em 2025”.....	61
Quadro 05 – Eventos públicos para a divulgação do “desenvolvimento” no Espírito Santo...	74
Quadro 06 – Notas do diário de campo .....	128
Quadro 07 – “Modele de la cité” de Boltanski e Thévenot.....	155

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Principais investimentos em execução na microrregião Litoral Sul do Estado do Espírito Santo – 2013-2018. ....	27
Tabela 02 - Número de estabelecimentos agropecuários, por condição em relação à agricultura familiar na microrregião Litoral Sul do Espírito Santo (2006).....	78
Tabela 03 – População residente na Microrregião Litoral Sul, Espírito Santo, por situação do domicílio (2010). ....	79
Tabela 04 - Produto interno bruto do Estado do Espírito Santo total, por mesorregiões, pelas microrregiões pertencentes ao sul espírito-santense, e respectivas participações - 2000 .....	86
Tabela 05 – Densidade demográfica no Brasil, Espírito Santo e municípios do litoral sul – 2000 e 2010.....	90

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMUNES	– Associação dos Municípios do Espírito Santo
BANDES	– Banco do Desenvolvimento do Espírito Santo
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CST	– Companhia Siderúrgica de Tubarão
CVRD	– Companhia Vale do Rio Doce
EIA	– Estudo de Impacto Ambiental
ES	– Espírito Santo
ESCT	– Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia
FINDES	– Federação das Indústrias do Espírito Santo
GESTA	– Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
GNL	– Gás Natural Liquefeito
GPS	– Global Positioning System
IBAMA	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEIES	– Instituto de Desenvolvimento Educacional do Espírito Santo
IEMA	– Instituto Estadual do Meio Ambiente
IJSN	– Instituto Jones dos Santos Neves
INCAPER	– Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural
ISEB	– Instituto Superior de Estudos Brasileiros
PDM	– Plano Diretor Municipal
PEDEAG	– Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba
PIB	– Produto Interno Bruto
PRODSUL	– Programa de Desenvolvimento Sustentável e Equilibrado da Região Litoral Sul do Espírito Santo
PROEDES	– Programa de Desenvolvimento Sustentável do Espírito Santo
RIMA	– Relatório de Impacto Ambiental
SEAG	– Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDES	– Secretaria de Estado de Desenvolvimento
SUDENE	– Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

- SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
- TEMAS – Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Ambiente e Sociedade
- UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
- UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO E EXPERIÊNCIAS DE CAMPO .....</b>	<b>24</b>
2.1	AS DELIMITAÇÕES DO CAMPO EMPÍRICO.....	24
2.2	ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS .....	38
<b>2.2.1</b>	<b>Métodos lógicos .....</b>	<b>38</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Métodos técnicos .....</b>	<b>41</b>
2.3	A EXPERIÊNCIA DA PESQUISA DE CAMPO.....	45
<b>3</b>	<b>“O MELHOR FUTURO NÃO ESTÁ GARANTIDO”, MAS ELE PODE SER CONSTRUÍDO: O “DESENVOLVIMENTO” DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....</b>	<b>52</b>
3.1	A EMERGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO COMO OBJETO SOCIOLÓGICO: O DESENVOLVIMENTISMO.....	53
3.2	“ELES VÊM AQUI, FALAM, FALAM, FALAM E NADA ACONTECE”: O MITO DO “DESENVOLVIMENTO” NO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO .....	57
3.3	O DISCURSO COMO FORMA DE OPERACIONALIZAÇÃO DO MITO DO DESENVOLVIMENTO .....	63
3.4	O DISCURSO DO “SUBDESENVOLVIMENTO” DO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO.....	75
3.5	O DISCURSO DO “VAZIO” DO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO.....	87
3.6	AS DISPUTAS EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO NO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO .....	94
<b>4</b>	<b>SOCIEDADE-NATUREZA NOS CONFLITOS AMBIENTAIS: OS AGENTES DAS DISPUTAS NO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO .....</b>	<b>100</b>
4.1	A EMERGÊNCIA DA SOCIOLOGIA DA QUESTÃO AMBIENTAL E A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA.....	101
4.2	CONFLITOS AMBIENTAIS COMO UMA CATEGORIA HÍBRIDA DE SOCIEDADE-NATUREZA.....	110

4.3	A AGÊNCIA DE HUMANOS E NÃO HUMANOS NAS DISPUTAS EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO DO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO.....	115
4.4	CONFLITOS AMBIENTAIS E COSMOPOLÍTICA.....	123
4.5	DESENVOLVIMENTO, EMPREENDIMENTO E PESCA: DE QUE O “COSMOS” É FEITO?.....	127
<b>5</b>	<b>EXISTE JUSTIÇA NO CONFLITO AMBIENTAL?.....</b>	<b>139</b>
5.1	JUSTIÇA: BEM-ESTAR, LIBERDADE E VIRTUDE.....	140
5.2	JUSTIÇA E BEM COMUM SOB A ÓTICA DA PRAGMÁTICA DA CRÍTICA...	151
5.3	“NÃO, A GENTE NÃO QUER UMA EMPRESA AQUI!”: CRÍTICAS AOS EMPREENDIMENTOS PORTUÁRIOS DO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO.....	157
5.4	JUSTIÇA OU COSMOJUSTIÇA NOS CONFLITOS AMBIENTAIS?.....	172
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>178</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>181</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DOS PESCADORES .....</b>	<b>190</b>
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DOS EMPREENDIMENTOS .....</b>	<b>191</b>
	<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.....</b>	<b>192</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Durante os dois primeiros anos no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, momento em que ainda cursava as disciplinas, tive a grata oportunidade de conhecer melhor alguns debates acerca de questões relacionadas, fundamentalmente, aos temas do desenvolvimento e do ambiente<sup>1</sup>, o que me motivou para a realização deste esforço de pesquisa que “encerro” agora com o presente trabalho de tese.

A escolha do tema e do problema de pesquisa foi um processo lento de amadurecimento teórico/empírico que, ao mesmo tempo em que lia e debatia com professores e colegas de turma uma série de questões, tomava contato com diversas pesquisas sobre o tema e vivenciava, no Espírito Santo, uma série de críticas empreendidas aos grandes projetos<sup>2</sup> de desenvolvimento impulsionados, principalmente, pelo Governo do Estado.

Inicialmente, este processo me levou a um questionamento: por que apesar dos projetos de desenvolvimento existem parcelas da população que não apenas não partilham de suas “benesses” como, ao contrário, sofrem consequências degradantes em que por vezes são impedidos de continuar exercendo seu trabalho ou até mesmo são expulsas de seus locais de origem?

A partir desse primeiro questionamento senti a necessidade de buscar uma matriz epistemológica que me auxiliasse a encontrar respostas, ainda que temporárias, para minhas interrogações. As leituras de autores como Ferguson (1990), Escobar (2005) e Rist (2008) me apresentaram a perspectiva pós-estruturalista do (pós-)desenvolvimento. Em linhas gerais, para estes autores o desenvolvimento se configura como o discurso<sup>3</sup> que construiu a África, a Ásia e a América Latina como Terceiro Mundo, discurso este que foi operacionalizado por meio de uma vasta rede de instituições e profissionais cuja finalidade era “levar o desenvolvimento aos povos subdesenvolvidos”. Esta mesma abordagem destaca que estes projetos de

---

<sup>1</sup> Ambiente pode ser entendido como "o conjunto de meios naturais ou artificializados da ecossfera onde o ser humano se instalou, que ele explora e administra, e o conjunto dos meios não antropizados necessários à sua sobrevivência. Estes meios são caracterizados por sua geometria, seus componentes físicos, químicos, biológicos e humanos e a distribuição espacial destes componentes; pelos processos de transformação, de ação ou de interação implicando estes componentes, fazendo-os mudar no espaço e no tempo; e por suas múltiplas dependências em relação às ações humanas". (JOLLIVET; PAVÉ, 1993 *apud* ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014, p. 15).

<sup>2</sup> Utiliza-se a definição de Grandes Projetos desenvolvida por Vainer; Araújo (1992, p. 34), como “empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos.” Considera-se também projetos de grande porte e com altíssimo valor investido.

<sup>3</sup> Utiliza-se o termo discurso na perspectiva foucaultiana, ou seja, como uma prática estruturada que provoca efeitos reais.

desenvolvimento excluem conhecimentos, vozes e preocupações daqueles que deveriam beneficiar-se do desenvolvimento. (ESCOBAR, 2005). Esta crítica ao desenvolvimento parecia se relacionar, diretamente, com os acontecimentos que eu verificava no litoral sul do Espírito Santo<sup>4</sup>.

Bem, se assim parecia que estava se desenhando uma perspectiva epistemológica para minha pesquisa de doutorado, ainda me faltavam categorias capazes de me auxiliar a analisar a os conflitos, porque eu podia verificar que as comunidades locais não eram passivas diante dos grandes projetos para o desenvolvimento. Apesar de perceber uma grande assimetria de poder, pude verificar a existência de críticas aos empreendimentos realizadas por agentes sociais locais que se opunham aos mesmos. Para tanto, os debates que vinham ocorrendo no interior do Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade – TEMAS sobre a categoria de conflitos ambientais, principalmente o esforço de Fleury (2013) em demonstrar em sua tese sobre os conflitos em torno da construção da Usina Hidroelétrica Belo Monte que a categoria de conflitos ambientais carrega consigo uma relevante carga cosmopolítica, colocaram várias luzes sobre minhas inquietações.

Se estes eram os elementos acadêmicos que me motivavam à realização desta pesquisa, do ponto de vista empírico um outro tema me chamava a atenção: as demandas por justiça. Talvez as palavras que eu mais ouvi durante minhas incursões exploratórias ao campo tenham sido “justo” ou “justiça”, “certo”, “bem” e “bom”. A menção à justiça ora se relacionava a processos jurídicos que envolviam os embates com os empreendimentos para o desenvolvimento, ora significavam apenas indignação frente às imposições do desenvolvimento que forçavam algumas pessoas a mudar seu trabalho, sua profissão e, por vezes, inclusive, seu local de residência. Estes clamores me fizeram pensar o que seria justo neste caso.

Esta verificação me levou a perceber que outros aportes teóricos seriam necessários para compreender melhor o que ocorria no campo empírico, principalmente no tocante ao tema da justiça. Entre várias possibilidades uma me chamou mais a atenção: a perspectiva da pragmática da crítica, de Luc Boltanski (2009). Naquele momento me parecia que os conflitos em torno da instalação dos grandes projetos para o desenvolvimento no sul do Espírito Santo poderiam ser analisados por essa perspectiva em razão das críticas que emergiam a todo momento e que eram

---

<sup>4</sup> Microrregião de Planejamento do Estado (conforme LEI 9768/11) composta pelos municípios de Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha, Itapemirim, Marataízes, Piúma, Presidente Kennedy e Rio Novo do Sul.

empreendidas por diversos agentes sociais que expressavam suas discordâncias com questionamentos a partir do sentimento de injustiça<sup>5</sup>.

Foi então que os quatro elementos principais, quais sejam, a crítica ao desenvolvimento, a perspectiva que enfatiza a carga cosmopolítica dos conflitos ambientais, a perspectiva da pragmática da crítica e as críticas direcionadas aos empreendimentos que clamavam por justiça, me levaram a outros questionamentos, diretamente relacionados ao primeiro: quais as características destas disputas considerando-se a relação sociedade e natureza? Elas podem ser configuradas como conflitos ambientais? Os sentimentos de justiça que motivam as críticas aos grandes projetos de desenvolvimento ou que os justificam, são passíveis de fundamentarem acordos pacíficos, justos e justificáveis?

Diante destes questionamentos o objetivo principal deste trabalho de tese é o de problematizar as situações de disputas onde, de um lado, estão os grandes projetos para o desenvolvimento do litoral sul do Espírito Santo, mais especificamente a construção dos terminais portuários da Itaoca *Offshore* e da Edson Chouest e a construção do Porto Central, e, de outro, as comunidades de pescadores artesanais das praias de Itaipava, do Pontal e de Marobá, questionando sobre a possibilidade de existência de acordos pacíficos, justos e justificáveis, assim como anseiam os pescadores atingidos<sup>6</sup>.

Do ponto de vista epistemológico, esta tese incorpora contribuições teórico-metodológicas no interior da “Sociologia da Questão Ambiental”, a partir das análises da realidade empírica que se apresenta no litoral sul do Espírito Santo, mais especificamente no que diz respeito às contribuições da pragmática da crítica, visto que oferece outra compreensão acerca das justificações e dos sentimentos de justiça/injustiça que mobilizam a crítica aos grandes projetos de desenvolvimento.

Já do ponto de vista sociopolítico, acredito que este esforço de pesquisa dá visibilidade às comunidades que, mesmo empreendendo críticas, diante das assimetrias de poder, tornam-se invisibilizadas perante o discurso “despolitizado”<sup>7</sup> e despolitizante do desenvolvimento. No jogo do desenvolvimento os agentes sociais são diversos e essa diversidade não é respeitada pelos grandes projetos, provocando injustiças sociais ao invés de promover o desenvolvimento.

---

<sup>5</sup> Devo advertir aos leitores, desde o início, que embora eu reconheça a grande importância dos movimentos sociais por justiça ambiental, bem como da produção intelectual sobre o tema, a opção que fiz por abordar o tema por meio da perspectiva da pragmática da crítica se fez pelo fato de que o debate sobre justiça ambiental não está claramente presente no campo empírico. Sobre o tema da justiça ambiental ver: Szasz (1994), Bryant (1995), Taylor (1995), Gould; Schnaiberg; Weinberg (1996), Collinson (1997), Faber (1998), Sandweiss (1998), Herculano (2002), Alier (2007), Acselrad (2002), Acselrad (2010), Acselrad; Mello (2009) e Souza-Lima; Maciel-Lima (2014).

<sup>6</sup> Na perspectiva de Vainer (2005).

<sup>7</sup> Na perspectiva de Ferguson (1990).

Antes de buscar respostas às questões aqui colocadas, no segundo capítulo, trato com mais detalhes do enquadramento teórico-metodológico, apresento e justifico as delimitações do campo empírico e faço um breve relato das experiências da pesquisa de campo, com o objetivo de situar o leitor quanto aos limites do presente trabalho.

Em seguida, no terceiro capítulo, meu objetivo é problematizar a questão do desenvolvimento primeiramente situando-o como objeto sociológico e, em seguida, demonstrando, a partir de dados empíricos, a sua construção como mito. O debate acerca do desenvolvimento segue apresentando o argumento de que o “mito do desenvolvimento” é operado pelo “discurso do desenvolvimento” que, para promover transformações no litoral sul do Espírito Santo, primeiramente constrói uma narrativa do atraso - e se atrasado precisa de desenvolvimento - e, depois, constrói o litoral sul como “vazio”, espaço para ser ocupado pelo desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento é mais um discurso do que propriamente um conjunto de ações práticas ou resultados, e, mais do que isso, um discurso que necessita do outro polo, o do não desenvolvimento, do atraso ou do subdesenvolvimento para que ele possa continuar existindo. Isto explica, ao menos em parte, o fato de que, mesmo diante de projetos de desenvolvimento existem parcelas das populações locais que têm, por vezes, pioradas suas condições de vida. Entretanto este processo é conflituoso, contraditório. As populações locais apresentam críticas às ações do desenvolvimento, isto porque o litoral sul não apenas não é espaço vazio, como, ao contrário, é espaço caracterizado por experiências diversas. É espaço de diferenças.

Verificada a presença das críticas ao desenvolvimento que explicitam a existência de um espaço de diferenças, considere a hipótese de que este espaço de disputas pudesse ser um espaço de conflito ambiental. Esta hipótese é debatida no quarto capítulo onde, primeiramente, recupero questões epistemológicas relacionadas à chamada Sociologia da questão ambiental de modo a demonstrar a centralidade dos estudos sobre conflitos ambientais no Brasil. Em seguida, apresento a categoria de conflito ambiental como uma categoria híbrida de sociedade e natureza, conforme Fleury (2013), para, em seguida, apresentando informações obtidas na pesquisa de campo, interpretar as disputas ocorridas no litoral sul do Espírito Santo em torno da questão do desenvolvimento como conflitos ambientais. Sendo assim, demonstro que o litoral sul do Espírito Santo se constitui em um pluriverso, onde humanos e não humanos interagem para a construção de perspectivas diferentes acerca do desenvolvimento.

Se o “cosmos” aqui delimitado como litoral sul do Espírito Santo é um pluriverso, onde se chocam, em encontros problemáticos, práticas sociais diversas que vão sendo coproduzidas, em constantes processos de suspeita e suspensão, como estabelecer um acordo justo? Esta é,

fundamentalmente a questão discutida no quinto capítulo. Tendo como título “Existe justiça no conflito ambiental?”, o que pretendo com este capítulo é colocar em suspensão a ideia de que, frente aos conflitos, é possível, ou mesmo desejável, que os diversos agentes sociais convirjam para uma única concepção de justiça a fim de construir acordos pacíficos, justos e justificáveis. Para tanto, inicio o capítulo retomando as noções de justiça que se baseiam nas ideias de ampliar o bem-estar, garantir a liberdade ou fortalecer a virtude, para chamar a atenção que cada uma destas concepções carrega consigo uma maneira específica de considerar o bem comum. É também a noção de bem comum, ou de humanidade comum, que fundamenta a concepção pragmática de justiça e que permitiria se pensar na construção de acordos pacíficos, justos e justificáveis. Entretanto, procuro demonstrar, a partir da análise das concepções de justiça que estão na base da crítica aos empreendimentos para o desenvolvimento no litoral sul do Espírito Santo, que estas concepções são tão plurais, por vezes até contraditórias, que, ainda do ponto de vista pragmático, parece não ser possível encontrar uma única noção de justiça. Concluo este capítulo sugerindo a adoção do termo “cosmojustiça”, como forma de abarcar a pluralidade de formas de justiça, ou, mais precisamente, de “justiças”.

O trabalho conclui que, considerando a pretensão do discurso do desenvolvimento à homogeneização das formas de existência rumo à modernização e à urbanização, é improvável, do ponto de vista pragmático, a realização de um acordo pacífico, justo e justificável. Isto porque o litoral sul do Espírito Santo é um espaço onde, dada a relação que se estabelece entre humanos e outros que humanos, prevalecem as diferenças. Neste pluriverso as concepções de justiça também se constroem a partir da (e na) relação sociedade-natureza e, por esta razão, não podem ser reduzidas a uma única ideia de justiça. Ao contrário, o que se sugere é utilizar o termo justiça também no plural. Apenas desta maneira acredito ser possível acordos justos e justificáveis, ou seja, no respeito à diversidade e à pluralidade de existências. Caso contrário, o discurso despolitizado e despolitizante do desenvolvimento apenas obscurecerá tais diferenças e, por meio de uma relação extremamente assimétrica de poder, obrigará as opiniões divergentes, e com elas os modos de vida que representam, a deixarem de existir, ou ir morrendo aos poucos, como afirmam os pescadores artesanais do litoral sul do Espírito Santo.

## **2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO E EXPERIÊNCIAS DE CAMPO**

Para uma melhor compreensão das questões que norteiam este trabalho de tese, bem como das possíveis respostas encontradas, avalio ser interessante iniciar com uma breve descrição do campo empírico, sua caracterização econômica e política, a caracterização dos conflitos em tela e das comunidades locais atingidas, as motivações para as escolhas que se fizeram necessárias ao longo da pesquisa, como por exemplo os recortes espaço/temporais, entre outras.

Diante da ampla gama de investimentos previstos ou realizados na região em questão, foram necessários alguns recortes, pois seria impossível analisar todos eles no espaço/tempo desta pesquisa. Assim, na primeira seção deste capítulo apresentarei as escolhas feitas, suas justificativas e as características de cada um dos empreendimentos em tela.

As incursões exploratórias no campo me fizeram perceber que diversos grupos sociais respondem de maneira também diversa à chegada dos empreendimentos. Sendo assim, ao refletir sobre o universo rural envolvido nesta questão, verifiquei que as críticas mais veementes vinham das comunidades de pescadores artesanais. Também neste caso foram necessárias escolhas, pois os empreendimentos afetam comunidades pesqueiras que se estendem ao longo de cerca de 70 km de litoral. As justificativas para estas escolhas, bem como a caracterização das comunidades pertencentes ao escopo desta pesquisa também são temas da primeira seção.

Apresentarei, na segunda seção deste capítulo, de maneira breve, as perspectivas teórico-metodológicas adotadas, bem como as escolhas das técnicas de pesquisa, dos grupos sociais considerados, uma breve descrição da forma como os dados foram sistematizados e a escolha do método de análise.

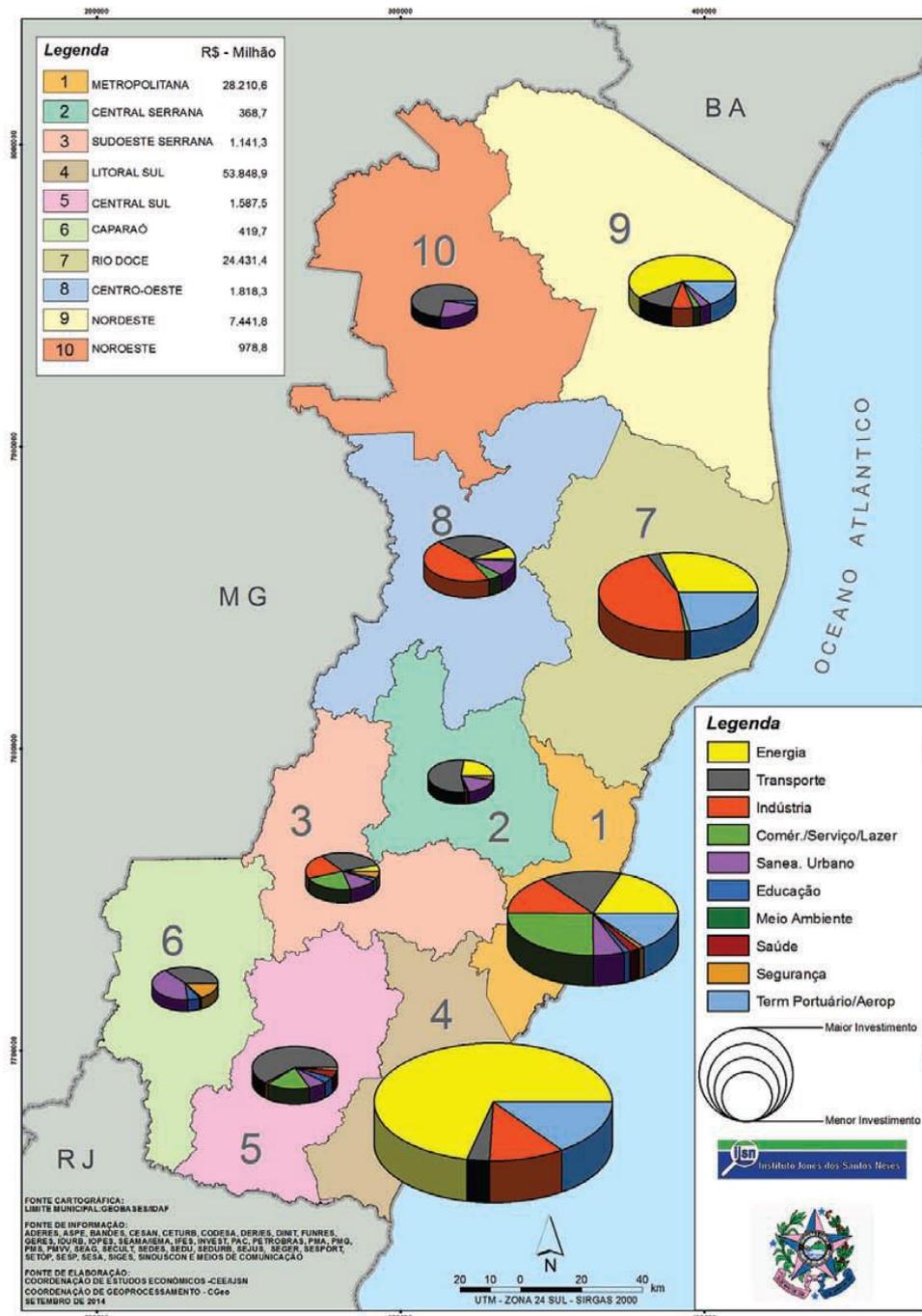
Avalio ser importante descrever também minhas experiências no campo, as dificuldades encontradas, a maneira como algumas questões se apresentaram para mim, expectativas, decepções, em resumo, a maneira como o contato com os sujeitos de minha pesquisa me afetaram. Este será o tema da terceira seção deste capítulo.

### **2.1 AS DELIMITAÇÕES DO CAMPO EMPÍRICO**

Por se constituírem em diversos projetos de desenvolvimento para o Espírito Santo e, conseqüentemente, diversos conflitos em torno dos mesmos, senti a necessidade de estabelecer alguns recortes para a realização desta pesquisa visto que no tempo/espaço de que dispunha

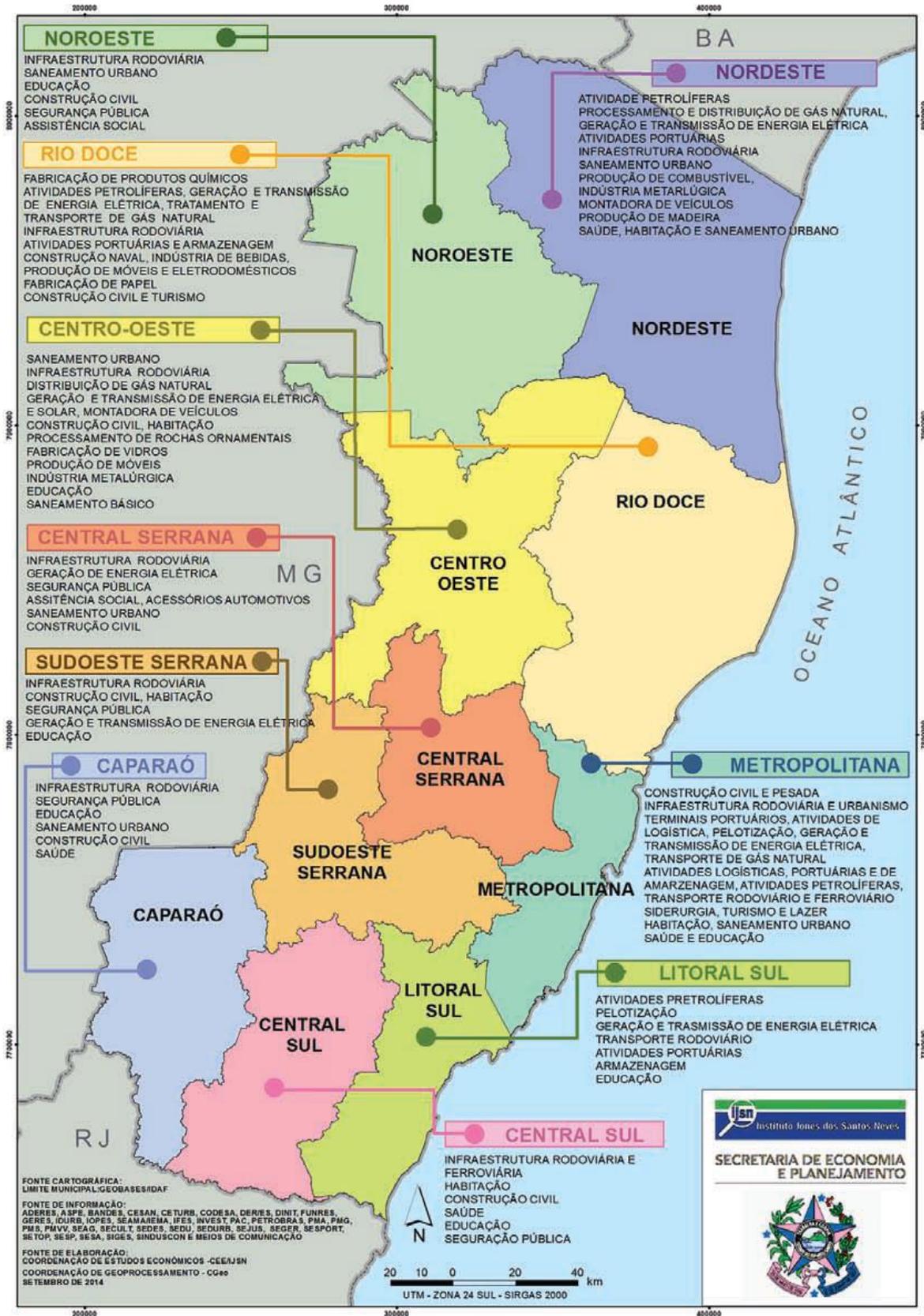
seria impossível abranger todos os projetos, as comunidades locais envolvidas, os agentes sociais diversos, entre outros. As Figuras 01 e 02 ilustram bem a quantidade de projetos e investimentos para o desenvolvimento previstos para o Espírito Santo entre os anos de 2013-2018, bem como os diversos setores da economia e destaca a microrregião Litoral Sul como a que vai receber maior volume de investimentos para o desenvolvimento.

Figura 01 – Volume de recursos e distribuição setorial por microrregião no Estado do Espírito Santo – 2013-2018



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2014.

Figura 02 – Investimentos anunciados, por microrregião, segundo as principais atividades no Estado do Espírito Santo– 2013-2018



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2014.

Apenas para se ter uma ideia, a Tabela 01 se refere ao número de projetos de investimentos já em execução na microrregião Litoral Sul nos anos de 2013-2018. Vale destacar que dentre os 20 projetos com maior volume de investimentos do Espírito Santo, seis estão localizados nesta microrregião.

Tabela 01 – Principais investimentos em execução na microrregião Litoral Sul do Estado do Espírito Santo – 2013-2018

Projetos	Setores	Descrição	Municípios	R\$ (em milhões)
Petrobras – Exploração e Desenvolvimento da produção dos campos do Litoral Sul.	Energia	Desenvolvimento da produção dos campos do Litoral Sul do Espírito Santo.	Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy	14.829,7
Petrobras, Shell e ONGC Parque das Conchas – Desenvolvimento da produção dos campos do Litoral Sul	Energia	Desenvolvimento da produção dos campos do Litoral Sul do Espírito Santo.	Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy	7.856,8
Desenvolvimento dos campos de Baleia Azul, Baleia Anã, Baleia Franca, Cachalote e Jubarte - P-58	Energia	Desenvolvimento dos campos de Baleia Azul, Baleia Anã, Baleia Franca, Cachalote e Jubarte. Com a construção e instalação de uma UEP do tipo FPSO (P-58), com capacidade de tratamento de 180.000 bpd de óleo e 6 milhões m <sup>3</sup> /d de gás.	Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy	6.574,8
ANADARCO, DEVON - Desenvolvimento da produção dos campos do Litoral Sul	Energia	Desenvolvimento da produção dos campos do Litoral Sul do Espírito Santo.	Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy	5.892,6
Concessionária Eco 101/ Rodovia BR-101	Transporte	Duplicação da Rodovia BR 101, num total de 443,2 km atravessando o Estado o Espírito.	24 municípios	3.104,5
Edson Chouest <i>Offshore/</i> (C-port)	Terminal Portuário/ Aeroportuário e Armazenagem	Base de apoio às atividades de exploração e produção <i>offshore</i> e estaleiro de reparos navais.	Itapemirim	1.336,5

Fonte: Elaborado pela autora com base em Instituto Jones dos Santos Neves, 2014.

Além disso, a microrregião Litoral Sul figura em primeiro lugar também entre os investimentos anunciados tanto no quesito valor dos investimentos anunciados para os anos 2013-2018, que somam cerca de 53.848,9 milhões como no quesito investimentos anunciados *per capita* para o mesmo período. (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2014)<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> O Instituto Jones dos Santos Neves é uma instituição de pesquisas econômicas e sociais mantida pelo governo do estado do Espírito Santo, vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento.

Neste sentido, do ponto de vista geográfico, a escolha do campo empírico, fez-se em razão do fato de que a microrregião Litoral Sul do Espírito Santo é aquela que figura entre as que mais estão recebendo projetos de investimentos para o desenvolvimento no Estado e, conseqüentemente, a que receberá o maior volume de recursos.

Diante do cenário apresentado, fica evidente que a quantidade de comunidades atingidas, bem como a diversidade de grupos sociais envolvidos, é enorme. Por esta razão, inicialmente, pensei em realizar este estudo no município de Anchieta onde as críticas realizadas pelos pescadores artesanais das Praias de Ubu e Parati aos investimentos da Samarco Mineração S. A. eram muito evidentes. Entretanto, ao realizar pesquisa exploratória, me deparei com uma grande quantidade de estudos, sob diversos enfoques, já realizados sobre esta questão e descobri, por intermédio de conversa com um engenheiro de pesca do Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (INCAPER), que haviam empreendimentos no Litoral Sul, mais especificamente nos municípios de Itapemirim e Presidente Kennedy que vinham sofrendo muitas críticas por parte de comunidades pesqueiras daqueles municípios.

Diante disto, iniciei um levantamento de pesquisas e estudos sobre estas comunidades e não encontrei quase nada. Neste momento fiz a opção política de realizar meus estudos com aquelas comunidades socialmente invisibilizadas. Foi por esta razão que optei por focar este estudo nas críticas aos empreendimentos realizadas pelas comunidades de pescadores artesanais de Marobá (município de Presidente Kennedy), de Pontal (município de Marataízes) e Itaipava (município de Itapemirim). A escolha destas comunidades também se deu pelo fato de que nelas as críticas aos empreendimentos já haviam se tornado coletivas, principalmente por meio das Colônias de Pesca Z-10 e Z-14, da Associação de Pescadores de Marobá e da Associação de Pescadores do Pontal.

Itaipava é um distrito do município de Itapemirim, localizado no litoral sul do Espírito Santo, distante cerca de 90 km da capital do estado, Vitória. Possui uma população de aproximadamente 11 mil moradores e cerca de 2.800 pescadores que, em sua maioria, não são proprietários dos barcos, trabalhando em sistema de parceria. Neste sistema o dono do barco fica com 35% a 40% da renda obtida e o restante é dividido com a tripulação.

As artes de pesca mais utilizadas em Itaipava são a pesca de linha de fundo, o espinhel e o currico, atingindo uma profundidade de até 35 metros. Os *petrechos*<sup>9</sup> utilizados são o espinhel com 500 a 1000 anzóis, para pesca de meca (*Xiphias gladius*), dourado (*Coryphaena hippurus*), atum (*Thunnus spp.*) e tubarão (*Carcharhinus spp.*), a pargueira com 10 a 20 anzóis,

---

<sup>9</sup> Nome dados pelos pescadores aos instrumentos e arte utilizados na pesca.

para pesca de namorado (*Pseudoperca numida*), pargo (*Pagrus pagrus*) e garoupa (*Epinephelus spp.*) e a linha com isca viva para a pesca de dourado (*Coryphaena hippurus*) e atum (*Thunnus spp.*). O tamanho médio das embarcações é de 12 metros, o que permite a navegação em grandes distâncias, até uma profundidade de 600 metros em mar aberto, e, desta maneira, o exercício do que denominam de pesca multiespecífica<sup>10</sup>.

Figura 03 – Pier da Praia de Itaipava com estaleiro ao fundo – Itapemirim-ES



Fonte: Foto da autora, janeiro de 2016.

Dentre as principais críticas empreendidas pelos pescadores de Itaipava frente aos grandes investimentos para o desenvolvimento destacam-se a proibição da pesca no entorno das plataformas de petróleo que, em razão da luminosidade e dejetos orgânicos atraem os cardumes, as atividades de dragagem e pesquisas sísmicas que espantam os cardumes dos principais pontos pesqueiros, a ausência de um *pier* para descarregar o pescado (e outros investimentos em infraestrutura como câmaras frias, fábricas de gelo, unidades de processamento de pescado), entre outras. A *crítica* mais contundente, nesta e em outras localidades, é: “eles querem acabar com a pesca”. Em alguns momentos este “eles” se refere aos empreendimentos e em outros ao poder público. O presidente da Colônia de Pesca de Itaipava afirmou que o que está acontecendo é um “massacre” dos pescadores.

A comunidade de Pontal de Marataízes localiza-se entre a foz do Rio Itapemirim, em

<sup>10</sup> Pesca de mais de uma espécie em cada saída para o mar.

sua margem esquerda, e a praia de Itaoca, no município de Marataízes, distante de Vitória cerca de 120 km. Possui uma população de aproximadamente 1.400 pessoas dentre as quais cerca de 600 são pescadores que trabalham em aproximadamente 100 barcos (parte deles motorizados e com casarias, possuindo aproximadamente 9 metros de envergadura e outra parte embarcações com envergadura entre 3,5 e 5 metros, à remo, para a pesca de camarão até 500 metros da costa). Aqui o sistema também é de parceria e a venda do pescado é feita por intermédio de atravessadores.

Figura 04 – Vista da Comunidade do Pontal – Marataízes- ES



Fonte: Foto da autora, julho de 2015.

O Pontal é o maior produtor de camarão rosa e sete barbas (*Farfantepenaeus paulensis* e *Xiphopenaeus kroyeri*, respectivamente) e de lagosta (*Panulirus argus*) do Estado. Dentre os principais *petrechos* de pesca encontram-se o covo para a captura da lagosta (*Panulirus argus*), a rede de espera para a pesca do cação (*Carcharhinus spp.*) e da corvina (*Micropogonias spp.*), a linha de mão para a pesca do peroá (*Balistes spp.*) e do pargo (*Pagrus pagrus*) e o espinhel para a pesca de sirioba (*Lutjanus analis*), anchova (*Pomatomus saltatrix*), badejo (*Mycteroperca spp.*) e garoupa (*Epinephelus spp.*). (ESPÍRITO SANTO, 2005).

A principal crítica aos empreendimentos realizada pelos pescadores da comunidade do Pontal (confirmada pela Colônia de Pesca de Marataízes, Associação de Pescadores do Pontal e Associação de Moradores do Pontal) diz respeito à área de exclusão da pesca do camarão. Com a instalação do Terminal Portuário de Itaoca, 100% dos camaroeiros serão proibidos de

pescar. Mesmo não sendo proibidos de pescar, os demais pescadores (de lagosta, peroá, entre outros) também expressam sua preocupação com o aumento dos riscos de acidentes em razão da circulação, nestas áreas, de grandes embarcações. Eles afirmam que, embora existam regras de navegação, muitos rebocadores não as cumprem e acidentes estão ocorrendo. Outra crítica, repetidas por vários pescadores, é a de que a circulação de grandes embarcações também poderá afastar os cardumes. (Afirmações feitas por pescadores em mais de uma entrevista).

Figura 05 – Praia de Marobá – Presidente Kennedy-ES



Fonte: Foto da autora, junho de 2015.

A comunidade de Marobá localiza-se na divisa entre os municípios de Marataízes e Presidente Kennedy e pertence a este último. Com uma população de aproximadamente 520 pessoas, possui cerca de 60 pescadores cadastrados nas colônias de Marataízes e de Presidente Kennedy e apenas seis pequenas embarcações à vela, de 3,5 metros de envergadura, registradas. Vale destacar que, em razão da ausência de local para desembarque de pescado e nenhuma infraestrutura de pesca nesta localidade, há pescadores que trabalham em embarcações registradas em Cabo Frio-RJ, Macaé-RJ e Marataízes-ES.

As principais espécies capturadas por pescadores locais são a pescadinha (*Macrodon ancylodon*) capturada com rede de espera, a peroá (*Balistes spp.*), a corvina (*Micropogonias spp.*), o cação (*Carcharhinus spp.*), a arraia (*Atlantoraja spp.*), o baiacu (*Lagocephalus laevigatus*) e o pargo (*Pagrus pagrus*), capturados com a pargueira. No verão o volume pescado varia de 200 a 300 kg/dia, sendo esta estação a de maior safra da pesca na Comunidade de

Marobá.

Em Marobá existe uma Cooperativa de Aquicultura chamada Batalha, que objetiva "o desenvolvimento de projetos socioambientais na comunidade e o estabelecimento da população em seus locais de origem", realizando trabalhos que não destoam de suas práticas comuns, como a confecção de redes e estruturas para cultivo de moluscos e peixes. (FUNDAÇÃO PROMAR, 2005).

Dentre as principais críticas desta comunidade aos empreendimentos que se avizinham, além daquelas que já foram mencionadas, sintetizadas nas expressões “*eles querem acabar com a pesca*”, “*para eles os pescadores não existem*”, a exclusão das áreas de pesca, entre outras, uma que chama a atenção diz respeito ao questionamento da maneira como são promovidas as indenizações dos planos de compensação da atividade pesqueira por parte dos empreendedores. Segundo alguns entrevistados, estes investimentos não vêm para a pesca, mas se transformam em compras de terrenos, investimentos em comunidades quilombolas que não são pescadoras, na construção de quadra de esportes, entre outros.

Minha experiência no campo mostrou que, por vezes, os agentes sociais que impõem críticas aos projetos de desenvolvimento não têm clara a delimitação dos empreendimentos nem tampouco a separação público/privado. É comum todos serem tratados por “eles”. Entretanto, para que este estudo se tornasse viável, optei por focá-lo nas críticas a três grandes empreendimentos: a construção da Base de Apoio Logístico Offshore Ltda. pela C-Port Brasil Logística Offshore Ltda., em Itaipava, distrito do município de Itapemirim (Praia da Gamboa); a Construção do Itaoca Terminal Marítimo S.A., pela Itaoca Offshore, em Itaoca, distrito de Itapemirim (Praia de Itaoca) e a construção do Porto Central, pela TPK Logística S. A, Porto de Roterdã e Polimix, no município de Presidente Kennedy (Praia das Neves/Marobá).

A base de apoio logístico da C-Port Brasil Logística Offshore Ltda. tem como objetivos “atender à crescente demanda de mercado”; contribuir para o “aumento da eficiência logística no Estado do Espírito Santo”, representando uma desconcentração logística e o atendimento portuário no Estado; e ser um “instrumento para alavancar plataformas exploratórias de petróleo nas bacias de Campos e do Espírito Santo”. Localizada na praia da Gamboa, no distrito de Itaipava, no município de Itapemirim, esta base de apoio logístico ocupará uma área aproximada de 143 ha (sendo 118 *offshore* e 25 *onshore*)<sup>11</sup> e contará com áreas de estágio, berços de atracação cobertos e descobertos, berços de atracação para inspeções e reparos navais, instalações de apoio operacional, subestação de energia, área para gerenciamento de resíduos,

---

<sup>11</sup> Os termos *offshore* e *onshore* referem-se às atividades no mar e atividades em terra, respectivamente.

alojamentos, galpões para armazenagem, tanques de armazenamento e de mistura e estruturas de apoio. Em sua fase de instalação promete oferecer 1.600 empregos diretos e em sua fase de operação 460 empregos diretos. (C-PORT LOGÍSTICA OFFSHORE BRASIL LTDA., 2012).

No presente momento, a C-Port Brasil Logística Ltda. possui licença de instalação e aguarda a conclusão da Rodovia do Contorno de Itaipava (que ligará a ES 060 à ES 487), obra de responsabilidade do governo do Estado, sem a qual não poderá iniciar suas obras. (C-PORT LOGÍSTICA OFFSHORE BRASIL LTDA., 2012).

Especificamente em relação à instalação da Base de Apoio Logístico da C-Port, na praia da Gamboa, as principais críticas dizem respeito à circulação de grandes embarcações e rebocadores na região, que oferecerá risco aos pescadores<sup>12</sup>.

Figura 06 – Praia da Gamboa, Distrito de Itaipava, Itapemirim-ES



Fonte: Foto da autora, julho de 2015.

Observação: Ao fundo se vê o Monte Agá, que é uma área de proteção ambiental. Neste local, em razão da presença de muitas pedras, também era praticada a coleta de mariscos, atividade que foi proibida após a aquisição do terreno pela C-Port Logística Offshore Ltda.

<sup>12</sup> Um exemplo foi o acidente ocorrido em outubro de 2015 entre um barco de pesca artesanal e um rebocador, no qual dentre quatro tripulantes apenas um sobreviveu (disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/10/pescador-morre-e-dois-desaparecem-em-acidente-com-barco-no-es.html>. Acesso em: 09 abr. 2016).

Figura 07 – Projeto Base de Apoio Logístico C-Port



Fonte: C-Port Logística Offshore Brasil Ltda., ([S.d.]: 10)

O Itaoça Terminal Marítimo S.A. possui como objetivos “atender à crescente demanda de apoio logístico às atividades *offshore*”; “participar ativamente de programas que venham colaborar com o desenvolvimento das comunidades locais, do município e do Estado”; “ser referência no atendimento do apoio logístico das atividades *offshore* como uma empresa genuinamente capixaba”; “gerar retorno aos acionistas, aos parceiros, aos clientes e aos funcionários”; e “ampliar a formação de mão de obra local”. (ITAOÇA OFFSHORE, [S.d.]).

Localizado na Praia de Itaoça, no distrito de mesmo nome, no município de Itapemirim, este empreendimento contará com as seguintes estruturas/serviços: berços para atracação, movimentação de cargas, disponibilidade de áreas administrativas, fornecimento de fluidos de perfuração, heliporto, armazenamento de cargas e materiais, coleta e destinação de resíduos, fornecimento de água e fornecimento de combustíveis. Em sua fase de instalação promete oferecer 650 empregos diretos e, no pico de sua fase de execução (cerca de quatro anos após o início de suas atividades), cerca de 900 empregos diretos. (ITAOÇA OFFSHORE, [S.d.]).

Atualmente (segundo semestre de 2016), o Itaoça Offshore já conta com a licença de instalação, entretanto, devido à crise econômica internacional, aguarda melhores momentos

para iniciar as obras. (Segundo informação de um dos diretores da Itaoca Offshore em entrevista realizada em Vitória, em 11/03/2016).

Figura 08 – Praia de Itaoca, Distrito de Itaoca, Itapemirim-ES



Fonte: Foto da autora, julho 2015.

Observação: O terminal de Itaoca será construído à esquerda deste quebra-mar, onde se localiza o maior pesqueiro de camarão do ES e o canal de entrada para o rio, para a reprodução do camarão e de várias espécies de peixes.

Figura 09 – Projeto Terminal Marítimo Itaoca Offshore



Fonte: (ITAOCA OFFSHORE, [S.d.], p. 13)

Já o Porto Central, o maior empreendimento dentre os três, é um "complexo industrial portuário privado multi-propósito" desenvolvido no modelo de condomínio portuário. Sob o conceito de *cluster*, por meio do qual "terminais com atividades similares são estrategicamente agrupados para viabilizar sinergias e otimizar a eficiência operacional", o Projeto apresenta sete setores principais: óleo e gás (incluindo GNL), minerais (como minério de ferro), produtos agrícolas (como soja, milho e fertilizantes), carga geral (produtos siderúrgicos, mármore e granito, carros e equipamentos), contêineres, indústrias *offshore*: base de apoio e estaleiros navais, geração de energia. (TPK LOGÍSTICA S. A., 2013).

Figura 10 – Praia das Neves, Distrito de Praia das Neves, Presidente Kennedy-ES



Fonte: Foto da autora, maio de 2016.

Localizado no município de Presidente Kennedy, entre as praias de Marobá e das Neves, o Porto Central ocupará uma área de 2.000 ha e, por ser um porto de áreas profundas, abrirá um canal com 25 metros de profundidade que permitirá atracação de navios de grandes calados. Sua licença prévia foi emitida pelo Ibama em dezembro de 2014 e no presente momento estão sendo elaborados os documentos necessários para a liberação da licença de instalação. Em dezembro último foi anunciada a previsão de início das obras ainda em 2016. Vale destacar que a construção será em módulos, o que possibilitará o início de parte de suas operações em curto espaço de tempo. (TPK LOGÍSTICA S. A., 2013).

Figura 11 – Projeto do Porto Central



Fonte: <http://www.portocentral.com.br/pb/o-projeto/#secao-layout>. Acesso em 20/07/2016

Figura 12 – Localização dos empreendimentos e das comunidades foco da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, julho de 2016.

Na Figura 12 vê-se a localização dos empreendimentos e comunidades pesqueiras que constituem o *locus* deste esforço de pesquisa. Esta faixa litorânea desde a Praia da Gamboa até a Praia das Neves possui cerca de 70km, dos quais quase a metade não é adequada para banho, em razão do relevo, o que dificultou o desenvolvimento das atividades de turismo e facilitou a construção da ideia de que “não existe nada ali” e, portanto, a presença dos empreendimentos não atrapalharia ninguém, ao contrário, levaria desenvolvimento a uma região ainda inóspita.

Apresentadas as características das comunidades e dos empreendimentos que constituem o escopo deste trabalho de tese, apresentarei, na próxima seção um breve diálogo com as abordagens teórico-metodológicas que fundamentam a construção do problema de pesquisa e as escolhas das técnicas mais adequadas para o levantamento dos dados que se constituem no *corpus* da pesquisa em tela.

## 2.2 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Primeiramente, gostaria de esclarecer que as considerações teórico-metodológicas presentes nesta seção não têm a pretensão de trazer todo o debate teórico-epistemológico acerca dos temas/problemas que irei tratar, pois, ao contrário dos textos acadêmicos tradicionais, pretendo trazer o debate teórico juntamente com a análise dos dados do campo nos capítulos que se seguem. Assim, o objetivo aqui é apresentar tais perspectivas de maneira breve, apenas para que o leitor compreenda as escolhas das técnicas de pesquisa e das formas de inserção no campo empírico. Desta maneira, esta seção está subdividida em duas: na primeira apresento o que Fernandes (1959) denominou de métodos lógicos ou métodos de interpretação e, na segunda, descrevo o que este autor chamou de métodos técnicos ou métodos de investigação.

### 2.2.1 Métodos lógicos

Considero que este trabalho de tese parte da perspectiva epistemológica crítica e pós-estruturalista e se apoia em três grandes eixos: os debates sobre o desenvolvimento; a questão dos conflitos ambientais; e a questão da justiça.

A perspectiva de Ferguson (1990), para quem o “desenvolvimento” constitui-se em um *discurso* com uma prática estruturada que provoca efeitos reais uma vez que se baseia, de modo geral, em um quadro interpretativo dominante por meio do qual as regiões são definidas como mais pobres e, se são pobres é porque carecem de “desenvolvimento”, e que mais do que isso, é também um aparato composto por agências, técnicos, documentos, projetos, entre outros, que projetam a vida econômica e social, parece-me pertinente ao considerar a realidade observada no campo empírico da pesquisa. O simples anúncio de que os empreendimentos se instalariam no litoral do Espírito Santo para promover o desenvolvimento foi o suficiente para que se iniciassem as ações e reações aos projetos propostos e se modificasse a vida das comunidades locais, por vezes trazendo resultados a constituição de uma constelação de poderosos controles que nunca foram pretendidos, mas que são muito eficazes por serem “sem sujeitos”.

De Rist (2008) recupero a ideia do desenvolvimento como mito, “religião da modernidade” para dar ênfase ao fato de que, mais do que resultados práticos para a melhoria da vida das pessoas, o desenvolvimento é uma crença.

O discurso do desenvolvimento é apresentado como uma forma de operacionalização do mito que se faz por meio do “sistema de sujeição do discurso” de Foucault (1998). Assim, por meio de dados coletados na pesquisa de campo, procuro demonstrar que o discurso do desenvolvimento no litoral sul do Espírito Santo é um sistema de sujeição, controle e dominação, mais do que um conjunto de ações para melhorar a vida das pessoas.

No que tange ao tema da justiça, acredito que a perspectiva de Boltanski (1990) - que propõe um deslocamento da crítica, que antes era vista como tarefa apenas dos sociólogos, para a *crítica dos agentes sociais* que dispõem de capacidades críticas e que manifestam suas indignações baseadas em sentimentos de injustiças - poderia me ajudar a colocar luz sobre as questões de minha pesquisa.

Boltanski (1990) considera que os conflitos sociais ocorrem quando os agentes sociais se engajam em *críticas* colocando em questão seus sentidos de *justiça*, justificam suas ações e buscam convergir para um acordo. Tanto as *críticas* como os acordos são baseados nos sentimentos de justiça/injustiça da situação em questão.

Se, por um lado, a perspectiva de Boltanski (1990) de que a crítica está enraizada no contexto social e está baseada na luta por justiça nos oferece possibilidades de buscar compreender o conflito que ocorre no litoral sul do Espírito Santo, por outro, sua afirmação de que a luta por *justiça* é sempre uma luta por uma *ordre de grandeur* que supõe um princípio de equivalência geral que funda acordos negociáveis e mais ou menos aceitáveis pelos grupos em conflito me parecia não condizer com a realidade por mim encontrada inicialmente no campo de pesquisa. Ao contrário, o que percebia era um “diálogo entre surdos”, onde não parecia haver convergência nas negociações, apenas imposições e aceitações resignadas.

Imagino que isso possa ocorrer por que os conflitos sociais acerca dos empreendimentos para o desenvolvimento do Litoral Sul se caracterizam como conflitos ambientais na perspectiva de Fleury (2013). Esta autora propõe o conceito de *conflito ambiental* interpretando-o como categoria híbrida de sociedade e natureza, com o objetivo de reforçar sua carga cosmopolítica: “[...] os conflitos são parte crucial do encontro de perspectivas e estão no centro das relações sociais, isto é, o mundo é um espaço de conflitos que depende de agenciamentos e do encontro entre pontos de vista”. (FLEURY, 2013, p. 298).

Tomando o conflito em questão a partir desta perspectiva do conflito ambiental dois outros enfoques teóricos devem ser mencionados: a perspectiva dos híbridos de sociedade e

natureza e a perspectiva da cosmopolítica.

Os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT), em seus trabalhos sobre a questão ambiental<sup>13</sup>, formulam uma proposta epistemológica que permite romper com a primazia do social sobre o natural, pois, ao procurarem conceitos que possam distinguir os ordenamentos da *natureza* pela ciência e da *sociedade* pela cultura, desenvolveram uma linguagem comum para os *híbridos*. (BLOOR, 1982; LATOUR, 1994). Latour (1995), por exemplo, propõe romper com a perspectiva moral que separa sociedade e natureza e considerar a hipótese da constituição de uma moral construída a partir da coprodução sociedade/natureza.

Se por um lado adotei a perspectiva latouriana ao pretender enfatizar um agenciamento recíproco da relação sociedade/natureza que está na base dos conflitos ambientais, por outro não posso ignorar o fato de que há uma profunda assimetria do ponto de vista cosmológico. Assim, pretendo colocar em evidência a “copresença problemática de práticas”<sup>14</sup> ou os momentos de “entrecapturas não simétricas” com a finalidade de destacar as assimetrias existentes entre as comunidades locais e os grupos que dirigem os grandes empreendimentos para o desenvolvimento no litoral sul do Espírito Santo. Mais do que isso, pretendo demonstrar que os sentimentos de justiça/injustiça também são construídos “*em presença*”, se constituindo em uma *proposição cosmopolítica*.

Desta maneira, ao considerar o agenciamento recíproco da relação sociedade-natureza na construção de cosmologias, parto da hipótese de que os sentimentos de justiça/injustiça que motivam os *conflitos ambientais* não se expressam em termos de totalidades sociais dadas. Ao contrário, as razões que mobilizam os diferentes agentes sociais em situações de *conflitos ambientais* são construídas a partir da (e na) relação sociedade/natureza. Tais conflitos, portanto, emergiriam no confronto entre diferentes cosmovisões, por intermédio de diferentes sentimentos de *justiça/injustiça* que estão na base da crítica.

Estas são apenas algumas indicações de perspectivas teóricas que, *à priori*, me auxiliam na elaboração dos problemas de pesquisa e nas escolhas feitas para a realização da pesquisa de campo. Todas elas serão retomadas nos capítulos que se seguem e debatidas de maneira mais detalhada e articuladas com as análises dos dados empíricos.

---

<sup>13</sup> Intitula-se questão ambiental, de um modo geral, um conjunto de interrogações institucionalizadas que mobiliza e organiza as representações sociais acerca de problemas ambientais. Não se resume, portanto, às manifestações reais dos problemas ambientais.

<sup>14</sup> Conforme Stengers (2007); De La Cadena (2010).

### 2.2.2 Métodos técnicos

A partir dos *métodos lógicos* apresentados e das questões que norteiam a presente pesquisa, julguei que seria mais adequada a adoção de metodologias qualitativas, pois elas “privilegiam, de modo geral, a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais”. (MARTINS, 2004, p. 292). Portanto, tais metodologias permitiriam apreender as críticas dos agentes sociais, sua transformação em uma crítica coletiva afirmada por instâncias de confirmação, bem como as justificações para o desenvolvimento incentivado por órgãos do governo e empreendido pelas empresas em questão.

Ainda sobre as metodologias qualitativas a autora afirma que

Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita. (MARTINS, 2004, p. 292).

Partindo dos ensinamentos de Martins (2004), pensei na hipótese de realizar uma pesquisa etnográfica. Entretanto, considerando o fato de que a pesquisa etnográfica “impõe ao pesquisador ou a pesquisadora um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade” (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 2) caracterizando-se como deslocamentos que se prolongam no tempo e no espaço vivido; considerando também o tempo de que dispunha para a realização do trabalho de campo e o fato de que almejava considerar os conflitos em torno de três investimentos envolvendo ao menos três comunidades de pescadores artesanais, que estão a cerca de 40 km de distância uma da outra, avaliei que talvez isso não fosse possível.

Porém, essas considerações não invalidaram a possibilidade da utilização de técnicas de pesquisas típicas do método etnográfico, como por exemplo, a observação direta, por meio de conversas informais junto aos pescadores artesanais ou aos mediadores políticos e a participação em fóruns públicos de discussões, como por exemplo, audiências públicas, reuniões com os representantes do poder público, reuniões entre representantes das empresas e comunidades, entre outros.

Deve-se destacar, entretanto, que, sendo a observação direta uma técnica de pesquisa, ela deve seguir alguns procedimentos sem os quais corre-se o risco de “tudo olhar e nada ver”. Assim, escolher o local da observação, intervir como participante ou como pesquisador no

momento da observação em si, escrever e analisar apoiando-se em documentos recolhidos ou repertoriados e controlar comparando acontecimentos e entrevistando os participantes, são ações fundamentais. (BEAUD; WEBER, 2007).

É por esta razão que as observações diretas foram associadas a registros em diário de campo, a catalogação de documentos referentes aos conflitos em questão e a entrevistas semiestruturadas. Sendo assim, ao longo do período em que permaneci no campo registrei no diário de campo cerca de 50 conversas informais com pescadores artesanais, representantes de colônias de pesca e de associações de pescadores, técnicos, comerciantes locais, entre outros; cataloguei e analisei mais de 30 documentos impressos e mais de 100 documentos *online* dentre os quais aproximadamente 70 são notícias da imprensa local e os demais são folderes, panfletos, cartazes de divulgação, entre outros; analisei cinco documentos registrados em formato audiovisual; e produzi quase 600 fotos. Além disso, foram realizadas 28 entrevistas semiestruturadas. (Ver Quadro 01 na página seguinte).

Na seção anterior discorri sobre os motivos que me levaram a escolher os conflitos em torno dos três empreendimentos portuários no litoral sul, bem como as comunidades pesqueiras de Itaipava, do Pontal e de Marobá. Resta esclarecer como se deu a escolha dos sujeitos da pesquisa (principalmente aqueles que seriam entrevistados).

Considerando que um dos métodos lógicos adotados para compreensão da realidade social em estudo é a pragmática da crítica de Luc Boltanski, os principais sujeitos da pesquisa são aqueles que empreendem as críticas aos grandes projetos de desenvolvimento, suas instâncias de confirmação, as justificativas dos empreendedores e do poder público, que é promotor destes projetos.

Assim, inicialmente, para a realização das conversas informais, a escolha dos sujeitos de pesquisa se deu de maneira aleatória. Conforme eu encontrava as pessoas nas comunidades buscava conversar com elas. Já, para a realização das entrevistas avaliei ser interessante contatar membros das comunidades de pesca (pescadores, pescadoras, marisqueiras, líderes comunitários). Como no momento em que iniciei as entrevistas eu já havia circulado vários dias pelas comunidades, assim que eu entrevistava um pescador ele mesmo já me indicava outro que na opinião dele era representativo (ou porque era uma liderança, ou porque realizava um tipo diferente de pesca, ou porque era um pescador mais velho que conhecia mais a comunidade e as transformações da pesca, ou porque era mais “estudado”, entre outros). Quanto ao número de membros das comunidades entrevistados, me senti satisfeita no momento em que as opiniões começaram a se repetir não trazendo mais elementos novos.

Em relação às entrevistas com os representantes das Colônias de Pesca e das Associações de Pescadores a escolha se fez em razão da crença de que no processo de crítica social às instituições de confirmação são importantes, pois tornam as críticas públicas e negociáveis, saindo do âmbito puramente individual. Sendo assim, fiz um levantamento das instituições que cumpriam este papel e entrevistei pelo menos um representante de cada uma delas.

Quadro 01 – Lista das entrevistas realizadas

<b>Entrevista</b>	<b>Município</b>	<b>Organização/ Instituição</b>	<b>Cargo/ Ocupação</b>
01	Itapemirim	Colônia de Pesca Z-10	Presidente
02	Itapemirim	Comunidade Itaipava	Marisqueira
03	Itapemirim	Comunidade Itaipava	Pescador
04	Itapemirim	Comunidade Itaipava	Pescador
05	Itapemirim	Prefeitura	Secretário do Meio Ambiente
06	Itapemirim	Prefeitura	Secretário do Desenvolvimento
07	Itapemirim	Prefeitura	Secretário da Pesca
08	Itapemirim	Prefeitura	Prefeito
09	Itapemirim	Itaoca Offshore	Diretor
10	Marataízes	Associação de Pescadores do Pontal	Presidente
11	Marataízes	Comunidade do Pontal	Pescador
12	Marataízes	Associação de Pescadores do Pontal	Técnico / Assessor
13	Marataízes	Associação de Moradores do Pontal	Presidente
14	Marataízes	Comunidade do Pontal	Pescador
15	Marataízes	Comunidade do Pontal	Pescador
16	Marataízes	Comunidade do Pontal	Pescador
17	Marataízes	Comunidade do Pontal	Pescador
18	Marataízes	Prefeitura	Chefe de gabinete
19	Marataízes	Prefeitura	Secretário de Agricultura e de Pesca
20	Marataízes	Prefeitura	Técnicos da Secretaria do Meio Ambiente
21	Marataízes	Prefeitura	Secretária de Planejamento
22	Presidente Kennedy	Colônia de Pesca Z-14	Presidente e Secretária
23	Presidente Kennedy	Comunidade Marobá	Líder Comunitária
24	Presidente Kennedy	Comunidade Marobá	Pescador
25	Presidente Kennedy	Comunidade Marobá	Pescador
26	Presidente Kennedy	Comunidade Marobá	Pescador
27	Presidente Kennedy	Prefeitura	Secretário de Desenvolvimento Econômico
28	Presidente Kennedy	Porto Central	Diretor

Fonte: Elaborado pela autora.

Avaliei também que, para a melhor compreensão de um conflito, seria interessante compreender “os outros lados” das críticas, ou as justificações daqueles a quem se está

criticando. Assim, busquei entrevistar um representante de cada empreendimento. Entretanto, os interlocutores da empresa C-Port Logística, que inicialmente se dispuseram a responder às questões por e-mail, declinaram das entrevistas afirmando que a empresa havia adotado outra estratégia e adiado o projeto de construção do terminal portuário na praia da Gamboa por tempo indeterminado.

Os representantes do poder público entrevistados foram escolhidos porque, em boa medida, os sujeitos direcionam sua crítica aos “políticos”, à “prefeitura”, por serem estes incentivadores/promotores dos projetos de desenvolvimento e, talvez, os interlocutores a quem eles mais conhecem e têm acesso. Sendo assim, escolhi entrevistar os prefeitos por serem os representantes maiores do poder executivo municipal e os secretários cujas secretarias se relacionam mais diretamente com o tema em questão.

Como forma de entender melhor as dinâmicas de emergências das críticas, das instâncias de confirmação e os processos de negociação julguei ser importante participar dos fóruns públicos de negociações sobre o desenvolvimento. (Quadro 02).

Quadro 02 – Participação em fóruns públicos

<b>Atividade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Município</b>	<b>Data</b>
<b>01</b>	Petrobrás – Plano de Compensação de atividade Pesqueira – Marobá;	Presidente Kennedy	01/08/2015
<b>02</b>	Reunião na Colônia Z-14 com pescadores e técnico do INCAPER sobre PDEAG 2030;	Presidente Kennedy	29/10/2015
<b>03</b>	Seção da Câmara de Vereadores – pescadores vão reivindicar auxílios das políticas de assistência social;	Presidente Kennedy	29/10/2015
<b>04</b>	Reunião Petrobrás Comunidades –Litoral Sul;	Anchieta	05/11/2015
<b>05</b>	Audiência Pública da Câmara de Vereadores – discutir problemas do setor pesqueiro no município;	Presidente Kennedy	17/11/2015
<b>06</b>	Reunião Diagnóstico Participativo – GERAES – Marobá	Presidente Kennedy	15/12/2015
<b>07</b>	Reunião Diagnóstico Participativo – GERAES – Jaqueira	Presidente Kennedy	16/12/2015
<b>08</b>	Audiência Pública Plano Diretor Municipal	Presidente Kennedy	21/01/2016
<b>09</b>	Reunião da Secretaria de Assistência Social com Pescadores	Presidente Kennedy	29/01/2016
<b>10</b>	Reunião Ministério Público Federal com pescadores	Cachoeiro de Itapemirim	29/01/2016
<b>11</b>	Reunião do Comitê de Bacia do Rio Itapemirim	Maratázes	22/02/2016

Fonte: Elaborado pela autora.

No período em que eu permaneci no campo não ocorreu nenhum espaço público de negociações específicas sobre os três empreendimentos em tela. Entretanto, pude perceber, a partir das conversas informais com meus interlocutores, que eles tinham muita dificuldade de separar as críticas aos empreendimentos. Para estes, os investimentos portuários (foco deste trabalho), os investimentos em produção de energia, em mar ou em terra, ou outros projetos

para o desenvolvimento eram reduzidos a um “eles” generalizado. Por esta razão, mesmo não ocorrendo nenhum fórum público que envolvesse diretamente a Itaoca Offshore, a C-Port Logística ou o Porto Central, avalei ser interessante observar os referidos fóruns pois imaginei que poderiam me auxiliar a desvendar como ocorria o processo de confirmação pública das críticas e as principais justificativas de ambos os lados dos conflitos em questão. Vale ressaltar que participei de todas as audiências públicas e reuniões que tive conhecimento durante o período que estava no campo.

No que tange à análise dos dados optei pela Análise de Conteúdo, pois esta prima pela análise de “comunicações” (entrevistas, documentos, conversas informais, materiais audiovisuais, entre outros) abrangendo as

[...] iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com a finalidade de se efetuarem deduções lógicas e justificadas a respeito da origem dessas mensagens (quem as emitiu, em que contexto e/ou quais efeitos se pretende causar por meio delas). (CAPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, [s. p.]).

Para tanto, primeiramente, procedi a transcrição *ipsis litteris* das entrevistas gravadas. Em seguida, com o auxílio do *software* NVivo® versão 11.2, realizei um processo de codificação de todo o material obtido no campo (entrevistas, documentos impressos e digitais, audiovisuais) seguindo as seguintes etapas: a) leitura muito atenta buscando a compreensão do sentido de cada frase, cada parágrafo e de cada documento; b) codificação considerando as principais categorias expressas do marco teórico adotado; c) inferências e interpretações de acordo com o quadro teórico; d) criação de categorias derivadas da interpretação do conteúdo dos materiais analisados; e) reagrupamento de ideias, por meio da relação entre as categorias iniciais e as categorias obtidas em campo, gerando as categorias finais como resultado da análise.

### 2.3 A EXPERIÊNCIA DA PESQUISA DE CAMPO

Considero que minha inserção no campo de pesquisa ocorreu em três momentos bem distintos. O primeiro, da pesquisa exploratória, ocorreu entre 08 e 10 de janeiro de 2014, momento em que eu ainda construía o projeto da pesquisa. Influenciada pelas notícias dos meios de comunicação, me dirigi à Anchieta-ES, pois como já mencionei, lá as disputas entre os grandes empreendimentos e as comunidades locais eram mais evidentes. Estas mesmas notícias apontavam, como liderança do movimento de resistência aos empreendimentos, o presidente

da Associação de Pescadores de UBU e Paraty. Decidi então procurá-lo. Considero que esta conversa foi muito importante porque foi por meio dela que tive o primeiro contato com pescadores, sua realidade e os problemas que enfrentam. Foi o presidente da associação que me alertou para duas questões fundamentais: o fato de que a sobrevivência dos pescadores, enquanto pescadores, estava ameaçada diante dos grandes projetos de desenvolvimento e o “clamor” por justiça.

No dia seguinte, por indicação do presidente da Associação de UBU, procurei o engenheiro de pesca do INCAPER, ainda em Anchieta. Ali me deparei com o fato de que os problemas relacionados aos investimentos para o desenvolvimento eram muito maiores e mais complexos do que eu imaginava. Eram tantos empreendimentos, tantas comunidades atingidas e tantas consequências desastrosas para estas comunidades que saí dali com a impressão de que o campo de pesquisa era tão grande que eu não conseguiria abarcar. Esta sensação me fez voltar às reflexões teóricas, aos debates com meu orientador e colegas do grupo de pesquisa em Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade – TEMAS e aos levantamentos de dados secundários com o objetivo buscar as escolhas adequadas.

Um segundo momento de inserção no campo, que também considero ainda exploratório, ocorreu entre 19 e 21 de junho de 2015, após meu exame de qualificação, momento em que a banca sugeriu que eu deveria recortar melhor o objeto de pesquisa. Como naquele momento já estava inclinada a realizar a pesquisa nos municípios do Litoral Sul, me dirigi à Presidente Kennedy à procura de informações que me auxiliassem nas escolhas. Ao chegar lá, tomei um susto! Como poderia existir tanta pobreza no município com maior PIB *per capita* do Brasil? O que ocorria naquele município rico e com ruas sem asfalto, sem coleta de esgoto, com prédios públicos caindo aos pedaços? Como neste momento a questão das críticas motivadas por sentimentos de injustiça já povoavam minhas reflexões, busquei encontrar instituições que tornavam públicas e confirmavam tais críticas. Em conversas informais com moradores locais descobri a existência da Colônia de Pesca. Tentei localizar alguém da Colônia, mas não encontrei. Foi então que conversei com um técnico do INCAPER que confirmou a existência das disputas em torno dos grandes projetos e que as comunidades mais atingidas eram mesmo os pescadores artesanais. Nesta conversa também descobri a existência de outros empreendimentos, além daqueles que já conhecia, como por exemplo o Porto Central. Me dirigi então à Praia das Neves em busca de mais informações sobre o referido porto. Lá, o proprietário de um restaurante confirmou a “vinda” do porto e mencionou o fato de que eram os pescadores de Marobá que seriam mais afetados porque o porto iria se instalar em seus pesqueiros. Fui então à Marobá e lá encontrei um pescador muito atencioso, que me forneceu várias

informações sobre o Porto Central, sobre as dificuldades de negociações com as empresas, sobre a existência de outros empreendimentos como uma usina de geração de energia termoelétrica da empresa Gera Espírito Santo e outro terminal portuário da empresa Ferrous Resources do Brasil. Este pescador também mencionou os problemas que os pescadores estavam enfrentando e o fato de que eles ficariam impedidos de continuar em suas atividades quando o porto “chegasse”. Ele me informou também sobre a existência da Associação de Pescadores de Marobá e suas ações para tentar negociar o ressarcimento dos danos que os empreendimentos causavam aos pescadores. Quanto mais eu andava, mais conversava, mais investimentos descobria e mais problemas que estes investimentos trariam eram anunciados. As frases “a pesca vai acabar” ou “eles querem acabar com a pesca” foi o que mais ouvi. Decidi então procurar os pescadores da Comunidade do Pontal, em Marataízes. Aí já não foi surpresa para mim, a realidade deles era a mesma. Entretanto, eles expressaram um sentimento que eu ainda não havia percebido: a sensação de que contra os empreendimentos eles nada poderiam fazer. Apesar de se organizarem na Associação de Pescadores do Pontal, participarem das audiências públicas, sistematizarem as reivindicações dos pescadores, o sentimento era de fracasso. Aí o sentimento de injustiça também emergia com força significativa. Este segundo momento no campo foi imprescindível para que eu procedesse os “recortes” necessários em meu objeto empírico e optasse por dar visibilidade a pescadores que eram invisíveis até para mim mesma que frequentara as praias do litoral sul como turista. Também foram importantes para reafirmar um sentimento que eu já tinha de que seria importante incluir na pesquisa os agentes sociais do poder público municipal, pois ficou claro que eles jogam papel importante nas disputas em questão.

O terceiro momento, que considero a pesquisa de campo propriamente dita, ocorreu entre agosto de 2015 e junho de 2016. Durante este período fixei residência na Barra, bairro do município de Marataízes, vizinho à comunidade do Pontal, com o objetivo de facilitar o diálogo com os moradores locais e potencializar as observações necessárias à realização desta pesquisa.

Ao meu ver, podemos subdividir este período em três. O primeiro deles, que chamarei de “aproximação”, foi o mais difícil para mim. Primeiramente porque tive que enfrentar minha timidez e dialogar com pessoas estranhas, em um universo estranho, sobre um assunto do qual desconhecia totalmente (a pesca). Junto a isso convivía com questões relacionadas à minha segurança, ouvia muitas histórias sobre assaltos, tráfico de drogas e a violência presente entre os pescadores, sempre envolvidos em bebedeiras e brigas. Superados o medo e a timidez, me

deparei com a terceira dificuldade, o universo da pesca é fundamentalmente masculino<sup>15</sup> e eu percebia que havia um constrangimento por parte dos pescadores em conversar comigo e também meu em conversar com eles. Superados os constrangimentos, convivi com a desconfiança. Se procurava pelos pescadores eles achavam que eu estava a serviço de alguma empresa ou de órgãos fiscalizadores do governo; se procurava as empresas ou os representantes do poder público eles achavam que eu estava a serviço dos pescadores. Em seis anos de docência na Universidade Federal do Espírito Santo nunca havia utilizado minha identidade funcional. Desta vez precisei utilizá-la para comprovar meu vínculo com a Universidade e assim começar a romper com as desconfianças que iam desaparecendo, conforme o tempo de convivência no campo ia passando.

Embora tenha sido mais fácil que o período de “aproximação”, o segundo momento, das “descobertas”, foi aquele em que o estranhamento nos desafia a abarcar todos os problemas trazidos pelas populações locais. Uma vez cientes de que eu era uma professora da Universidade, as colônias de pesca, associações de pescadores e até alguns membros do poder público me apresentavam seus problemas, suas queixas, na esperança de que a “professora” pudesse ajudar a resolver. A carência era tanta (de informação, conhecimentos, recursos, entre outros) que por várias vezes me vi envolvida na tentativa de ajudá-los. Chamo esse período de “descobertas” porque foi o momento em que nos “descobrimos” mutuamente. Pude conhecer mais os indivíduos que se tornariam sujeitos em minha pesquisa, seu modo de vida, sua principal atividade (a pesca), as instituições que confirmavam as críticas por eles realizadas, a maneira como estas instituições se relacionavam com os empreendimentos para o desenvolvimento, ora combatendo, ora negociando, a forma como o poder público se envolvia (ou não) nas questões em tela e a maneira como agiam os empreendedores em relação às populações locais. Foi também o momento em que fiquei confusa com a descoberta de tantos empreendimentos e empresas que atuam nos processos de licenciamento. Eram tantos que, assim como os pescadores não conseguiam diferenciá-los (tratando todos indiscriminadamente como “eles”), eu também tive dificuldades para enxergá-los cada um em seu lugar, com seu respectivo papel. Meu envolvimento com as comunidades foi crescendo de maneira tal que eu passei a ser convidada por eles a participar de várias reuniões, sobre os mais variados temas: se

---

<sup>15</sup> Não podemos deixar de reconhecer o fundamental papel das mulheres na organização das comunidades, cuidados e educação dos filhos enquanto seus “maridos” estão no mar e o trabalho na limpeza do pescado, na coleta e limpeza de mariscos e nas vendas. Entretanto, num primeiro momento, quando eu me apresentava e informava os objetivos que me levavam até a comunidade, elas me diziam que sobre esses assuntos eram os homens que sabiam falar. Mesmo nas colônias de pesca, onde o trabalho da mulher também é fundamental pois os pescadores sempre vão para o mar, no momento da conversa “formal” elas diziam que eu deveria falar com o pai ou o marido. E curioso, elas ficavam ali ao lado deles e davam “palpites” o tempo todo.

tinham problemas com o ministério público, me chamavam; se a questão era com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), lá estava eu; reuniões com empresas, me convidavam; dúvidas em relação à legislação ou outros documentos, me perguntavam. Este também foi o momento em que mais ouvi, sobre os mais variados assuntos, que “não é justo”, “não está certo”, “eles fazem/falam isso porque não sabem o que é a pesca”, “eles não conhecem a realidade do pescador”, “eles querem acabar com a pesca”, entre outras formas expressas de indignação diante da avalanche de empreendimentos que se avizinham e os “massacram”.

Diante de tantas “descobertas” e ciente de que não poderia tratá-las todas no espaço/tempo deste trabalho de tese, o terceiro momento foi o de fazer “novas escolhas”. Assim, revendo as questões que me levaram ao campo e refletindo sobre o que me diziam os sujeitos de minha pesquisa, esse foi o momento de repensar a pesquisa, sistematizar as informações que tinha até então, desvendar aquele emaranhado de informações sobre os mais diversos problemas que os pescadores me apresentavam e me perguntar se o tema da justiça diante dos investimentos para o desenvolvimento ainda era pertinente. Sim, era pertinente. Então comecei a sistematizar as informações para ver quais informações ainda me faltavam e principalmente quais interlocutores se apresentavam como fundamentais para que eu pudesse entender melhor as questões que me instigavam. Foi aí que optei por entrevistar, além de pescadores, representantes do poder público municipal, estadual, representantes das empresas responsáveis pelos processos de licenciamento e representantes dos empreendedores.

Iniciei as entrevistas no município de Itapemirim-ES. Lá fui muito bem recebida e não tive dificuldades para agendar entrevistas. Todos os interlocutores se dispuseram a participar da pesquisa, inclusive o prefeito.

Dali fui à Marataízes-ES e algumas dificuldades se apresentaram. Com os pescadores consegui logo fazer as entrevistas, mas com os representantes do poder público municipal tive muita dificuldade em agenda-las. Depois de muita insistência, consegui que todos me atendessem, com exceção do prefeito que não falou comigo pessoalmente mas indicou um representante.

Já em Presidente Kennedy-ES, onde os conflitos se demonstravam mais acirrados, embora tenha tido muita facilidade em entrevistar os pescadores, o mesmo não ocorreu com o poder público. Em todos os municípios eu estava buscando entrevistar, além do prefeito, secretários de desenvolvimento (ou planejamento), de pesca (ou de agricultura e pesca) e de meio ambiente. Neste município apenas a secretária de desenvolvimento me recebeu. Na secretaria de meio ambiente o secretário sequer me atendeu. Ele pediu a um interlocutor que

me dissesse que ele não poderia dar a entrevista. Na secretaria de agricultura e pesca tanto o secretário como a subsecretária da pesca prometeram que me atenderiam, mas nunca marcavam a data, até que pararam de atender ou retornar meus telefonemas. Fui várias vezes procurá-los pessoalmente e eles nunca estavam na secretaria. Com a prefeita também foi a mesma coisa. Primeiramente ela pediu ao seu assessor que me dissesse que ela não indicaria um representante. Ela mesma me atenderia. Depois, apesar de minha insistência, tanto por telefone como pessoalmente, ela nunca tinha tempo para me atender. Tentei até o último momento, mas minha pesquisa de campo precisava terminar e, por isso, acabei desistindo.

Em Vitória, a capital do estado, procurei interlocutores na Secretaria de Estado de Desenvolvimento (SEDES), na Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG) e no Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA) -órgão responsável pelos processos de licenciamento ambiental. Na SEDES não consegui uma entrevista formal com o secretário (a alegação sempre era a falta de tempo, dificuldades na agenda), mas fui atendida por uma subsecretária que concordou em conversar comigo informalmente e me forneceu informações interessantes. Na SEAG fui informada que havia um único funcionário que saberia me informar sobre a pesca no estado, que no momento em que fui até lá ele não estava. Consegui um número de celular, mas nunca consegui ser atendida. No IEMA também não obtive êxito. No momento em que lá estive pessoalmente a secretária me informou que o diretor não estava, que apenas ele poderia me atender. Também me informou um número de celular, mas nunca fui atendida. Quando solicitei por meio do portal da transparência informações sobre os processos de licenciamento dos terminais portuários de Itaoca e de Itaipava, me responderam que eu deveria solicitar por intermédio de um requerimento indicando o número de páginas dos processos que então eles fariam as cópias. Como não tinha o número de páginas, fui novamente até Vitória e solicitei os processos para que eu visse o número das páginas que queria copiar e assim protocolasse o pedido de cópias. Os funcionários que me atenderam insistiram em me dizer que não tinham autorização para deixar que alguém visse os processos.

Findo o tempo que dispunha para realizar a pesquisa de campo, e tendo percebido que estas ausências não prejudicariam minha pesquisa a ponto de inviabilizá-la, ao contrário, eram carregadas de significados interessantes que pretendo discutir nos capítulos que se seguem, dei-me por satisfeita.

Já, ao contrário de minhas expectativas, dentre os representantes dos empreendimentos, fui prontamente atendida pelos diretores da Itaoca Offshore e do Porto Central. Eles foram objetivos e rápidos no agendamento das entrevistas e conversaram comigo por cerca de uma

hora e meia cada um. Apenas o representante da C-Port Logística me pediu para responder ao questionário por e-mail porque ele viajava muito e tinha dificuldades em marcar um horário comigo, mas acabou não me respondendo por motivos que já mencionei.

Penso que dentre minhas experiências no campo faltou apenas mencionar que durante todo esse tempo, e até como forma de obter informações que me auxiliavam no diálogo com meus interlocutores, busquei dados secundários complementares tanto na imprensa, como em documentos publicados na internet ou documentos impressos a que tive acesso.

### 3 “O MELHOR FUTURO NÃO ESTÁ GARANTIDO”<sup>16</sup>, MAS ELE PODE SER CONSTRUÍDO: O “DESENVOLVIMENTO” DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Desde o início dos anos 2000 o governo do Espírito Santo adotou o discurso novo-desenvolvimentista e vem empreendendo ações no sentido de promover o desenvolvimento visando à industrialização e à ampliação da infraestrutura para exportação e para a produção de petróleo e gás. São vários os grandes projetos de desenvolvimento de norte a sul do Estado<sup>17</sup> que têm sido atraídos por meio de “programas de incentivos fiscais para projetos de implantação, ampliação, expansão ou diversificação da capacidade produtiva”; “projetos de revitalização de estabelecimentos paralisados”; “incentivos aos setores produtivos que assumem o compromisso de aumentar a competitividade das empresas estabelecidas no Estado”; “fundos para incentivos financeiros para as empresas com sede no Espírito Santo”; financiamentos por meio do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), entre outros. (ESPÍRITO SANTO, 2016).

Os empresários privados também participam da promoção do desenvolvimento. As ações que mais se destacam neste sentido são aquelas empreendidas pelo Movimento Espírito Santo em Ação. Criado em 2003, este movimento reúne empresários de vários setores da economia e tem como um de seus principais objetivos revigorar a economia estadual fortalecendo os arranjos produtivos locais para “[...] tornar as empresas ainda mais conscientes e participativas em seu papel econômico e social.” (ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, 2016).

Entretanto, por que apesar dos projetos de desenvolvimento existem parcelas da população que não apenas não partilham de suas “benesses”, como sofrem consequências degradantes em que, por vezes, são impedidos de continuar exercendo seu trabalho ou até mesmo são expulsos de seu local de origem?

Esta questão, já anunciada na Introdução, é analisada neste capítulo, que está estruturado da seguinte maneira: além desta breve introdução, apresento, na seção 3.1, como o desenvolvimento se constitui em objeto de estudo sociológico, fundamentalmente a partir do “desenvolvimentismo” da década de 1950, apontando alguns aspectos do desenvolvimentismo no Brasil e no Espírito Santo. A crítica ao desenvolvimentismo dos anos 1970 e 1980 é o tema da seção 3.2 com ênfase na interpretação do desenvolvimento como mito, religião da modernidade, ideia-força. Na seção 3.3, trago a concepção de “sistema de sujeição do discurso”, de Michel Foucault, com o objetivo de demonstrar que uma das formas de operacionalizar o

---

<sup>16</sup> Espírito Santo (2006, p. 43).

<sup>17</sup> Ver Figura 02.

mito do desenvolvimento é o discurso e que este se constrói a partir de mecanismo de controle com a finalidade de se impor como ideia-força. O discurso do desenvolvimento para se justificar constrói o outro como “subdesenvolvido”. Este é o tema da seção 3.4, que objetiva evidenciar como o discurso do desenvolvimento cria o litoral sul como atrasado o que justifica a criação de dispositivos para o desenvolvimento. Na seção 3.5 pretendo demonstrar como as diversas espacialidades em disputa constroem o discurso do litoral sul como “vazio”, como lugar “*entidad desarrollable*” (ESCOBAR, 2013), ideal para receber os grandes investimentos para o desenvolvimento. Talvez as “benesses” do desenvolvimento fossem possíveis para todos se, do ponto de vista pragmático, pudéssemos imaginar um território homogêneo onde não houvesse diferenças, disputas, críticas. Entretanto, o que se verifica é uma diversidade de formas de existência dos agentes humanos e não humanos presentes no espaço, o que impulsiona a emergência das “críticas” ao desenvolvimento do litoral sul. Por fim, as disputas que emergem em torno da questão do desenvolvimento é o tema da seção 3.6, na qual pretendo trazer, ainda que de maneira provisória, uma sugestão de resposta à questão colocada no início do capítulo e uma breve descrição da forma como esta se relaciona com os temas dos capítulos que seguem.

### 3.1 A EMERGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO COMO OBJETO SOCIOLÓGICO: O DESENVOLVIMENTISMO

Desde o final da década de 1940 o desenvolvimento vem se constituindo em ideia-força que respalda acalorados debates teóricos, ações empreendidas por agências nacionais e internacionais (estatais ou não) na esperança de superar problemas como a desigualdade e a pobreza e, embora sofra várias críticas e desgastes, “não perde a força imaginativa e poder conceitual”. (RADOMSKY, 2011, p. 149).

Na década de 1950, fundamentalmente após a apresentação do documento acerca do papel da política externa norte-americana, elaborado pelo então presidente dos Estados Unidos Harry Truman, que em seu ponto cinco versava sobre a “Agenda do Desenvolvimento”, a Sociologia do Desenvolvimento emergiu como disciplina considerando o “fato do *desenvolvimento* como um processo de mudança social por excelência que transformou a civilização contemporânea em época completamente nova da História”. (BELTRÃO, 1972, p. 14). Neste contexto, o desenvolvimento passou a ser visto como um valor da Humanidade, universal e histórico, apoiado em ideias como autodeterminação e construção consciente do

próprio destino. A partir de então surgem diferentes vertentes, abordagens e autores nos estudos do desenvolvimento.

A primeira vertente, o “Desenvolvimentismo”, considera o desenvolvimento como sendo fortemente relacionado (e por vezes reduzido) à ideia de *modernização*. Assim, passa-se a julgar os países não (ou pouco) desenvolvidos como *atrasados* e, como política (ou propostas de ação), propõe-se um *modelo único* baseado na industrialização e no crescimento econômico. Trata-se de levar ao restante do mundo o modelo industrial capitalista das nações desenvolvidas, pouco considerando as diversidades *socioculturais* e *ambientais*. (ALMEIDA, 1997). De maneira geral, as ideias desenvolvimentistas inspiram-se nas sociedades ocidentais modernas para proporem modelos para o restante do mundo, além de carregarem consigo uma conotação sempre positiva no sentido de que *se desenvolver* significa ascender rumo ao *mais* e/ou ao *melhor*. Além disso, o desenvolvimento como ideia-força não se impõe somente como evidente, necessário, mas também como *universal* e *universalizante*; “é um *modelo idêntico* que se propaga em detrimento de todas as diferenças de situação, de regime e de cultura”. (ALMEIDA, 1997, p. 37).

Diferentemente dos sociólogos clássicos como, por exemplo, Max Weber, Émile Durkheim, Herbert Spencer e Ferdinand Tönnies, cuja noção de desenvolvimento estava baseada na noção de progresso técnico, os teóricos desenvolvimentistas não se ocuparam apenas da problemática do desenvolvimento, como também do subdesenvolvimento, ultrapassando assim a análise econômica e ocupando-se da dinâmica da modernização também em seus aspectos sociais, políticos e culturais<sup>18</sup>.

É importante mencionar também o fato de que o desenvolvimentismo não se constitui em pensamento único, ao contrário, ele pode ser subdividido, grosso modo, nas abordagens do crescimento linear, representada por Walt Rostow; na abordagem dualista da escola da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), de Celso Furtado e outros intelectuais da América Latina; na Teoria da Modernização representada por Theodore Schultz; ou na abordagem da inovação de Hayami e Ruttan. (HUNT, 1989).

No Brasil, a noção de desenvolvimento aparece no horizonte da economia e da política no Pós-Segunda Guerra como uma narrativa capaz de resolver os dilemas e desafios da modernização econômica, política e institucional. (IVO, 2012).

---

<sup>18</sup> Aqui destacam-se as obras de Lerner (1958), Myrdal (1957), Parsons (1960) e outros.

Para os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)<sup>19</sup>, o desenvolvimento - solução possível para os problemas da nação brasileira (interpretada como *atrasada*) - referia-se a um regime de acumulação capitalista baseado em industrialização, crescimento econômico e progresso técnico, e modernização das relações produtivas, com base no trabalho assalariado e na elevação do padrão de vida da população, sob a liderança do empresariado nacional. (BRESSER-PEREIRA, 2004). Do ponto de vista político-institucional, o nacional-desenvolvimentismo devia ser promovido pelo Estado com vistas a implantar um projeto de modernização nacional urbano-industrial para todo o país e estar apoiado em uma coalisão entre a burocracia estatal, as elites empresariais e os trabalhadores assalariados. (IVO, 2012).

Outra importante influência acerca do desenvolvimentismo no Brasil foi exercida pela CEPAL. Sua perspectiva dualista e estrutural está na base da literatura sociológica brasileira dos anos 1960 e 1970 ao discutir a natureza e a especificidade do “desenvolvimento capitalista periférico” e seus efeitos sobre a matriz das relações sociais excludentes, a exemplo das teorias da “massa marginal” de Nun (1969), da “dependência” de Cardoso e Faletto (2004), e da crítica às “teses dualistas”, formulada por Oliveira (1976) e implícitas nas noções de “subdesenvolvimento” e de “modernização” da CEPAL.

Para Fonseca (2004),

O desenvolvimentismo, tal como tomou vulto no Brasil e na maior parte dos países latino-americanos, ia além de um simples ideário, mas emergiu como um *guia de ação* voltado a sugerir ou justificar ações governamentais *conscientes*. Estabelece-se, portanto, a hipótese de que *sem uma política consciente e deliberada não se pode falar em desenvolvimentismo*. Este não pode ser reduzido, como fenômeno histórico, a simples medidas de expansão da demanda agregada a manifestações nacionalistas ou a reivindicações corporativistas em defesa da indústria. Além da união dos três elementos, o salto maior ocorre quando o conjunto de ideias, como toda boa ideologia, passa a *justificar a si mesmo*, ou seja, quando há a defesa explícita de que a *principal tarefa* do governo consiste na busca do desenvolvimento econômico, que este é seu principal dever, seu objetivo central, no limite, sua razão de ser. (FONSECA, 2004, p. 227).

Sendo assim, do ponto de vista histórico, o desenvolvimento transforma-se em *utopia*, um patamar mais elevado de felicidade que precisa ser conquistado para que a nação não permaneça no *atraso*, com má distribuição de renda e subordinada no contexto internacional. A reversão deste quadro, entretanto, depende de *planejamento*, de *ação*, *determinação* e

---

<sup>19</sup> O ISEB “foi um grupo de intelectuais de várias origens e especialidades que, nos anos 50, desenvolveu no Rio de Janeiro uma visão coerente e abrangente do Brasil e de seu processo de industrialização e desenvolvimento”. (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 49).

*vontade*. (FONSECA, 2004). Apenas o Estado seria capaz de tal ação. Desta maneira, o desenvolvimentismo no Brasil se traduz historicamente, fundamentalmente, por meio de ações estatais de incentivos à industrialização, via “substituição de importações” e à criação de infraestrutura, de modo a gerar as condições para esses investimentos, tendo dois principais períodos como sua expressão máxima: a década de 1950, marcada pelos governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, e a década de 1970, do chamado “milagre brasileiro”, marcada pelo forte incentivo à industrialização, via atração de investimentos externos, empreendida pelo governo militar.

Evidentemente, as ações desenvolvimentistas também foram promovidas pelos agentes sociais capixabas. O estado do Espírito Santo, que no período colonial figurou apenas como “barreira verde” capaz de impedir o contrabando de ouro e pedras preciosas de Minas Gerais, e posteriormente desenvolveu uma economia cafeeira que, estruturada em pequenas propriedades e dependente dos centros comerciais situados em Minas Gerais e Rio de Janeiro, pouco contribuiu para o desenvolvimento econômico do estado, na década de 1940, a partir de ações do Governo Estadual, iniciou um processo “ordenado” de desenvolvimento. Inicialmente com a centralização da comercialização do café na grande Vitória possibilitada pelos investimentos em infraestrutura (estradas e ferrovias) e a construção do Porto de Vitória, em seguida com ações que promoveram a urbanização-industrialização como, por exemplo, a instalação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1942. Ao longo das décadas de 1960 e 1980 a região metropolitana de Vitória passou por um processo de urbanização-industrialização significativo. Destaca-se a instalação do Porto de Tubarão que possibilitou o crescimento das atividades portuárias relacionadas à extração de minérios realizada em Minas Gerais, permitiu a instalação de indústrias em território capixaba, como por exemplo a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e a Usina de Pelotização de Ferro da Companhia Vale do Rio Doce (atual Samarco Mineração S.A.). (BUFFON, 1992; MOTA, 2000; MACEDO; MAGALHÃES, 2011).

Para Macedo e Magalhães (2011), dentre os principais vetores de transformação da economia capixaba destacam-se:

(I) a crise na produção do café, consequência da queda do seu preço internacional, mas principalmente dos limites internos da cafeicultura tradicional no estado; (II) política industrial, com intervenção do Governo Federal, no sentido de incentivar especialmente os setores básicos que se localizaram no Espírito Santo; (III) a construção de infraestrutura com características específicas, atraindo iniciativas industriais para o Estado; (IV) transbordamento da economia brasileira, que a partir do Plano de metas encontraria na periferia alternativas para expansão; (V) a montagem do sistema estadual de incentivos fiscais e financeiros para atração de investimento;

(VI) a expansão do mercado consumidor urbano no Espírito Santo; (VII) o esgotamento da estrutura de produção familiar na cultura cafeeira; (VIII) a política nacional de erradicação dos cafezais na década de 1960; (IX) a construção de uma institucionalidade estadual que permitiria a implementação de políticas de apoio à indústria. (MACEDO; MAGALHÃES, 2011, p. 88).

Ao analisar tais vetores de transformação, pode-se constatar que muitos deles constituem-se em ações ordenadas pelos agentes sociais capixabas para a “promoção do desenvolvimento” ocorridas, fundamentalmente, no período em que os ideais desenvolvimentistas estavam presentes no Brasil.

### 3.2 “ELES VÊM AQUI, FALAM, FALAM, FALAM E NADA ACONTECE”<sup>20</sup>: O MITO DO “DESENVOLVIMENTO” NO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO

À concepção de “desenvolvimento” como desenvolvimento econômico, ao longo da década de 1960, somou-se a concepção como desenvolvimento social. Este era visto ora como pré-condição para o crescimento econômico, ora como justificativa moral para este (ESTEVA, 2000). No entanto, o que se verificou nas décadas seguintes foi, antes, uma ampliação das desigualdades do que propriamente a redução das mesmas e o combate à pobreza como o desenvolvimento prometia.

Como consequência, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela “Crítica ao Desenvolvimento”. As estratégias de modernização empreendidas, principalmente, por agências nacionais e internacionais de desenvolvimento, não cumpriram suas promessas de redução da pobreza e das desigualdades sociais. A crença de que após o crescimento econômico, via implantação de grandes projetos de investimentos, ocorreria uma melhor distribuição da riqueza, caiu por terra. Ao contrário, o que se verificou, de um modo geral, foi um aumento da desigualdade social, do desemprego, dos conflitos fundiários e da exclusão de grupos marginalizados.

Uma das perspectivas críticas ao desenvolvimento é a de Rist (2008), para quem “o desenvolvimento é a religião da modernidade”. O autor retoma as proposições de Durkheim e sugere, para que seja possível uma definição sociológica do desenvolvimento, que sejam afastados os pressupostos, as noções pré-definidas e propõe utilizar a perspectiva histórica para buscar um “padrão geral do desenvolvimento”.

---

<sup>20</sup> Entrevista com marisqueira de Itaipava, realizada em 15/09/2015.

Rist (2008) parte de uma crítica às pseudodefinições de desenvolvimento que se baseiam nas imagens das condições reais de existência social (ou *mundos imaginados*, nas palavras do autor), em que desenvolvimento é “a expressão de um (sem dúvida geral) desejo de viver uma vida melhor” (RIST, 2008, p. 11), ou em uma grande quantidade de ações, muitas vezes conflitantes entre si, que deveriam trazer maior felicidade para um número maior de pessoas, para demonstrar que tais pseudodefinições não permitem identificar o desenvolvimento pois, ele, por um lado, aparece como um sentimento subjetivo que varia de indivíduo para indivíduo e, por outro, como uma série de operações para as quais não existem provas (*a priori*) de que elas realmente contribuirão para alcançar o objetivo declarado. Sendo assim, o desenvolvimento não existe em lugar algum e provavelmente nunca existirá.

“E se o “desenvolvimento” faz parte de nossa religião moderna”, pergunta Rist (2008, p. 21). Retomando novamente Durkheim, o autor afirma que a religião é a crença de um determinado grupo social em certas verdades indiscutíveis, que determinam o comportamento obrigatório de modo a reforçar a coesão social.

Para afirmar sua tese, Rist (2008) parte do princípio de que não existe sociedade que não seja baseada em crenças e tradições. Ele questiona a ideia de que a sociedade moderna seja secular e racional, afirmando que “é necessário rejeitar a ‘grande divisão’ entre ‘tradição’ e ‘modernidade’, a própria modernidade se encontra dentro de uma certa tradição”. (RIST, 2008, p. 21). Embora a sociedade moderna ocidental tenha tirado das igrejas o monopólio de definir as crenças, não significa que elas não existam em outros lugares, por vezes, inclusive em instituições seculares.

É importante enfatizar a distinção que o autor faz entre ideologia e religião, para que se torne mais clara sua tese. A ideologia, segundo Rist (2008), está aberta ao debate, permite questionamentos, enquanto as crenças sociais são uma espécie de “*certeza coletiva*” expressa na forma de proposições simples que as pessoas acreditam porque ouvem e porque, às vezes, são legitimadas por antigos mitos. As crenças são eficazes porque obrigam aqueles que delas compartilham à ação, ou a agir de uma maneira particular. Mesmo se individualmente é possível questionar a validade de tal proposição, é impossível escapar às obrigações coletivas. O ato da crença é performativo. “De fato, a ação determinada pela crença é obrigatória, e não descansa em qualquer escolha”. (RIST, 2008, p. 22). O autor chama a atenção para o fato de que, se as crenças são religiosas, elas são transmitidas por meio de sinais e rituais e ocorrem de tal maneira que não admitem contradições. Se durante todos esses anos da “era do desenvolvimento” este ainda não ocorreu, seria devido aos erros dos especialistas. O “desenvolvimento” não é questionado. Não há quem diga, em público, coletivamente, na sociedade moderna, que o

“desenvolvimento” é ruim, ou está errado. O “desenvolvimento” é, portanto, um mito que é operado de diversas maneiras para que ele perdure. Duas dessas maneiras discutirei a seguir.

A primeira delas são os rituais, como o próprio Rist (2008) chamou a atenção. No estado do Espírito Santo existe um ritual bastante típico, quase um *modus operandi* do desenvolvimento. Trata-se da criação de fóruns, eventos, palestras, cursos, espaços públicos de debates entre vários agentes da sociedade para a construção (elaboração) de planos, ou programas de desenvolvimento, que são sempre televisionados, muito divulgados pela imprensa e marcados por uma forte “convocação” da participação da população em geral. Assim formam-se “redes”, “conselhos”, “fóruns”, “agências de desenvolvimento”, entre outros grupos de pessoas cujo objetivo é planejar o “desenvolvimento” do estado.

O ritual se processa da seguinte maneira: a entidade promotora realiza um evento de “lançamento” do processo de elaboração dos planos/ programas, aberto ao público e bastante divulgado pela imprensa. A partir destes eventos se formam grupos de trabalho cuja missão é debater a atual situação e propor ações para o “desenvolvimento” futuro. Empresários, órgãos do poder público e sociedade civil são convidados ao debate como forma de legitimar as escolhas futuras. Em seguida é elaborado um documento, bem diagramado e impresso para ser distribuído aos responsáveis pelo desenvolvimento, ou pela realização das ações propostas. Por fim, uma série de outros eventos públicos, também sempre bastante divulgados pela imprensa, são realizados para a divulgação dos planos/programas ao conjunto da sociedade. Pronto! Está lançado o “desenvolvimento” no Espírito Santo. Na pesquisa de campo verifiquei que os documentos listados no Quadro 03, na página seguinte, foram elaborados exatamente desta maneira<sup>21</sup>.

Além de reafirmar o mito do desenvolvimento, esta prática comum de elaboração de planos/programas evidencia a noção de desenvolvimento como *mundos imaginados*, que promete uma vida melhor no futuro, desde que algumas ações sejam realizadas. A estrutura da maioria destes documentos parte de um diagnóstico da situação atual, projeta uma visão de futuro e estabelece um plano de ações que, supostamente, fará com que o futuro desejado aconteça. Isto é tão significativo que no Espírito Santo 2025<sup>22</sup> existe uma “Carta do Futuro”, a qual reproduzo no Quadro 04, a seguir. Esta carta leva a acreditar que, se realizadas as ações

<sup>21</sup> Vale destacar que estes foram alguns documentos que localizei durante a pesquisa de campo. Pode ser que hajam outros documentos deste gênero que não tivemos acesso ou conhecimento.

<sup>22</sup> Documento elaborado pela Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, em conjunto com o Movimento Espírito Santo em Ação, organizado por empresários de diversos setores produtivos, e patrocinado pela Petrobrás. Este Planejamento Estratégico, originalmente publicado no ano de 2006, foi revisado, em razão da troca de governo e, no ano 2013, um novo documento foi publicado com o título “Espírito Santo 2030: plano de desenvolvimento”, que, em linhas gerais, mantém as premissas originais.

presentes no plano, o Espírito Santo será da maneira como ela descreve, um lugar melhor para se viver. Desenvolvido e com qualidade de vida. Trata-se, portanto de alimentar uma crença, visto que não há garantias de que estas ações serão de fato realizadas e nem tampouco que elas tenham os resultados esperados. O desenvolvimento não existe senão como crença em um futuro melhor.

Quadro 03 – Os documentos do “desenvolvimento” do Espírito Santo

<b>Documento</b>	<b>Data</b>	<b>Entidades Responsáveis</b>	<b>Objetivos</b>
Espírito Santo 2025	2005	Espírito Santo em Ação SEDES	Planejar o desenvolvimento do ES durante o período de 2005 a 2025.
Novo PEDEAG 2007-2025	2007	SEAG	Desenvolver as cadeias produtivas da agricultura capixaba, inclusive a pesca.
Agenda Estratégica Regional Sul 2011-2021	2010	IJSN	Definir áreas prioritárias para o desenvolvimento da Região Sul.
PRODSUL	2011	SEDES	“Visa um trabalho coletivo, regional e propositivo, de forma a proporcionar um crescimento ordenado e sustentável aos oito municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Prodsul”.
PROEDES	2011	Governo do Estado	Ampliar a autonomia, qualidade e sustentabilidade do desenvolvimento do ES.
Espírito Santo 2030	2013	Espírito Santo em Ação SEDES	Revisão do Espírito Santo 2025, em razão da troca de governo.
PEDEAG 2015-2030	2015	SEAG	Revisão do Novo PEDEAG
Plano de Ação do Projeto Desenvolvimento Econômico Territorial	2016	SEBRAE SEDES	Plano de ações integradas para o desenvolvimento do Território.
Agenda Para o Desenvolvimento das Cidades Capixabas 2017-2020	2016	IDEIES	Fornecer elementos para aprimorar a gestão pública dos 78 municípios capixabas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Para reforçar ainda mais a ideia de desenvolvimento como crença, verifica-se que, mesmos os agentes sociais que se opõem às ações propostas, como por exemplo, a implantação de grandes projetos portuários, não questionam o desenvolvimento em si, mas apenas a forma como ele está sendo proposto. Temos como exemplos as falas de alguns pescadores artesanais contrários à construção dos portos que, ao serem questionados sobre o desenvolvimento, não foram contra esta ideia, ao contrário, sugeriram ações que, segundo seu ponto de vista, seriam o “verdadeiro” desenvolvimento. Quando perguntei o que significa o desenvolvimento a uma pescadora da Comunidade do Pontal, ela respondeu: “Deixar a gente pescar!”, se referindo às dificuldades que os pescadores vêm enfrentando com relação às licenças para a pesca da lagosta e à ocupação do seu principal pesqueiro pelo terminal portuário. (Entrevista com pescadora da Comunidade do Pontal, realizada em 10/03/2016).

Quadro 04 – “Uma carta do futuro: O Espírito Santo em 2025”

**E**stamos em 2025. O Espírito Santo acaba de se tornar um dos primeiros estados do Brasil a conquistar um padrão de vida semelhante àquele experimentado pelas nações mais desenvolvidas. A população capixaba se orgulha de ter erradicado a pobreza e de viver em um estado precursor de um modelo de desenvolvimento que se diferencia pela qualidade de seu capital humano, pela capacidade competitiva de suas empresas e por instituições públicas eficientes e reconhecidas.

Com uma escolaridade média de 12 anos, os capixabas são bem posicionados nos principais sistemas de avaliação educacional do País e ganham destaque crescente em eventos e premiações internacionais. Após 20 anos de maciço investimento para a construção de um sistema de formação de capital humano de elevada qualidade, o Espírito Santo é referência nacional em educação! O Estado também tem ampla projeção nacional quando o tema é inclusão social. Segundo dados do IBGE, com base no ano de 2025, há ainda 15 milhões de indivíduos em condições de pobreza no Brasil, mas nenhum deles reside no Espírito Santo. Em termos de distribuição de renda, o Estado é um dos mais igualitários do País.

A violência também faz parte do passado, e o Estado, que já esteve entre os mais violentos do Brasil, tem índices de criminalidade controlados e compete pelas melhores posições no ranking nacional. O capixaba goza de um clima de paz e vive de maneira harmoniosa em uma rede de cidades que cresce de maneira ordenada e bem planejada, que se integram por intermédio de uma rede de serviços de elevada qualidade e complexidade. O meio ambiente é visto como parte integrante deste novo modelo de desenvolvimento. Cerca de 20% do território do Espírito Santo encontram-se em fase de recuperação da vegetação nativa, e os “laboratórios verdes” capixabas tornam o Estado uma das referências sul-americanas em biotecnologia.

No campo econômico, há mais de um quarto de século que o Espírito Santo não pára de crescer. O Estado cresce, em média, 6% ao ano e já é o 5<sup>o</sup> mais competitivo da Federação. Os investimentos são atraídos para o Estado não apenas pela sua base de recursos naturais, mas sobretudo pelo capital humano de elevada qualidade e pelas excelentes condições logísticas. Com uma estrutura produtiva dinâmica e impulsionada pela inovação, o Espírito Santo tem uma economia de elevado valor agregado, diversificada e altamente integrada à economia global. E a situação não é diferente no interior, cuja economia é impulsionada por arranjos produtivos dinâmicos e competitivos. O Espírito Santo se destaca por ser um estado onde as oportunidades geradas pelo desenvolvimento beneficiam a todos, na Grande Vitória e no interior!

A sociedade tem participação crescente na formulação e implantação de políticas públicas. Como resultado de um grande esforço inicial que se estendeu por uma década, o Espírito Santo possui hoje uma administração pública transparente e de alto desempenho, marcada pela provisão de serviços de alta qualidade e pela existência de um corpo de servidores altamente profissionais. Celebra-se também a capacidade que teve o Estado de estabelecer parcerias duráveis com os estados vizinhos para ampliar o alcance de seu sistema logístico e, em especial, para desenvolver territórios comuns que concentravam pobreza e ausência de oportunidades.

Assim é o Espírito Santo de 2025, motivo de orgulho de todos os capixabas resultado das ações estratégicas empreendidas por toda a sociedade que, acima de tudo, confiou e soube trabalhar na construção de seu futuro. É cada vez melhor viver no Espírito Santo!

Feito o mesmo questionamento a outro pescador da Comunidade do Pontal ele respondeu: “Essa boca de barra aí teria que afundar mais pra fazer um canal. Fazer um canal e botar um farol sinalizando pro pescador saber onde ele pode entrar. Outro dia um bote subiu a pedra”. (Entrevista com pescador da Comunidade do Pontal, realizada em 10/03/2016).

Outros pescadores também fizeram referência ao desenvolvimento como melhoria das condições da pesca como, por exemplo, melhorar a estrutura para o desembarque, ter uma fábrica de gelo, acesso à óleo diesel subsidiado, entre outros. Alguns mencionaram a necessidade de infraestrutura como creches, escolas e postos de saúde.

Este mesmo questionamento foi feito a todos os entrevistados e nenhum deles questionou a “necessidade de desenvolvimento”. Embora para cada um o desenvolvimento possa representar ações e resultados esperados diferentes, ninguém negou o desenvolvimento em si.

Rist (2008, p. 24) afirma ainda que o “desenvolvimento’, portanto, parece ser uma crença e uma série de práticas que formam um todo, apesar das contradições entre elas”. Se, por um lado, a instalação de portos ou terminais portuários representa para gestores públicos o aumento na arrecadação e crescimento econômico do município, por outro, pode significar também impactos negativos sobre os serviços de educação, saúde, saneamento, entre outros serviços públicos para os quais não há investimentos suficientes<sup>23</sup>. Por sua vez, para a maioria dos pescadores a instalação destes empreendimentos significará o “fim da pesca”, o aumento do desemprego (visto que a maioria deles não acredita que serão empregados nos novos empreendimentos porque não têm qualificação profissional) e da violência dada a possibilidade de crescimento desordenado das cidades. Os empreendedores prometem qualificar os pescadores para terem condições de se empregarem, entretanto, os cursos oferecidos até o presente momento ou ocorrem em períodos em que os pescadores estão no mar, ou exigem um grau de escolaridade (ensino fundamental completo) que a maioria deles não têm. Assim, é comum a oferta de cursos cujas vagas não são preenchidas.

Os exemplos acima nos levam a crer que o desenvolvimento do litoral sul do Espírito Santo é uma crença, um mito: “eles<sup>24</sup> vêm aqui, falam, falam, falam e nada acontece” (Entrevista com marisqueira da Comunidade de Itaipava, 15/09/2015, Itapemirim). Esta fala dirige-se tanto aos representantes dos empreendimentos como ao poder público, que têm falado em nome do desenvolvimento e, para alguns, não têm feito o desenvolvimento acontecer.

---

<sup>23</sup> Conforme demonstram Bitencourt (2013) e Gonçalves (2012).

<sup>24</sup> Este termo “eles”, é muito comumente utilizado pela população local, ora se referindo ao poder público, ora aos empreendedores, conforme o contexto. Neste caso refere-se aos dois.

### 3.3 O DISCURSO COMO FORMA DE OPERACIONALIZAÇÃO DO MITO DO DESENVOLVIMENTO

A segunda maneira de operacionalizar o mito do desenvolvimento, que do meu ponto de vista é importante destacar, é a construção de narrativas, o discurso do desenvolvimento.

Para Foucault (1998), o discurso assume forma de realidade material, cuja duração não pertence àquele que fala ou escreve, que possui poderes e perigos os quais, por vezes, nem se imagina, e que pode provocar lutas, vitórias, ferimentos, dominações, sofrimentos, entre outras consequências as quais não se pode controlar.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1998, p. 8-9).

Um dos mecanismos de controle do discurso destacados pelo autor é a *exclusão*. A forma mais conhecida de *exclusão* em nossa sociedade é a *interdição*. Trata-se da limitação do discurso, pois sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, de dizer qualquer coisa em qualquer lugar e que nem todos podem falar. As limitações do discurso revelam sua ligação com o “desejo” e o “poder”:

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar. (FOUCAULT, 1998, p. 10).

Outro princípio de *exclusão* destacado pelo autor é a *separação/rejeição*. Trata-se do mecanismo por meio do qual alguns grupos sociais são distinguidos (ou separados) dos demais e cujo discurso deverá ser rejeitado. Foucault (1998) traz como exemplo a oposição razão e loucura em que o discurso do louco não deve ser ouvido, ele é rejeitado. Nos dias atuais uma série de instituições cumprem o papel da *separação/rejeição*. Destaco as oposições “moderno”/“atrasado”, “desenvolvido”/“subdesenvolvido”, “saber científico”/“saber popular”, entre outros.

A separação historicamente construída entre *verdadeiro* e *falso* constitui-se no terceiro princípio de *exclusão* apontado por Foucault (1998). Trata-se do princípio da *vontade de verdade*, que se apoia sobre um suporte e uma distribuição institucional e tende a exercer, sobre

os outros discursos um poder de coerção. Como exemplos, o autor cita o apoio que a literatura ocidental busca no natural, no verossímil e a maneira como as práticas econômicas procuram fundamentar-se a partir da racionalização e da teoria da riqueza e da produção.

Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recoloca-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura. (FOUCAULT, 1998, p. 20).

O autor considera estes três mecanismos de controle, *interdição*, *separação/rejeição* e *vontade de verdade* como mecanismos externos ao discurso. Entretanto, ele chama a atenção para o fato que existem também mecanismos de controle que são internos ao próprio discurso: “procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso”. (FOUCAULT, 1998, p. 21).

O *comentário* é o primeiro destes mecanismos citados pelo autor. Trata-se do fenômeno da repetição de narrativas que se contam e se fazem variar; coisas ditas uma vez que se conservam porque acredita-se haver nelas uma riqueza ou um segredo. Foucault destaca que

[...] há um desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de um certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer. (FOUCAULT, 1998, p. 22).

Esse desnivelamento mencionado por Foucault desempenha, por um lado, o papel de construir indefinidamente novos discursos e, por outro, o papel de dizer o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro, permitindo dizer algo além do texto mesmo por meio da repetição.

Outro mecanismo interno de controle do discurso é o da autoria. O autor é entendido aqui como *princípio de agrupamento do discurso*, como unidade e origem de suas significações, como aquele que escreve e inventa, limitando o discurso na forma da *individualidade*, do *eu*. (FOUCAULT, 1998).

Em oposição ao princípio do *comentário* e do *autor*, a organização das *disciplinas* aparece como o terceiro mecanismo de controle interno do discurso. Uma vez que uma disciplina se define por um conjunto de objetos, de métodos e um *corpus* de proposições

consideradas verdadeiras, um conjunto de regras e definições, de técnicas e instrumentos, torna-se um sistema anônimo à disposição de quem quiser se servir dele. Já, as *disciplinas* requerem não a repetição indefinida, mas a criação constante de novas proposições.

Além disso,

Uma disciplina não é a soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa; não é nem mesmo o conjunto de tudo o que pode ser aceito, a propósito de um mesmo lado, em virtude de um princípio de coerência ou sistematicidade. [...]. Há mais ainda: para pertencer a uma disciplina uma proposição deve poder inscrever-se em certo horizonte teórico. (FOUCAULT, 1998, p. 31 e 33).

Assim, cada disciplina, dentro de seus limites, reconhece proposições verdadeiras ou falsas e deixa de fora um conjunto de saberes populares e um conjunto de crenças, experiências imediatas, temas imaginários, “monstros cuja forma muda com a história do saber”. (FOUCAULT, 1998, p. 33). A disciplina é, portanto, um princípio de controle da produção do discurso.

Há ainda, conforme Foucault (1998), um terceiro conjunto de procedimentos que permitem o controle do discurso, a *rarefação* dos sujeitos que falam, ou seja, limitar o número de sujeitos que falam. Quem pode falar? Nem todos os sujeitos satisfazem certas exigências ou são qualificados para entrar na ordem do discurso.

Em resumo, são três as formas de coerção do discurso: as que limitam seus poderes, as que dominam suas aparições aleatórias e as que selecionam os sujeitos que falam. Para Foucault (1998) os rituais são a forma mais superficial e visível deste sistema de restrições porque eles definem as qualificações que devem possuir os indivíduos que falam, os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso.

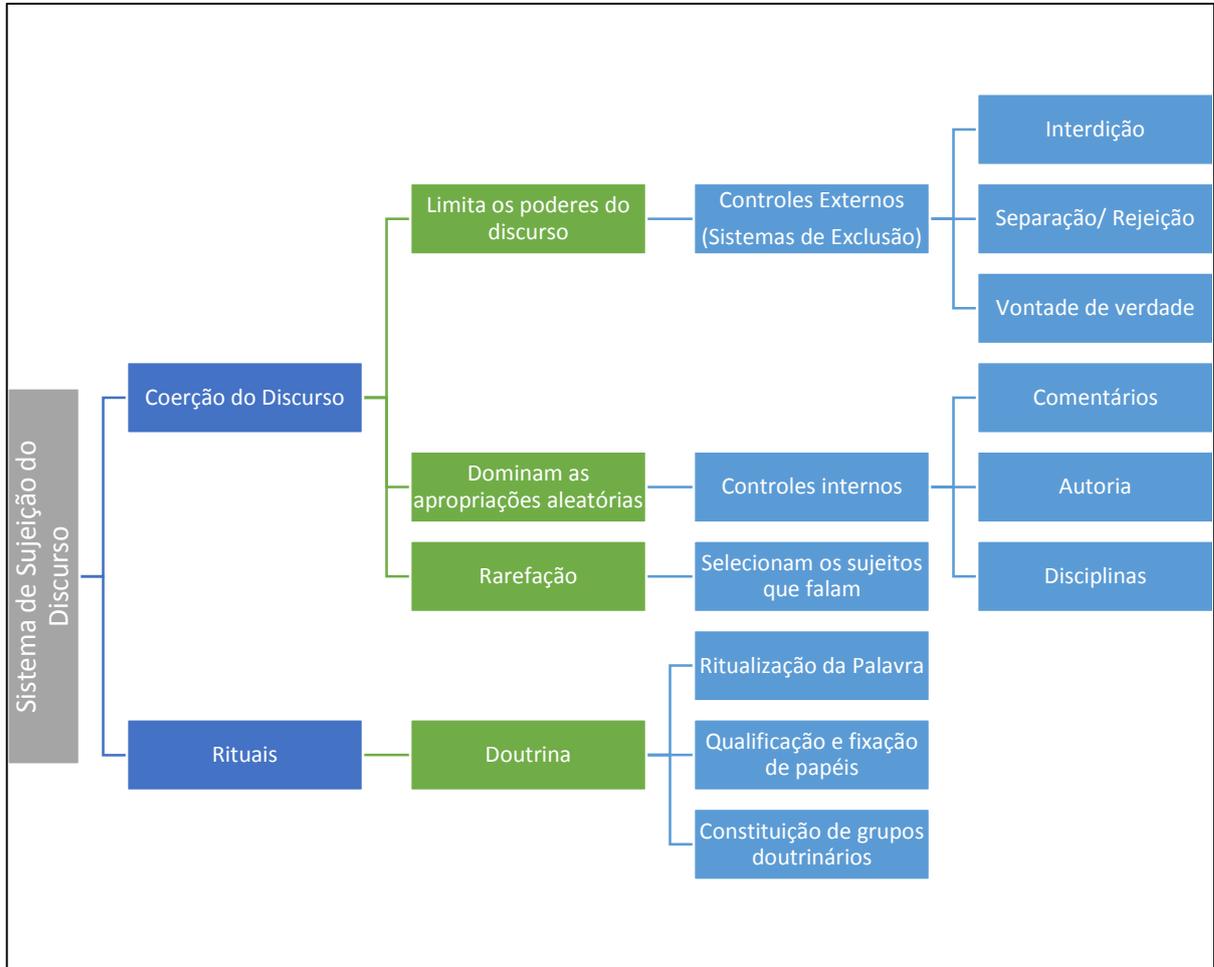
Um das formas de discurso que interessa a este estudo em especial é a “doutrina”. Para Foucault (1998) as “doutrinas” tendem a difundir-se abrangendo um grande número de indivíduos que falam e, aparentemente, a única restrição para pertencer a este grupo é a aceitação das mesmas verdades e de regras de conformidade.

A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam. (FOUCAULT, 1998, p. 43).

A ritualização da palavra, a qualificação e fixação de papéis para os sujeitos que falam e a constituição de grupos doutrinários significam, para o autor, uma distribuição e uma

apropriação desigual do discurso com seus poderes e saberes, ou em outras palavras, um *sistema de sujeição do discurso*.

Figura 13 – Síntese do Sistema de Sujeição do Discurso de FOUCAULT



Fonte: Elaborado pela autora com base em Foucault (1998).

O desenvolvimento do Espírito Santo não se apresenta apenas como discurso. Mais do que isso, constitui-se em um sistema de sujeição, controle, dominação. Ao considerar os elementos constitutivos do *sistema de sujeição do discurso*, como sintetizado na Figura 13, vê-se todos os seus elementos presentes no contexto empírico no desenvolvimento no Espírito Santo.

Considerando as diferentes formas de controle externo do discurso do desenvolvimento, verifiquei, tanto nos documentos analisados, diário de campo, como nas entrevistas realizadas com representantes do poder público e dos empreendimentos, que existem temas que não são mencionados, ou seja, passam pelo processo de *interdição*. São temas como, por exemplo, a

perda da renda dos pescadores artesanais<sup>25</sup>; a inviabilidade da continuidade da atividade pesqueira, principalmente nos pesqueiros de camarão; a inviabilidade da coleta da aroeira (atividade que substitui a renda dos pescadores da comunidade de Marobá no inverno) porque as árvores serão derrubadas para a implantação do Porto Central; os impactos ambientais relativos, por exemplo, à poluição das águas pelos rejeitos dos navios, óleo, entre outros; o fato de que o aumento da circulação de grandes embarcações aumentará também o risco de acidentes envolvendo os pequenos barcos de pesca artesanal; a assimetria assegurada pela legislação ambiental em relação à utilização/exploração/destruição dos “recursos naturais” se considerar, por um lado, os pescadores e coletores locais e, por outro, os empreendimentos; o fato de que a população local não possui qualificação profissional para ser alocada como mão de obra nos “empreendimentos do desenvolvimento”; o fato de que a população local não tem (ou tem baixa) capacidade de investimento, nem tampouco qualificação profissional para a abertura de novos negócios de prestação de serviços aos empreendimentos que serão instalados, entre outros.

Por exemplo, o terreno onde deverá ser instalada a base de apoio logístico da C-Port Brasil Logística Offshore Ltda., na Praia da Gamboa, abrange parte das pedras onde as marisqueiras retiram o marisco. Assim que a empresa adquiriu o terreno, conforme me informou em conversa informal uma funcionária da Colônia de Pesca, proibiu o ingresso das marisqueiras e seu terreno passou a ser vigiado por seguranças. E, a esse respeito, o que foi dito em audiência pública desta empresa com a população local foi o seguinte:

Eu participei[referindo-se à Audiência Pública]. Foi até na Associação. Aí eles falaram que não ia afetar nada, que não ia prejudicar nada, porque teve todo mundo discutindo sobre as marisqueiras. Eles falaram que não, que isso não ia atingir nada. Eu não lembro o nome dele não. Ele falou que não ia prejudicar nada. (Entrevista com marisqueira da Comunidade de Itaipava, 24/02/2016, Itapemirim).

Ao elaborar o discurso que será apresentado às comunidades, informações significativas relacionadas ao seu cotidiano simplesmente não são transmitidas ou são negadas propositadamente, num processo de interdição.

No que tange à *separação/sujeição*, verifiquei que no discurso do “desenvolvimento” do Espírito Santo não se encontram as diversas comunidades tradicionais locais (indígenas, quilombolas, agricultores, pescadores, entre outras). Para estes é oferecida apenas uma escuta

---

<sup>25</sup> Esta é mencionada nos EIA/RIMA dos três empreendimentos, entretanto tais documentos tratam a questão como se fosse possível reverter esta situação com Programas de Compensação da Atividade Pesqueira. Vale destacar que estes documentos são de circulação muito restrita à população a que se destina o “desenvolvimento”.

simbólica, nas audiências públicas ou nas reuniões para elaboração de projetos de compensação ambiental, porque a lei obriga.

Sobre audiências públicas com representantes dos empreendimentos, apresenta-se os seguintes depoimentos:

Muitas reuniões sem nada. É aquilo que você tinha falado no início sobre as possíveis compensações pesqueiras, nada aconteceu. Só promessa, promessa, promessa e nada surgiu. (Entrevista com Técnico em Pesca, 25/02/2016, Marataízes).

Marcaram uma reunião e me chamaram em cima da hora. Uma reunião que não foi pescador homem nenhum, foram algumas mulheres que eles levaram, que não dependem da pesca e não deu voz pra gente, e segundo informações, eles enfiaram uma ideia de um projeto de uma cozinha, que a gente já tentou aqui na outra gestão e não deu certo, pra tentar compensar. Eu disse: “Não é assim”. Eles têm que ver quem são os afetados e o que pode ser feito. Nem sempre o dinheiro é a compensação. Eles acabam criando um problema maior que tende a crescer. (Entrevista com pescador do Pontal, 25/02/2016, Marataízes).

Nessas reuniões que tinha aí sempre o Carlos tocava no assunto para poder indenizar o pescador, mas nunca ficou resolvido isso. (Entrevista com pescador de Marobá, 04/05/2016, Presidente Kennedy).

Na verdade, o que fica evidente é que os pescadores, que serão diretamente afetados pelas ações do desenvolvimento não são escutados. Estas reuniões públicas servem apenas como mais uma forma de repetição do discurso do desenvolvimento e convencimento do que propriamente para escutar esta parcela da população.

No que tange à *vontade de verdade*, percebo claramente que o discurso do desenvolvimento no Espírito Santo, principalmente aquele mais direcionado ao litoral sul, apoia-se na afirmação de “saberes” que se pretendem verdadeiros, contra outros que não o são. Observando uma das reuniões de empreendedores com a comunidade local, reunião esta que pertencia ao programa de comunicação social que era parte constitutiva dos compromissos assumidos pela empresa em seu processo de licenciamento, tomei a seguinte nota em meu diário de campo:

Os representantes das empresas, ao se apresentarem, fazem questão de manifestar sua formação acadêmica – “eu sou engenheiro”, “eu sou formado na UFES”, entre outros – como se isso justificasse o fato de ele falar e os outros não, ou dele ser portador do conhecimento e outros não. (Diário de campo, 05/11/2015, Anchieta).

A *vontade de verdade* aqui é expressa pela ideia de que os técnicos-científicos é que “sabem” sobre o desenvolvimento, por isso são eles que falam em seu nome.

Ainda sobre as disputas em torno dos “saberes”, um pescador declarou o seguinte:

Como são feitas as pesquisas do pessoal da UFES? Eles perguntam aos pescadores do Estado do Espírito Santo, e a resposta está na inteligência de cada pescador que tem o conhecimento do que sabe da pesca (Entrevista com pescador da Comunidade de Itaipava, 15/09/2015, Itapemirim).

Esta declaração marca bem a separação “conhecimento popular” *versus* “conhecimento científico” em uma sociedade em que este último é mais valorizado (ou se apresenta como verdade) em relação ao primeiro.

Outra declaração, feita em conversa informal, anotada em meu diário de campo, foi a de uma funcionária da Secretaria Estadual de Desenvolvimento que me disse o seguinte:

Nós não conseguimos entender o que as comunidades de pesca querem. Eles parecem não querer trabalhar em outra profissão, ter carteira assinada, patrão, trabalhar 40 horas por semana. Eles não aceitam as mudanças. Não sabemos o que eles querem (Diário de Campo, 11/03/2016, Vitória).

Qual é a *vontade de verdade* sobre o desenvolvimento expressa nessa fala? Que para desenvolver tem que trabalhar nas profissões que o “desenvolvimento” quer, da maneira como o “desenvolvimento” acha melhor, aceitar as mudanças impostas pelo “desenvolvimento”. Todas estas formas relacionadas à ideia de modernização, adoção de racionalidades econômicas típicas das sociedades capitalistas, a sujeição ao trabalho assalariado, a aceitação dos processos de industrialização, entre outras, são vistas como a representação de uma “sociedade desenvolvida”.

Dentre as formas de *controles internos* ao discurso, conforme Foucault (1998) muito me chamou atenção a *repetição*. Desde o início dos anos 2000, no Espírito Santo, a pauta do “desenvolvimento” está sempre muito presente e, mais especificamente após a publicação, em 2006, de um de seus dispositivos mais emblemáticos, o “Espírito Santo 2025: plano de desenvolvimento”, este processo se tornou ainda mais evidente. Considero importantes as proposições do grupo de empresários que integra o movimento Espírito Santo em Ação, porque eles se constituem em lideranças que passam a influenciar, significativamente, as ações do Governo do Estado e de pequenos empresários no sentido de promover o “desenvolvimento” conforme seus interesses. Considero este documento emblemático, não apenas pelo seu conteúdo, que expressa as noções de “desenvolvimento” e seus objetivos para o Espírito Santo, como também pelo processo de sua elaboração marcado por uma série de reuniões públicas, com diversos representantes de diversos setores do Governo do Estado, com lideranças da sociedade civil, e sempre muito noticiado pelos meios de comunicação de massas. Momentos simbólicos como o “lançamento” deste documento, em um grande evento aberto ao público,

realização de audiências públicas, encontros temáticos, além de eventos para a distribuição do documento com realização de palestras, conferências e divulgação deste plano estratégico. Assim como destaquei no item anterior, um verdadeiro processo de *ritualização da palavra*, importante na construção do *sistema de sujeição do discurso*.

Mas qual a concepção de “desenvolvimento” expressa neste documento? Exatamente aquela que Esteva (2000, p. 74) denomina uma *constelação semântica* poderosa constituída por noções como *evolução, crescimento, maturação e modernização*. Trata-se, portanto, de uma metáfora que prega a evolução social e econômica para *formas cada vez mais perfeitas*, capaz de transformar a história em um programa cujo destino passa a ser necessário e inevitável e cujo modo de produção industrial tornou-se o estágio final de um caminho unilinear.

Ao analisar as proposições para o desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, a partir dos anos 2000, verifiquei a construção de uma narrativa que, não apenas transforma o Estado em “subdesenvolvido” sempre em comparação com seus vizinhos, Minas Gerais e Rio de Janeiro e até com outros países, como, através de uma visão linear, baseada nas ações de modernização, promete o combate à pobreza, a redução das desigualdades e aumento na qualidade de vida de sua população.

A seguir, destaco alguns trechos do documento onde o discurso do desenvolvimento vai se apresentando como *evolução, crescimento, maturação, modernização*, ou uma visão de futuro melhor para todos.

Até 2025 o Espírito Santo alcançará padrões de desenvolvimento próximos aos dos países com as *melhores condições de vida* na atualidade. E isto não é um sonho. É um projeto viável, como bem demonstra este Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Este Plano, construído participativamente, numa parceria Governo-Sociedade, aponta para um novo ciclo de desenvolvimento do Espírito Santo, baseado na *integração competitiva*, em nível nacional e internacional, de uma *economia capixaba diversificada e de maior valor agregado*, sustentada pelo capital humano, social e institucional de alta qualidade.

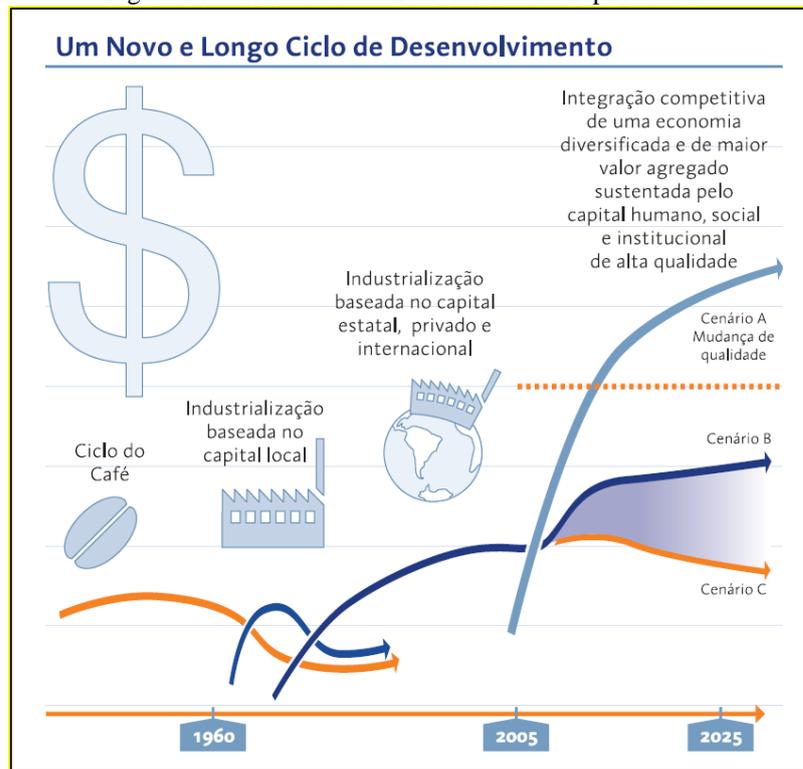
O Plano Estratégico de Desenvolvimento é essencialmente uma agenda para a construção de uma realidade com democratização das oportunidades de crescimento individual e coletivo em terras capixabas.

Os quatro grandes pilares de sustentação desse novo ciclo histórico são a *erradicação da pobreza* e a *redução das desigualdades* para ampla inclusão social; o *desenvolvimento do capital humano* capixaba segundo padrões internacionais de excelência; a *diversificação econômica, agregação de valor à produção e adensamento das cadeias produtivas*; e o *desenvolvimento do capital social* e a devoção absoluta à ética republicana por parte das instituições públicas.

Vamos promover uma eficaz e massiva atração de investimentos produtivos. A economia capixaba aumentará sua inserção competitiva no mercado nacional e internacional, ancorada em uma agricultura de valor agregado; em um setor terciário avançado; na cadeia produtiva do petróleo e gás; em um conjunto de arranjos produtivos locais e nos grandes empreendimentos industriais competitivos em escala planetária (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 6, grifo nosso).

Ao analisar os itens grifados acima, percebo, claramente, a visão de desenvolvimento centrado na economia e, mais do que isso, na subordinação de outras formas de interação social aos processos econômicos. Dentre os itens claramente relacionados à ideia de crescimento econômico tem-se: “integração competitiva”, “economia diversificada de maior valor agregado”, “adensamento de cadeias produtivas”. Destaco as noções de “desenvolvimento do capital humano e do capital social” como representativos do processo de subordinação de outras dinâmicas sociais à ordem econômica visto que aí se inserem investimentos em educação para a formação de mão de obra “eficiente”, com promessas de investimentos em educação e fortalecimento institucional capazes de garantir as ações de “desenvolvimento”. A Figura 14 demonstra bem a visão de desenvolvimento predominante durante este período.

Figura 14 – Ciclos de desenvolvimento do Espírito Santo



Fonte: Espírito Santo, 2006, p. 47.

Além do movimento Espírito Santo em Ação, a Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) também se constitui em agente social importante na construção e divulgação da concepção de desenvolvimento predominante neste período. Analisando, por exemplo, o conteúdo publicado em sua revista Indústria Capixaba, considerando os 23 números a que tive



desenvolvimento econômico, industrialização, modernização, pois tem-se, dentre as demais palavras, termos como: trabalho, empresas, indústrias, inovação, mercado, investimentos, produtos, entre outros.

Esse fenômeno da *repetição* do discurso do “desenvolvimento” expresso claramente na Revista Indústria Capixaba pode ser também verificado nos mais variados meios de comunicação de massas, como por exemplo, a imprensa escrita, portais das redes de comunicação na internet, rádios, outras publicações locais, canais de televisão, entre outros.

Mas quem fala? Ou quais vozes os jornalistas repercutem? Esta pergunta leva à reflexão sobre outra forma de controle do discurso que é a *rarefação*, ou seja, o controle dos sujeitos que falam. Por meio dos meios de comunicação de massas mencionados falam os representantes dos empreendimentos, legitimados por seus títulos acadêmicos, os representantes dos diversos setores da administração pública, estadual ou municipal, que, de alguma forma têm relação com a “promoção do desenvolvimento”, como por exemplo, o governador, os prefeitos, os secretários estaduais ou municipais de desenvolvimento, entre outros.

Já nos espaços públicos de divulgação (*repetição e ritualização*) do “desenvolvimento” falam os técnicos especialistas, em sua maioria trabalhadores das empresas ou órgãos públicos responsáveis pelo “desenvolvimento”. Sobre esta questão é representativa a fala de uma das lideranças das comunidades pesqueiras acerca das audiências públicas:

O Porto Central fez uma audiência pública no ginásio de esportes. Lotou com ônibus de todas as comunidades, de tudo que era canto. Botaram uma mesa de comida para um batalhão de gente comer. Aí minha filha, foram pro microfone [os representantes da empresa] e ninguém mais falou. (Entrevista com líder comunitária de Marobá, 04/05/2016, Presidente Kennedy).

Outra parte importante da formação do *sistema de sujeição do discurso* é a ritualização. Toma-se a forma doutrinária do discurso como exemplo. O discurso doutrinário fundamenta-se na *ritualização da palavra, na qualificação e fixação de papéis* e na *constituição de grupos doutrinários*.

Outra forma de ritualização da palavra que ocorre no Espírito Santo são os eventos. Como já mencionei no item anterior, uma série de eventos de grande porte, sempre muito bem divulgados pela mídia, fazem, segundo meu entendimento, parte dos rituais do “desenvolvimento” e proporcionam sua divulgação, disseminação e manutenção da narrativa. Ao longo da pesquisa de campo registrei, a partir de análise de notícias, sítios de internet, documentos das administrações municipais ou estaduais e conversas informais a realização dos eventos sintetizados no Quadro 05.

Quadro 05 – Eventos públicos para a divulgação do “desenvolvimento” no Espírito Santo<sup>1</sup>

<b>Data</b>	<b>Quem promove</b>	<b>Nome do Evento</b>	<b>Objetivos</b>
2007	FINDES ES Ação Governo do Estado	Fórum da Indústria Capixaba	Construção do Mapa Estratégico da Indústria Capixaba (MEIC). “Todas as ações do MEIC levam à construção do desenvolvimento sustentável do Espírito Santo, onde o crescimento econômico deve se equilibrar com o desenvolvimento socioambiental responsável” (PORTO, 2008: 49).
2008	Sindicato das indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Espírito Santo e Centro Capixaba de Desenvolvimento Metalmeccânico	MECSHOW	Feira Metalmeccânica, Energia e automação. Esta feira ocorre anualmente desde 2008 e sua 10ª. Edição está prevista para julho de 2017. (www.mecshow.com.br)
2010	Secretaria Estadual de Desenvolvimento	Encontros Temáticos: Agenda Estratégica Regional Sul	Realização de encontros com representantes do Governos do Estado, Empresários e outros representantes da sociedade civil para a elaboração da “Agenda Estratégica Regional Sul – 2011-2021” (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2010)
2010	Secretaria Estadual de Desenvolvimento	Cerimônia de entrega da “Agenda Estratégica Regional Sul – 2011- 2021”	Entregar aos governadores, aquele que findava o mandato em 2010 e o eleito para o mandato seguinte, a “Agenda Estratégica Regional Sul – 2011-2021”. ( <a href="http://www.es.gov.br/Noticias/142026/detalhes.htm">http://www.es.gov.br/Noticias/142026/detalhes.htm</a> )
2010	Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim AMUNES	Lançamento da Agenda Estratégica Regional Sul – 2011-2021	Reunir setor público, privado e sociedade civil com o objetivo de organizar os interesses e aproveitar as potencialidades dos municípios. ( <a href="http://www.viaes.com.br/abstractdatas/exibir/15970/noticias">www.viaes.com.br/abstractdatas/exibir/15970/noticias</a> )
2015	Rede Empresarial do Espírito Santo Espírito Santo em Ação	I Fórum da Rede Empresarial: “Competitividade para o Espírito Santo”	Debater ações para o desenvolvimento regional, modelos de boas práticas que contribuem para uma gestão municipal eficaz, além de promover a discussão sobre a importância do associativismo e propor ações para desenvolvimento local. ( <a href="http://www.es-acao.org.br/index.php?id=sala_de_imprensa/noticias_da_rede_empresarial/materia.php&amp;cd_matia=3717">http://www.es-acao.org.br/index.php?id=sala_de_imprensa/noticias_da_rede_empresarial/materia.php&amp;cd_matia=3717</a> )
2016	SEDES SEBRAE	Reunião pública	Formação da Rede de Cooperação e Elaboração do Plano de Ação do Projeto Desenvolvimento Econômico Territorial – Litoral Sul. ( <a href="http://www.aquinoicias.com/espírito-santo/2016/08/municipios-do-litoral-sul-do-es-e-sebrae-se-reunem-para-elaborar-plano-de-acao/2220172/">http://www.aquinoicias.com/espírito-santo/2016/08/municipios-do-litoral-sul-do-es-e-sebrae-se-reunem-para-elaborar-plano-de-acao/2220172/</a> )
2016	Movimento Aliança Jovem	1º. Fórum Liberdade e Empreendedorismo	Debate entre o governo do Estado e jovens empresários sobre as “Participações Público Privadas”
2016	FINDES	Lançamento da “Agenda Para o Desenvolvimento das Cidades Capixabas 2017-2020”	Lançamento realizado na Reunião do Conselho de Desenvolvimento Regional (Conder) – formado pelos presidentes dos sindicatos do sistema FINDES. ( <a href="http://www.aquinoicias.com/eleicoes-2016/2016/08/finde-lanca-agenda-com-propostas-para-gestao-municipal-no-espírito-santo/2226855/">http://www.aquinoicias.com/eleicoes-2016/2016/08/finde-lanca-agenda-com-propostas-para-gestao-municipal-no-espírito-santo/2226855/</a> )

<sup>1</sup> Também neste caso não se tem o objetivo de esgotar o assunto. Destaca-se apenas os eventos que foram levantados em campo, podendo haver outros não registrados.

Meu objetivo, ao elaborar esse quadro, além de evidenciar a diversidade de eventos que repõem constantemente o mito do “desenvolvimento”, foi também chamar a atenção para a constituição de grupos doutrinários. Ao analisar quais são os grupos promotores dos eventos tem-se, além das instituições formais como FINDES, Governo do Estado, Governos Municipais, SEBRAE, AMUNES, a constituição de grupos variados da sociedade civil que se mobilizam em torno da divulgação da doutrina do “desenvolvimento” como, por exemplo, o Movimento Espírito Santo em Ação, os Sindicatos das Indústrias, a Rede Empresarial (outro grupo de empresários diferente do ES Ação) e o Movimento Aliança Jovem.

Ao analisar o desenvolvimento no Espírito Santo, posso, a partir das evidências mencionadas, interpretá-lo também como discurso no sentido foucaultiano do termo, discurso como forma de operacionalizar o mito, como realidade material cuja duração, poderes e perigos os emissores do discurso nem sequer imaginam, mas que mantém, ou atualiza, o mito do “desenvolvimento” por meio do *sistema de sujeição do discurso*.

#### 3.4 O DISCURSO DO “SUBDESENVOLVIMENTO” DO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO

Ao afirmar que o desenvolvimento é a religião da modernidade, Rist (2008) destaca que esta crença é historicamente datada e teve como um de seus dispositivos mais eficazes a invenção do subdesenvolvimento por meio do “Ponto Quatro” do discurso proferido pelo presidente dos Estados Unidos da América, Harry S. Truman, em 1949. “O surgimento do termo “subdesenvolvimento” evoca não só a ideia de mudança na direção de um estado final, mas, acima de tudo, a possibilidade de realizar a mudança”. (RIST, 2008, p. 73). Tem o poder de transformar, de uma hora para outra, populações antes autônomas, em *membros de uma mesma família*, àquela que aglutina “desenvolvidos/subdesenvolvidos”. O subdesenvolvimento passa a ser considerado natural, não é questionado, e o desenvolvimento assume um significado transitivo, como uma ação realizada por um agente sobre o outro constituindo-se em um princípio organizador da vida social.

O binômio “desenvolvimento/subdesenvolvimento”, segundo Rist (2008), mantendo uma lacuna entre as diferentes partes do mundo, justifica a *necessidade* de uma intervenção. Enquanto o subdesenvolvimento aparece sem uma causa aparente, naturalizado como um estado de pobreza, o desenvolvimento aparece como um estado caracterizado pela abundância que deve colocar seus recursos à serviço do combate à pobreza, “ajudando os outros se ajudarem”.

Rist (2008) destaca ainda a forma como o discurso de Truman foi estruturado, permitindo a invenção de um novo paradigma. Nele pode-se verificar a existência de quatro partes, sendo a primeira aquela que enfatiza a situação desesperadora da fome e da pobreza; a segunda, a “*boa notícia do desenvolvimento*”, que trará a felicidade; a terceira, que convoca à ação no sentido de produzir mais e melhor e a expandir o comércio; e a quarta afirma o surgimento de uma era de paz e felicidade para todo o mundo.

Estas, então, são as razões pelas quais o Ponto Quatro deve ser considerado um ato de abertura de uma nova era - não porque a realidade é criada por palavras, mas porque certas formas de discurso expressam mais precisão do que outras numa realidade em criação, porque certos textos trazem mais clareza do que outros à episteme de uma época, e finalmente - este é um aspecto performativo do texto - não porque o poder faz, necessariamente, envolver uma mudança de realidade, mas, em vez disso, a insere em uma problemática diferente, propondo uma nova interpretação para acender à ilusão de mudança. (RIST, 2008, p. 78).

O desenvolvimento então aparece como um projeto coletivo da humanidade que, embora tenha servido aos interesses da nação mais poderosa do mundo, se apresenta como um conjunto de medidas técnicas, fora do debate político, capazes de promover o crescimento da produtividade e por intermédio da “ajuda” dos mais favorecidos aos subdesenvolvidos. O desenvolvimento se apresenta como a única resposta possível para a superação da pobreza, porém retira do colonizado – agora transformado em subdesenvolvido – a independência política, a identidade cultural e a autonomia econômica visto que estes passam a ser guiados pelos outros pelo “caminho do desenvolvimento”.

Para que o desenvolvimento se tornasse hegemônico foi necessário, então, transformar o “outro”, aquelas populações que não eram industrializadas, urbanizadas, modernas, sem uma clara inserção à lógica econômica do mercado, em *subdesenvolvido*. “As populações deixaram de ser o que eram para se transformar em imagem inversa da realidade alheia” (ESTEVA, 2000, p. 60), tendo sido anuladas, contraditas e escravizadas.

O estabelecimento de valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social. Essa desvalorização transforma, em um passe de mágica, habilidades em carências, bens públicos em recursos, homens e mulheres em trabalho que se compra e vende como um bem qualquer, tradições em um fardo, sabedoria em ignorância, autonomia em dependência. Transforma atividades autônomas e pessoais, que incorporam desejos, habilidades, esperanças e interação social ou com a natureza, em necessidades cuja satisfação exige mediação do mercado. (ESTEVA, 2000, p. 74).

No caso específico da pesquisa em tela, percebo, claramente, que a microrregião litoral sul do Estado do Espírito Santo, desde o período colonial, foi “construída” como o lugar do

subdesenvolvimento. Primeiramente, em decorrência do estabelecimento de uma “barreira verde” para impedir o contrabando de ouro e pedras preciosas de Minas Gerais, as povoações foram limitadas à faixa litorânea, sendo proibida a entrada para o sertão, que no discurso da época era o local da “ausência de civilização”, o local do indígena. A maioria das fazendas do litoral eram de propriedade dos jesuítas e nelas se produzia farinha, hortaliças e se criava gado. A mão de obra era escrava e indígena. Com a expulsão dos jesuítas pela coroa portuguesa a região passou por um processo de perda de importância econômica uma vez que as atividades agrícolas ficaram restritas ao autoconsumo e diminuíram consideravelmente as atividades comerciais.

Na segunda metade do século XIX, com a vinda de imigrantes europeus, em sua maioria italianos, e em função da dinâmica da economia internacional, instaurou-se o cultivo do café e promoveu-se a colonização do sertão por meio da implantação de vários núcleos coloniais.

Atribui-se o atraso econômico do Espírito Santo em relação ao Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais à dificuldade na ocupação do território capixaba, circunscrito ao litoral (até meados do século XIX). Outro fator que contribuiu para a interpretação do Espírito Santo como atrasado é o fato de que, diferentemente de outras regiões do país, o modelo da *plantation* escravista não se disseminou por todo o território, estando concentrado apenas em algumas regiões, tendo como determinantes as particularidades da geografia local (montanhas e muitas áreas alagadas), as dificuldades de ocupação de determinadas áreas do território por conta da presença indígena, a proibição da abertura de estradas em direção às áreas de mineração – o que provocou um isolamento da província e impediu o crescimento de sua população. (MARTINS, 2014, p. 26).

Vários estudiosos<sup>1</sup> apontam para o fato de que, por ser baseada na pequena propriedade familiar, a cafeicultura, principal atividade econômica no século XIX, não possibilitou o desenvolvimento de circuitos de valorização do capital que permitissem investimentos para outras áreas além da própria cafeicultura. Mas, paradoxalmente, para fortalecer as exportações do café, na década de 1920, foram feitos investimentos em infraestrutura que seriam importantes no momento de transição da economia cafeeira para a economia urbano-industrial. Trata-se, mais especificamente, do desenvolvimento das atividades portuárias e a construção de estradas de ferro.

Com a crise da produção cafeeira, a política nacional de erradicação dos cafezais, na década de 1950, e a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), houve um movimento reivindicatório no sentido de incluir o Espírito Santo na política regional

---

<sup>1</sup> Entre eles Martins (2014), Macedo; Magalhães (2011), Mota (2000), Buffon (1992), Ferreira (1987), Rocha; Morandi (1991).

brasileira (principalmente em função dos baixos indicadores socioeconômicos) e a defesa da industrialização como forma de alavancagem do desenvolvimento.

Durante os anos 1960 e 1970, o processo de industrialização ocorreu de maneira centralizada na região metropolitana de Vitória em decorrência do fato de que ali se concentrava a maior parte da infraestrutura herdada do período em que predominavam as exportações de café. Com a existência do porto e das estradas de ferro, o Espírito Santo passou a ser exportador de produtos semi-industrializados. Assim, os municípios do litoral sul do Espírito Santo permaneceram subdesenvolvidos, com exceção feita ao município de Anchieta que, na década de 1970, no bojo dos grandes investimentos para o desenvolvimento (no que se poderia chamar de primeira fase da industrialização capixaba), recebeu investimentos da Samarco Mineração S. A., com a instalação de uma usina de pelletização de minério de ferro e um terminal portuário. Esta atividade veio a agregar outras empresas, compondo um setor industrial com aproximadamente 50 empresas responsáveis por cerca de 79% da composição do Produto Interno Bruto (PIB) do município.(ABE, 2006).

A predominância, até os dias atuais, de uma economia baseada na pequena produção rural familiar e na pesca artesanal, contribuiu para que, no período novo desenvolvimentista que se iniciou no estado do Espírito Santo por volta do início dos anos 2000, se mantivesse, ou fosse retomado, o discurso do subdesenvolvimento.

Por exemplo, ao se analisar o número de estabelecimentos agropecuários na microrregião litoral sul do Espírito Santo, verifica-se que os números relativos ao percentual dos estabelecimentos de base familiar, demonstrados na Tabela 02, confirmam que o processo de colonização e ocupação territorial se deu por intermédio das pequenas propriedades.

Tabela 02 - Número de estabelecimentos agropecuários, por condição em relação à agricultura familiar na microrregião Litoral Sul do Espírito Santo (2006)

<b>Município</b>	<b>Total</b>	<b>Não Familiar</b>	<b>Agric. Fam.</b>	<b>% Não Fam.</b>	<b>% Agric. Fam</b>
Alfredo Chaves	1.170	168	1.002	14,36	85,64
Anchieta	494	127	367	25,71	74,29
Iconha	1.123	99	1.024	8,82	91,18
Itapemirim	792	120	672	15,15	84,85
Marataízes	1.382	147	1.235	10,64	89,36
Piúma	179	54	125	30,17	69,83
Pres. Kennedy	718	131	587	18,25	81,75
Rio Novo do Sul	644	68	576	10,56	89,44
<b>Total</b>	<b>6.502</b>	<b>914</b>	<b>5.588</b>	<b>14,06</b>	<b>85,94</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Este fato contribui para a construção desta região como subdesenvolvida, uma vez que a prática da agricultura de base familiar ocorre, na maioria dos casos, com baixa aplicação de

tecnologias modernas e não produz dinâmica econômica capaz de promover o desenvolvimento. A pequena propriedade de base familiar não se submete completamente à lógica da economia de mercado, não possibilita o crescimento econômico e não promove a urbanização, processos que seriam símbolos do desenvolvimento.

Tabela 03 – População residente na Microrregião Litoral Sul, Espírito Santo, por situação do domicílio (2010)

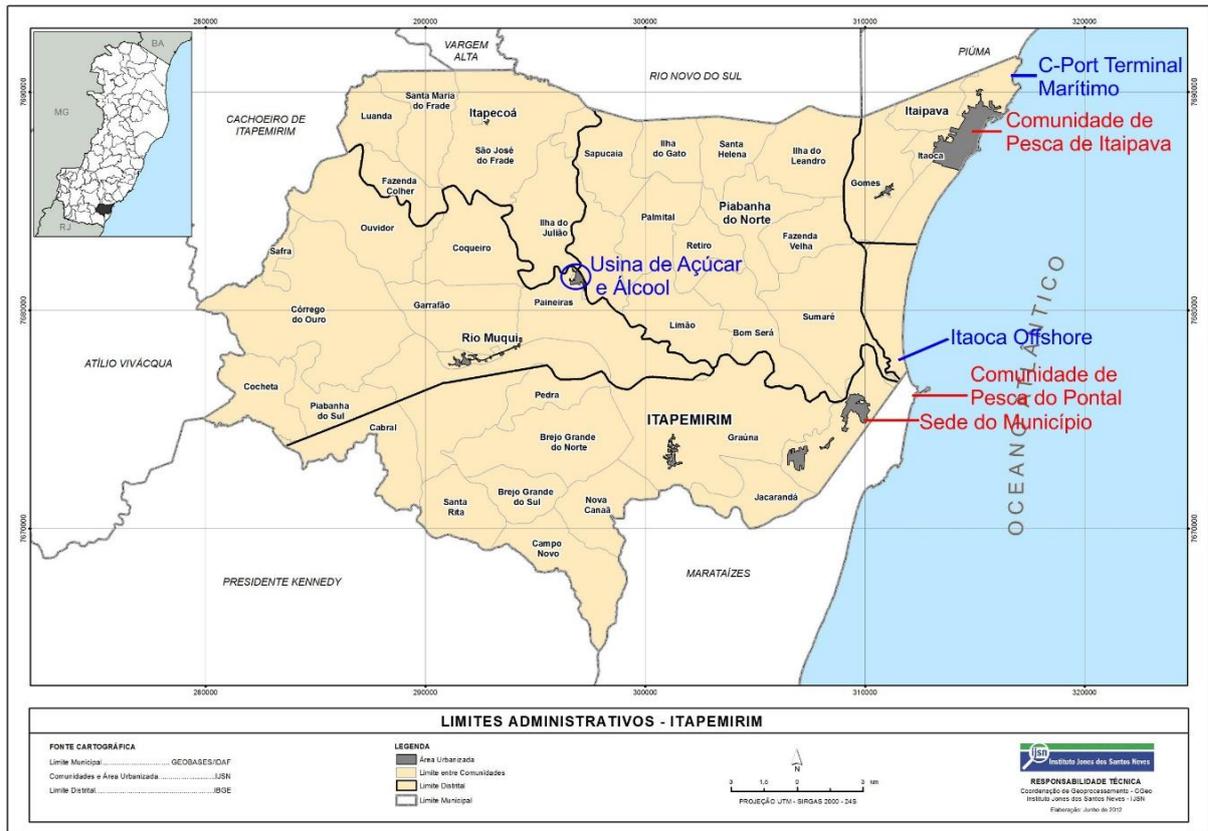
<b>Município</b>	<b>Total</b>	<b>Urbano</b>	<b>Rural</b>	<b>% Urbano</b>	<b>% Rural</b>
Alfredo Chaves	13.955	6.545	7.410	46,90	53,10
Anchieta	23.902	18.161	5.741	75,98	24,02
Iconha	12.523	7.277	5.246	58,11	41,89
Itapemirim	30.988	19.330	11.658	62,38	37,62
Marataízes	34.140	27.614	6.526	80,88	19,12
Piúma	18.123	17.449	674	96,28	3,72
Pres. Kennedy	10.314	3.440	6.874	33,35	66,65
Rio Novo do Sul	11.325	5.946	5.379	52,50	47,50
<b>Total</b>	<b>155.270</b>	<b>105.762</b>	<b>49.508</b>	<b>68,11</b>	<b>31,89</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

A Tabela 03 evidencia o baixo índice de urbanização de alguns municípios do litoral sul, como por exemplo, Alfredo Chaves, Presidente Kennedy e Rio Novo do Sul que, em 2010, ainda possuíam a maior parte de sua população residente em áreas rurais. Em relação aos municípios de Itapemirim e Piúma, cuja maior parte da população residente é urbana, destaco o fato de serem municípios formados por uma “sede” (centro administrativo) e alguns distritos que se constituem em núcleos considerados urbanos, entretanto, em vários deles a atividade predominante é a agricultura ou a pesca, como no caso específico dos distritos litorâneos. Os mapas de divisão administrativa dos municípios de Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy (Figuras 16, 17 e 18) bem demonstram esta característica.

A Figura 16 demonstra a existência de uma área urbanizada muito pequena, se considerada a área total do município. É nesta área que se concentra a população residente no município e, se do ponto de vista das estatísticas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da legislação brasileira, este município é considerado mais urbano que rural, do ponto de vista de suas características econômicas e culturais não é bem assim, pois as atividades agropecuárias e a pesca são as que predominam no município.

Figura 16 – Mapa dos limites administrativos do município de Itapemirim-ES

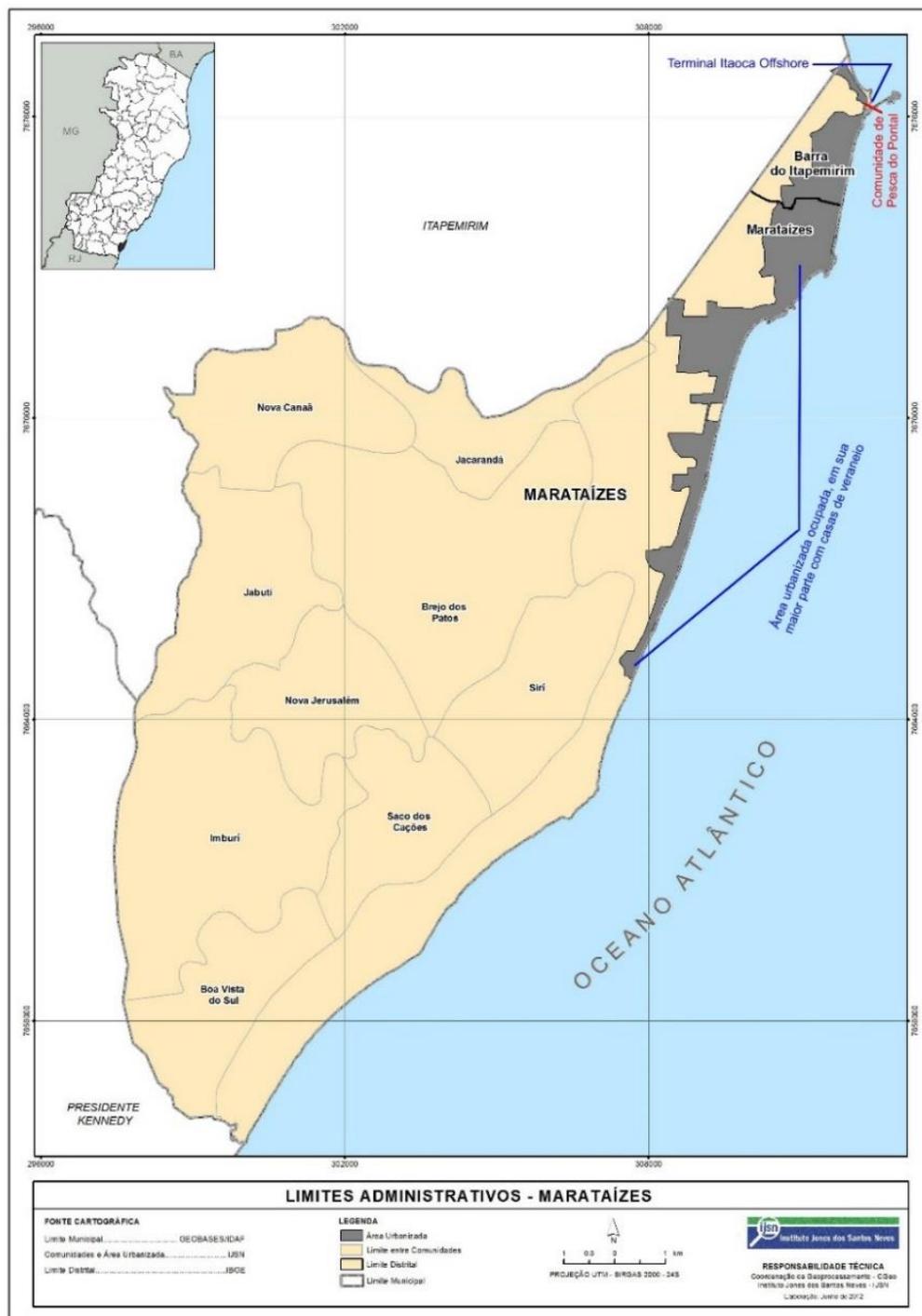


Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2016.

Chamo a atenção para o destaque da localização das comunidades pesqueiras de Itaipava e do Pontal, bem como a localização dos terminais portuários da C-Port Logística e da Itaoca Offshore. Outra área, no centro do município, considerada urbanizada pertence à Usina de Açúcar e Álcool Paineiras cujo entorno é predominantemente utilizado para o cultivo de cana-de-açúcar.

Em Maratáizes, município considerado mais urbanizado do litoral sul, a população residente no município se concentra na faixa litorânea mais ao norte e no distrito da Barra de Itapemirim, visto que a porção central e sul é destinada, em sua maior parte, às casas de veraneio (Figura 17).

Figura 17 - Mapa dos limites administrativos do município de Marataízes-ES



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2016.

Já o município de Presidente Kennedy é o menos urbanizado da região, tendo a população residente na área rural em sua maior parte. Na Figura 18 fica evidente a diminuta área urbanizada onde se localiza a sede do município, sendo que a segunda maior área urbanizada a Praia de Marobá, cuja população é formada, em sua maioria, por pescadores artesanais.

Figura 18 - Mapa dos limites administrativos do município de Presidente Kennedy-ES



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2016.

A religião do desenvolvimento, como já mencionei, adota alguns critérios para definir quem é “desenvolvido” e quem é “subdesenvolvido”. Alguns destes critérios importantes são o processo de urbanização, de industrialização e de modernização das atividades econômico-produtivas, todos símbolos de maior (ou menor) inserção na economia de mercado. Nas Figuras 16, 17 e 18, bem como na Tabela 03, fica evidente que o litoral sul do Espírito Santo é pouco urbanizado. Também já mencionei o fato de que na primeira fase da industrialização capixaba, na década de 1970, estes municípios também não se industrializaram, mantendo sua economia baseada nas atividades agrícolas, com produção de leite, abacaxi e cana-de-açúcar, e na pesca.

Duas exceções devem ser mencionadas, a instalação da Usina Paineiras S. A., em 1912, em Itapemirim, no distrito Paineiras, para a produção de açúcar, e a instalação da Atum do Brasil, em 1995, também em Itapemirim, no distrito de Itaoca, para o processamento do pescado. A presença destas indústrias na região não contribuiu para modificar a crença no subdesenvolvimento uma vez que elas apenas integram a cadeia de extração primária agrícola ou da pesca, não significando, portanto, a modernização da região.

Acredito ser interessante, neste momento, para melhor esclarecer essa concepção do litoral sul como subdesenvolvido, caracterizar a atividade pesqueira da região, visto que as comunidades de pesca são parte importante do objeto desta pesquisa e sua atividade, tal como praticada ainda hoje, também colabora para a construção do litoral sul como subdesenvolvido.

Para tanto utiliza-se a proposta de tipificação das atividades pesqueiras de Diegues (1983), para quem a pesca pode ser classificada da seguinte maneira: a) produção pesqueira de autossustentabilidade ou primitiva; b) produção pesqueira realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil; e c) produção pesqueira capitalista. O autor sugere ainda uma subdivisão no interior da pequena produção mercantil entre: 1) a pequena produção familiar dos pescadores-lavradores; e 2) a pequena produção dos pescadores artesanais. É importante ressaltar que estas formas, às vezes, convivem no mesmo espaço/tempo.

No litoral sul do Espírito Santo convivem a produção pesqueira de autossustentabilidade ou primitiva e a pequena produção mercantil artesanal. A primeira caracteriza-se por ser praticada por grupos familiares, em uma economia onde se produz apenas valores de uso e, em sua maioria, sem a presença da moeda para a realização da troca. Os instrumentos de trabalho são rudimentares, como, por exemplo, o barco a remo ou a vela, e a organização do trabalho é fundamentalmente familiar. Esta forma quase não existe mais no litoral do sudeste brasileiro, mas na Comunidade do Pontal e na Comunidade de Marobá pude verificar a presença deste tipo de pesca, que se realiza principalmente nos períodos de inverno (entressafra) – momentos em que ocorre forte queda na renda familiar - onde a pesca é praticada para a alimentação da

família.

A pesca realizada nos moldes da pequena produção mercantil dos pescadores artesanais é a que prevalece nas comunidades estudadas. Caracterizada, de acordo com Diegues (1983), pela produção de valor de troca, ou seja, o pescado é capturado para ser comercializado, requer uma certa divisão do trabalho e apropriação dos meios de produção, como por exemplo, o dono da embarcação e dos petrechos, o comandante e os camaradas. Neste tipo de pesca as embarcações já são maiores, a motor, com casaria, com sistema de comunicação, e em alguns casos equipadas com sonares e GPS. Outra característica importante na definição que Diegues (1983, p. 155) faz da pesca artesanal é o fato de que o pescador “passa a viver e a reproduzir suas condições de existência na pesca”, sendo o mercado seu principal objetivo. O saber do pescador também é característica da pesca artesanal, é adquirido empiricamente e transmitido de pai para filho, constituindo sua profissão de “pescador”.

O terceiro tipo de pesca, conforme Diegues (1983), a pesca industrial, não ocorre no litoral sul do Espírito Santo. Trata-se da pesca realizada por empresas, tipicamente capitalistas, donas dos meios de produção, com força de trabalho assalariada, divisão do trabalho mais complexa, muitas vezes divididas em setores como “captura”, “industrialização” e “comercialização”. As embarcações são maiores, as tecnologias de captura mais desenvolvidas (grandes redes que chegam à 1 ha de área, por exemplo), a capacidade de captura e conservação do pescado embarcado é bem maior assim como a autonomia de navegação.

Na Figura 19 encontram-se os tipos de embarcações utilizadas para a pesca artesanal praticada pelos pescadores do litoral sul do ES. A primeira, denominada canoa ou bote, é utilizada para a pesca primitiva ou de subsistência com petrechos simples como a linha, por exemplo. A segunda, pequena embarcação de madeira, utilizada para a pesca costeira, principalmente do camarão. A terceira, embarcação de madeira, de aproximadamente 9,0 metros de envergadura, utilizada para a pesca de lagosta, cujo petrecho, por força de lei, deve ser o covó. Até 2014 a pesca de lagosta era feita com rede, o que foi proibido, sendo a utilização do covó obrigatória. Este tipo de embarcação tem autorização para se afastar da costa até 80 milhas. A quarta, uma embarcação maior que 10m de envergadura, ainda de madeira e considerada uma embarcação pequena, utilizada para a pesca de atuns e afins. Esta embarcação tem autorização para navegar em alto mar, acima de 80 milhas, e seus petrechos podem ser rede, espinhel, linha, ou outros.

Figura 19 – Tipos de embarcações utilizadas na pesca artesanal no litoral sul do Espírito Santo



Canoa, ou bote, utilizado para transporte ou pesca primitiva – Pontal/Marataízes, 28/09/2015.



Barco de aproximadamente 6,0m utilizado para a pesca do camarão – Barra/Marataízes, 30/09/2015.



Barco de aproximadamente 9,0m de envergadura utilizado para a pesca de lagosta - Barra/Marataízes, 28/09/2015.



Barco com mais de 10m de envergadura utilizado para a pesca de atuns e afins – Itaipava/Itapemirim 07/01/2016.

Fonte: Fotos da autora e informações coletadas em conversas informais registradas no diário de campo.

Tomando como princípio as proposições de Foucault (1998) acerca do discurso, Esteva (2000, p. 74) afirma que, por meio do desenvolvimento, “a economia luta para submeter a seu controle e subordinar a sua lógica todas as outras formas de interação social em todas as sociedades que invade”. Se se considera que a pesca artesanal praticada no litoral sul não se submeteu inteiramente à lógica industrial capitalista de produção, tampouco prima pelo investimento em tecnologias modernas, tem-se aqui mais um argumento no sentido de demonstrar o subdesenvolvimento do litoral sul.

Outro importante argumento do desenvolvimento fundamenta-se nos indicadores econômicos, principalmente, o PIB. Ao analisar a Tabela 04 verifica-se que a participação da mesorregião sul espírito-santense no total do PIB estadual, no ano de 2000, era de apenas 10,5%. Se se considera a microrregião de Itapemirim, região que engloba o litoral sul e que irá receber os investimentos para o desenvolvimento esse número fica ainda menor, representando apenas 1,3%. Este é outro importante argumento do discurso do subdesenvolvimento do litoral sul.

Tabela 04 - Produto interno bruto do Estado do Espírito Santo total, por mesorregiões, pelas microrregiões pertencentes ao sul espírito-santense, e respectivas participações - 2000

Unidade da Federação e Mesorregião Geográfica		(mil reais)	% do Total	% Microrregião
<b>Espírito Santo</b>		<b>23.248.586</b>	<b>100,0</b>	-
Noroeste Espírito-santense		1.704.817	7,3	-
Litoral Norte Espírito-santense		3.550.397	15,3	-
Central Espírito-santense		15.549.007	66,9	-
<b>Sul Espírito-santense</b>		<b>2.444.365</b>	<b>10,5</b>	-
<b>Microrregiões Sul Espírito-santense</b>	Alegre	640.124	2,8	2,8
	Cachoeiro de Itapemirim	1.500.131	6,5	6,5
	Itapemirim	304.111	1,3	1,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016.

Em síntese, o discurso do litoral sul do ES como “subdesenvolvido” é reforçado pelo fato de que nesta região ainda predominam as atividades primárias como a agricultura de base familiar e a pesca artesanal, que pouco contribuem para a composição do PIB do estado, onde não há significativos investimentos em tecnologias modernas de produção, não há um processo de industrialização e nem tampouco a completa subordinação das atividades econômicas à lógica da economia de mercado.

E, se é subdesenvolvido, há a necessidade de intervenção para que seja possível sair da pobreza e alcançar a “era da felicidade”. Mais uma vez utilizarei o documento “Espírito Santo 2025” como exemplo significativo da construção deste discurso do subdesenvolvimento. Este documento está estruturado de maneira a afirmar uma situação de subdesenvolvimento, quando, inicialmente, traça um diagnóstico do estado chamando a atenção para a desigualdade social, a pobreza, os baixos índices de escolaridade, a alta taxa de violência e a instabilidade institucional da administração pública. Em seguida apresenta, claramente, a perspectiva de que o “desenvolvimento” é possível, principalmente por intermédio do planejamento e da promoção da industrialização-urbanização. Depois convoca à ação, mediante de um plano estratégico composto por uma série de propostas de melhoria dos serviços públicos, o investimento público em infraestrutura e uma série de incentivos para a atração de grandes empreendimentos logísticos capazes de promover a integração das cadeias produtivas da indústria, fundamentalmente, de produção de petróleo e gás. E, como não poderia faltar ao discurso do desenvolvimento, apresenta a chegada à “era da felicidade” quando traz a Carta do Futuro, que reproduz o Espírito Santo, em 2025, como desenvolvido, sem os problemas que no presente o aflige.

### 3.5 O DISCURSO DO “VAZIO” DO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO

A pretensão homogeneizadora do discurso do desenvolvimento, associada à transformação do outro em seu oposto, o subdesenvolvimento, traz consigo também a possibilidade de transformar o outro em “espaço vazio” uma vez que, segundo este discurso, o “desenvolvido” é aquele que possui em seu espaço algumas características, como por exemplo, sociedades urbanizadas, industrializadas, com a presença de trabalhadores assalariados, com bom desempenho econômico e completamente inseridas na lógica da economia do mercado.

Sob esta ótica, os espaços onde estas características não estão presentes, caracterizam um “espaço vazio”, ou, conforme Escobar (2013), uma “*entidad desarrollable*”, ou um espaço onde os “desenvolvidos” devem ajudar os “subdesenvolvidos” a se desenvolverem. (RIST, 2008).

Duas rupturas, típicas do projeto moderno, estão presentes nesta concepção de desenvolvimento: a separação espaço/tempo e a separação sociedade/natureza.

O discurso do desenvolvimento se apoia na perspectiva de que o tempo é flexível e permite mudanças, sempre rumo ao melhor, ao progresso, ao crescimento, à felicidade. Parte da premissa que, se existem espaços ainda subdesenvolvidos, é apenas uma questão de tempo e o desenvolvimento chegará. Trata-se de uma visão linear do tempo e dos processos sociais. Não tem espaço para as diferenças e, menos ainda, para as heterogeneidades sociais. Por outro lado, o desenvolvimento apoia-se na concepção do espaço como fixo, base territorial sobre a qual o mesmo se processará a partir de uma concepção de futuro pré-determinada, já conhecida, como uma espécie de teleologia do progresso (MASSEY; KEYNES, 2004). O desenvolvimento, deve, portanto, chegar a todos os espaços e, onde ele ainda não chegou, pode-se considerar um “espaço vazio”.

Esta concepção de “espaços vazios” surge, no contexto da primeira guerra mundial, a partir da noção de “espaço vital”, definido como conjunto de condições espaciais e naturais necessárias à manutenção ou consolidação do poder do Estado sobre seu território, desenvolvida pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel, para quem “as áreas vazias ou mal aproveitadas do planeta deveriam, em benefício da humanidade, ser ocupadas por nações que, historicamente, tivessem demonstrado eficiência na gestão de territórios, no sentido de obter deles a produção de riquezas”. (MACIEL, 2007, p. 1).

Segundo Ratzel, o “espaço vital” é o espaço necessário para a expansão territorial de um povo. Todas as sociedades, em um determinado grau de desenvolvimento, devem conquistar territórios onde as pessoas são menos desenvolvidas. Estes territórios seriam, ainda segundo

este autor, as áreas mal aproveitadas ou “vazias” do ponto de vista da expansão das economias ocidentais capitalistas.

No campo do conhecimento geográfico, outra noção que está na origem da ideia de “espaços vazios” é a noção de “vazio demográfico”, ou “vazios humanos”. O espaço “vazio” é um local não povoado, ou com baixa densidade populacional. “Uma área é considerada ‘povoada’ quando já se esboça uma organização econômica e há, apesar da precariedade das comunicações, um regime de trocas com a retaguarda, isto é, com os centros mais civilizados”. (BERNARDES, 1952, p. 55). Nota-se tratar de uma noção que não considera sequer a presença de indígenas ou escravos fugidos, ou a prática de atividades produtivas não inseridas na sociedade de mercado.

Baseado na ideia de progresso técnico-científico, o discurso do desenvolvimento traz consigo também a cisão entre sociedade e natureza. Desde os séculos XIV e XV, com consolidação da noção de racionalidade científica, o homem passa a ser considerado “sujeito” que deverá explicar/interpretar a natureza, agora transformada em “objeto”. Esta cisão é fundamental para a emergência do projeto moderno que se consolida a partir do século XVII com a filosofia cartesiana, para quem a faculdade do ser humano de pensar e usar a razão lhe confere singularidade e supremacia sobre tudo ao seu redor. (RAYNAUT, 2006). A natureza passa então a ser considerada como mero “estoque de recursos”, os quais as populações humanas passam a ter o direito de controlar, moldando-a, por meio da ciência moderna, a fim de que seus interesses sejam atendidos. (OLIVEIRA, [s.d.]). Sendo assim, o discurso do desenvolvimento, na medida em que pretende subjugar todas as esferas da vida social à esfera econômica por meio do conhecimento científico e da aplicação das técnicas modernas de produção, considera os espaços onde estas técnicas ainda não transformaram a natureza “natural” ou aqueles onde ainda predominam os processos produtivos tradicionais (como a extração vegetal ou animal, a agricultura ou a pecuária), espaços “vazios” onde o desenvolvimento deve chegar.

O litoral sul do Espírito Santo foi construído pelo discurso do desenvolvimento como um desses “espaços vazios” de civilização, de modernidade, de ciência, de sociedade, de economia de mercado e de modernas tecnologias.

Este processo não é recente. Desde o período colonial até meados do século XIX, o Espírito Santo foi habitado, predominantemente por indígenas, representantes das tribos dos Puri, Coroado, Botocudo, Tupiniquim e Temiminó. No primeiro quartel do século XIX, 25% da população capixaba era composta por Tupiniquins e Temiminós.

Mas fosse em direção ao norte, onde habitavam principalmente os Botocudo, ou fosse em direção ao sul, onde se localizavam os Puri, os Coroado e de maneira crescente os Botocudo deslocados de outras terras, a população indígena independente no Espírito Santo era interpretada, em termos da época e no começo do século XIX, como numerosa, pois “infestava” as terras, provocava “correrias” e ameaçava a sociedade local. (MOREIRA, 2000, p. 139-140).

A grande presença de indígenas na região era vista pelos administradores da capitania como um grande transtorno. Isto definia a situação do Espírito Santo como precária, pois os indígenas eram vistos como um “gentio inimigo”, que impediam a entrada de colonizadores para o sertão. (MOREIRA, 2000).

No contato com a população europeia, muitos indígenas foram mortos, ou nas guerras ou pelas doenças trazidas da Europa. Isto contribuiu para a crença de que a população americana desapareceu do Brasil na segunda metade do século XIX. Moreira (2000), entretanto, chama a atenção para o fato de que esta crença está relacionada com a dinâmica da ideologia colonialista europeia que minimizou, ou até mesmo desconsiderou a presença de indígenas dos territórios de suas fronteiras coloniais. Isto contribuiu para que as elites locais também reproduzissem e atualizassem esta ideologia da existência de terras selvagens e “vazias” disponíveis à colonização, ao desenvolvimento econômico e à modernização. Esta crença contribuiu para a atração de estrangeiros, especialmente alemães e italianos, para a formação de núcleos coloniais no final do século XIX.

O conceito de “vazio demográfico” também esteve presente no vocabulário político entre os anos 1940-1970, representado, fundamentalmente, pelas políticas de integração regional:

“Vazio demográfico” é, portanto, um *clichê* produzido pelo Estado e por parcelas da sociedade brasileira, com profundas raízes na história nacional do século XX. Na maior parte das vezes, indica senão a completa ausência de traços humanos em dado território, pelo menos a existência de uma densidade demográfica muito baixa. (MOREIRA, 2000, p. 144).

O litoral sul do Espírito Santo foi, historicamente, construído pelo discurso hegemônico do “vazio demográfico” e ainda hoje permanece pouco ocupado. Como já mencionei, esta região é predominantemente ocupada por agricultores familiares e pescadores artesanais, descendentes de indígenas ou remanescentes de quilombos o que, segundo o discurso do desenvolvimento, torna essa região uma “*entidad desarrollable*”.

Tabela 05 – Densidade demográfica no Brasil, Espírito Santo e municípios do litoral sul – 2000 e 2010

Municípios	Densidade (hab./km <sup>2</sup> )	
	2000	2010
<b>Brasil</b>	<b>19,93</b>	<b>24,00</b>
<b>Espírito Santo</b>	<b>67,20</b>	<b>76,25</b>
Alfredo Chaves	22,11	22,66
Anchieta	46,55	58,41
Iconha	56,40	61,53
Itapemirim	50,04	55,15
Maratáizes	229,96	256,55
Piúma	205,80	242,18
Presidente Kennedy	16,36	17,66
Rio Novo do Sul	57,59	55,42

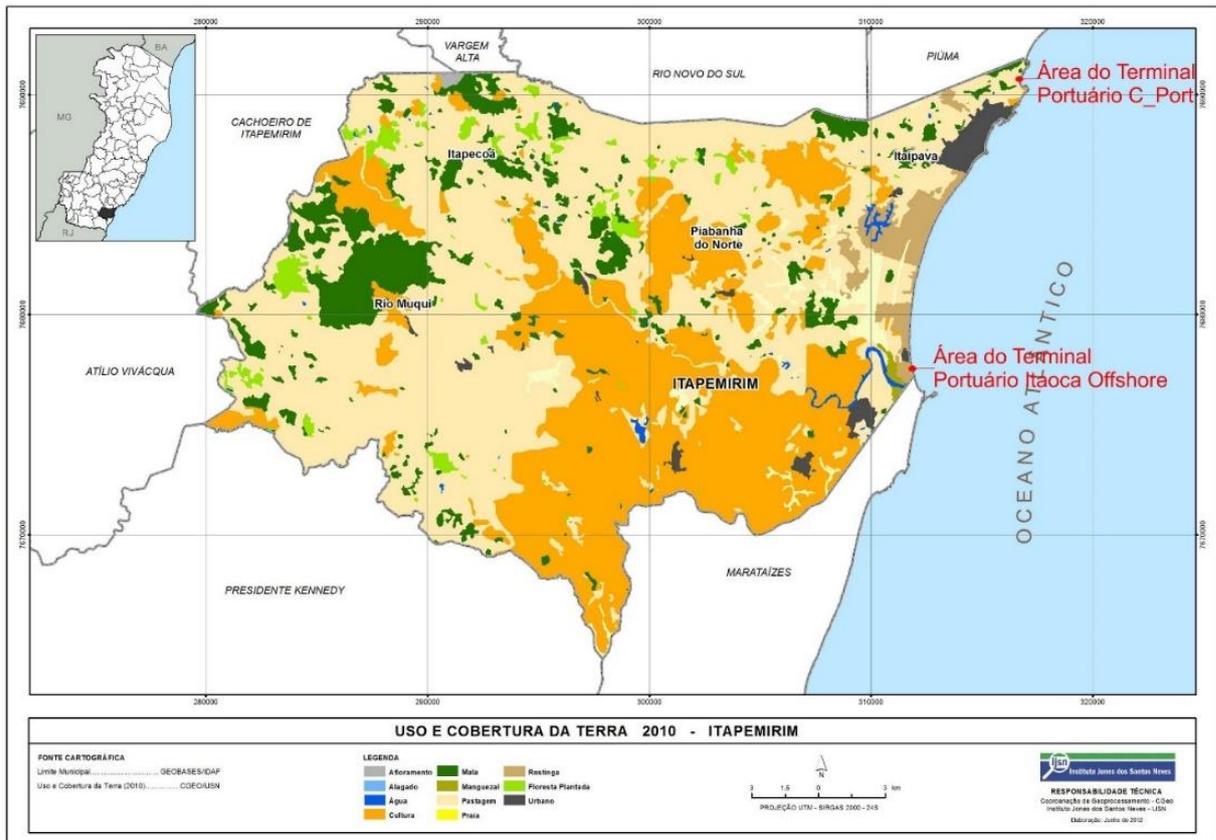
Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 2000 e de 2010).

A Tabela 5 demonstra a baixa densidade demográfica da região litoral sul ainda no ano 2000 e um pequeno crescimento em 2010, que pode ser reflexo da chegada de alguns dos empreendimentos para o desenvolvimento que já se encontram em fase de instalação ou operação. Dentre os municípios pertencentes ao escopo desta pesquisa chama a atenção Presidente Kennedy que, em 2000, possuía apenas 16,36 hab./km<sup>2</sup>.

A noção de “vazio demográfico” iguala os “selvagens”, ou nativos, aos demais elementos da natureza e, ao reafirmar a ideologia do progresso que está baseada na separação sociedade/natureza, considera também “selvagem” as atividades produtivas mais fortemente relacionadas aos processos naturais, como a extração de vegetais, de pescado e a prática da pequena agricultura. Desta maneira, a ocupação territorial com atividades econômicas que não estão totalmente integradas à economia de mercado, ou que não simbolizam a modernidade capitalista, também contribuiu para a construção da ideia de “espaço vazio”.

As Figuras 20 e 21 demonstram que as áreas escolhidas para a instalação dos empreendimentos, escopo desta pesquisa, são áreas ocupadas por pastagens e restinga preservada. Ou se poderia dizer, “espaços vazios” de modernidade, ou, no caso específico das áreas de restinga preservada, espaços em que a natureza ainda não foi submetida à exploração econômica moderna. O território de Itapemirim é predominantemente ocupado pelo cultivo de cana-de-açúcar, seguido de áreas de pastagens (Figura 20). Já no município de Presidente Kennedy predominam as pastagens. Chamo a atenção para a grande área de praia (ou alagados, onde também ocorre a atividade pesqueira) e para a presença da restinga, ainda preservada, em toda a faixa litorânea de Presidente Kennedy (Figura 21).

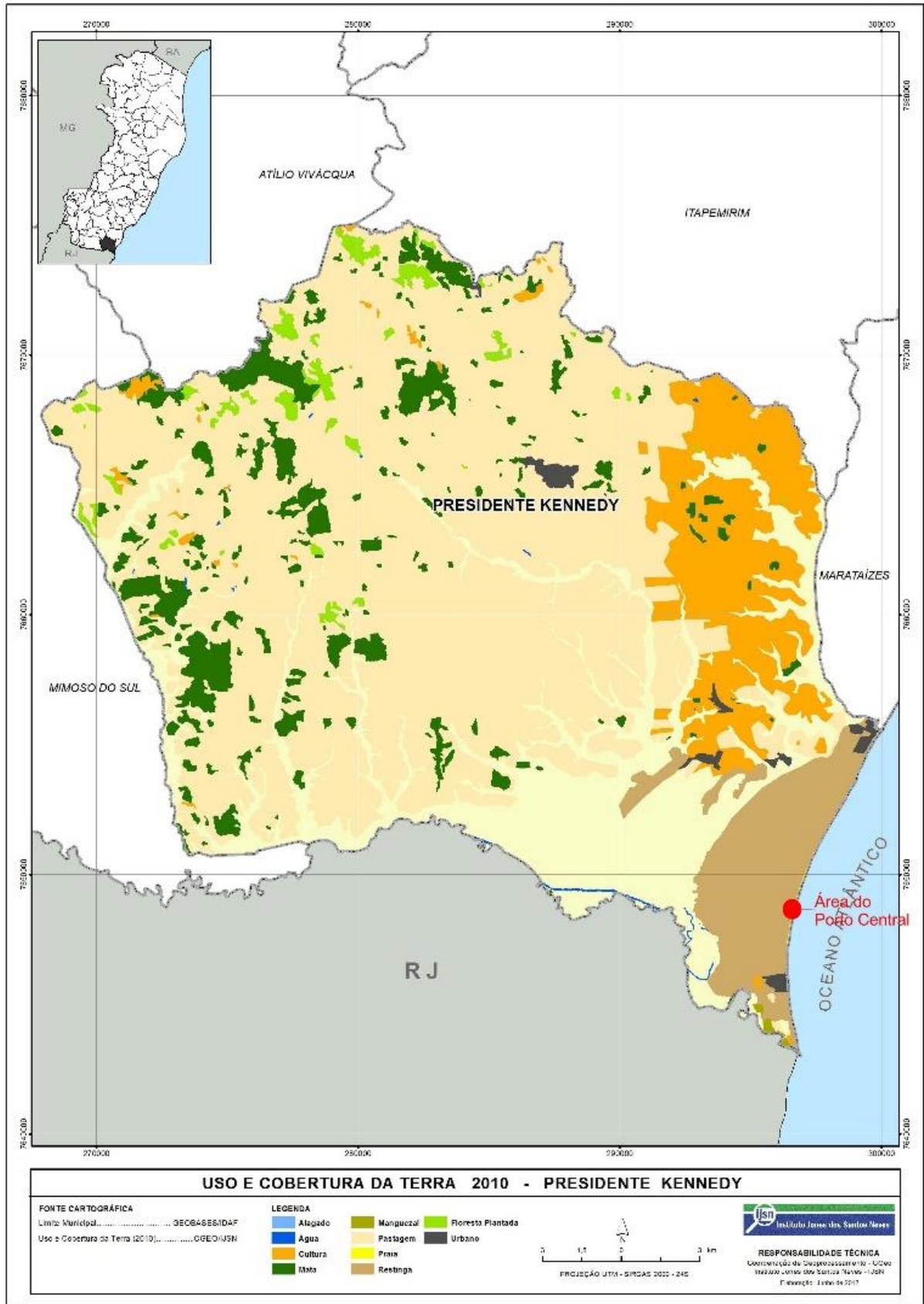
Figura 20 – Mapa de uso e ocupação da terra do município de Itapemirim-ES



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2016.

Ao analisar os relatórios de impactos ambientais dos três empreendimentos verifiquei os seguintes argumentos para a escolha dos locais. A C-Port Logística afirmou que a escolha do local se fez principalmente porque “a região possui uma grande disponibilidade de áreas costeiras *sem ocupação* e de fácil acesso à praia” (C-PORT LOGÍSTICA OFFSHORE BRASIL LTDA., 2012, p. 15 - grifo acrescido). No relatório de impacto ambiental do Itaoca Terminal Marítimo consta a seguinte informação: “Região localizada em Itapemirim, com grande disponibilidade de áreas costeiras *sem ocupação* e de fácil acesso à praia”. (ITAOCA OFFSHORE, [s.d.], p. 10 - grifo acrescido). Um dos argumentos da escolha do local para a construção do Porto Central é o “fato de possuir *áreas livres* para implantação do empreendimento. Além disso, o *índice populacional é baixo* no entorno do empreendimento” (TPK LOGÍSTICA S. A., 2013, p. 33 - grifos acrescidos).

Figura 21 – Mapa de uso e ocupação da terra do município de Presidente Kennedy-ES



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2016.

Embora os empreendimentos reconheçam a importância da atividade pesqueira para as comunidades locais, tanto que em seus relatórios de impacto ambiental os três empreendimentos dedicam um item especial no capítulo sobre impactos socioeconômicos à pesca, não existe nenhuma menção à ocupação do mar. O espaço “sem ocupação”, “livre” ou com “índice populacional baixo” é o espaço continental, onde as pessoas residem, o espaço da sociedade. A pesca se reduz, no discurso do desenvolvimento, à renda das famílias e não é considerada como atividade prática, concreta, de trabalho, que possui características singulares e que é essencial para a formação e vida do pescador enquanto tal. Assim, os empreendimentos podem ocupar o mar que é um “espaço vazio” e, quanto ao pescador, bastará oferecer uma indenização em dinheiro (já que o problema é renda) e tudo estará “compensado”. Afirmo isso porque não encontrei em nenhum dos relatórios de impacto ambiental a demarcação das áreas oceânicas onde a pesca é realizada, nem tampouco uma informação clara sobre as áreas de exclusão da pesca quando da instalação e operação dos empreendimentos. Este fato também evidencia a clara cisão entre sociedade e natureza presente no discurso do desenvolvimento. Aqui o mar é considerado “espaço da natureza” e, portanto, “espaço vazio” de desenvolvimento, que pode ser ocupado livremente pelos empreendimentos portuários.

Em outros documentos, como os planos de desenvolvimento e notícias da imprensa, o espaço marítimo, quando mencionado, aparece como o espaço do desenvolvimento em razão da descoberta de petróleo na camada do pré-sal. O mar torna-se então “*entidad desarrollable*”, “espaço vazio” que deverá ser ocupado pelas atividades de exploração de petróleo e gás.

Da exploração ao refino, cadeia [de produção de petróleo e gás] cresce rumo à integração total [...]. Este é o ano do fortalecimento da cadeia de negócios do petróleo e gás no Espírito Santo. A partir de 2014, ela estará quase completa. Além de exploração e produção de óleo, estão sendo feitos investimentos em estaleiro e portos para atendimento ao setor no Sul e no Norte. A última etapa da cadeia, o refino de petróleo, também está prevista [...]. Na parte marítima, chamada *off-shore*, o ano começa com a chegada da nova plataforma para o Parque das Baleias, a P-58, que começará a produzir nos próximos dias. A unidade, que produzirá em campos do pré e do pós-sal, tem capacidade para extrair 180 mil barris por dia de óleo e gás. (ZANDONADI, 2014, [s. p.]).

Este trecho de notícia veiculado na imprensa estadual, em tom de comemoração pelo crescimento e integração da cadeia de produção de petróleo e gás, evidencia a dimensão de que o mar é espaço que também deverá ser explorado industrialmente para que se atinja, também neste “espaço vazio”, o desenvolvimento.

A construção do discurso do “espaço vazio” também é sentida pelos pescadores que se expressam muitas vezes da seguinte maneira: “Faz tempo que a pesca está esquecida. Eles

tratam como se a gente não existisse. No plano diretor do município a pesca nem foi colocada como atividade econômica do município” (Conversa informal com a secretária da Colônia de Pesca de Presidente Kennedy, registrada no diário de campo, em 26/04/2016, Presidente Kennedy-ES).

Ainda sobre a percepção de “espaço vazio” um técnico em pesca com quem conversei sobre a chegada dos empreendimentos no litoral sul disse:

O vazio da pesca artesanal está levando a pesca artesanal a ser de subsistência novamente. Tipo assim, o José, que estava aqui agora, ele vai pescar pra poder comer o peixe dele porque ele não vai poder, comercialmente, trabalhar com isso mais. E com isso daí o quê que acontece? Entram os atravessadores que arrematam a pescaria deles a qualquer preço. Tipo assim, o cara vai com o barco grande e mata mil quilos de peixe. Aí é R\$ 5,00 o quilo. Beleza, matou mil quilos. Agora ele vai e mata 10 quilos. Aí não compensa pra ele, entendeu? E aí ele perde. Ele vai perdendo. E o governo acha mais fácil o quê? Realocar. Tirar as famílias. A gente não consegue entender isso. Tipo assim, passa por cima. Você fazer o desenvolvimento é como que você trocasse a lâmpada. Por exemplo, essa lâmpada está queimada. Aí eu falo pro Jorlam: “falta uma lâmpada aqui na sala”. Aí ele vai lá, tira do banheiro e bota aqui. Pô, você está resolvendo um problema e criando outro. Vai querer montar um porto aqui, vai gerar emprego e tudo mais, mas vai fazer o que com essa comunidade? (Entrevista com um técnico em pesca, 25/02/2016, Marataízes-ES).

Nesta fala, quando o técnico menciona o “vazio da pesca artesanal” ele se refere ao que muitos pescadores mencionaram como “a pesca está esquecida”, “é como se a gente não existisse”, “a pesca está sendo massacrada”, entre outras maneiras de expressar o sentimento de que o desenvolvimento do litoral sul não abrange esta atividade econômica. É como se eles não estivessem lá.

E, ao contrário, quando a pesca é considerada pelo discurso do desenvolvimento, muitas vezes é como algo que atrapalha, que precisa ser mudada, transformada, melhorada, ou seja, é vista como algo negativo que deve acabar para que o desenvolvimento se torne possível.

### 3.6 AS DISPUTAS EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO NO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO

Até aqui apresentei a forma como o litoral sul do Espírito Santo foi sendo construído como subdesenvolvido e “espaço vazio” pelo discurso do desenvolvimento que se apresenta como mito, se atualiza por meio de ritos e separa tempo e espaço, fixos e fluxos, sociedade e natureza, na tentativa de transformar o litoral sul no sentido de impor-lhe a heterogeneidade da economia de mercado típica das sociedades ocidentais capitalistas.

Entretanto, há uma diversidade de formas de interação social incrustadas no tecido social que vão sendo fortalecidas, recuperadas, resgatadas, mantidas como formas de resistências, pelos “homens comuns”, pelas *novas comunidades* que fazem frente ao desenvolvimento como expectativa ilusória (ESTEVA, 2000). Este autor conclui que o “desenvolvimento” não passa de um mito conservador e reacionário e que as *novas comunidades*, a partir da organização de seus próprios modos de vida e das definições de suas próprias necessidades, vão recuperando suas formas independentes de viver.

Sobre o tema das diversidades de formas de interações sociais, acredito ser interessante, para melhor compreender os fenômenos acerca do desenvolvimento no litoral sul do Espírito Santo, as proposições acerca do espaço/espacialidades apresentadas por Massey e Keynes (2004). É por esta razão que se evita utilizar os termos territórios/territorialidades até o presente momento, referindo-se sempre ao espaço, às espacialidades. Isto porque, para os autores, o espaço é um produto de inter-relações constituído por meio de interações que possibilitam a existência de multiplicidades, de distintas trajetórias, de mais de uma voz. “Sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço. Se o espaço é indiscutivelmente produto de inter-relações, então isto deve implicar na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos”. (MASSEY; KEYNES, 2004, p. 8).

Outro aspecto interessante apresentado pelos autores é o fato de que, se o espaço é o produto de inter-relações, ele está sempre num processo de devir, está sempre sendo feito e nunca está finalizado. Neste constante processo de fazer-se a partir de inter-relações inclui-se também a construção relacional das subjetividades políticas e das identidades. Para tanto, sugerem Massey e Keynes (2004, p. 10), para que seja possível o reconhecimento da multiplicidade e da diferença é necessário o reconhecimento da espacialidade e uma “genuína abertura para o futuro”. Há, portanto, que se abandonar os fundamentos do “progresso”, do “desenvolvimento” e da “modernização” que se baseiam em proposições de cenários futuros conhecidos. Nesta concepção de espacialidade, espaço e história são “abertos”.

Massey e Keynes (2004) argumentam que quando se utiliza termos como “avançado”, “atrasado”, “subdesenvolvido”, “desenvolvido”, “moderno” se explicam as diferenças espaciais como sendo temporais:

Esta concepção de espaço em termos temporais é um modo de conceber a diferença que é típico de muitas das grandes leituras modernistas do mundo. As estórias de progresso (da tradição à modernidade), de desenvolvimento, de modernização, a fábula marxista da evolução através dos modos de produção (feudal, capitalista, socialista, comunista), muitas das nossas estórias atuais sobre a “globalização” (MASSEY, 1999) ... todas elas compartilham de uma imaginação geográfica que

rearranja as diferenças espaciais em termos de sequência temporal. A implicação disso é que lugares não são genuinamente diferentes; na realidade, eles simplesmente estão à frente ou atrás numa mesma estória: suas "diferenças" consistem apenas no lugar que eles ocupam na fila da história. (MASSEY; KEYNES, 2004, p. 15).

Esta explicação das diferenças espaciais em termos de sequências temporais é criticada pelos autores que argumentam que o verdadeiro reconhecimento político da diferença deve entendê-la como algo mais do que um lugar numa sequência temporal. É necessário reconhecer a contemporaneidade da diferença, “reconhecer que os ‘outros’ realmente existem e podem não estar apenas nos seguindo” (MASSEY; KEYNES, 2004, p. 15). É necessário levar em consideração a possibilidade da coexistência de uma multiplicidade de histórias.

Outra crítica empreendida pelos autores diz respeito à visão “modernista de espaço que, além de promover a separação espaço e tempo, promove também a separação espaço e sociedade. O espaço geográfico, segundo esta visão, passa a ser parcelado em localidades, lugares, regiões a partir de uma pressuposição de que há, em cada uma destas parcelas, uma forma particular de organização social, cujas identidades teriam sido internamente geradas e pré-constituídas. Sendo assim,

O argumento é que, para a conceitualização de espaço/espacialidade, é crucial o reconhecimento de sua relação essencial com e de sua constituição através da coexistência da(s) diferença(s) - a multiplicidade, sua habilidade em incorporar a coexistência de trajetórias relativamente independentes. Trata-se de uma proposta para reconhecer o espaço como a esfera do encontro, ou não, dessas trajetórias - onde elas coexistem, afetam uma a outra, lutam. O espaço, então, é o produto das dificuldades e complexidades, dos entrelaçamentos e dos não-entrelaçamentos de relações, desde o inimaginavelmente cósmico até o intimamente pequeno. O espaço, para repetir mais uma vez, é o produto de inter-relações. (MASSEY; KEYNES, 2004, p. 17).

Como produto das inter-relações, o espaço carrega consigo um certo grau de imprevisibilidade e de caos (do ainda não prescrito pelo sistema), isto porque no processo de fazer-se existem justaposições imprevisíveis e separações acidentais. Para estes autores, portanto, “o espaço não é uma superfície”, não é “como container para coisas” e não se fundamenta em um curso normal de um processo, ao contrário, ele é inerentemente “disruptivo”. E é, precisamente porque o espaço é a justaposição potencial de diferentes narrativas, que a espacialidade se torna fonte potencial de *novas* trajetórias. O espaço então pode ser visto como parte da geração e da produção do novo e da construção de identidades. Desse ponto de vista, tomar o espaço como categoria de análise implica, segundo os autores, reconhecer as diversas formas como as inter-relações ocorrem, inclusive do ponto de vista do

poder social, das relações de subordinação e do potencial de capacidades que elas podem produzir. (MASSEY; KEYNES, 2004).

Ao considerar a produção do discurso como relação desigual de poder, o discurso do desenvolvimento como imposição de um futuro determinado que provoca lutas e resistências e a espacialidade como resultante de inter-relações que permitem a presença das diferenças e a justaposição potencial de diferentes narrativas, torna mais fácil, do meu ponto de vista, compreender as disputas em torno do desenvolvimento do litoral sul. Isto porque o litoral sul constitui-se em espaço onde as diferenças estão presentes e, por vezes, se colocam em disputa.

Os grandes projetos de desenvolvimento incentivados pelo Governo do Espírito Santo a partir dos anos 2000, e empreendidos por ações do poder público e de grandes grupos empresariais privados, por exemplo, resultam na ameaça à sobrevivência das comunidades locais. Estes projetos, justificados pelo discurso homogeneizador do desenvolvimento, não reconhecem a presença das diferenças no espaço e vêm impor um futuro pré-estabelecido que objetiva “tirar o litoral sul do subdesenvolvimento (atraso) e do “vazio” e levá-lo ao tempo futuro do desenvolvimento que significa, neste caso, a inserção das comunidades à lógica da economia de mercado e a otimização do uso dos recursos presentes no espaço.

Mas quais são as comunidades desta região que são invisibilizadas pelo discurso do subdesenvolvimento e do “vazio”? Fundamentalmente, são os pequenos agricultores de base familiar, descendentes de indígenas, pescadores artesanais, profissionais das diversas áreas, homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos, que professam diversas crenças religiosas, e se inter-relacionam de maneira a produzir diferentes identidades.

Uma das diferenças presentes no litoral sul que destaco neste trabalho é o “ser pescador artesanal”. Aqui não se trata apenas de realizar a pesca, com técnicas rudimentares, em pequenas embarcações e com uma relação com o mercado dependente. É muito mais do que isso.

Quando o pescador da comunidade do Pontal, em Marataízes, diz “Ó!! você vai construir por cima de mim”, ele não está apenas se referindo ao fato de que o terminal portuário da Itaoca Offshore será construído sobre o principal pesqueiro de camarão do Espírito Santo, mas também que a empresa passa por cima do modo de vida do pescador, de seus problemas, de sua concepção do que seria bom para si, das suas possibilidades de escolhas. Neste sentido, este mesmo pescador, quando questionado sobre o que significa para ele ser pescador, respondeu:

É uma cultura, na verdade. Eu aprendi a pescar com meu pai, colocar rede com o meu pai, sobre navegação meus irmãos me ensinaram, ou seja, tudo isso passou de pai para filho e vai fundar uma cultura. É algo que- É como chegar lá no interior hoje- se tirar a pesca da gente aqui é como se chegasse no interior, pegasse um fazendeiro lá, com 60, 70 anos e levasse ele na cidade e desse uma empresa pra ele administrar. Ele não ia saber, de jeito nenhum. Ele ia morrer no dia seguinte. Não é o habitat dele. A pesca hoje pra gente é isso. (Entrevista pescador do Pontal, 25/02/2016, Marataízes-ES).

Quando fiz a mesma pergunta a uma pescadora, ela respondeu:

Ah! Eu gosto. Eu gosto. Desde criança vendo papai fazendo isso. Aqui todos os filhos veem os pais fazendo as mesmas coisas. Meu menino tem 13 anos e já vai pro mar. É a tradição. Eu acho que a pesca é uma tradição que passa de pai pra filho. (Entrevista pescadora do Pontal, 10/03/2016, Marataízes-ES).

Em entrevista a uma marisqueira perguntei se ela gostaria de deixar de coletar marisco, se imaginaria ter uma vida diferente. Ela me respondeu:

Não. É porque a gente já trabalhou, mas apesar de ser pesado, ser uma luta, é um divertimento. Você vê até ele [se referindo ao seu Lili] com esse cabelinho branquinho, fica com nós ali. Porque é pesado, é uma luta muito grande, mas é divertido. Reúne todo mundo. Porque nós ali é tipo uma cooperativa, a nossa família ali toda. Mas é bom. É ruim pra quem vai lá tirar, pegar aquele peso que vem se acabando, mas no fim tudo dá certo. É a vida da gente. (Entrevista com marisqueira de Itaipava, 24/02/2016, Itapemirim-ES).

Estas falas demonstram a presença de diferenças no espaço e, mais do que isso, que os pescadores artesanais se identificam como tal e não querem simplesmente abandonar “suas vidas” em nome de um desenvolvimento que não é para si. Há, no litoral sul, um modo de vida que quer fazer frente ao desenvolvimento, que em muitos momentos se contrapõe a ele, em disputas que, mesmo diante da forte assimetria de poder existente, se se considerar os agentes como o Estado, empreendimentos e pescadores artesanais, significam um contraponto importante ao desenvolvimento.

No início deste capítulo apresentei a seguinte questão: Por que, apesar dos projetos de desenvolvimento, existem parcelas da população que não apenas não partilham se suas “benesses” como sofrem consequências degradantes e que, por vezes, são impedidas de continuar exercendo seu trabalho ou até mesmo são expulsos de seu local de origem?

À guisa de breve conclusão, e após as considerações aqui realizadas, destaco os seguintes pontos. Primeiro, o desenvolvimento é um discurso que se insere em um *sistema de sujeição do discurso*, com relações assimétricas de poder e que não existe a não ser como uma perspectiva futura e pré-determinada. Ou seja, o desenvolvimento é um caminho único que deve levar à modernização e à urbanização.

Segundo, as ações práticas decorrentes do discurso do desenvolvimento, na medida em que se pretendem homogeneizadoras não permitem a existência de diferenças do espaço e, assim, não reconhecem as diferentes identidades presentes como autônomas. Ao contrário, se estas identidades são consideradas em algum momento, é para considerá-las como atrasadas e para defender sua extinção. Este fato deixa claro que o desenvolvimento, segundo a perspectiva por mim apresentada, não é o mesmo para todos.

Entretanto, devo considerar que as diferenças estão presentes no espaço – vide a existência, por exemplo, das comunidades de pesca artesanal – e que, conforme chamaram a atenção Foucault (1998) e Esteva (2000), elas se opõem ao discurso dominante, provocam lutas, resistências, disputas.

No capítulo seguinte buscarei, exatamente, caracterizar as disputas que ocorrem no litoral sul do Espírito Santo, objetivando evidenciar suas especificidades no sentido de questionar se estas podem ser configuradas como um *conflito ambiental*.

#### 4 SOCIEDADE-NATUREZA NOS CONFLITOS AMBIENTAIS: OS AGENTES DAS DISPUTAS NO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO

No capítulo anterior o desenvolvimento do litoral sul do Espírito Santo foi colocado em questão e dentre as conclusões destaco o fato de que, sendo o desenvolvimento um discurso excludente frente às diferenças presentes no espaço, ele provoca disputas. Esta conclusão responde, em parte, a principal questão que motiva este trabalho, qual seja, por que nos projetos de desenvolvimento existem parcelas da população que não apenas não partilham de suas “benesses” como, ao contrário, sofrem consequências degradantes e que por vezes são impedidas de continuar exercendo seu trabalho ou até mesmo são expulsas de seu local de origem.

Considerando que o objetivo geral deste trabalho é problematizar as situações de disputas onde, de um lado, estão os grandes projetos para o desenvolvimento do sul do Espírito Santo e, de outro, as comunidades locais atingidas de maneira a questionar a possibilidade de existência de acordos pacíficos, justos e justificáveis em tais situações, acredito ser relevante analisar as características destas disputas, tendo como foco a relação sociedade e natureza na definição dos conflitos em tela, a fim de questionar se tais disputas podem ser definidas como *conflitos ambientais*.

Para tanto, no presente capítulo, na sessão 4.1, apresentarei a maneira como a questão ambiental vai se tornando objeto da sociologia, as principais correntes teóricas, destacando, ao final da sessão, a emergência dos debates em torno da questão dos conflitos ambientais no Brasil.

Em seguida, na sessão 4.2, apresentarei a perspectiva de Fleury (2013), que considera o conflito ambiental como categoria analítica, enfatizando o debate sobre os conceitos de *híbridos* e *coletivos* para, em seguida, na sessão 4.3 analisar as diferentes maneiras que os pescadores, os empreendedores e os governos, pertencentes ao escopo desta pesquisa, concebem o ambiente e a relação sociedade-natureza, considerando a agência de humanos e não humanos.

Na sessão 4.4 abordarei outro conjunto de conceitos importantes para a configuração do conflito ambiental como categoria analítica, quais sejam, *cosmopolítica* e *entrecapturas* para, na sessão 4.5, analisar as diferenças de perspectivas presentes no espaço das disputas em questão e pensar se se pode, ou não, concluir que as disputas em tela configuraram *conflitos ambientais*.

#### 4.1 A EMERGÊNCIA DA SOCIOLOGIA DA QUESTÃO AMBIENTAL E A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA<sup>1</sup>

Até meados da década de 70 do século XX, “a Sociologia manteve-se inadvertidamente fechada para as questões das relações sociedade/natureza e dos problemas ambientais”. (MATTEDI, 2003, p. 4). Isto se deveu ao fato de que esta disciplina foi forjada pela sociedade moderna e que as teorias sociais dos séculos XIX e XX representaram a natureza como algo dado que se contrapõe à sociedade, ou como “[...] um espaço ontológico que fica fora do interesse [...] dos paradigmas da ciência positiva”. (LEFF, 2016, p. 140).

Entretanto, nas últimas décadas, a emergência da “questão ambiental” promoveu uma renovação no debate sociológico e estimulou uma revisão dos parâmetros cognitivos da sociologia, o que trouxe várias questões epistemológicas, entre elas, como relacionar fatores sociais a fatores naturais.

Do ponto de vista epistemológico, verifica-se, ainda segundo Mattedi (2003), duas estratégias principais. A primeira, denominada *realista* e representada principalmente por autores como Catton Jr. e Dunlap (1978), propõe a redefinição do estatuto disciplinar da sociologia por meio da introdução do “novo paradigma ambiental”. Para esta corrente de pensamento, os seres humanos não podem ser vistos somente como resultado de um processo sociocultural. Ao contrário, os seres humanos modificam e são modificados pelo meio biofísico. Estes autores propõem, então, um novo paradigma ecológico onde os seres humanos são considerados parte dos ecossistemas que influenciam suas ações, assim como a sociedade. (GUIVANT, 2002). Sob essa perspectiva, a questão ambiental está baseada nos fenômenos naturais “*reais*” como desmatamento, chuvas ácidas, buraco na camada de ozônio, poluição, entre outros.

Para além da abordagem *realista*, desenvolve-se uma segunda estratégia epistemológica, conhecida como *construcionista*, que surgiu nos anos 1980 e se consolidou nos anos 1990. Para os *construcionistas*, a questão ambiental é uma construção social, um conjunto de representações construídas através do processo sociocultural. Esta estratégia compreende uma reação contra as implicações epistemológicas das proposições de Catton Jr. e Dunlap (1978) e seguiu por várias direções. Uma delas, representada, por exemplo, por Buttel e Humphrey (1987), tratou de revisar as principais teorias clássicas da sociologia, realizando uma releitura de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, com a finalidade de demonstrar sua

---

<sup>1</sup> A síntese que aqui apresento acerca da emergência da questão ambiental foi inspirada em Fleury; Almeida; Premevida (2014).

importância na interpretação da problemática ambiental. Esta também foi a forma encontrada pelos autores para escapar ao reducionismo biológico.

Ainda sob a ótica da revisão das teorias clássicas encontra-se o chamado “marxismo ambiental”, que tem como autores principais Schnaiberg (1980), para quem há uma contradição dialética entre a crescente atividade de produção capitalista e o ambiente, e O’Connor (1994) que sugere uma terceira categoria tão importante quanto capital e trabalho, qual seja, a natureza.

Por outro lado, Buttel (1992), ao se perguntar sobre a complexa relação entre a sociologia e a biologia, e após analisar as contribuições ao debate sobre sociedade e natureza empreendido por Catton Jr. e Dunlap (1978) e por Schnaiberg (1980), vê, nos estudos sobre o pós-industrialismo, na economia política da crise econômica, nas análises do “curso de vida” e da “nova economia doméstica” e na pesquisa histórica comparada, um futuro favorável para a Sociologia Ambiental. Para ele, estes temas configuram uma porta de entrada para ampliar as possibilidades de especialização desta subdisciplina, porque todos, cada um a seu modo, possibilitam tratar a questão da relação sociedade-natureza. Para esta abordagem, os elementos naturais são vistos como “*substrato material da existência humana*” (BUTTEL, 1992, p. 69), o que possibilita aos cientistas sociais tratar, sob a ótica do ambiente, os mais variados temas da realidade social.

A partir das proposições de Buttel (1992), e ainda sob a perspectiva de retomada da sociologia clássica para a interpretação dos problemas ambientais, uma série de autores não diretamente vinculados à sociologia ambiental volta-se para esta questão adotando estratégias convencionais de abordagem empregadas para o entendimento de outros problemas sociológicos, como por exemplo, Giddens (2008) e Beck (2010).

Outra direção teórico-metodológica seguida pela abordagem *construcionista* é representada por Hannigan (1997), que defende a ideia de que os problemas ambientais não existem por si mesmos – contrapondo-se à perspectiva *realista* - mas, ao contrário, são resultado de um processo multifacetado de construção social. (MATTEDI, 2003). De acordo com esta abordagem, a crise ambiental é vista como uma questão (ou um problema) socialmente construído por um constante processo assimétrico de definições coletivas e de valores da sociedade.

Hannigan (1997) identifica três tarefas principais que caracterizam a construção dos problemas ambientais: a reunião das exigências, a apresentação e a sua contestação. Além disso, para que um problema ambiental seja construído com êxito são fatores fundamentais: a autoridade científica para a validação das exigências; a existência de “propagadores” que possam estabelecer a ligação entre o ambientalismo e a ciência; a atenção dos meios de

comunicação social onde o problema é “estruturado” como novidade e como importante; a dramatização do problema em termos simbólicos e visuais; os incentivos econômicos para tomar uma ação positiva; e a emergência de um patrocinador institucional que possa assegurar legitimidade e continuidade. Portanto, o foco desta abordagem concentra-se nos problemas ambientais, na forma como se desenvolvem (ou são construídos) e na autoridade ou legitimidade de tais problemas. O problema ambiental é definido em um processo social que tem como base definições coletivas e valores presentes em cada sociedade.

Ao analisar a perspectiva *construcionista*, verifico que permanece a separação entre sociedade e natureza, que está na origem do pensamento ocidental moderno e na origem epistemológica da sociologia, pois ela fundamenta-se ainda na ideia de que há uma estrutura social (a sociedade) que limita a ação das pessoas e se constitui em uma esfera separada da natureza.

Portanto, percebe-se que, se em sua origem a sociologia ambiental teve como objetivo romper com a primazia do social – entendido como exclusivamente humano – na análise sociológica, em seus desdobramentos esse objetivo não foi alcançado para além de um princípio geral. Assim como nas demais vertentes da sociologia que se propuseram a analisar temáticas ambientais, o foco manteve-se nas dinâmicas de construção e formulação – social – da questão ambiental. (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014, p. 45).

Uma das propostas que mais se aproxima da possibilidade de romper com a primazia do social nos estudos sobre a questão ambiental veio dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT). Estes, ao focarem as análises acerca da produção do conhecimento científico e a elaboração e implantação de tecnologias, se deparam, necessariamente, com a “interface social-natural” e, ao procurarem conceitos que possam distinguir os ordenamentos da natureza pela ciência e da sociedade pela cultura, desenvolvem uma linguagem comum para os híbridos. (BLOOR, 1982; SHAPIN; SCHAFFER, 1985; COLLINS, 1985; HARAWAY, 1991; LATOUR, 1994).

A proposta de Latour (1995), por exemplo, é de romper com a clara separação entre sociedade e natureza presente na moral kantiana, baseada na relação entre meios e fins, e considerar a hipótese da constituição de uma moral construída a partir da coprodução sociedade-natureza. Para tanto, se faz necessário levar em consideração as proposições de Latour acerca da sociedade ocidental moderna. Para ele, a modernidade instaurou uma constituição que define e separa os humanos e não humanos, suas propriedades e suas relações. A divisão sociedade e natureza é, portanto, uma criação humana. Há, porém, uma série de “situações estranhas que a cultura intelectual não sabe bem classificar” (LATOUR, 1995, p. 9), pois estão permeadas tanto por objetos sociais, como por objetos naturais. Essas situações

demonstram, segundo este autor, que “jamais fomos modernos”, já que a modernidade nunca se efetivou completamente.

A partir desta constatação, Latour parte da noção de “redes sociotécnicas”, reconhecendo agência a humanos e não humanos que se tornam mediadores destas redes, para propor um modelo de análise em que os actantes (agentes-rede) constituem híbridos que não existem em si, ao contrário, são fluxos que devem ser traduzidos através de um processo de simetrização entre os polos sociedade e natureza.

Partindo da proposição cosmopolítica de Isabelle Stengers (2003), para quem o “cosmo”, ao invés de expressar o universo, expressa o pluriverso, Latour (2007) tece críticas ao “monoculturalismo” de Ulrich Beck inerente a um mundo com uma natureza, destacando a necessidade de se conceber um “pluriverso” composto por uma diversidade de naturezas. A cosmopolítica para Latour (2007) constitui-se nas políticas da crise da modernidade que tem por objetivo a composição de um mundo comum, mas que deve ser realizada com os excluídos da modernidade política, ou seja, os não modernos, os não humanos e os sobrenaturais.

A perspectiva de Latour abre espaço para uma série de outras abordagens que não partem do pressuposto da separação sociedade e natureza, como por exemplo, a de Francis Chateauraynaud e colaboradores, que desenvolveram a proposição de tomar o ambiente como parte integrante de “redes sociotécnicas” que emergem e se estabilizam por meio de processos de definição e de resolução de situações problemáticas. (CHATEAURAYNAUD; TORNAY, 2005). Assim, o ambiente é definido por eles como híbrido de sociedade e natureza, ou fluxos a serem traduzidos. Por se tratar de um programa de pesquisa acerca das controvérsias científicas erigidas em torno dos alarmes ambientais, esta perspectiva se aproxima das análises de conflitos. (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014).

Encontra-se, ainda, na literatura internacional, uma linha de pesquisa cujo foco é a gestão dos conflitos ambientais, debatendo estratégias de negociação, conciliação, facilitação, mediação e arbitragem dos referidos conflitos. Tendo como origem os estudos nas áreas de conflitos sociais e segurança, estas pesquisas estão presentes em países como os Estados Unidos, Canadá, Noruega e Finlândia, tendo como referências autores como Bingham (1986), Amy (1987), Ozawa (1996) e Rannikko (1996). (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014).

Diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, Canadá e Europa, onde o foco dos estudos estão na maneira como a sociologia pode incorporar o ambiente em sua matriz epistemológica, na América Latina, as disputas em torno da questão da preservação da biodiversidade torna-se central. (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014).

Escobar e Pardo (2005), por exemplo, ao analisarem o Pacífico Colombiano, afirmam que o discurso sobre a biodiversidade coloca as florestas tropicais úmidas numa posição biopolítica global fundamental, na medida em que prometem salvar a natureza das ações de sua degradação. Envolvendo os mais variados agentes sociais, cada um com seu quadro interpretativo, o discurso sobre a biodiversidade promete salvar a natureza e instituir uma “cultura da conservação”. Os autores chamam ainda a atenção para o fato de que este processo é permeado por disputas que giram em torno da maneira como os recursos da biodiversidade devem ser utilizados, uma vez que o território é composto por uma diversidade também cultural, com a presença de grupos étnicos locais cujos saberes tradicionais também devem ser preservados. Trata-se, conforme Escobar e Pardo (2005), de uma luta por autonomia e autodeterminação dos povos locais que se constitui em uma “política cultural da natureza” em que os agentes sociais disputam as formas de conhecer e de como é conhecida a biodiversidade.

Ainda de acordo com Escobar (1998), o discurso da biodiversidade, ao ressignificar as florestas tropicais, ressignifica também seus habitantes como guardiães da floresta que possuem conhecimentos tradicionais, considerados mais apropriados para conservar a natureza. Este discurso constrói as florestas tropicais como as formas mais naturais da natureza existente na terra e, seus habitantes, como pessoas mais naturais, portanto, mais aptas a conservar a natureza.

Ulloa (2004), problematiza esse discurso acerca dos habitantes das florestas tropicais a partir do que ela denominou a imagem do “nativo ecológico”. Em contextos de conflitos em torno das questões ambientais, evocar esta imagem se constituiu em prática política importante tanto para os ambientalistas, para quem o “nativo ecológico” se torna presença fundamental para a conservação da natureza, como também para os povos indígenas que defendem sua contribuição cultural para a conservação da floresta. Ulloa (2004) tece uma crítica a este discurso pois, segundo ela, a concepção que se tem do nativo sob esta perspectiva baseia-se em um estereótipo vinculado às noções ocidentais de natureza e cultura, e que, do ponto de vista das relações desiguais de poder, se assemelha aos processos coloniais.

Para analisar a relação entre indígenas e ambiente, Ulloa (2011) propõe o conceito de ecogovernamentalidade, a fim de demonstrar como esta relação estrutura uma nova formação discursiva, o ambientalismo, onde estão presentes elementos como o multiculturalismo, os direitos indígenas e ambientais e uma governabilidade global. Na ecogovernamentalidade os diversos agentes sociais buscam “regular e dirigir as ações sociais de acordo com lógicas e discursos que contribuem para o desenvolvimento de uma concepção emergente de governamentalidade ambiental global. No entanto, isto implica em negociações e conflitos, assim como acordos”. (ULLOA, 2011, p. 33).

Ao contrário de Ulloa (2011), para quem as negociações, conflitos e acordos irá construir uma governamentalidade ambiental global, e se aproximando de Escobar e Pardo (2005), cujas interpretações acerca dos processos sociais que ocorrem no Pacífico Colombiano colocam ênfase na política cultural da diferença, De La Cadena (2010), ao analisar as mobilizações contra a exploração mineral na montanha Ausangate, em Cuzco, também colocará ênfase na diferença. Entretanto, para ela, a diferença se constitui em um pluriverso onde estão presentes agentes sociais humanos e não humanos, incluindo-se aí elementos da natureza, metafísicos e simbólicos. Desta maneira, a autora abre caminho para uma análise da prática política que envolve os conflitos em torno das questões ambientais que não parte do pressuposto da separação sociedade e natureza e que resultarão em projetos políticos heterogêneos, adicionando dimensões aos conflitos.

No Brasil, os estudos sobre a questão ambiental ganham contornos específicos, visto que os debates que orientaram a discussão ambiental na sociologia se iniciaram por meio dos estudos sobre sustentabilidade e pouco a pouco passaram à análise dos conflitos ambientais. (FLEURY, 2013).

Embora se constitua em um campo ainda em construção, o tema dos conflitos ambientais no Brasil vem assumindo relevância que pode ser verificada não apenas pela contribuição dos pesquisadores, mas também pela existência de diversos grupos de trabalho voltados para sua discussão nos principais encontros brasileiros de ciências sociais. Destacam-se os encontros da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS) e o Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS), entre outros. (FLEURY, 2013).

Pode-se destacar ao menos três grupos de pesquisadores e trabalhos que debatem, sob diversos enfoques teórico-epistemológicos, como a sociologia pode incorporar as análises sobre o ambiente. (FLEURY, 2013). O primeiro grupo é composto por autores brasileiros que dialogam com a Sociologia Ambiental em nível internacional, orientando suas pesquisas nos debates sobre arenas públicas, sociedade de risco, modernização ecológica, sustentabilidade, sociologia rural e interdisciplinaridade, como, por exemplo, Fuks (1998), Ferreira; Viola (1996); Almeida (1997); Guivant (1998), Brandenburg (2010), entre outros.

Mario Fuks (1998), por exemplo, articula a perspectiva da análise da dinâmica sociopolítica da construção dos conflitos ambientais de Hannigan ao modelo de “sistemas de arenas públicas” de Hilgartner e Bosk (1988), formulando uma análise centrada na dinâmica argumentativa dos conflitos sociais no Rio de Janeiro e sugerindo que a vida política se constitui como arena argumentativa. Para Fuks a emergência das questões na agenda pública explica-se

mais em termos da dinâmica social e política do que pelos atributos (ou gravidade “objetiva”) do problema em questão. Assim, para ele o foco da análise dos conflitos ambientais deve ser a dinâmica argumentativa dos processos sociais responsáveis pela emergência de um novo assunto público e as disputas em torno de sua definição:

Pois, no momento em que a temática ambiental alcança as arenas de ação e debate públicos, retirando dos atores que deram início a esse processo o controle sobre o destino de sua definição, o "nós" universalista associado à proteção ambiental é redimensionado, permitindo tanto a expressão de demandas, assuntos e valores socialmente localizados, como a elaboração das visões correspondentes a respeito do meio ambiente. Isso significa que as demandas e os argumentos que organizam os conflitos ambientais definem o perfil do meio ambiente enquanto problema social. (FUKS, 1998, p. 11).

Nesta abordagem, a questão ambiental emerge como o assunto a se consolidar nas arenas das controvérsias públicas. Os conflitos ambientais seriam arenas específicas em que o ambiente emergiria como problema social a partir de um processo de recodificação por meio do sentido que ele passa a representar para diferentes atores.

A partir desta perspectiva, os processos de elaboração e circulação públicas a respeito do assunto em questão tornam-se fundamentais, uma vez que tais assuntos são elaborados em determinados contextos de disputas, mas, ao mesmo tempo contribuem para a constituição de um quadro de referências mais amplo a partir do qual tal assunto será tratado. (FLEURY, 2013). Nesta perspectiva, a questão ambiental não apenas é construída socialmente como, além disso, se constitui em “campo de batalha” em que o ambiente se coloca como questão central, contribuindo para a redefinição de outros conflitos sociais.

Um segundo grupo, bem significativo no Brasil, é formado por pesquisadores que apoiam seu arcabouço teórico-reflexivo na sociologia crítica de Pierre Bourdieu, discutindo conflitos ambientais a partir de relações simbólicas e de poder/dominação, como, por exemplo, Lopes (2004), Acselrad (2004) e Zhouri (2010).

Lopes (2006), embora parta de matriz teórica diferente de Fuks, pois seu arcabouço teórico está apoiado na Sociologia Crítica de Pierre Bourdieu, chega a conclusões muito parecidas em seus estudos dos processos conflituos em torno da Companhia Siderúrgica de Volta Redonda. Para ele as disputas em tela se deslocam das lutas trabalhistas para as questões ambientais através de um processo que ele denominará de “ambientalização dos conflitos sociais”. Trata-se de um processo histórico de construção de fenômenos, associado a um processo de interiorização, pelas pessoas e grupos sociais, das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente”:

A ambientalização dos conflitos sociais está relacionada à construção de uma nova questão social, uma nova questão pública. Pode-se supor que a constituição dessa questão tenha se iniciado nos países desenvolvidos industriais, relacionada à produção de acidentes industriais ampliados, de grandes riscos e de sua internacionalização. (LOPES, 2006, p. 34).

Os conflitos ambientais são, para Lopes (2006), um processo de incorporação da linguagem e das práticas ambientais pelos grupos sociais em disputa, o que resulta na “inculcação do novo domínio do ambiente”, se tornando um habitus. Neste caso também fica evidente a perspectiva construcionista do autor além do fato de que, para ele, a natureza é vista como estrutura material a partir da qual o processo de ambientalização dos conflitos sociais ocorrerá.

Acsehrad (2004), admitindo também uma postura construcionista, afirma que o ambiente deve ser pensado pelas Ciências Sociais como um mundo material socializado e dotado de significados e que é na esfera simbólica que se desenvolve a disputa por legitimidade dos recursos argumentativos a que os atores sociais recorrem para transformar causas parcelares em valores universais.

Também influenciado pela Sociologia Crítica, o autor afirma que os conflitos ambientais se constituem de disputas pela apropriação social da natureza tanto na dimensão material como simbólica. Para ele, os conflitos ambientais possuem quatro dimensões constitutivas: “apropriação simbólica, apropriação material, durabilidade e interatividade espacial das práticas sociais”. (ACSELRAD, 2004, p. 27).

Destaca-se aqui as dimensões material e simbólica dos conflitos ambientais. A primeira é o espaço onde se desenvolvem as lutas sociais, econômicas e políticas pela apropriação dos diferentes tipos de capitais. A segunda o espaço das representações, onde se desenvolvem as lutas simbólicas para impor as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital. (ACSELRAD, 2004).

O autor ainda destaca que a importância deste tipo de análise dos conflitos ambientais reside no fato de que coloca em evidência as contradições internas aos modelos de desenvolvimento que, via de regra, têm como característica a concentração da posse dos elementos da base material das sociedades pelos grandes projetos de apropriação do espaço e do ambiente, promovendo a desestruturação de ecossistemas, ao mesmo tempo em que concentra pequenos produtores, populações ribeirinhas e deslocados compulsórios em terras exíguas. (ACSELRAD, 2004).

Com base nesta perspectiva, Andrea Zhouri e seus colaboradores do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG)

interpretam os conflitos ambientais como confronto de racionalidades entre, por um lado, populações tradicionais locais, que resguardam o patrimônio material e simbólico local, e, por outro, os grandes empreendimentos, públicos ou privados, que entendem o território como propriedade passível de valorização. (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

Zhour e Laschefski (2010) destacam que os conflitos ambientais são caracterizados pela diversidade e heterogeneidade dos atores e de seus modos de pensar o mundo e planejar o futuro. Estes modos diferenciados de existência expressam uma luta por autonomia dos grupos que resistem ao modelo de sociedade moderna. Verifica-se que esta abordagem está claramente influenciada por Acselrad (2004), pela ecologia política de Martinez-Allier (1997) e pela sociologia crítica de Pierre Bourdieu.

Há, ainda, um terceiro grupo que é constituído por autores identificados com a área da antropologia, discutindo conflitos ambientais a partir de análises sobre povos tradicionais e grandes projetos de desenvolvimento, entre eles Almeida (1996), Carneiro da Cunha (2009), Magalhães (2007) e Ribeiro (1991).

Aproximando-se da abordagem de Escobar (2005), Almeida (1996) considera que as mobilizações em torno da conservação ambiental levada à cabo por povos da Amazônia significa a politização do saber sobre a natureza e, por extensão, a politização da própria natureza, em processos de disputas por consolidação de territorialidades específicas. Dessa maneira verifica-se o aparecimento de uma forma de conflito (sócio)ambiental em que os conhecimentos dos indígenas e dos “povos tradicionais” se contrapõem àqueles controlados pelos grandes laboratórios de biotecnologias e grupos econômicos.

Escobar (2005) afirma que não é mais possível pensar em questões ambientais sem sujeitos. Ao contrário, para ele, os sujeitos das questões ambientais são sujeitos coletivos que trazem uma complexidade de elementos identitários para o campo da significação da questão ambiental. Sendo assim, não é possível pensar a questão ambiental separada das associações e entidades da sociedade civil – o socioambientalismo –, que colocam em evidência as diferenças étnicas e a diversidade cultural.

Esta perspectiva também é partilhada por Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida (2009), que consideram o socioambientalismo como sendo um processo de construção de identidades políticas coletivas por grupos, ditos “povos tradicionais”, que “conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista”. (CUNHA, 2009, p. 300). Ao analisarem como ocorreu o processo de constituição das chamadas Reservas Extrativistas na Amazônia, a partir, de um lado, de demandas por reforma agrária por parte dos seringueiros, e, de outro, a necessidade de

conservação da floresta, as populações tradicionais que até há pouco tempo eram consideradas entraves ao desenvolvimento, criaram, a partir da construção da identidade coletiva de preservacionistas, um mecanismo de permanência em seu território e, em troca, oferecem serviços ambientais.

Em resumo, o debate sobre os conflitos ambientais no Brasil, conforme exposto até aqui, ora interpreta os conflitos ambientais como a retomada de antigas disputas sociais em que são incorporadas novas linguagens, sentidos e práticas, conforme Fuks (1998) e Lopes (2004; 2006); ora considera os conflitos ambientais como relações de expropriação e dominação frequentemente conduzidas por projetos de desenvolvimento, como Acsehrad (2004) e Zhouri; Laschefski; (2010); e ora ainda enfatizam os sujeitos dos conflitos ambientais que constroem identidades e disputam a permanência no território, como Carneiro da Cunha e Almeida (2009).

#### 4.2 CONFLITOS AMBIENTAIS COMO UMA CATEGORIA HÍBRIDA DE SOCIEDADE-NATUREZA

Outra perspectiva analítica brasileira, diferente das três acima sistematizadas, vem sendo desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS/UFRGS). Partindo de uma reflexão crítica acerca da literatura produzida no Brasil sobre os “conflitos ambientais”, tal como exposto, Fleury (2013) destaca o fato de que esta não problematiza a separação sociedade-natureza, ao contrário, “parte-se do pressuposto de que existe uma natureza, em sua materialidade e ecologia, que é *representada* diferentemente pelos distintos grupos sociais, o que deflagra, portanto, os conflitos ambientais”. (FLEURY, 2014, p. 74). Ao realizar sua pesquisa sobre os conflitos que ocorrem em torno da construção da usina hidrelétrica Belo Monte, no Pará, a autora propõe o seguinte questionamento:

Não seria a própria expressão “conflitos ambientais” uma contradição entre termos? Ora, os conflitos não são eminentemente sociais? Como chamá-los então de ambientais sem recair em um deslize conceitual? De outra parte, essa formulação poderia provocar também uma suspensão: ao admiti-la, estariam Sociedade e Natureza reembaralhadas? Isto é, ao se utilizar essa expressão/conceito se estaria explicitando que o “ambiente” é parte integrante de conflitos no sentido de agente de disputas? (FLEURY, 2013, p. 116).

Para Fleury (2013) os conflitos ambientais são processos produzidos nas articulações das diferenças culturais, nos “entrelugares”, nos momentos de trânsito no tempo e espaço em que emergem novas e complexas diferenças identitárias produzidas por diferentes processos de subjetivação. São nestes momentos em que se desfaz a lógica binária do eu/outro, do

dentro/fora, da sociedade/natureza abrindo-se a possibilidade para um hibridismo cultural que acolhe as diferenças. Apoiada na noção de hibridismo de Bhabha (2007), a autora propõe pensar a categoria de conflito ambiental admitindo-a como outro *locus* de enunciação, híbrido, “inadequado”, espaço onde as diferenças intersubjetivas são negociadas. Os conflitos ambientais, sob esta ótica, ocorrem nos interstícios, momentos em que o mundo real parece estar entre parênteses, momentos em que o estranhamento é captado “[...] nos momentos em que as diferenças sociais são os signos da emergência da comunidade concebida como projeto [...] que leva alguém para “além” de si para poder retornar, com um espírito de revisão e reconstrução, às condições políticas do presente”. (BHABHA, 2007, p. 21-22).

Deste ponto de vista, o “entrelugar” constitui-se em espaço intermediário onde ocorrem intervenções no aqui e no agora, onde passado e presente se tornam parte da necessidade de se fazer presente, de se relocar no mundo onde as diferenças sociais já não são simplesmente dadas às experiências através de uma tradição, mas estão em reconstrução.

De maneira complementar, Fleury (2013) recorre ao conceito de redes sociotécnicas de Latour (1994), incorporando-o à categoria de conflito ambiental, por ela proposta, reconhecendo, assim, a agência a humanos e a não humanos que se tornam mediadores nestas redes, e propondo um modelo de análise em que os actantes (atores-rede) constituem híbridos que não existem em si, ao contrário, são fluxos que devem ser traduzidos por meio de um processo de aproximação entre os polos sociedade e natureza. Para Latour,

Os quase-objetos e os quase-sujeitos traçam redes. São reais, bem reais, e nós humanos não os criamos. Mas são coletivos, uma vez que nos ligam uns aos outros, que circulam por nossas mãos e nos definem por sua própria circulação. São discursivos, portanto, narrados, históricos, dotados de sentimento e povoados de actantes com formas autônomas. São instáveis e arriscados, existenciais e portadores de ser. (LATOURE, 1994, p. 88).

Nas redes não há sentidos pré-estabelecidos, ao contrário, elas formam fluxos cujas articulações são heterogêneas e instáveis, o que impede escolher um ponto de vista *a priori*, sendo imprescindível ao cientista perceber as múltiplas conexões e o descentramento de certas perspectivas ou objetos. (LAW, 1992; LATOUR, 1994; HARAWAY, 1995; ROHDEN, 2012).

A partir dos diversos pontos de encontro no fluxo das redes sociotécnicas emergem perspectivas diferentes, ou *perspectivas concorrentes*, que configuram as disputas em torno do ambiente. Tem-se então, outra noção importante para a construção do conflito ambiental como categoria analítica, a de *perspectiva* ou de *pontos de vista*. Baseada em Timmermans, que por sua vez resgata uma tradição filosófica dos estudos de Leibniz, Whitehead e Deleuze, Fleury

(2013) destaca o fato de que o *ponto de vista* não é apenas a explicitação da diferença, mas a experiência do encontro de traços, formas de experimentar e de pensar que não são fixos e que possibilitam a experiência de novos possíveis.

No Brasil, a noção de perspectiva, sob esse ponto de vista, ganha fôlego com o *perspectivismo ameríndio* de Viveiros de Castro:

O *perspectivismo ameríndio* pode ser entendido como uma postura filosófica, imanente das cosmologias indígenas dos povos amazônicos, que oferece categorias, conceitos e princípios situados no exterior da cosmologia ocidental. Dessa forma, o *perspectivismo ameríndio* pode ser considerado um arcabouço passível de utilização para dessubstancializar as categorias de natureza e sociedade, frequentemente incorporadas no cerne dos debates acerca da questão ambiental. Para além do contexto de descrição etnográfica, o *perspectivismo ameríndio* apresenta-se como alternativa de pensamento e interpretação. (FLEURY, 2013, p. 118).

O conceito de multinaturalismo, chave para o entendimento do *perspectivismo ameríndio*, é particularmente útil para interpretação dos conflitos que envolvem as questões ambientais uma vez que, de acordo com a *perspectiva*, o que é natureza para uns, pode ser a cultura para outros. (CASTRO, 2002; FLEURY, 2013). Sob este ponto de vista, o que corrobora para o surgimento de diferentes *perspectivas* não é a maneira como os seres veem (*representam*) o mundo, mas sim os diferentes *mundos* que eles veem. “*O perspectivismo não é um relativismo, mas um multinaturalismo*”. (CASTRO, 2002, p. 379). Enquanto o conceito de relativismo admite uma multiplicidade de culturas, o conceito de *multinaturalismo* admite uma multiplicidade de naturezas. O relativismo é uma representação porque pertence ao espírito, mas o *ponto de vista* pertence ao corpo, trata-se apenas de uma diferença. Uma perspectiva, neste sentido, não é uma representação, mas sim um *ponto de vista*, uma diferença dada pelo conjunto de maneiras ou modos de ser que formam um *habitus* e que, por vezes, se constituem em forças em luta. (CASTRO, 2002; FLEURY, 2016). Sendo assim, os conflitos resultam do convívio de perspectivas que disputam a expressão de seus lugares de agência. (FLEURY, 2013).

À categoria analítica de conflito ambiental proposta, Fleury (2013) acrescenta ainda a perspectiva da crítica pragmática de Luc Boltanski. Segundo a autora, pode-se traçar um paralelo entre as disputas pelas perspectivas divergentes e a proposição da crítica empreendida pelos agentes sociais, que também configuram situações de conflitos. (FLEURY, 2013).

Para Boltanski (1990) a Sociologia Clássica do século XIX (tanto em Marx, como em Weber, Durkheim e Pareto) está centrada na ideia de que os atores sociais são dominados por uma “ilusão” que mantém a ordem social. Com diferentes denominações – ideologia, pré-

noções, representações, crenças, etc. – a sociologia clássica transita sempre entre “a realidade e a ilusão”. Ela reivindica para si o papel de realizar a “crítica” e elucidar o que seria a “verdade” sobre a ordem social. Desta maneira, a Sociologia Crítica coloca todas as dimensões das relações entre os atores sociais de forma verticalizada, hierarquizada, até mesmo as questões mais pessoais. As capacidades críticas dos atores são subestimadas ou ignoradas pela crítica sociológica clássica. (BOLTANSKI, 2009).

O autor propõe, então, um deslocamento da “crítica”, que, antes era vista como tarefa apenas dos sociólogos, para a “crítica dos atores sociais”, no interior da ordem social. Para ele os atores sociais dispõem de capacidades críticas que não se limitam àquelas realizadas pelas instituições formais (como partidos, movimentos sociais, etc.), mas ocorrem no cotidiano das pessoas. A sociologia pragmática, deve, assim, “observar, descrever e interpretar as situações nas quais as pessoas se dedicam à crítica, isto é, as disputas” para explicitar a distância entre o que o mundo é e o que ele deveria ser do ponto de vista do senso moral e de justiça dos atores. (BOLTANSKI, 2009, p. 47).

Fleury (2013) chama a atenção para o paralelo que se pode traçar entre o perspectivismo ameríndio e a sociologia pragmática considerando a proposição de Boltanski (2009) acerca da fragilidade da realidade dadas as incertezas que ameaçam os agenciamentos sociais. Há, para Boltanski, uma incerteza entre o que parece ser “a ordem natural das coisas” e aquilo que pode acontecer de forma imprevisível dada a incerteza dos agenciamentos possíveis. Ele propõe levar a sério a constante inquietude presente entre o que existe e o que vale, questionando assim a concepção de senso comum. Para Boltanski (2009), o senso comum é uma ilusão apoiada em um acordo tácito no interior da ordem social, que não permite perceber todas incertezas e inquietudes vividas pelas pessoas em seu cotidiano, pois há dificuldade de todos os seres humanos entrarem em um acordo totalmente inclusivo:

Ao simples fato de que todos os seres humanos *possuem um corpo*. [...] Daí se segue que cada indivíduo só pode ter sobre o *mundo um ponto de vista*. [...] nenhum indivíduo está em posição de dizer aos outros, a todos os outros, o que existe do que existe, e mesmo que ele pareça ter esse poder, não tem a autoridade necessária para fazê-lo. (BOLTANSKI, 2009, p. 96, destaques no original, tradução de FLEURY, 2013, p. 122).

Assim, como estratégia de análise da ordem social, o autor propõe renunciar à ideia de um acordo social implícito, ou senso comum, e substituí-la pela ideia de disputa e com ela a divergência dos pontos de vista.

Temos, então, que, tanto para o perspectivismo ameríndio, como para a sociologia pragmática, “o mundo é um espaço de conflitos, que depende de agenciamentos e pontos de vista”,

onde o que está em questão é quem define o que é real. (FLEURY, 2013, p. 122).

Fleury (2013) sintetiza sua proposição da seguinte maneira:

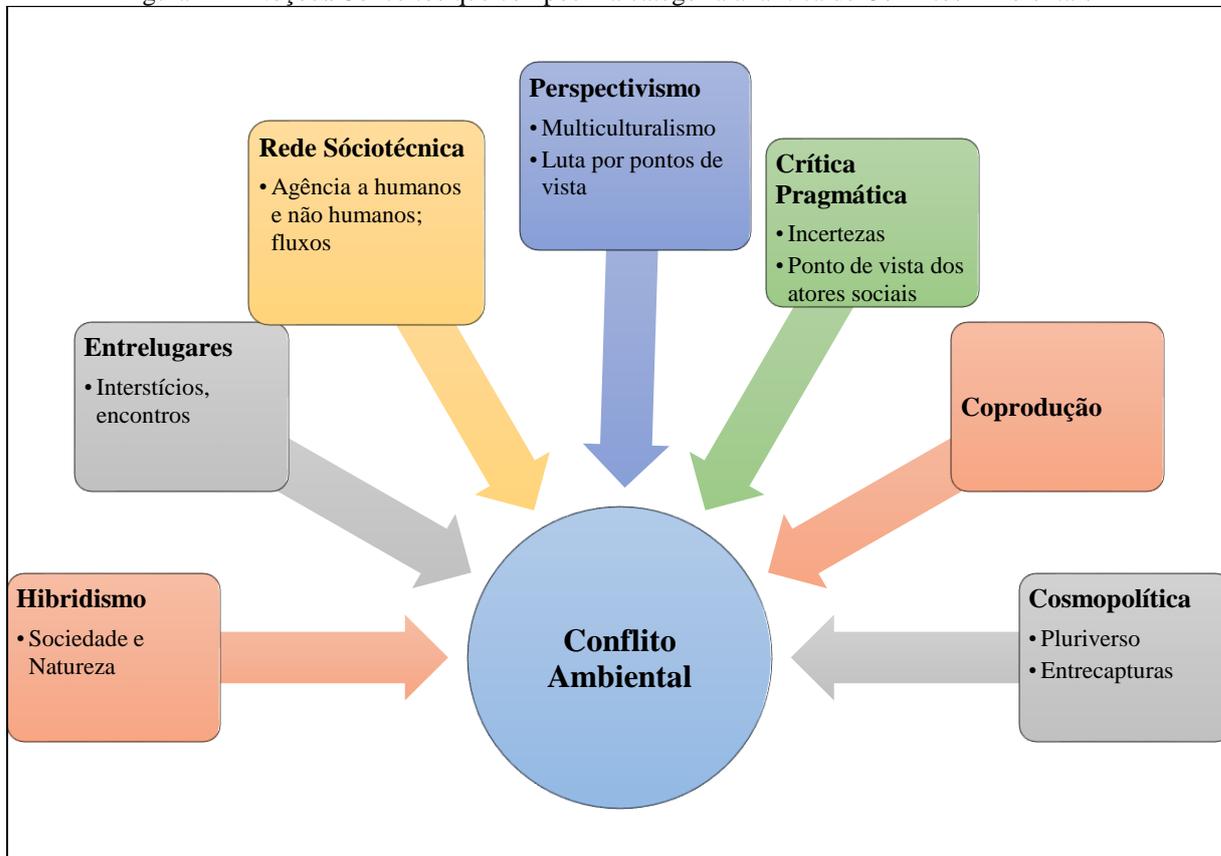
Assim, aceitando as pistas de análises propostas por Bhabha (2007), Latour (1994), De la Cadena (2010), Stengers (2007), Viveiros de Castro (2002) e Boltanski (2009), para contextos diferentes entre si e diferentes do aqui estudado, a aposta na categoria de conflitos ambientais para análise do conflito em Belo Monte visa, justamente, sobrecarregar o seu significado para incluir o hibridismo, os excessos e as perspectivas concorrentes na composição de um mundo comum [...]. Ou seja, das sugestões de Bhabha (2007), essa proposta aceita o hibridismo e a inadequação do conceito de conflito ambiental como características de contextos de fronteiras. De Latour (1994), Stengers (2007) e De La Cadena (2010), incorpora-se na análise a abertura para a demanda por novos possíveis, isto é, a presença da cosmopolítica. De Viveiros de Castro (2002), recorre-se à contribuição do perspectivismo ameríndio como postura filosófica, e à consideração de que os pontos de vista são forças em luta. Finalmente, a partir de Boltanski (2009), reforça-se a centralidade do conflito entre perspectivas divergentes às análises, e incorpora-se ainda a crítica sociológica apoiada no ponto de vista dos sujeitos sociais. (FLEURY, 2013, p. 123).

Para além da postura filosófica baseada no perspectivismo, que deve levar em conta uma diversidade de pontos de vista, considerando os agentes híbridos de sociedades e naturezas, e da estratégia metodológica da pragmática da crítica que busca interpretar as críticas dos atores em seu cotidiano no interior da ordem social, Fleury (2013) destaca, ainda, o conceito da coprodução “[...] com o objetivo de não recair, de maneira intencional ou não, em uma sobre determinação do papel da natureza ou da sociedade [...]” no processo de transformação dos sujeitos do conflito ao longo de sua história. (FLEURY, 2013, p. 125). Para a autora, há um ganho no poder explicativo se, ao analisar os conflitos ambientais, se pensar as ordens social e natural como sendo produzidas conjuntamente. Assim, ainda segundo Fleury (2013), é possível analisar, certas forças hegemônicas em situações de conflitos ambientais não como dadas, mas como coprodutos de interações contingentes e de práticas que produzem novos conhecimentos, os faz persistirem ou desaparecerem. Permite também perceber como estes conhecimentos modelam e são modelados pelos mais profundos compromissos políticos e culturais, assim como cognitivos e materiais das pessoas. (FLEURY, 2013, p. 126).

A Figura 22 representa, de maneira sintética, as diversas noções/conceitos que, conforme Fleury (2013) conferem à categoria de conflito ambiental um potencial analítico. Diante desta perspectiva, Fleury (2013) conclui que o social e o natural não são separáveis na dinâmica do conflito, nos termos do conflito, na definição do que está em conflito. Deste ponto de vista, o conceito de conflito ambiental, construído por Fleury (2013), difere das demais perspectivas acerca do conflito ambiental desenvolvidas pelos autores brasileiros, principalmente no que tange ao fato de considerar o “ambiente” como actante, como agente de

disputas. Da Figura 22 constam ainda as noções de pluriverso e entrecapturas que abordaremos na seção 4.4, momento em que trataremos a questão da cosmopolítica.

Figura 22 – Noções/Conceitos que compõem a categoria analítica de Conflitos Ambientais



Fonte: Elaborado pela autora com base em Fleury (2013).

#### 4.3 A AGÊNCIA DE HUMANOS E NÃO HUMANOS NAS DISPUTAS EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO DO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO

Ao iniciar minha pesquisa de campo, quanto mais conversava com as pessoas, mais sentia a presença da natureza como elemento fundamental na construção das disputas em torno da questão do desenvolvimento do litoral sul do ES. Por esta razão, optei por adotar a perspectiva de Fleury (2013) acerca dos conflitos ambientais a fim de problematizar as disputas em questão e analisar como se configura a relação sociedade-natureza na definição dos conflitos em tela.

Assim como propôs Fleury (2013), acredito que as disputas que ocorrem no litoral sul do Espírito Santo em torno do discurso e das práticas do desenvolvimento e da chegada dos grandes empreendimentos, também ocorrem a partir do encontro das diferenças culturais, na

emergência dos interstícios onde as experiências intersubjetivas são negociadas, nos entrelugares. Ao analisar as disputas em torno dos empreendimentos portuários no litoral sul do Espírito Santo, fica evidente o deslocamento para “além” por que passam as comunidades pesqueiras. A presença dos empreendimentos, ao mesmo tempo que anuncia a chegada da modernidade, do progresso ou do desenvolvimento, representados pela instalação de indústrias, pelo desenvolvimento dos serviços, pela urbanização crescente, pela possibilidade de um emprego em terra, pela possibilidade de oferecer estudo aos filhos para que eles possam ter outras opções além da pesca, provoca também ações/reações no sentido de reviver e reforçar antigas tradições pesqueiras. Cria-se então, um “entrelugar”, um momento de suspeita e suspensão em que os pescadores se veem diante de situações em que suas tradições são colocadas em xeque pelo discurso do desenvolvimento deslocando-os para um outro lugar onde o fazer-se pescador está em questão.

Ao serem questionados sobre o que significa ser pescador, muitos entrevistados associaram o ser pescador à tradição, à cultura, ao conhecimento que passa de pai para filho, à atividade para “tirar o sustento” da família, à atividade que mantém a comunidade bem, ou, sinteticamente, “é uma vida inteira”. (Entrevista com pescador de Itaipava, 24/02/2016, Itapemirim).

“Aqui, no nosso lugar aqui, a força mesmo é a pesca. Se a pesca falir, acabar, aí complica. Aqui, se a pesca vai bem, tudo vai bem. Se a pesca vai mal, tudo vai mal”. (Entrevista com pescador de Itaipava, 24/02/2016, Itapemirim). Sendo uma atividade praticada há mais de 80 anos naqueles locais, a atividade pesqueira é base fundamental para o desenvolvimento das formas de vida daquelas comunidades e, ao mesmo tempo em que estas tradições são lembradas e reafirmadas diante da ameaça de sua extinção com a vinda dos portos, novas formas de vida vão sendo construídas. Um exemplo importante, mencionado várias vezes, é o fato de que é necessário “dar estudo aos jovens” para que eles tenham mais opções de vida e trabalho. Mas, ao contrário do que muitos pensam, a opção pelos estudos nem sempre significa querer abandonar a pesca. Existe um bom número de jovens querendo ir pescar, porque gostam, porque viram seu pai fazendo isso a vida toda, ou simplesmente porque é o modo de vida deles:

Eu gosto. É a profissão que eu tenho. Eu sei fazer muitas outras coisas, sei cozinhar... eu sei fazer muitas coisas. Graças a Deus que eu sei porque daqui alguns dias a gente não vai poder pescar mais. Ah, eu gosto [de ser pescadora]. Desde criança vendo papai fazendo isso. Aqui todos os filhos veem os pais fazendo as mesmas coisas. Meu menino tem 13 anos e já vai pro mar. É a tradição. Eu acho que a pesca é uma tradição que passa de pai pra filho. [“Eu acho não, é. Claro que é”. – disse o pai da entrevistada, interrompendo-a.] É, com certeza que é. (Entrevista com pescadora do Pontal, 10/03/2016, Marataízes).

A chegada dos novos empreendimentos, de novas leis de regulamentação da pesca e a presença de várias instituições que interferem de alguma maneira na atividade pesqueira (Marinha, Capitania dos Portos, Ministério da Pesca, Superintendência Estadual da Pesca, IBAMA, Colônias de Pesca, Secretarias Municipais de Pesca, entre outras), atuam também no sentido de deslocar e relocar os pescadores para além de suas tradições. O pescador que volta aos estudos, conclui a graduação em Gestão Ambiental e inicia um pós-graduação em Direito Ambiental para continuar a ser pescador e ajudar na manutenção da comunidade pesqueira enquanto tal, é um bom exemplo disso. Se antes não era necessário ir à escola para ser pescador, agora a realidade tornou-se mais diversa e complexa, impelindo o pescador a intervir no aqui e no agora e reconstruir-se como pescador mediante a aquisição de novos conhecimentos.

O único motivo de eu voltar pra escola foi o meu irmão ter sido apreendido com o nosso material. Teve um ano que foi proibida a pesca de rede e eles estavam indo pra Guarapari. Eu não pude ir porque eu fiquei doente. E o material [a rede] estava junto. Aí apreenderam ele, ele levou coronhada na cabeça e até hoje responde por causa de um absurdo desse. Porque ele estava com o material. Era uma rede que estava lá em cima e ninguém tinha ciência nenhuma. Acabou que ele foi preso, pegou cadeia como se fosse um bandido. Aquilo ali botou muita gente na cadeia, e isso que fez a minha cabeça pra eu estudar e ver algum jeito de me informar pra auxiliar na área da pesca. Pra poder ser alguém que entende um pouco do meio pra poder ajudar o pescador. Porque nunca ninguém ajudou. Diretamente ninguém nunca pois a cara pra ajudar. E eu consegui isso no ano passado, em dezembro, com a minha formação e iniciei a minha especialização em Direito Ambiental com esse intuito de ser uma voz, entendeu? Porque a maioria dos pescadores não tem conhecimento. A maioria... eu mesmo se tivesse mantido aquele pensamento, hoje eu também não teria me formado, não teria formação nenhuma, entendeu? Basicamente pra ajudar a pesca. Meu interesse é ajudar. Eu quero ficar aqui na comunidade mesmo. (Entrevista com pescador do Pontal, 25/02/2016, Marataízes).

Outra diferença marcante é a diferença de “saberes”. Com a chegada do discurso do desenvolvimento os saberes tradicionais dos pescadores, transmitidos por gerações, já não servem mais. Eles precisam ser qualificados para adquirirem saberes modernos, tecnológicos:

Esse projeto foi concebido para o ES porque o ES tem uma cultura portuária muito extensa. [...] A gente entende como desenvolvimento que o ES tinha já uma raiz muito forte, um conhecimento de operação portuária. A operação de apoio offshore é a operação mais básica do porto, da atividade portuária. [...] Ela precisa de mão de obra... mão de obra pra fazer a ligada... de operadores de guindaste... Talvez essa seja a atividade, ali na beira do porto, mais qualificada. [...] Sem sombra de dúvidas o conhecimento já estava inserido no DNA da população aqui. [...] O ES está na cadeia logística que oferece como “colocar o pé na água”. [...] Esse é o conceito de desenvolvimento nosso, evidentemente que a gente quer... Não sei se deu para você perceber qual é o nível da mão de obra que a gente quer para o local onde a gente está indo. É muito importante porque tem uma demanda numa área de influência do projeto dos três municípios ali. Tem uma base de mão de obra ali que é oriunda exatamente da agricultura, pecuária e pesca. Então a atividade, ela pode ter a sua necessidade atendida na região sem a necessidade de importar mão de obra, ou trazer mão de obra, o que é sempre um risco para o empreendedor. [...] O desenvolvimento pra nós é isso,

se prepara a mão de obra, de preferência local, gera emprego, gera renda e os desdobramentos que têm isso nos círculos que são concêntricos [...]. Nós vamos ter que preparar alguma mão de obra, com a parceria das secretarias de competência, que vão estar conosco dentro de trabalhos específicos. Aí entra o lado político. As secretarias [municipais] às vezes oferecem cursos sem analisar a demanda que vai ter, os desdobramentos disso. Você pensou nisso? Se você sabe que o porto vai abrir oportunidade, se você mediu sua mão de obra e sabe que ela não está qualificada para as atividades que são desdobramentos naturais das atividades de um porto, porque não qualificar? (Entrevista com diretor da Itaoca Offshore, 11/03/2016, Vitória).

Este excerto, do meu ponto de vista, demonstra uma contradição. Ao mesmo tempo em que o entrevistado inicia sua fala afirmando que no ES existem pessoas que “sabem colocar o pé na água”, ele termina afirmando que a mão de obra necessita ser qualificada. Por que isso? Porque os empreendimentos portuários não precisarão de pescadores, trabalhadores que saibam “colocar o pé na água”. Eles precisam de trabalhadores modernos, das áreas administrativas, de automação, de logística, de construção civil, entre outros. Os saberes dos pescadores parecem não ser necessários ao desenvolvimento aqui proposto. Entretanto, no encontro entre as diferenças, estes saberes também são deslocados e transformados, devem ir além:

A ordem vem do governo da república para a universidade federal para fazer as entrevistas. A universidade procura o pescador e faz as entrevistas. Esse pescador que foi entrevistado é um conhecedor da pesca oceânica e de interior. As pesquisas são feitas pelo pessoal da UFES. Perguntam aos pescadores do estado do Espírito Santo, e a resposta está na inteligência de cada pescador que tem conhecimento, que sabe da pesca. Um pescador para ser profissional tem que conhecer tudo do barco, todos os petrechos de pesca, tudo da navegação e fazer todos os petrechos de pesca. [...] Até o pessoal da Universidade, que vai obter informações com os pescadores não conseguem pescar. Escrevem nos livros, mas não conseguem pescar na prática. (Entrevista com pescador de Itaipava, 15/09/2015, Itapemirim).

Neste depoimento, fica evidente que pesquisadores buscam transformar os conhecimentos dos pescadores, obtidos por meio do contato com eles, em “conhecimentos científicos” que, supostamente, poderão ser ensinados nos cursos superiores relacionados à atividade pesqueira. Entretanto, como o próprio pescador afirma, as informações por eles transmitidas são traduzidas e transformadas de modo que, mesmo tendo estas informações, os pesquisadores, ou estudantes, não são capazes de pescar. Deslocados, estes saberes agora estão tecnificados, modernizados, e atendem a outros interesses que não os dos pescadores tradicionais.

Outra diferença evidente diz respeito ao trabalho. Aqui tem-se, de um lado, o trabalho do pescador, autônomo, com seu ofício e suas decisões até certo ponto independentes, e por outro, o trabalho assalariado, moderno, dependente, com jornadas e tarefas pré-definidas, que se espera dos trabalhadores portuários:

Que bom que você vai fazer esta pesquisa. Assim você vai nos ajudar a entender o que as comunidades de pesca querem. Eles [os pescadores] parecem não querer trabalhar em outra profissão, ter carteira assinada, patrão, trabalhar 40 horas por semana. Eles reclamam da maneira como vivem, mas não aceitam as mudanças propostas. Não sabemos o que eles querem. (Conversa informal com funcionária da Secretaria Estadual de Desenvolvimento, 11/03/2016, Vitória).

Aqui percebo não apenas uma diferença fundamental entre a forma do trabalho, inclusive com resistência por parte de alguns pescadores em ser um trabalhador moderno, como também se evidencia uma diferença de pontos de vista, de perspectiva. Sem dúvida, para os “agentes do desenvolvimento”, aqui representados por esta funcionária, o ponto de partida para a melhoria da condição de vida das populações pesqueiras está na mudança de profissão e da forma de trabalho, ou seja, se “qualificar”, uma vez que o discurso do desenvolvimento desqualificou o pescador, e conseguir um trabalho assalariado em terra. Em resumo, transformar-se em um trabalhador moderno. Entretanto, do ponto de vista do pescador, a melhoria em sua qualidade de vida passa por melhorar a atividade pesqueira, como já demonstramos no capítulo anterior. O pescador se percebe como qualificado para a realização de sua atividade, a pesca, e reclama o direito de poder viver melhor como pescador.

Para tanto, apresentam sua inquietude quanto à realidade em que vivem realizando a crítica, colocando-se como divergentes quanto a chegada dos empreendimentos portuários que, para eles, significará o massacre da pesca. Em conversa informal com um pescador artesanal ele

Afirmou várias vezes que os pescadores estão sendo massacrados. A pesca costeira será impedida por causa da construção dos portos. A pesca em alto mar (80 milhas) também está prejudicada pela exploração de Petróleo. Seu [pescador] usou a palavra "massacre" para se referir aos pescadores várias vezes. (Anotação minha no diário de campo, em 05/09/2015).

Faz tempo que a pesca está esquecida. Eles tratam como se a gente não existisse. [...] O setor está sofrendo, isso é fato. Não é só em [Presidente] Kennedy. O setor está sofrendo muito. É uma batalha que não dá para vencer. Eu e meu marido estamos pensando em desistir. (Entrevista com pescadora de Marobá, em 26/04/2016, Presidente Kennedy).

O pescador artesanal, ao ser confrontado com os dispositivos do desenvolvimento como, por exemplo, reuniões, planos, projetos, audiências públicas, atividades de compensação, entre outros, se percebe como pescador artesanal, reafirma sua condição de pescador artesanal e, sob sua perspectiva, reafirma o desejo de continuar sendo pescador artesanal, contrapondo-se ao discurso do desenvolvimento.

Nestas disputas a presença de agentes não humanos se torna clara. Um dos actantes fundamentais na configuração das disputas em torno dos projetos de desenvolvimento no litoral

sul do ES é o mar. O mar, por exemplo, que outrora fora espaço de vida para os pescadores, espaço de lazer ou bela paisagem para banhistas e turistas, agora é também um “mar de petróleo” que passa a ter necessidades, personificado. “Esse mar de petróleo que nós temos aí *precisa* de uma infraestrutura para atender, para que ele se torne uma realidade, senão *ele vai continuar* aí por mais um milhão de anos”. (Entrevista com diretor da Itaoca Offshore, 11/03/2016, Vitória – Grifos acrescidos).

Entretanto, esse mesmo mar, é habitat de peixes, camarão, lagosta, entre outros seres não humanos que são responsáveis por prover a sobrevivência de comunidades pesqueiras inteiras e que, ao se depararem com as instalações da infraestrutura necessária ao mar de petróleo, “somem”, ou morrem, ou se mudam.

O peixe, por exemplo, some por causa do barulho das grandes embarcações, das luzes das plataformas, da presença de navios que fazem pesquisas sísmicas:

Dali de Anchieta [município próximo à Itaipava] mesmo dá para ver as plataformas queimando, tirando o petróleo pertinho da praia, da costa. Aquele peixe daquela beirada ali *sumiu*. Acabou com aquele peixe daquelas pessoas que saíam às 4:00 horas da manhã para ir ali pegar o seu peixe para viver. Ali, pertinho ali, uma ou duas horinhas da costa, tirar seu peixezinho mesmo, de linha mesmo, o pescador sabe tirar o peixe da água com a própria linha. [A pesca] *fracassou*. (Entrevista com pescador de Itaipava, 24/02/2016, Itapemirim – Grifos acrescidos).

Agora não tem [peixe] espada. Porque que ela saiu, foi para onde? Agora o sísmico [embarcação que faz pesquisas sísmicas] que joga lá armadilha dele e o peixe morre. Ele [o peixe] foi pego? Não. A maior parte do peixe que está ali está morto porque a coisa [a embarcação] está matando. Não adianta eles teimar. (Entrevista com pescador de Itaipava, 24/02/2016, Itapemirim).

Mas a vida do pescador é vida só com peixe. (Entrevista com pescador de Marobá, 04/05/2016, Presidente Kennedy).

Se o mar “precisa de infraestrutura” e se, com ela, o peixe “some”, a vida do pescador deixa de ser vida. Assim, mar, peixe, petróleo, atuam para a construção dos conflitos que envolvem os projetos de desenvolvimento no litoral sul do ES uma vez que colocam em campos opostos empreendedores e pescadores.

No discurso do desenvolvimento, o pré-sal também se constitui em sujeito não humano que exerce agência nos processos de disputas. Ícone da indústria petrolífera para a produção de energia, o pré-sal “tirou os peixes daqui. Trouxe muita gente para cá. Trouxe assaltos, drogas, adolescentes mães solteiras, elevados índices de HIV. E nós estamos esperando esse tal progresso chegar”. (Entrevista líder comunitária de Marobá, 28/04/2016, Presidente Kennedy).

Na praia de Itaoca, ao lado da foz do rio Itapemirim, espaço de trabalho dos camaroeiros, “o camarão não quer mais entrar no estuário para reproduzir porque este está poluído e este

problema ficará ainda maior após a instalação do terminal portuário”. (Informação adquirida em conversa informal com pescador do Pontal, em 25/02/2016, anotada em diário de campo). Se o camarão não mais se reproduzir ali, a existência do camaroeiro está ameaçada.

Independentemente da sobrevivência econômica, na perspectiva de fonte de emprego e da renda, assim como é pensado o ambiente pelos representantes dos empreendimentos, a natureza é também organizadora da dinâmica da vida social nas comunidades pesqueiras. O movimento das marés, por exemplo, determina o horário de saída para o mar, as correntes marítimas e a temperatura das águas determinam as espécies presentes ou ausentes em determinados pesqueiros. O tempo/espaço da pesca de cada espécie mobiliza diferentes petrechos de pesca, diferentes técnicas, diferentes tipos de embarcações, diferentes quantidades de guarnições (quantidade de gelo, de óleo diesel, tipo e quantidade de iscas, entre outros) e, mais do que isso, o tempo em que o barco ficará no mar ou a presença/ausência de maridos, filhos, netos, junto às famílias em terra.

As tempestades, por exemplo, colocam a vida do pescador em risco, a ressaca e a ventania fazem com que as mulheres das comunidades pesqueiras rezem, ou realizem novenas, pelos seus maridos e filhos que estão correndo perigo em alto mar:

Hoje eu estava conversando com a dona Glória de manhã por causa dessa ventania que deu. Eu não tenho marido no mar. A dona Glória tem um filho no mar. Aí eu falei para ela: “Dona Glória eu estou preocupada”. Aí ela falou: “O que é que foi dona Augusta”? “Dona Glória a senhora viu como é que está o mar”? Aí eu falei para ela: “É, dona Glória, essa noite eu orei muito, pedi muito a Deus, porque quando Jesus andou no mar ele também passou por uma tempestade dessa. Então eu pedi para Jesus ter misericórdia dos meninos daqui de Marobá que estão no mar. Porque tem muito pescador daqui no mar. Aí eu estava ali na frente [andando pela rua] procurando o grupo da terceira idade, quando eu fui passando e fui lembrando: “Gente, fulano também está no mar”. Orei por fulano, mas esqueci do ciclano. Mas o Senhor sabe, eu fui passando e falando porque tem muito pescador no mar, muito. (Entrevista com líder comunitária de Marobá, 28/04/2016, Presidente Kennedy – Os nomes são fictícios).

O tempo/espaço da pesca também é determinante na forma da construção dos saberes presentes nas comunidades. Os conhecimentos dos pescadores são transmitidos de pais para filhos por meio da oralidade. Se o tempo/espaço da vida do pescador é determinado pela natureza, como é possível frequentar escola formal? Como é possível, como querem os empreendedores, participar de cursos de qualificação profissional?

*Entrevistador* - Você tem feito algum curso desses que eles têm oferecido?

*Pescador* – Não. Não porque os cursos da prefeitura exigem grau de escolaridade e a gente não tem.

*Entrevistador* - Vocês estudaram até que série?

*Esposa do pescador* - Ele estudou até a quarta série e eu estudei até a sexta.

[...]

*Entrevistador* - Se vocês quiserem estudar, não tem escola? Vamos supor que tivesse uma turma de estudos para você aqui...

*Pescador* – Ah! Mas eu também não quero estudar mais não.

*Entrevistador* - Não quer estudar mais?

*Pescador* – Não. Eu não. Eu vou estudar e vou manter minha família como? Eu tenho que trabalhar como é que estuda, né? Eu tenho que ir pro mar. (Entrevista com pescador de Marobá, 04/05/2016, Presidente Kennedy – Grifos acrescidos)

Para os gestores públicos e os empresários basta oferecer cursos de qualificação profissional, quer seja para qualificar mão de obra para o trabalho nas atividades portuárias, quer seja para a prestação de serviços em geral, como em restaurantes, hotéis e pousadas, construção civil, manicure, cabelereiro, entre outros, que será possível promover o desenvolvimento gerando empregos e renda para os antigos pescadores. Entretanto, além do fato de que muitos pescadores querem continuar pescando, afinal são pescadores, frequentar a escola ou os cursos de qualificação profissional é impossível para quem tem que ir ao mar no tempo determinado pela natureza (momento da presença do pescado nos pesqueiros, tempo em que as condições climáticas permitem, etc.). Nem sempre é possível para o pescador estar em terra nos horários fixos dos cursos. A relação do pescador com o tempo e o espaço é radicalmente diferente daquela pretendida pelos gestores/agentes do desenvolvimento.

Se para as comunidades pesqueiras a natureza atua na constituição do pescador como tal, para os representantes dos empreendimentos ela oferece os recursos a partir dos quais seus negócios obterão “maiores rendimentos”, permitirão ao estado do Espírito Santo “maior competitividade” e ao país “mais energia para a produção de riquezas”. Dessa maneira, a perspectiva acerca da natureza por parte de pescadores e de empreendedores é *radicalmente diferente*, embora ela seja extremamente necessária para a existência de ambos.

Há, ainda, um terceiro ponto de vista acerca da natureza que foi expresso, principalmente, pelos representantes do poder público municipal. A natureza que precisa ser preservada, conservada, restaurada. Fala-se do “desenvolvimento com sustentabilidade” porque a natureza responde com força à destruição que a humanidade vem provocando:

Hoje, quando se fala em desenvolvimento, a gente está sempre aprendendo. Como a gente destruiu demais a natureza, ela mandou a conta. Ela mostrou que ligou um sinal de alerta. Está muito atual a questão da lama que destruiu um dos Rios mais importantes do país. Enfim, o ser humano precisa dar sequência a isso, né? *A natureza mostrou a força do que a gente tinha feito, então a gente fala hoje do desenvolvimento com sustentabilidade.* (Entrevista com subsecretário de agricultura de Marataízes, 16/03/2016, Marataízes – Grifos acrescidos).

A natureza, com suas transformações ou desastres, impõem situações de riscos para a

humanidade, requerendo ações de preservação, conservação, restauração. E, para tanto, são criados mecanismos normativos a fim de regular as atividades humanas que de alguma maneira afetam o ambiente:

O desenvolvimento é o equilíbrio entre a parte econômica e a sustentabilidade. A gente pensa o desenvolvimento da questão sustentável onde você vai ter o desenvolvimento da questão social com respeito ao meio ambiente, com a parte da vegetação, da fauna, da flora, de todo o meio físico, biótico e antrópico. A gente envolve tudo. Não só a questão antrópica, o desenvolvimento de melhorar a qualidade de vida. A gente não tem como melhorar a qualidade de vida só melhorando a questão econômica. Então a gente pensa em melhorar a qualidade de vida, realmente, no ponto em que a gente consiga melhorar a qualidade ambiental, sanitária, de atendimento dos serviços públicos, tudo isso. (Entrevista com técnicos da Secretaria do Meio Ambiente de Marataízes, 31/05/2016, Marataízes).

Desta maneira, a implantação de grandes projetos de desenvolvimento requer diálogos, debates e, por vezes, disputas em torno da questão ambiental, o que impõe aos empresários adequações dos projetos à legislação vigente, debates com a comunidade local, ações de compensação ambiental, entre outros.

Diante do exposto, fica evidente que as disputas que vêm ocorrendo no litoral sul do Espírito Santo podem ser caracterizadas como conflitos ambientais uma vez que podemos interpretá-las como um objeto híbrido de sociedades e naturezas, em que o ambiente também se apresenta como agente na configuração dos conflitos entre empresários, poder público e comunidade de pescadores artesanais, cujos pontos de vista diferentes/divergentes são colocados em discussão e negociação, em um processo de coprodução cujas forças hegemônicas são produtos de interações contingentes. Tema este que abordaremos no item a seguir.

#### 4.4 CONFLITOS AMBIENTAIS E COSMOPOLÍTICA

Acredito ter deixado claro que as disputas que ocorrem em torno do discurso e das ações do desenvolvimento no litoral sul do Espírito Santo evidenciam uma forte relação entre o social e o natural, conferindo agência a humanos e não humanos, podendo, desta maneira, serem interpretadas como conflitos ambientais, nos termos propostos por Fleury (2013).

A autora conclui que apenas é possível falar em conflito ambiental se a separação entre as câmaras sociedade e natureza, característica da moderna epistemologia, conforme Latour (1994), for colocada em causa. Isto porque, epistemologicamente, o termo conflito diz respeito à câmara do social, os conflitos são sociais, e o termo ambiental diz respeito à natureza. Então, apenas se se rompe com a primazia do social sobre o natural, é possível a junção dos dois termos

constitutivos da categoria “conflitos ambientais”.

Fleury (2013) propõe, então, o conceito de conflito ambiental interpretando-o como categoria híbrida, com o objetivo de reforçar sua carga cosmopolítica. “Os conflitos são parte crucial do encontro de perspectivas e estão no centro das relações sociais, isto é, o mundo é um espaço de conflitos que depende de agenciamentos e do encontro entre pontos de vista. (FLEURY, 2013, p. 298).

Não foi sem razão que deixei a noção de cosmopolítica para ser tratada em um item à parte. Se proponho interpretar as disputas em torno dos investimentos portuários no litoral sul do Espírito Santo como conflitos ambientais, é porque em minhas incursões a campo percebi, não apenas a ocorrência de agenciamentos de não humanos, ou outros que humanos, no que tange à questão do desenvolvimento, mas também que estes agenciamentos promovem encontros e desencontros de pontos de vistas, principalmente em relação à questão da “luta por justiça” que motivou a realização desta pesquisa.

Proponho, então, iniciar o debate pelas proposições de Latour (2007) acerca de sua concepção de “cosmos” e de “cosmopolítica”. No referido artigo o autor dialoga com Ulrich Beck apontando limites na abordagem deste último, principalmente no que tange às proposições de paz. Segundo Latour (2007, p. 69), a cosmopolítica de Beck “não comporta nenhum cosmos além da política”. Para propor a paz a questão do “outro” torna-se fundamental para que não se incorra em etnocentrismo. “É um risco, e sem dúvida etnocentrismo, assumir que os inimigos se entendem sobre seus princípios fundamentais”. (LATOURE, 2007, p. 72 , tradução nossa). A crítica do autor recai sobre o que ele denomina “mononaturalismo”, ou seja, na visão de “cosmos” como “único”, como uma cidade-mundo da qual todos queremos ser cidadãos. Desta maneira, Latour (2007) propõe a distinção entre “cosmopolitismo” e “cosmopolítica”.

O “cosmopolita” é o cidadão do mundo e não apenas de um Estado em particular. Na visão cosmopolita o mundo significa “a cultura”, uma visão global que se estende além do Estado Nacional. A paz, segundo essa visão (mononaturalista), é possível porque considera que as disputas ocorrem apenas em torno das qualidades humanas e as visões diferentes de mundo. Se as visões de mundo se conciliam, então a paz ocorre automaticamente. Entretanto, e essa é a crítica de Latour (2007), esta visão de “cosmos” e de “cosmopolítica” é reduzida porque ela considera apenas humanos no processo de negociação pela paz. Para este autor, ao contrário, o “cosmos” é composto também pelo conjunto de entidades não humanas que participam das ações humanas. Neste sentido, o “cosmos” é “pluriverso” e evoca multiplicidades. Latour afirma que, “[...] por guerra eu entendo um conflito no qual não pode haver uma arbitragem reconhecida, um conflito onde o que está em jogo é precisamente constituído pelo comum de

um mundo comum a ser construído”. (LATOUR, 2007, p. 74, tradução nossa)

Não existe, portanto, um mundo comum *a priori*. Ele não é algo dado. Ele deve ser construído e este processo de construção deve ser interpretado como um processo que não abrange apenas as agências humanas. Entretanto, Latour (2007) faz uma ressalva quanto ao construtivismo que, segundo ele, deve considerar que as realidades às quais os seres humanos estão atados dependem de uma série de mediações compostas de elementos heterogêneos, humanos e não-humanos, construídos por sua própria história. Deve-se levar em conta também que as realidades dependem de diversas interpretações, são falíveis e devem ser atualizadas constantemente.

Se Latour (2007) tece críticas à visão de “cosmopolitismo”, como “universo” regido por leis comuns, por um princípio de ordem que rege a cidade-mundo, assim como apregoavam os estoícos, Stengers (2007) propõe abandonar a perspectiva kantiana do “bem comum”. A principal diferença que marca o pensamento desta autora em relação às proposições kantianas se encontra na noção de “cosmos”. Baseada na crença do “bem comum”, a noção kantiana de “cosmos” relaciona-se à tentativa de construir um único modo bom para se viver constituindo um “Estado cosmopolítico universal”, onde a democracia permitiria a unificação política total do espaço humano. Todas as controvérsias, ameaças, ou espaços de hesitação se tornam “questões planetárias”. A ideia de “bem comum”, de acordo com Stengers (2007) universaliza e despolitiza. Segundo ela, o “cosmos” não designa mundos ou tradições particulares, nem tampouco pode ser designado por um projeto que visa englobar tudo:

O cosmos que figura no termo cosmopolítica designa o incomum que constitui esses mundos múltiplos, divergentes, de articulações que poderiam se tornar possíveis, contra a tentação de uma paz ecumênica onde um poder transcendente demandaria àquele que diverge de se reconhecer como uma única expressão particular que constitui o ponto de convergência de todos. (STENGERS, 2007, p. 49, tradução nossa).

A autora retomará um personagem conceitual de Deleuze, o “idiota”, para demonstrar a concepção de “cosmos” que, de seu ponto de vista está relacionada aos espaços de hesitação, aos interstícios. O idiota, no sentido grego, é aquele que não fala o mesmo idioma e que, portanto, está excluído da civilização. Ele possui uma linguagem própria e, por isso, a comunicação com ele torna-se difícil. Para Deleuze, entretanto, o “idiota” é aquele ser mais lento que os outros, que resiste à maneira como a situação se lhe apresenta porque para ele parece haver “qualquer coisa mais importante”. “O idiota não responde e não discute. O “idiota” se faz presente onde, como disse Whitehead, se faz um interstício”. (STENGERS, 2007, p. 47

– tradução livre). Assim, a palavra cosmopolítica está relacionada aos momentos de inquietude, de apreensão, onde é preciso desacelerar face à qualquer possibilidade de “boa vontade”.

Feitas tais considerações, a autora afirma que a palavra cosmos não se refere à criação de um “bom mundo comum”, ou um único mundo bom para todos, ao contrário, se refere à criação de um espaço de hesitação sobre o que se considera bom.

O “cosmos” é, portanto, o desconhecido que constitui estes mundos múltiplos, divergentes e as articulações que poderão ocorrer. Não se trata de uma paz definitiva e ecumênica, que a todos engloba, mas de reconhecer aquele que diverge como uma expressão particular que se constituirá em um ponto de convergência de todos.

Stengers (2007) chama a atenção para o cuidado que se deve ter em relação às vontades individuais. Apesar da manifestação do “idiota”, a dimensão cosmopolítica requer que as questões se coloquem de maneira coletiva:

Ao termo “cosmopolítica” corresponde aquilo que não é nem uma atividade, nem uma negociação, nem uma prática, mas o modo pelo qual se atualiza a *copresença problemática de práticas*: a experiência, sempre no presente, daquele em que atravessa o sonho do outro. *Entrecaptura não simétrica* que não garante nada, não autoriza a nada e não pode ser estabilizada por nenhuma restrição, mas por onde aquele que atravessa e aquele que é atravessado se submetem um ao outro ao exame que constitui a efração desse terceiro termo “assustador”, não apropriável por nenhuma medida: “Nós não estamos sozinhos no mundo.” (STENGENS, 2003, p. 355, tradução nossa - grifos acrescentados).

O pensamento coletivo, portanto, se constrói “em presença”, no espaço do encontro de hesitações, que se constitui em uma instância, denominada por Stengers (2007) de “cosmos”. Neste espaço de heterogeneidades, caracterizado pela “copresença problemática de práticas”, neste “pluriverso”, a paz se funda sobre o que “deve ser aceito por todos” e não sobre um interesse geral comum a todos, porque, do ponto de vista da proposição cosmopolítica, não existe a possibilidade da participação, em situação de igualdade, de representantes, diplomatas, capazes de negociarem a paz de maneira simétrica.

Não há, segundo Stengers (2007) uma chave universal capaz de solucionar todos os problemas do mundo. Para a construção da paz é necessário conhecer do que o mundo do outro é feito. Não existe um único mundo a ser colocado em ordem, mas sim diversos mundos que se atualizam “em presença”.

Aqui se verifica um ponto convergente entre os pensamentos de Latour e Stengers em torno da proposição cosmopolítica. Trata-se de uma visão ampliada de democracia em que, para a construção de um “novo mundo comum” é necessário recusar o modelo ocidental de justificação política que deprecia, invalida e destrói as tradições não modernas que não são

configuradas por ela. Sendo assim, o “cosmos” deve-se fazer com os “outros”, os não modernos, os não humanos, os sobrenaturais. Para os autores, então, o “cosmos” é um operador que desestabiliza, coloca em causa, a política dos modernos. A cosmopolítica supõe, então, a existência de uma pluralidade de seres humanos e de múltiplas maneiras de se definir como se vive como ser humano que não podem ser reduzidas a um único “bom mundo comum”. (LOLIVE; SOUBEYRAN, 2007).

Ao olhar para os conflitos que ocorrem em torno da chegada dos grandes empreendimentos para o desenvolvimento, em especial os investimentos portuários do litoral sul do Espírito Santo, verifico exatamente a presença de heterogeneidades, de múltiplos divergentes que se constituem em diferentes perspectivas, visões de mundo, em diferentes mundos. Assim, são criados vários espaços de hesitação sobre o que se considera “bom”, constituindo-se espaços de “copresença problemática de práticas” e momentos de “entrecapturas não simétricas”.

Sendo assim, é exatamente a “copresença problemática de práticas” ou os momentos de “entrecapturas não simétricas” que colocarei em evidência na seção seguinte, com a finalidade de tornar evidente as assimetrias existentes entre as comunidades locais e os grupos que dirigem os grandes empreendimentos para o desenvolvimento no litoral sul do Espírito Santo, principalmente no que tange às disputas entre os investimentos portuários e as comunidades de pescadores artesanais.

#### 4.5 DESENVOLVIMENTO, EMPREENDIMENTO E PESCA: DE QUE O “COSMOS” É FEITO?

Ao analisar as disputas face ao discurso homogeneizador do desenvolvimento do litoral sul do Espírito Santo, que apresenta as ações de industrialização, urbanização e modernização como a única solução possível e necessária para o desenvolvimento das comunidades locais, verifiquei que empreendedores, pescadores e poder público parecem não “dialogar”, parecem fazer parte de mundos diferentes. Isto porque, em seus mundos, construídos a partir das relações entre humanos e não humanos, parece não haver pontos convergentes a não ser o “espaço” territorial onde os portos serão instalados.

O primeiro *insight* que tive sobre o assunto foi em uma reunião realizada entre uma empresa exploradora de petróleo e os pescadores da comunidade de Marobá. Esta impressão foi relatada em meu diário de campo conforme Quadro 06.

Reverendo e repensando sobre meu estranhamento diante da situação descrita no Quadro 06, posso perceber que existe um princípio, um elemento *a priori*, que coloca empresa e pescadores em “mundos” diferentes e até divergentes diante do mesmo fato que é o impacto causado pelo empreendimento e a obrigatoriedade da compensação, qual seja, de um lado para a empresa basta que o pescador se requalifique e mude de profissão que ele terá seus problemas resolvidos; e o pescador quer encontrar maneiras de possibilitar que ele continue pescando, como me disse um pescador de Marobá:

A gente vai ter que inventar um outro tipo de pesca para pescar em outro lugar, porque, a partir de dezembro, a gente não vai mais poder pescar no “Buraco Cheiroso”<sup>2</sup>. (Fala de pescador de Marobá anotada em diário de campo, em 01/08/2015).

Por meio desta fala, o pescador deixa claro a intenção dos pescadores de continuarem a existir como pescadores. Trata-se de reinventar a pesca e não o pescador. Os pescadores podem até aceitar a realização de um curso de mecânica naval, por exemplo, mas não com a intenção de deixar de ser pescador para ser mecânico. Apenas para ser um pescador capaz de consertar seu próprio barco ou resolver alguma emergência em alto mar.

Desconfiada de que eu pudesse estar enganada, separei todos os trechos em que o desenvolvimento era mencionado em todas as entrevistas realizadas e em alguns documentos mais significativos procedi a uma categorização dos diversos significados de desenvolvimento que emergiam das “falas”, separando os interlocutores em “pescadores”, “empresários” e “poder público”. Imaginava que procedendo desta maneira poderia encontrar algum elemento que me indicasse que existia um diálogo entre estes setores e não apenas uma conversa de surdos-mudos. Este exercício resultou na Figura 23.

#### Quadro 06 – Notas do diário de campo

*Presidente Kennedy, 01 de agosto de 2015.*

*Assunto: Reunião sobre Plano de Compensação Pesqueira em Marobá*

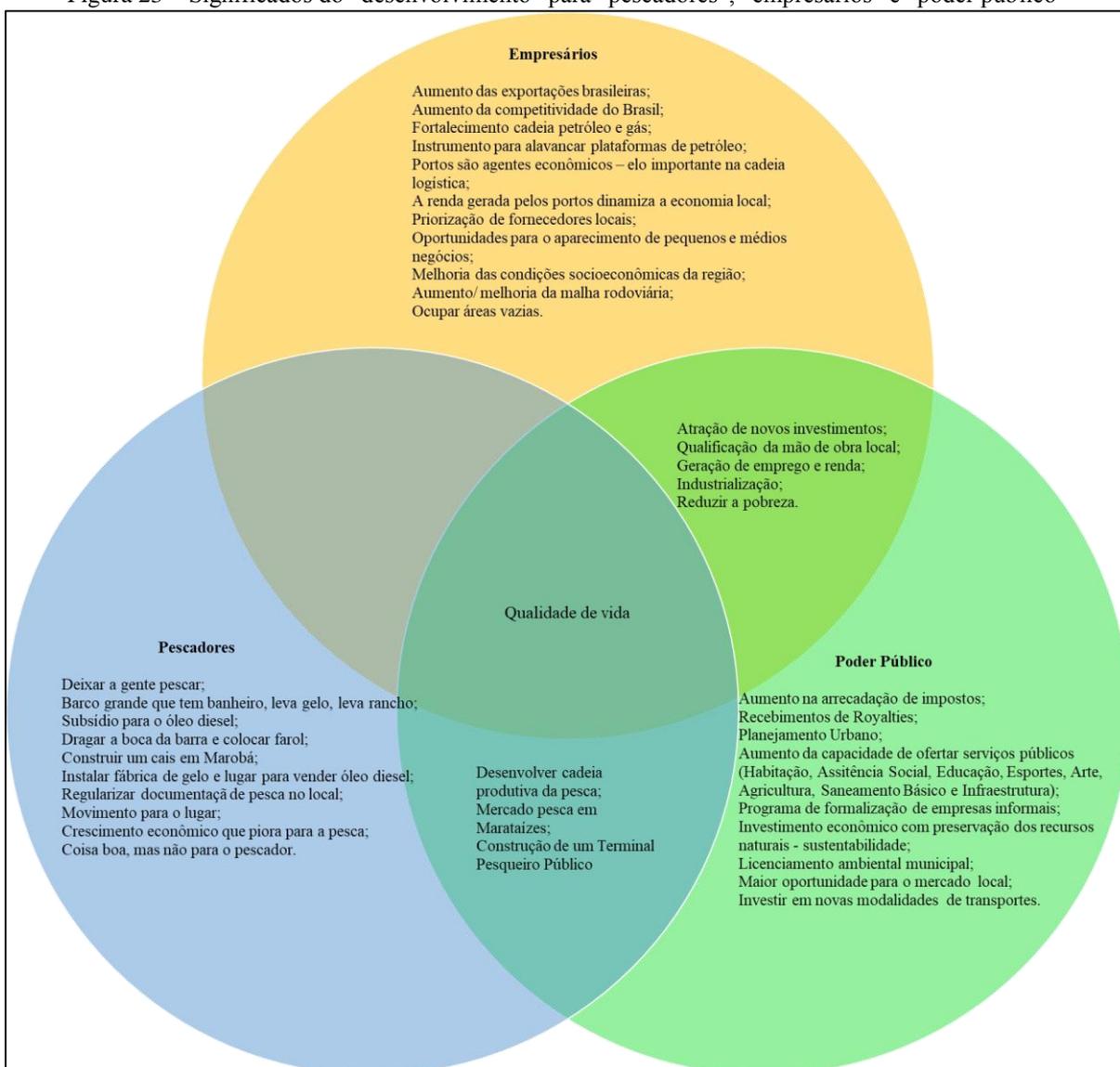
*Hoje tive uma das experiências muito estranha. Particpei de uma reunião, com aproximadamente 15 pescadores artesanais de Marobá, dois representantes da empresa que convocou a reunião, eu e meu marido. Para mim foi muito estranho porque eu fui convidada para esta reunião por um pescador, por telefone, que era a única pessoa que conhecia ali. Entrei na reunião, me sentei no canto da sala e esperei o momento para me apresentar e explicar quem eu era e o que eu fazia ali. Qual não foi meu espanto, os representantes da empresa deram início à reunião e não deram espaço para apresentações. Não me perguntaram quem eu era, o que eu fazia ali, porque tomava notas. À princípio imaginei que era apenas um esquecimento e que chegaria o momento de*

<sup>2</sup> Buraco Cheiroso é o nome dado a um dos pesqueiros mais frequentados pelos pescadores de Marobá, que fica próximo à Baía de Campos (ao norte do Rio de Janeiro e sul do Espírito Santo).

conversarmos. Fiquei ali observando. Qual não foi meu espanto, aqueles funcionários daquela empresa, que coordenavam uma reunião onde deveria ser discutido com a comunidade como seria investido um recurso de R\$50 mil que deveria ser pago aos pescadores como forma de compensação aos impactos causados pela empresa à pesca, não conversavam com ninguém. Digo isso porque eles iniciaram a reunião dizendo aos pescadores que o trator que os pescadores queriam não poderia ser comprado e que no lugar dele seria oferecido aos pescadores dois cursos de qualificação profissional, um de mecânica naval e outro de elétrica naval. Informaram que naquela reunião deveria ser decidido o calendário do curso que duraria 15 dias. Disseram que apenas poderiam participar do curso moradores de Marobá que tivessem o ensino fundamental completo. Aí começou uma conversa de surdos-mudos. Digo isso porque um pescador disse que se não tivesse o trator que a empresa construiu então um píer de atracação, porque este era o problema deles. Eles não têm como atracar naquela praia e por isso pediram o trator para tirar os barcos do mar. Aí a empresa respondeu que eles fariam o curso como tinham feito em Piúma. Outro pescador disse que então fosse montada uma sala de rádio na sede da associação para melhorar a comunicação dos pescadores com seus familiares. Aí a representante da empresa disse que eles não entenderam, que aquela reunião era apenas para eles decidirem o calendário do curso. Aí os pescadores disseram que não podiam decidir o calendário dos cursos porque não poderiam ficar tantos dias fora do mar porque precisavam pescar para sustentar as famílias. Os representantes da empresa apenas disseram que quem não pudesse ficar em terra que não fizesse o curso. Aí eles disseram que não poderiam cumprir com a exigência do ensino fundamental completo porque os pescadores daquela comunidade, em sua maioria, estudaram apenas até a quarta série. Esta exigência foi mantida e a resposta foi a mesma, que não fizesse o curso aquele que não tivesse estudo. Neste momento me dei conta que eu não era a única “estranha” ali. A impressão que me deu é que não havia diálogo entre aquelas pessoas. O que os representantes da empresa diziam não tinham qualquer conexão com o que os pescadores queriam. As decisões já estavam tomadas e a empresa fazia aquela reunião apenas para informar, e se os pescadores não pudessem fazer o curso, isso não era problema da empresa. Ao findar a reunião o pescador que me convidara veio me apresentar o presidente da associação dos pescadores e, em questão de poucos minutos os representantes da empresa já tinham ido embora. Não tive oportunidade de conversar com eles. Continuei uma estranha que não fazia diferença alguma para eles. Aliás, os pescadores ali presentes também não faziam diferença. Eles estavam apenas cumprindo com uma tarefa. Ao final da conversa o presidente da associação, pescador que mais falou na reunião e que insistiu em debater outras demandas me disse: “A empresa tira muito da gente e quer compensar com pouco”. Busquei me informar melhor sobre o porquê de tanta necessidade de um trator ou píer de atracação e os pescadores me informaram que, em função da instalação dos portos, a pesca em pequenas embarcações se tornaria inviável e não existe naquela praia uma infraestrutura para a pesca em embarcações maiores capazes de ir pescar mais longe e de conviver melhor com os grandes navios.

Fonte: Notas do diário de campo feitas em Marobá, 01/08/2015.

Figura 23 – Significados do “desenvolvimento” para “pescadores”, “empresários” e “poder público”



Fonte: Elaborado pela autora a partir de entrevistas e documentos<sup>3</sup>.

A Figura 23 evidencia um ponto de convergência entre os interlocutores em questão, que é pensar o desenvolvimento como “qualidade de vida para moradores e visitantes”. Entretanto, quando se analisa os demais temas vinculados à ideia de desenvolvimento se evidencia uma profunda diferença entre a opinião dos interlocutores. Os “pescadores” relacionam a ideia de desenvolvimento à melhoria das condições de sua reprodução e realização como “pescadores” como, por exemplo, a construção de cais para a atracação, subsídio para a compra de óleo diesel, barcos grandes e melhores, farol para a sinalização, construção de fábricas de gelo e regularização da documentação. Quando abordam o tema do

<sup>3</sup> Para a elaboração desta figura foram classificadas 316 referências ao tema do desenvolvimento do litoral sul do Espírito Santo em 35 documentos diferentes, dentre eles 25 entrevistas, sete documentos das empresas (EIA/RIMA, sítios, entre outros) e três documentos do poder público. Utilizou-se o software NVivo 11.

desenvolvimento relacionado aos grandes investimentos que estão previstos para a região, em especial a construção dos terminais portuários, os pescadores afirmam que pode desenvolver ou trazer coisa boa, mas não para os pescadores. Não encontrei nenhum ponto de intersecção entre as “falas” dos pescadores e as “falas” dos empresários acerca do desenvolvimento.

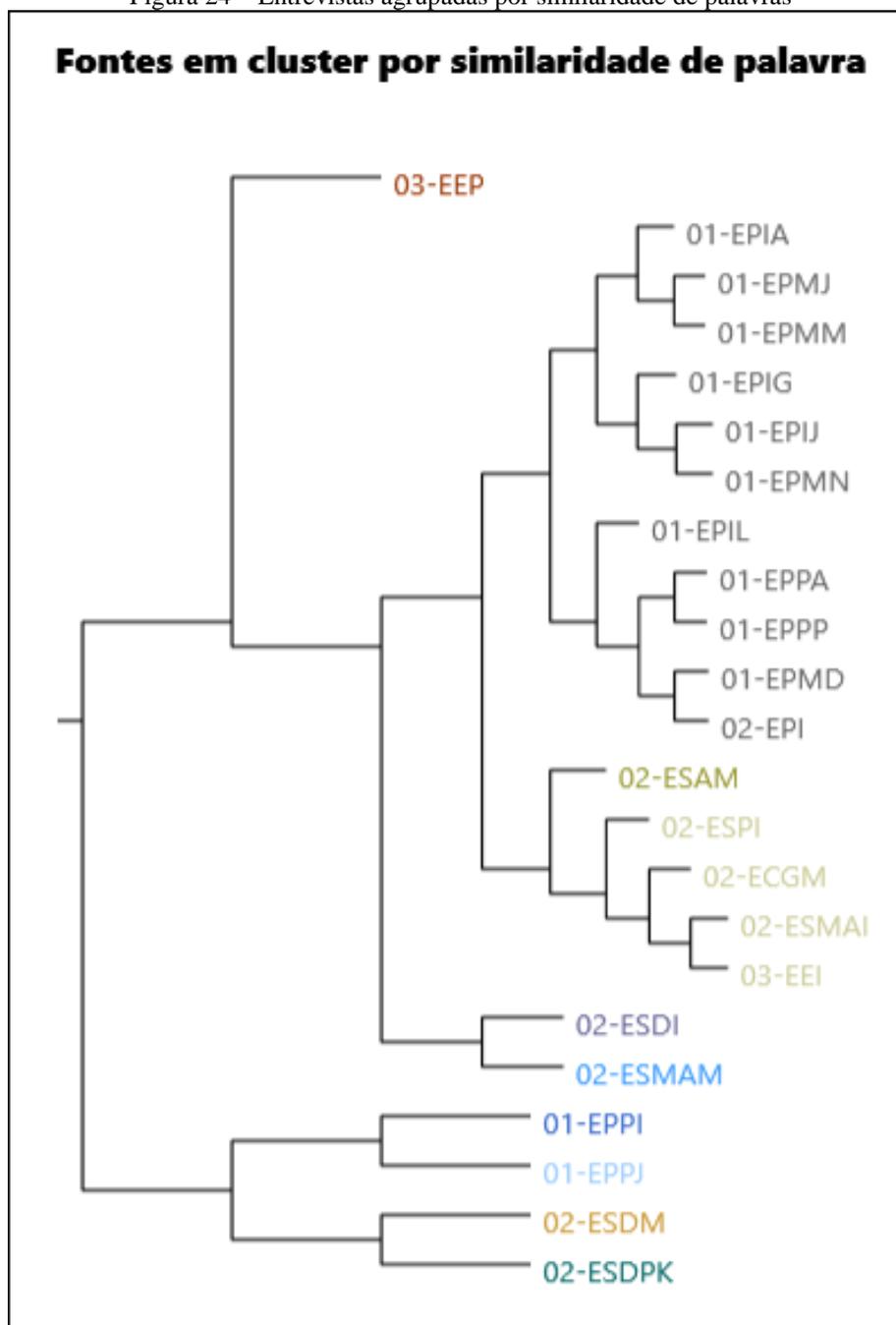
Analisando ainda a Figura 23 verifica-se que do ponto de vista dos empresários, o desenvolvimento está fortemente relacionado à racionalidade da economia de mercado globalizada evidenciando a ideia de melhoria da competitividade do Brasil, do fortalecimento da cadeia produtiva de petróleo e gás que teria como consequência a melhoria das condições econômicas da região proporcionando o aparecimento de outros empreendimentos relacionados à atividade portuária e priorizando a constituição de redes de fornecedores locais. Ao mencionar a ocupação de área vazia, os empreendedores afirmam ser boa a oportunidade de instalar terminais portuários e outras modalidades de transportes (como trens, por exemplo) em áreas pouco habitadas.

Localizei cinco pontos que se repetiram entre as falas dos empresários e dos representantes do poder público. Estes pontos demonstram a crença no desenvolvimento como crescimento econômico, que possibilitará a redução da pobreza.

Para os representantes do poder público, o desenvolvimento está associado ao crescimento econômico, conforme mencionado, mas também a uma visão de que para tanto serão necessários investimentos em infraestrutura urbana para que a atração destes empreendimentos não se transforme em problemas maiores no futuro. Os representantes do poder público também mencionaram o fato de que a atração de novos investimentos significa também o aumento na arrecadação fiscal dos municípios.

Ainda é importante mencionar pontos de intersecção entre as “falas” de representantes do poder público e de pescadores que convergem no sentido da construção de infraestrutura pesqueira para o fortalecimento desta atividade na região. Neste aspecto pode-se concluir que o poder público dialoga com empresários e com pescadores, mas não desempenha um papel de mediador no sentido de promover o diálogo entre estes últimos.

Figura 24 – Entrevistas agrupadas por similaridade de palavras



Legenda: Itens iniciados com 01 = entrevista com pescador; itens iniciados com 02 = entrevista com poder público; itens iniciados com 03 = entrevistas com empresários.

Fonte: Elaborado pela autora com o auxílio do software NVivo 11.

Ao submeter o conteúdo das entrevistas a uma comparação por similaridade das palavras utilizadas pelos entrevistados obtém-se o agrupamento em *clusters* conforme representado na Figura 24. Ao analisá-la, se verifica uma forte correlação de similaridade das palavras utilizadas pelos pescadores que formam o grande *cluster* representado na cor preta. Apenas duas entrevistas com pescadores, ambas da comunidade do Pontal, se distanciam das

demais, mas são próximas entre si. Entre os representantes do poder público entrevistados destaca-se a entrevista realizada com o prefeito de Itapemirim, que é semelhante às “falas” dos pescadores. Os demais formam outro *cluster* representado pela cor amarela. Neste caso o grau de semelhança é menor do que no caso dos pescadores, formando ainda dois outros grupos: o primeiro reúne o secretário de desenvolvimento de Itapemirim ao Secretário de Meio Ambiente de Marataízes, e o segundo reúne os secretários de desenvolvimento de Marataízes e de Presidente Kennedy. No primeiro caso, as semelhanças dizem respeito à visão de desenvolvimento como “desenvolvimento sustentável” e, no segundo, demonstra que as “falas” dos gestores que trabalham com o desenvolvimento são próximas entre si, mas destoam um pouco dos demais gestores. O conteúdo que mais se distancia em termos de semelhança das palavras refere-se ao da entrevista com o empresário representante do empreendimento do Porto Central e o conteúdo da “fala” do representante do Porto de Itaoca aproxima-se do *cluster* formado pelos representantes do poder público.

A Figura 24 reforça, então, a clara distinção que existe entre as concepções de desenvolvimento dos pescadores, empresários e representantes do poder público, com pouca ou nenhuma intersecção entre si, confirmando o que foi demonstrado pela Figura 23.

Considerando as diferentes concepções de desenvolvimento expressas por cada um dos subgrupos de interlocutores (pescadores, poder público e empresários) em disputa, reafirmo a hipótese de que estas são construídas a partir dos elementos híbridos de sociedades e naturezas, de seres humanos e não humanos, conforme descrito na seção 4.3 deste capítulo, e que contribuem para a construção de um “pluriverso” cujas diferenças fundamentam as disputas em questão.

Ainda na tentativa de entender melhor as diferenças e o que está, fundamentalmente, em disputa neste “pluriverso” que é escopo desta pesquisa, ao analisar as entrevistas classifiquei as expressões que poderiam indicar as identidades dos grupos em questão, bem como suas práticas cotidianas, seu modo de ser, fazer, sentir, em uma categoria que denominei “copresença”, com o objetivo de evidenciar as diferentes práticas que se encontram de maneira problemática neste “cosmos” composto por  $n$  actantes relacionados aos empreendimentos para o desenvolvimento no litoral sul do Espírito Santo. Os trechos das entrevistas classificados desta forma foram também separados de acordo com o grupo a que pertencem (pescadores, poder público e empresários) e submetidos à análise do conjunto de palavras com maior frequência. Estas palavras que formam as Figuras 25 e 27 retratam experiências existenciais bastante diferentes e, por vezes, divergentes.



necessariamente precisam se relacionar, como por exemplo, o *IBAMA*, ou outros órgãos do poder público, os empreendimentos, as prefeituras ou o comércio *local*. Estas instituições, muitas vezes, apresentam *projetos* para o desenvolvimento na crença que o modo de ser e viver dos pescadores é precário e necessita ser “melhorado”, mas os pescadores se reconhecem enquanto tal e buscam reafirmar sua condição o que, por vezes, gera conflitos<sup>4</sup>. A Figura 26 retrata, de alguma maneira, este modo de vida presente no “cosmos”.

Figura 26 – Retratos do cotidiano dos pescadores artesanais

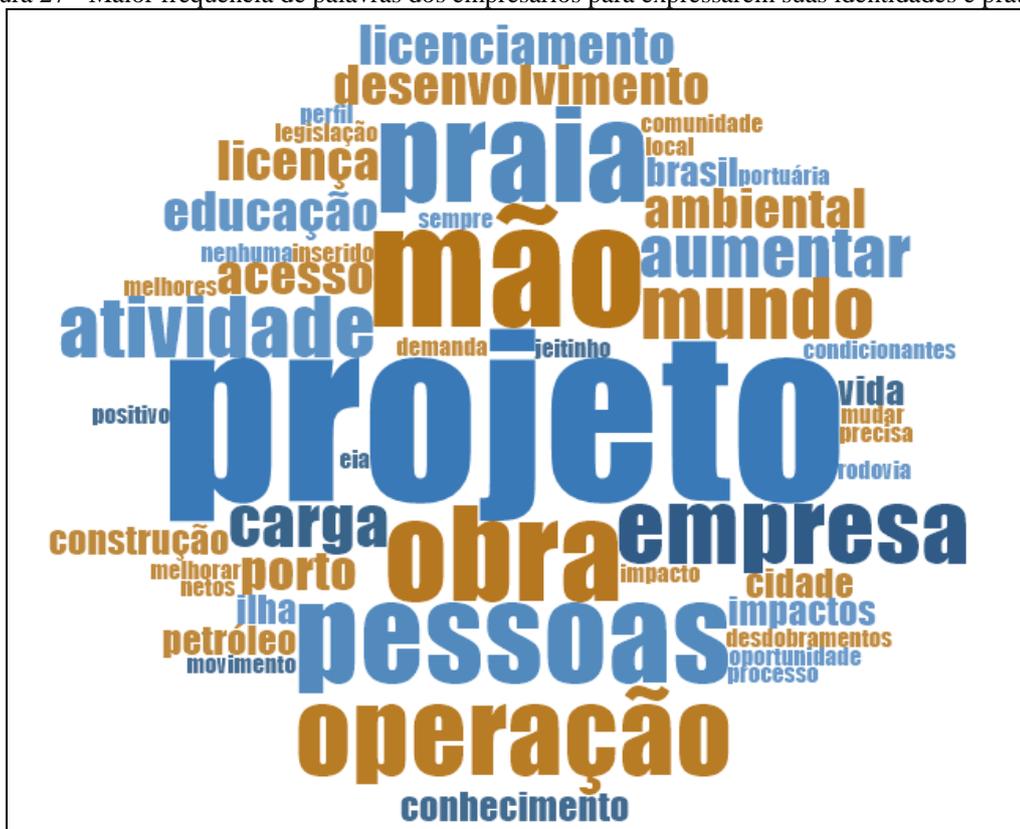


Fonte: Fotos da autora feitas durante a pesquisa de campo.

<sup>4</sup> As palavras que estão em itálico neste parágrafo referem-se a algumas das palavras mais repetidas pelos pescadores nos itens classificados nas entrevistas como “copresença”.

Ao comparar as Figuras 25 e 27 temos imagens completamente diferentes. “Projeto – mão de obra – pessoas – operação” formam o conjunto das palavras mais citadas e expressam os modos de pensar e agir cotidiano dos empresários. Os *projetos* a que se referem diz respeito aos grandes empreendimentos em vias de instalação no litoral sul do Espírito Santo, objeto do qual os empresários se ocupam em seu dia a dia. A palavra *mão de obra* aparece em dois contextos diferentes, o primeiro refere-se à necessidade de capacitar a mão de obra local para que ela se torne apta ao trabalho nos *portos*; o segundo refere-se à possibilidade que estes empreendimentos têm de oferecer como contrapartida para a comunidade atingida por sua presença o emprego da mão de obra local. Já as *pessoas* mencionadas pelos empresários são aquelas que, atraídas pelos investimentos portuários e com vontade de mudar de vida, podem aproveitar oportunidades de investir em novos negócios para oferecerem serviços às indústrias que ali se instalarão. “Falas” como “é preciso que as pessoas enxerguem isso como uma mudança ou oportunidade”, são mencionadas várias vezes.

Figura 27 - Maior frequência de palavras dos empresários para expressarem suas identidades e práticas<sup>5</sup>



Fonte: Elaborado pela autora com o auxílio do software NVivo 11.

<sup>5</sup> As palavras “mão” e “obra”, que aparecem na Figura 27 referem-se à expressão “mão de obra”.

Neste universo empresarial as *operações* de apoio logístico *offshore* são o principal objetivo das empresas que, no momento em que a pesquisa de campo foi realizada, muito se preocupavam também em cumprir com as exigências da *legislação* para conseguir as licenças prévias, de instalação e de operação. Esse *processo* de *licenciamento ambiental* ocupa boa parte do tempo e das atividades realizadas pelos empresários e justifica a frequência com que se utilizam de palavras como *EIA*, *processo*, *condicionantes*, *licença* e *legislação*. Em relação aos *impactos* causados pelos empreendimentos, é curioso o fato de que os empresários fizeram questão de mencionar a existência de *impactos positivos* para justificarem a importância do empreendimento para o desenvolvimento das *comunidades locais*. As *atividades* destas *empresas* relacionam-se à oferta de infraestrutura para o aumento da competitividade do Brasil no comércio exterior, por meio dos investimentos para *melhorar* a cadeia de operações logísticas e para a consolidação da exploração de *petróleo* e gás. Assim, é parte de suas atividades realizar investimentos para o desenvolvimento do Espírito Santo e do Brasil, inserindo-os no *mundo* em um outro patamar e atendendo empresas do *mundo* inteiro. A presença dos portos “vai *aumentar* o movimento das *idades*”, o que impõe a necessidade de construir vias de *acesso rodoviário*, aumentar a oferta de serviços como *educação*, por exemplo, para que o município possa “*melhorar* de nível”. Para tanto é necessário aumentar o *conhecimento*, para que as pessoas possam ter uma *vida* melhor<sup>6</sup>.

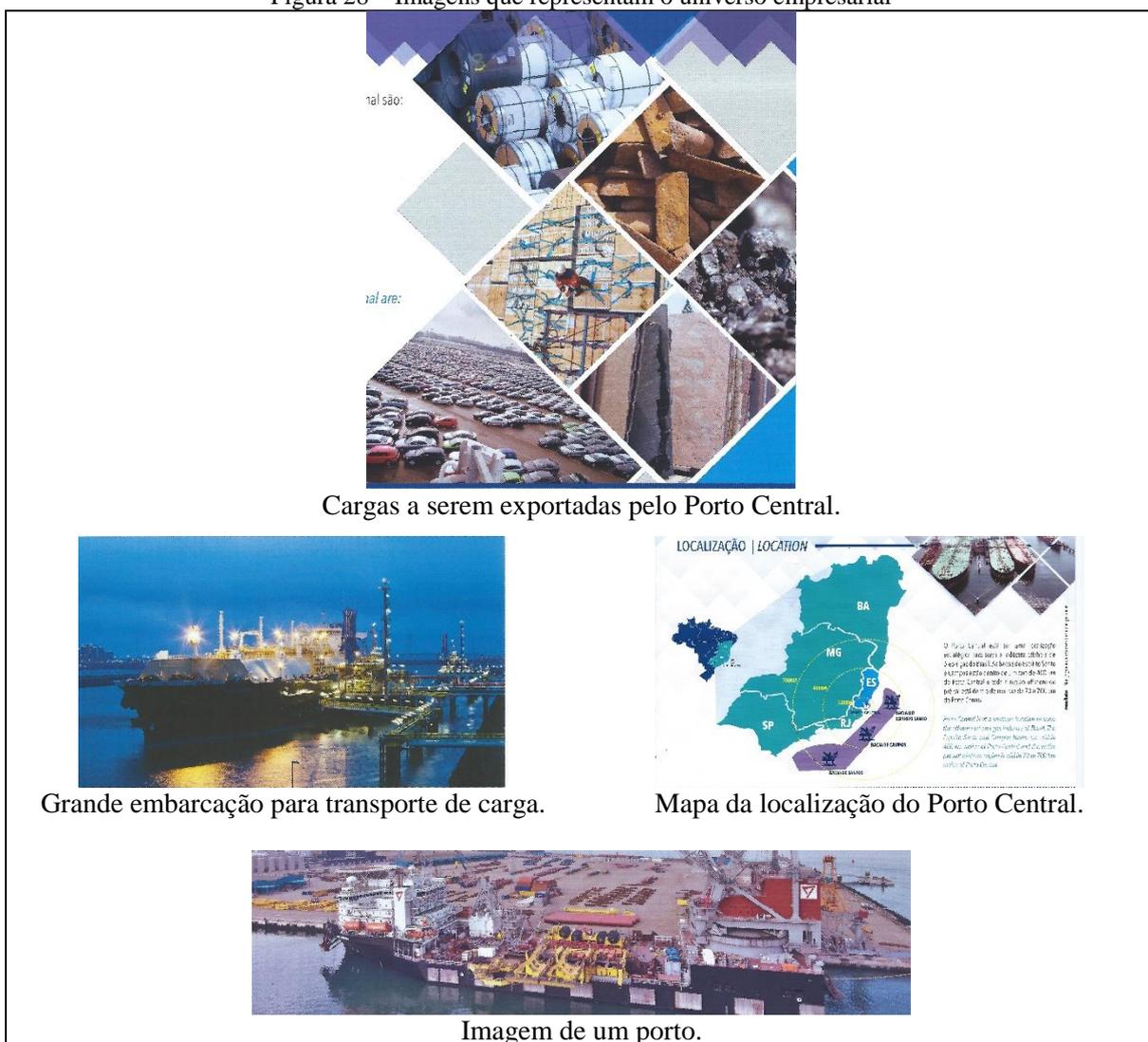
Ao analisar as Figuras 26 e 28, vejo que elas não guardam nenhuma semelhança entre si. Embora as atividades de pesca e de transportes marítimos sejam realizadas no mesmo espaço geográfico, o mar ou as praias, elas são realizadas por grupos sociais diversos, com interesses e objetivos também diversos e que constroem pontos de vista que por vezes são tão contraditórios que provocam um “encontro problemático de prática”.

Temos então que as disputas em torno dos empreendimentos para o desenvolvimento do litoral sul do Espírito Santo fundamentam-se em “cosmologias” construídas a partir da correlação entre os actantes humanos e não humanos, que são diversas e contraditórias, e que provocam choques de perspectivas, aqui representados pelos pontos de vista, identidades e atividades cotidianas de pescadores e de empresários que, por vezes não são capazes de se comunicar, embora conversem entre si, se reúnam, escrevam documentos e façam exigências ou solicitações uns aos outros.

---

<sup>6</sup> As palavras que estão em itálico neste parágrafo referem-se a algumas das palavras mais repetidas pelos representantes das empresas nos itens classificados nas entrevistas como “copresença”.

Figura 28 – Imagens que representam o universo empresarial



Fonte: Materiais de divulgação do Porto Central.

Diante do exposto, podemos concluir que as disputas em torno dos empreendimentos para o desenvolvimento podem ser configuradas como conflitos ambientais com forte carga cosmopolítica, respondendo assim a questão que motivou a elaboração deste capítulo.

Se é assim, como pensar a questão dos sentimentos de justiça/injustiça que estão na base das críticas empreendidas? É possível, do ponto de vista das concepções de justiça a construção de um acordo justo e justificável? Este é o tema que trataremos no capítulo que segue.

## 5 EXISTE JUSTIÇA NO CONFLITO AMBIENTAL?

“[...] meditar sobre a justiça parece levar-nos inevitavelmente a meditar sobre a melhor maneira de viver”. (SANDEL, 2014, p. 18).

Nos capítulos anteriores procurei interpretar as disputas que ocorrem em torno dos grandes investimentos para o desenvolvimento no litoral sul do Espírito Santo como conflitos ambientais, na medida em que estas disputas emergem a partir do encontro de diferentes pontos de vista, onde as diferenças sociais são mobilizadas e provocam os agentes em presença a irem “além”. Esta mobilização se dá por meio de actantes humanos e não humanos, constituindo-se em um “pluriverso” em que as “entrecapturas não simétricas” e a “copresença problemática de práticas” são as bases sobre as quais o conflito se estabelece. Se verifica, portanto, concordando com Fleury (2013), uma importante carga cosmopolítica nos referidos conflitos.

Sendo assim, acredito ter demonstrado que as diferentes concepções de desenvolvimento dos agentes do poder público, empreendedores e pescadores artesanais, fazem parte do “cosmos” onde estas diferenças se colocam em conflito.

Entretanto, um outro objetivo deste estudo é problematizar o componente da “política<sup>1</sup>” existente no termo “cosmopolítica”, enfocando a temática da justiça. Isto porque, em nossas incursões exploratórias ao campo, o tema da justiça apareceu, de maneira recorrente, principalmente nas “falas” dos pescadores.

Feitas tais considerações, objetivo, neste capítulo, debater a seguinte questão: os sentimentos de justiça/injustiça que motivam as críticas aos grandes projetos de desenvolvimento são passíveis de fundamentação, em uma negociação pacífica, justa e justificável?

Para tanto, ao considerar a agência a humanos e não humanos para a construção de cosmologias, parte-se do princípio de que os sentimentos de justiça/injustiça que motivam os *conflitos ambientais* não se expressam em termos de totalidades sociais dadas. Ao contrário, as razões que mobilizam os diferentes agentes sociais em situações de conflitos ambientais são construídas a partir da (e na) relação sociedade/natureza. Mais do que isso, pretende-se demonstrar que os sentimentos de justiça/injustiça que mobilizam as críticas aos empreendimentos também são construídos “em presença”, constituindo-se em uma proposição cosmopolítica.

---

<sup>1</sup> Política aqui é considerada como a “relação amigo-inimigo”, com ênfase, portanto, na questão dos conflitos humanos. Sobre este tema, ver Bobbio (1992).

Sendo esse meu objetivo, discorro, em primeiro lugar (seção 5.1), sobre como o tema da justiça se relaciona, por meio de diferentes perspectivas da filosofia política, ao tema do bem comum, da liberdade e da igualdade. Para tanto, tomarei por base alguns autores como Aristóteles (1946), Bentham (1907), Mill (2001), Kant (2007), e Rawls (2008).

Na seção 5.2 apresentarei a perspectiva de Luc Boltanski acerca dos temas da crítica, justiça, injustiça, bem comum e ordens de grandeza. Meu interesse específico neste autor se justifica pelo fato de que ele propõe colocar no centro da crítica os agentes sociais que, de maneira pragmática, são capazes de exercitar a crítica e estabelecer acordos justos e justificáveis, edificando-se, assim, ordens de grandezas baseadas na noção de bem comum.

Na seção 5.3 apresento como o tema da justiça aparece nas “falas” dos agentes participantes de minha pesquisa de campo, com vistas a verificar quais as concepções de justiça estão presentes no conflito que se estabelece no litoral sul do Espírito Santo, suas diferenças ou semelhanças. Além disso, objetivo colocar em diálogo estas formas em que a noção de justiça aparece em meu campo empírico e as concepções debatidas pelos autores.

Por fim, na seção 5.4, busco relacionar o tema da cosmopolítica ao tema da justiça para refletir sobre a possibilidade (ou não) da construção de acordos justos e justificáveis, assim como sugere Boltanski (1990), em casos de conflitos ambientais.

## 5.1 JUSTIÇA: BEM-ESTAR, LIBERDADE E VIRTUDE

Em minha primeira incursão ao campo de pesquisa empírica estive no município de Anchieta, no litoral sul do Espírito Santo, onde existe uma importante comunidade pesqueira, e conversei com o presidente da Associação de Pescadores das Praias de Ubu e Paraty. Era janeiro de 2014 e, naquele momento, eu estava iniciando um trabalho ainda exploratório para, a partir daí, construir meu projeto de pesquisa. Ao encerrar a conversa (informal e anotada em diário de campo) uma palavra ecoava em minha cabeça: *justiça*. Esta palavra, e outras a ela relacionadas, como por exemplo, “justo”, “certo”, “bom” e “bem”, foi repetida muitas vezes pelo meu interlocutor, às vezes para expressar processos jurídicos, relação com o ministério público, mas, muitas vezes, para expressar uma indignação diante das grandes transformações impostas aos pescadores com a instalação dos projetos para o desenvolvimento.

Numa segunda incursão exploratória ao campo, já com a intenção de recortar melhor meu objeto, tanto do ponto de vista geográfico, como em relação aos empreendimentos que seriam enfocados, estive na Praia das Neves e em Marobá (ambas praias vizinhas à área onde está prevista a instalação do Porto Central) no município de Presidente Kennedy-ES. Andando

livremente pelas praias e conversando com moradores locais, me deparei novamente com o tema da justiça, que da mesma maneira que na primeira vez, se apresentava sob perspectivas diferentes, mas era muito recorrente.

Diante das críticas apresentadas às ações de desenvolvimento, fundamentalmente a instalação de muitos empreendimentos na região, que se apresentavam para mim como um conflito entre os interesses das empresas, dos pescadores artesanais e do poder público (Estadual e Municipal), comecei a me perguntar sobre o que seria justo, nesse caso. Do que estavam falando os moradores locais quando mencionavam a questão da justiça? Considerando a indignação dos agentes sociais, que motivavam as críticas, seria possível chegar a um consenso em torno do que seria justo?

Partindo destas reflexões, avaliei ser este um tema importante para os agentes em questão e, mais do que isso, um elemento central nas disputas em torno das mudanças que as ações de desenvolvimento, protagonizadas pelos empreendimentos portuários e motivadas pelos governos municipais, estadual e federal impunham. Sendo assim, senti a necessidade de melhor esclarecer, a mim e a meus leitores, o que se quer dizer quando se fala de justiça<sup>2</sup>.

Para tanto, a abordagem do tema por Sandel (2014) me pareceu particularmente interessante para compreender as diferentes formas em que a filosofia política se debruçou sobre a questão da justiça e me deu pistas de como poderia situar a perspectiva de Luc Boltanski frente a um debate mais amplo sobre o tema da justiça.

Em seu famoso curso *Justice*, na Universidade de Harvard, Sandel (2014:14) se propõe a “explorar o significado de justiça” a partir de três diferentes ideias: “aumentar o bem-estar”, “respeitar a liberdade” e “promover a virtude”. Na base destas três diferentes formas de pensar a justiça está a ideia de que “para saber se uma sociedade é justa, basta perguntar como ela distribui as coisas que valoriza [...] Uma sociedade justa distribui esses bens de maneira correta; ela dá a cada indivíduo o que lhe é devido”. (SANDEL, 2014, p. 28).

Mas o que é devido às pessoas e por quê? É a partir do exercício de responder à esta questão que surgem as diferentes abordagens de justiça. Avalio ser importante frisar o fato de que, então, é pressuposto nas diversas concepções de justiça que serão aqui apresentadas, uma visão distributiva.

Nas sociedades ocidentais modernas, de mercado capitalista, é constante a preocupação com a melhoria da qualidade de vida, ou para alguns, com o desenvolvimento. Essa

---

<sup>2</sup> Não pretendo aqui recuperar todo o debate filosófico acerca do tema da justiça, pois este data da antiguidade e vem sendo objeto de reflexões de muitos filósofos, juristas e cientistas políticos. Destacarei, apenas, algumas perspectivas que, ao meu ver, são significativas para auxiliar a compreensão do problema.

preocupação visa maximizar o bem-estar porque acredita-se que a prosperidade nos torna mais felizes do que seríamos sem ela. Assim, grande parte dos debates políticos da atualidade é sobre como promover a prosperidade, melhorar a qualidade de vida e promover o crescimento econômico. Esta perspectiva adota a noção de justiça como a maximização do bem-estar, ou como a busca da máxima felicidade para o maior número de pessoas. (SANDEL, 2014).

Desenvolvida pelo filósofo moral e estudioso das leis Jeremy Bentham, essa concepção ficou conhecida como utilitarista porque se baseia na ideia de que a coisa certa a fazer é aquela que maximizará a utilidade, maximizando assim a felicidade. Bentham define utilidade como

Aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo, ou, o que é a mesma coisa em outros termos, segundo a tendência a promover ou a comprometer a referida felicidade. Digo qualquer ação, com o que tenciono dizer que isto vale não somente para qualquer ação de um indivíduo particular, mas também de qualquer ato ou medida de governos. (BENTHAM, 1907, p. 2, tradução nossa).

A filosofia utilitarista parte do princípio de que todos gostamos do prazer e não gostamos da dor. Este fato torna-se, portanto, a base da vida moral tanto para indivíduos como para governantes. As escolhas devem ser feitas sempre considerando a seguinte questão: “[...] se somarmos todos os benefícios dessa diretriz e subtrairmos todos os custos, ela produzirá mais felicidade do que uma decisão alternativa?” (SANDEL, 2014, p. 48). Assim, para os utilitaristas, todo argumento moral deve implicitamente inspirar-se na ideia de maximizar a felicidade e minimizar a dor. O que importa, neste caso, para a definição do que é moralmente correto, ou não, é a consequência da ação e não a ação em si. O objetivo primeiro, tanto de indivíduos como das coletividades, é, então, aumentar o bem-estar para um maior número de pessoas.

À esta noção de moral utilitarista interpõe-se três objeções fundamentais. A primeira aponta uma vulnerabilidade do utilitarismo por não conseguir respeitar os direitos individuais. Os indivíduos, para o utilitarista, têm importância apenas enquanto suas preferências forem consideradas em conjunto com os demais indivíduos. Segundo essa concepção, o que importa é o resultado da ação, que deve sempre maximizar a felicidade e não a ação em si. Assim, é possível aceitar que indivíduos sofram, ou sejam maltratados, em nome da coletividade, do bem-estar de um maior número de pessoas. (SANDEL, 2014).

O cálculo utilitarista é o fundamento da segunda objeção feita às ideias de Bentham, isto porque, ao basear-se na quantificação geral da felicidade, a proposta utilitarista não julga as

ações, não as diferencia em termos de valores, de certo ou errado, e, sendo assim, as considera como se tivessem todas a mesma natureza.

“Entretanto, será possível traduzir todos os bens morais em uma única moeda corrente sem perder algo na tradução?” (SANDEL, 2014, p. 55). Ao criar o conceito de utilidade, Bentham coloca sob a mesma escala coisas com as quais nos importamos que possuem naturezas diferentes e reduz à ideia de justiça a um cálculo de custo e benefício.

A terceira objeção feita ao cálculo utilitarista é que, se fazer a coisa certa é fazer o que minimiza a dor e maximiza a felicidade, resta responder: o que significa a felicidade? Quem decide o que é felicidade? (SANDEL, 2014).

John Stuart Mill, filósofo, discípulo de Bentham, buscou reformular o utilitarismo transformando-o em uma doutrina mais humana e menos calculista. Assim, procurou conciliar os direitos dos indivíduos com a filosofia utilitarista por meio de sua concepção de liberdade. Em seu livro *On liberty*, publicado em 1859, Mill afirma que “o governo não deve interferir na liberdade individual a fim de proteger uma pessoa de si mesma ou impor as crenças da maioria no que concerne à melhor maneira de viver”. (MILL, 2001 *apud* SANDEL, 2014, p. 64). Os indivíduos devem dar explicações à sociedade apenas acerca dos atos que atingem os demais, “na própria parte, sua independência é, de certo, absoluta. Sobre si mesmo, sobre o Seu próprio corpo e mente, o indivíduo é soberano”. (MILL, 2001, p. 13, tradução nossa).

Para Mill (2001) é possível conjugar a liberdade individual às considerações utilitaristas porque, para ele, a utilidade é a instância final de todas as concepções éticas que deve considerar os interesses permanentes do ser humano que se encontra sempre em evolução. A maximização da utilidade deve ocorrer no longo prazo. Para ele, com o tempo, o respeito à liberdade individual levará à máxima felicidade humana. Sendo assim, submeter a opinião da maioria à opinião do dissidente pode contribuir para que, no longo prazo, a opinião da maioria seja revista, refeita ou corrigida. Do mesmo modo, ao permitir a contestação do dissidente, evita-se que as ideias da maioria se transformem em dogmas ou preconceitos. (SANDEL, 2014).

À segunda objeção feita ao utilitarismo, aquela que se refere à redução dos valores a uma única escala, Mill (2001b) busca responder com uma tentativa de mostrar que os utilitaristas sabem distinguir os prazeres mais elevados dos menos elevados. Assim, ele propõe avaliar a qualidade, e não apenas a quantidade e intensidade de nossos desejos. Enquanto Bentham não faz julgamentos entre as preferências das pessoas, pois acredita que é presunçoso considerar alguns prazeres melhor que outros, Mill (2001b) acredita que as faculdades humanas mais elevadas fazem com que os seres humanos possam ter desejos mais elevados. “Os prazeres mais elevados não são maiores *porque* os preferimos, nós os preferimos porque reconhecemos

que são mais elevados”. (SANDEL, 2014, p. 71). A mesma premissa vale também para a questão dos direitos individuais pois, para Mill, existiria um ideal de dignidade e de personalidade humana independente da própria noção de utilidade.

Embora mais humanizado, o pensamento de Mill, assim como o de Bentham, ainda se baseia no cálculo utilitarista, no sentido de que as escolhas devem ser feitas para promover mais felicidade a um número maior de pessoas. O bem comum, que nos interessa em particular, pode ser definido, então, de maneira resumida, como sendo a utilidade, ou seja o princípio que rege a escolha das ações que maximizarão a felicidade para um maior número de pessoas.

A segunda abordagem de justiça, apresentada a seguir apoia-se na ideia de justiça como liberdade. Essa abordagem é radicalmente contrária à primeira principalmente porque parte da premissa de que há um princípio moral que deve reger as ações humanas. O que importa aqui é a ação em si e não sua consequência.

Sandel (2014) chama a atenção para o fato de que a abordagem de justiça que começa com a liberdade constituiu-se em uma ampla escola que, em linhas gerais, pode ser dividida em duas perspectivas: a do *laissez-faire* e a da equanimidade. A primeira se apoia mais na noção de liberdade e a segunda na noção de igualdade.

Para a chamada Teoria Libertária do Direito cada indivíduo tem o direito fundamental à liberdade, tem direito de fazer o que quiser com aquilo que lhe pertence, desde que respeite o direito dos outros de fazerem o mesmo. Esta teoria advoga a favor do livre mercado, do Estado Mínimo e contra qualquer política redistributiva, pois não vê nada de errado com a desigualdade econômica desde que a riqueza tenha sido obtida de maneira lícita. Desta maneira, a noção de justiça não se apoia na justa distribuição de bens, ma na garantia das liberdades individuais. (SANDEL, 2014).

Segundo a teoria da justiça como liberdade toda pessoa é única e proprietária de si mesma. Este ponto de vista embasa, fortemente, o desenvolvimento dos chamados direitos individuais. “A ideia de que pertencço a mim mesmo, e não ao Estado ou à comunidade política, é uma forma de explicar porque é errado que eu sacrifique meus direitos em favor do bem-estar alheio.”. (SANDEL, 2014, p. 89)

Esta noção de que somos donos de nós mesmos serve de justificativa para a defesa da liberdade de escolha. Se sou dono de mim mesmo, é justo que eu possa fazer de meu corpo, de minha vida, de minha pessoa e de meus bens aquilo que me aprouver. Para os pensadores desta teoria, a justiça consiste em respeitar e preservar as escolhas feitas por adultos conscientes. Assim, as pessoas não deveriam ser usadas como meros instrumentos para a obtenção do bem-

estar alheio, porque isso violaria o direito fundamental da propriedade de si mesmo. (SANDEL, 2014).

O filósofo moderno Immanuel Kant, ao problematizar a questão dos direitos, parte da ideia de que somos seres racionais, merecedores de dignidade e respeito e são essas características que nos conferem liberdade, refutando assim a justificativa de que somos livres porque somos proprietários de nós mesmos. O respeito às pessoas possui um fim em si mesmo e todos devem ser respeitados porque são igualmente dignos. Esse pensamento influenciará o surgimento dos Direitos Humanos Universais. (SANDEL, 2014).

Na filosofia kantiana as noções de justiça e de moralidade são associadas à noção de liberdade, mas sua concepção de liberdade vai muito além da liberdade do mercado. Para ele, para agir livremente é necessário agir com autonomia e “agir com autonomia é agir de acordo com a lei que imponho a mim mesmo – e não de acordo com os ditames da natureza ou das convenções sociais”. (SANDEL, 2014, p. 141). Ainda de acordo com esta filosofia, se não existe autonomia não pode haver responsabilidade moral. “Agir livremente não é escolher as melhores formas para atingir determinado fim; é escolher o fim em si”. (SANDEL, 2014, p. 141-142).

O que então confere valor moral à uma ação? Kant responderia: o motivo; a intenção com a qual a ação é realizada. Uma ação é boa por si, independentemente dos resultados que por ventura possam surgir. A boa ação, apenas será boa, na visão de Kant, se ela for praticada *em prol* da lei moral, em cumprimento do dever. O cumprimento do dever é o que confere valor moral a uma ação. Deve-se fazer alguma coisa porque é certo, e não porque é útil. (SANDEL, 2014).

Kant relaciona três grandes conceitos para construir sua definição de “princípio moral supremo”: a moralidade, a liberdade e a razão. A moralidade relaciona-se à noção de cumprimento do dever; a ideia de liberdade relaciona-se à concepção de autonomia. Já, a ideia de razão que se relaciona com a moralidade, é a razão prática pura. Esta cria leis *à priori*, a despeito de quaisquer objetivos empíricos. A razão pode comandar a vontade por meio dos imperativos hipotéticos e dos imperativos categóricos, entretanto, apenas os imperativos categóricos são imperativos da moralidade. “No caso de a ação ser apenas boa como meio para *qualquer outra coisa*, o imperativo é *hipotético*; se a ação é representada como boa *em si*, por conseguinte como necessária numa vontade em si conforme à razão como princípio dessa vontade, então o imperativo é *categórico*”. (KANT, 2007, p. 50).

Além de incondicional, o imperativo categórico deve também ser universalizável. Nota-se aqui que Kant não diz que o imperativo é universal, como previamente definido. Se assim o

fosse, não seria respeitado o princípio da autonomia. Ser universalizável significa apenas que possa ser possível fazer um teste no sentido de verificar se o preceito que propicia a ação (a máxima) pode ser universalizado sem entrar em contradição. (KANT, 2007).

Em uma segunda formulação, Kant apresenta o imperativo categórico como alguma coisa que tem um valor em si mesma. Para ele não se pode fundamentar a lei moral em interesses, propósitos ou objetivos particulares. Por serem seres racionais, as pessoas possuem um fim em si mesmas. A dignidade humana deve ser respeitada como um imperativo categórico:

Agir moralmente significa agir por dever – em obediência à lei moral. A lei moral consiste em um imperativo categórico, um princípio que exige que tratemos as pessoas com respeito, como fins em si mesmas. Só agimos livremente quando agimos de acordo com o imperativo categórico [...]. Agir livremente, ou seja, de forma autônoma, e agir moralmente, de acordo com o imperativo categórico, são, na verdade, a mesma coisa. (SANDEL, 2014, p. 156).

Ferraz (2005) chama atenção para o fato de que há uma passagem da moralidade à legalidade entre a primeira formulação kantiana de imperativo categórico e a segunda. Para Ferraz, na segunda formulação Kant estaria expressando sua preocupação com o bem comum. Este seria atingido pela constituição de um Estado cosmopolita. É no Estado cosmopolita, em paz perpétua, que a humanidade poderá se tornar digna de sua realização absoluta que é a realização de todas as suas faculdades. Esta é a finalidade da história para Kant.

A história *deve* progredir até que haja uma convivência pacífica entre os homens dentro da máxima liberdade externa, de tal forma que possam ser plenamente desenvolvidas todas as faculdades humanas. Uma tal realização ocorre apenas em um estado de direito, no qual há o fim da barbárie, ou ainda, no qual se dissipa o estado de beligerância, isto é, no qual são dirimidas as ominosas mazelas da existência humana. (FERRAZ, 2005, p. 53).

O bem comum seria então, segundo esta concepção, a condição de paz perpétua entre as comunidades humanas, uma espécie de comunidade pacífica universal que surgiria a partir da evolução de um Estado de Direito em constante progresso jurídico. (FERRAZ, 2005).

Ainda no campo da justiça como liberdade, se tem a importante contribuição de Jhon Rawls que desenvolve a teoria da “justiça como equidade”. Para este autor, a justiça deve significar a busca da igualdade e também se originar dela. Significa dizer que no centro da questão da justiça deve estar uma exigência de evitar vieses em nossas avaliações levando em conta os interesses e as preocupações dos outros e, também, evitarmos ser influenciados por nossos próprios interesses ou por prioridades pessoais. (SEN, 2011).

Sendo um contratualista, Rawls criou um mecanismo metodológico para possibilitar a construção de uma ideia de equidade no momento mesmo da realização do contrato social. Trata-se da “posição original”, ou seja, do momento em que, hipoteticamente, as partes envolvidas no contrato não têm conhecimento de suas identidades pessoais e nem de seus interesses. Assim, as partes têm que escolher, “sob o véu da ignorância”, com a imparcialidade necessária para a equidade, os princípios básicos da justiça. (SEN, 2011).

Desde o momento do contrato a concepção de justiça rawlsoniana é uma concepção política. Apenas quando os cidadãos partilham de alguma concepção política razoável de justiça é possível a cooperação entre eles para que questões públicas sobre os fundamentos constitucionais e a justiça básica sejam discutidas e razoavelmente decididas. Na “posição original”, os indivíduos podem até discordar, mas são levados pela deliberação a entrar em um acordo sobre a forma de levar em conta as diversidades e chegar a um conjunto de princípios de justiça que garante a equidade ao grupo inteiro. (SEN, 2011).

Para Rawls (2008), os princípios de justiça que emergem da “posição original” são:

Primeiro: Cada pessoa deve ter um direito igual ao sistema mais extenso de iguais liberdades fundamentais que seja compatível com um sistema similar de liberdades para as outras pessoas.  
 Segundo: as desigualdades sociais e econômicas devem estar dispostas de tal modo que tanto (a) se possa razoavelmente esperar que se estabeleçam em benefício de todos como (b) estejam vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos. (RAWLS, 2008, p. 73).

Nota-se que Rawls (2008) dá prioridade à igualdade de liberdade, no primeiro princípio, e, no segundo, refere-se à igualdade de oportunidade e de distribuição de bens de uso geral, ou “bens primários”<sup>3</sup>. A primeira parte do segundo princípio refere-se ao chamado “princípio da diferença”<sup>4</sup> e está relacionada com a equidade distributiva de modo que os membros da sociedade em pior situação sejam beneficiados tanto quanto possível. Já, a segunda parte do segundo princípio diz respeito à obrigação institucional em garantir que as oportunidades públicas sejam abertas a todos.

Em relação à ideia de bem comum, que nos interessa particularmente, Rawls (2008:306) o considera “como certas condições gerais que, num sentido apropriado, são igualmente vantajosas para todos”. Esta noção está relacionada à de “liberdade menor”, ou uma liberdade

<sup>3</sup> Meios gerais úteis para alcançar uma variedade de fins, como por exemplo, direitos, liberdades e oportunidades, renda e riqueza e as bases sociais da autoestima. Não se trata, pois, de oportunidades profissionais ou de eficiência. Ver Rawls (2008).

<sup>4</sup> O “princípio da diferença” de Rawls (2008) admite desigualdades sociais e econômicas, desde que elas beneficiem os membros menos favorecidos de uma sociedade por meio da operação de incentivos, por exemplo.

menos ampla, que deve ser aquela do indivíduo representante dos demais, cuja liberdade deve ser regulada pelo princípio do interesse comum. Os indivíduos representantes têm sua liberdade garantida, entretanto, limitada. Eles devem sempre agir, não de acordo com seus interesses pessoais, mas de acordo com as exigências do bem comum para que haja justiça. Isto porque, para Rawls (2008), os princípios da justiça estabelecem os termos da cooperação social e os indivíduos representantes devem agir de maneira a cumprir e fazer cumprir tais termos.

A terceira abordagem da ideia de justiça, que destacaremos é a abordagem da virtude. Ela se origina na concepção de Aristóteles, para quem a justiça é teleológica e honorífica, uma vez que tem por finalidade recompensar as virtudes. Para Aristóteles, a justiça não pode ser neutra, ao contrário, ele acredita que as discussões sobre a justiça são discussões sobre honra, virtude e a natureza de uma vida boa, uma vez que a “justiça significa dar às pessoas o que elas merecem, dando a cada um o que lhes é devido”. (SANDEL, 2014, p. 234). Esta concepção de justiça se baseia, então, em dois elementos fundamentais: as coisas e as pessoas a quem as coisas se destinam.

Aristóteles afirma que, “para determinar a justa distribuição de um bem, temos que procurar o *télos*, ou propósito, do bem que está sendo distribuído”. (SANDEL, 2014, p. 235). O que fundamenta esta noção de justiça, então, é a definição de critérios justos de distribuição de bens de acordo com suas finalidades. Mas qual deve ser a relação entre a finalidade do bem a ser distribuído e a pessoa que o receberá? A virtude. Aqui torna-se evidente o caráter honorífico da justiça, pois, quem deve receber os bens são as pessoas portadoras de mérito, excelência e virtudes relacionadas àqueles bens. Isto porque, as pessoas que receberão os bens devem ser capazes de fazer o melhor uso possível deles, “produzindo a maior felicidade para o maior número de pessoas”. (SANDEL, 2014, p. 235). Tem-se, assim, que a noção aristotélica de justiça está baseada na ideia de distribuição, por conseguinte, pode-se dizer que se trata de uma visão da justiça como “justiça distributiva”.

A proposta de Aristóteles para solucionar, de maneira justa, a desigual distribuição de bens encontra-se em sua proposição sobre a finalidade da política. Como os bens que estavam em questão não eram riquezas ou rendas, como se pode pensar nos dias de hoje, e sim cargos e honrarias, quem poderia fazer melhor uso deles? Os bons cidadãos, afinal, são os indivíduos mais adequados para fazer o melhor uso dos cargos e das honrarias. (SANDEL, 2014).

Fica evidente, desta maneira, que a visão aristotélica de justiça é discriminatória, mas para Aristóteles todas as teorias da justiça distributiva discriminam. Importante, neste caso é saber quais discriminações são mais justas, e a resposta dependeria sempre do *télos*, do propósito da atividade (ou bem) em questão. (SANDEL, 2014).

Se os bens aos quais Aristóteles está se referindo são cargos e honrarias, para a mais justa distribuição destes bens, é necessário, portanto, responder qual é o propósito da política. Apenas assim seria possível identificar quais indivíduos são mais capazes de cumprir com tais propósitos. À essa questão, de acordo com Sandel (2014, p. 240), Aristóteles responde da seguinte maneira: “o propósito da política não é criar uma estrutura de direitos neutra em relação às finalidades. É formar bons cidadãos e formar o bom caráter”.

Qualquer *pólis* que mereça ser assim chamada deve dedicar-se ao propósito de promover a bondade. Caso contrário, uma associação política reduzir-se-á a uma mera aliança [...] Caso contrário, também, a lei será transformada em mero pacto [...] “uma garantia dos direitos dos homens contra seus semelhantes” – em vez de ser, como deveria, uma regra da vida para tornar seus membros bons e justos. (ARISTÓTELES, 1946 - livro III cap. ix, p. 1282 *apud* SANDEL, 2014, p. 240).

A associação política é, por assim dizer, do ponto de vista aristotélico, uma associação que tem como finalidade evitar a injustiça mútua, facilitar o intercâmbio e promover uma vida boa aos seus cidadãos. As instituições da vida social são os meios para atingir essa finalidade. (SANDEL, 2014). Sendo assim, aqueles que mais contribuem para uma associação desse gênero são os que se destacam na vida cívica e os que mais deliberam sobre o bem comum.

No que tange ao meu objetivo de refletir sobre a ideia de bem comum, segundo a visão aristotélica, este significa a promoção da vida boa. O bem comum é, dessa maneira, a finalidade última da política. “Já que a finalidade da política é a vida boa, os cargos e as honrarias mais importantes deveriam ser dados a pessoas que, como Péricles, se destacam na virtude cívica e na capacidade de identificar o bem comum”. (SANDEL, 2014, p. 242).

Ainda, segundo a perspectiva de Aristóteles, não é possível ser uma pessoa virtuosa sem participar da política porque esta faz parte da natureza humana. A *pólis* existe por natureza e antecede nossa existência como indivíduos. É apenas por meio da *pólis* que podemos realizar nossa natureza porque é nela que podemos exercer nossa faculdade da linguagem, deliberar com nossos semelhantes sobre o certo e o errado, o bem e o mal, a justiça e a injustiça. Por meio da *pólis* é possível adquirir uma sabedoria prática, onde os indivíduos aprenderão a “fazer a coisa certa, na dimensão certa, no momento certo, pelo motivo certo e de maneira certa”. (SANDEL, 2014, p. 246).

A natureza essencial de cada ser humano é o argumento utilizado por Aristóteles para afirmar que, mesmo onde os bens são distribuídos de maneira diferente para indivíduos diferentes, há justiça. Isso porque a justiça, para ele é uma questão de adequação. Para a promoção da vida boa, a distribuição dos bens deve ocorrer de maneira a contemplar a

necessidade e a natureza. Como exemplo destaco a defesa que Aristóteles faz da escravidão. Primeiramente ele considera a escravidão necessária porque alguém deve cuidar das tarefas domésticas para que outros possam se dedicar à *pólis*. A divisão de tarefas é uma necessidade da *pólis*. Em segundo lugar, Aristóteles afirma que para que a escravidão seja justa é necessário que determinadas pessoas se adequem, por sua natureza, a cumprir com esse papel. O escravo deve ser escravo por sua natureza e não por coerção. Aristóteles considera a coerção injusta. Desta maneira, para ele a questão da justiça é também uma questão de adequação à natureza dos indivíduos e às necessidades da *pólis* para que ela possa, de fato, contribuir para que haja uma vida boa para todos. (SANDEL, 2014).

Esta noção aristotélica da adequação não é muito bem aceita pelas teorias políticas modernas. As teorias da justiça, por exemplo, de Kant a Rawls, acreditam que as concepções teleológicas entram em conflito com a noção de justiça, pois esta não é, para eles, uma questão de adequação, mas sim uma questão de escolha. Para os teóricos liberais, como já mencionei, atribuir justiça é permitir que os indivíduos escolham seus próprios papéis. Caso contrário, os indivíduos podem ser forçados a aceitar um papel que foi a eles atribuído e, isso sim, seria uma injustiça. (SANDEL, 2014).

Ao retomar aqui as abordagens da justiça como o aumento do bem-estar, o respeito à liberdade e à promoção da virtude, meu principal objetivo é o de refletir sobre as diferentes maneiras que a noção de bem comum é interpretada pelos autores citados. Isto porque, a noção de bem comum também é elemento-chave no desenvolvimento da ideia de justiça e injustiça presente na pragmática da crítica de Luc Boltanski que, como já mencionei, considero um aporte teórico interessante para interpretar os conflitos ambientais que ocorrem no litoral sul do Espírito Santo, mais especificamente, no que tange aos questionamentos acerca da justiça e aos sentimentos de injustiça que motivam as críticas.

Assim, apenas para concluir, em resumo, na concepção de justiça como bem-estar a ideia de bem comum está relacionada ao princípio da utilidade. Já, segundo a abordagem da justiça como liberdade, do ponto de vista kantiano, a ideia de bem comum se relaciona à de “paz perpétua” entre as comunidades humanas, possível a partir da constituição de um Estado cosmopolita. Do ponto de vista rawlsoniano, a noção de bem comum estaria relacionada a certas condições gerais que são igualmente vantajosas para todos. E, para Aristóteles, o bem comum se refere ao cultivo da virtude.

Na seção que se segue tenho como objetivo apresentar a maneira como a noção de bem comum articula-se, no pensamento de Luc Boltanski, à noção de justiça, para a construção de acordos justos e justificáveis em situações de disputas sociais.

## 5.2 JUSTIÇA E BEM COMUM SOB A ÓTICA DA PRAGMÁTICA DA CRÍTICA

Dentre os autores contemporâneos que se propõem refletir sobre o tema da justiça Luc Boltanski me desperta especial interesse. Isto se deve ao fato de que, para ele, a questão da justiça, mais do que uma proposição teórica, filosófica ou moral, é também uma questão pragmática. Sua ideia de justiça tem relação com a vida que os indivíduos vivem no interior da ordem social, seus valores morais e a ideia de bem comum. Esta perspectiva, como mencionamos no Capítulo 4, comunga com a abordagem do conflito ambiental como categoria analítica que possui uma carga cosmopolítica, principalmente porque permite questionar a ideia de senso comum chamando a atenção para as constantes inquietudes e incertezas vividas pelos indivíduos no interior da ordem social.

Para interpretar os questionamentos acerca da justiça por parte dos agentes em presença no litoral sul do Espírito Santo, tomo como ponto de partida as críticas por eles empreendidas. Isto porque, para Boltanski e Chiapello (2009), as críticas colocadas no centro dos conflitos são sempre motivadas por sentimentos de injustiça, de modo que “[...] a crítica põe em cena um mundo no qual a exigência de justiça é transgredida ininterruptamente. Ela revela a hipocrisia das pretensões morais que dissimulam a realidade das relações de forças, da exploração e da dominação”. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 62).

Se as críticas, do ponto de vista da pragmática, têm como origem sentimentos de injustiça, ou da violação da justiça, elas são, então, o ponto de partida para a compreensão das ideias de justiça presentes na ordem social.

Entretanto, para Boltanski e Chiapello (2009), ainda que a formulação de uma crítica passe por uma experiência desagradável que suscite uma queixa (o que os autores chamaram de indignação), essa apenas será possível se, além do impulso emotivo, o crítico possuir também um respaldo teórico e uma retórica argumentativa capaz de dar voz ao seu sofrimento individual e traduzi-lo em termos que façam referências ao bem comum. A partir desta ideia, pode-se dividir a crítica em dois níveis: um nível primário, o nível da indignação e, um nível secundário, o nível reflexivo, teórico e argumentativo que possibilita sustentar uma luta ideológica. Este segundo nível necessita de conceitos e esquemas que permitam vincular as situações históricas que se pretendam submeter a crítica a valores passíveis de universalização. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

A crítica, por ser parcial e possuir motivações diversas, o que dificulta a construção da crítica total, “sempre compartilha ‘alguma coisa’ com aquilo que ela quer criticar”. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 76). Assim, a crítica é parcialmente ouvida em alguns

aspectos e integrada em outros e, por esta razão, necessita movimentar-se, refazer suas análises. E, ao fazê-lo, produz efeitos reais que são avaliados mediante provas.

O processo de crítica e confirmação, que são duas funções que se complementam mutuamente e que uma não existe sem a outra, Boltanski (2009) denomina “reflexividade”, ou seja, o momento em que o estado de coisas deixa de ter a configuração rotineira dos objetos ou das disposições habituais e se torna objeto de reavaliação ou ratificação. Por reflexividade o autor entende a relação entre as formas simbólicas (as representações) e o estado das coisas. Trata-se de um processo que vai “*du language au monde*” e que funciona como um motor das ações. A reflexividade, portanto, assume duas formas:

- a) a da crítica, empreendida principalmente por pessoas individuais (a exemplo do “panfletário”), que colocam a ordem social em questão e se manifestam na tentativa de conquistar outros adeptos às suas ideias, com a finalidade de promover mudanças;
- b) e a da confirmação, que tem o objetivo de aplacar ou prevenir o estado de inquietação provocado pela crítica, mas que, ao contrário da primeira forma, ocorre no âmbito das instituições e não mais de forma individual.

As instituições são, segundo Boltanski (2009), instâncias de confirmação dotadas de uma função semântica, cujo papel é solidificar a ordem social, conferindo realidade ao mundo. Elas são, portanto, “Orientadas na direção da construção da realidade por intermédio, notadamente, de operações de qualificação de seres, pessoas e objetos e de definição de formatos de prova.”. (BOLTANSKI, 2009, p. 13, tradução nossa).

A partir da construção de tipos ideais, o autor apresenta três tipos diferentes de provas: “provas de verdade”, “provas de realidade” e “prova existencial”. O primeiro tipo se refere à atividade de confirmação empreendida pelas instituições, ou seja, as instâncias de confirmação, que cumprem o papel de exibir (divulgar), de maneira coerente, a relação entre as formas simbólicas e o estado das coisas. Um elemento importante aqui é a repetição desta confirmação que cumpre o papel de confirmar e estabilizar - ou apresentar como verdadeira - a relação entre as formas de representação e a ordem das coisas. O segundo tipo, as provas de realidade, é utilizado para fazer face às críticas em uma situação de disputa. As provas de realidade se diferenciam das provas de verdade por constituírem-se em duas formas de operações: de um lado exhibe os valores, e de outro, coloca em prova a existência (ou não) destes valores na realidade social. Há aqui uma distinção entre o que deve ser (de responsabilidade da prova de verdade) e o que é (a cargo da prova de realidade). Já o terceiro tipo, o da prova existencial, que, ao contrário das duas primeiras que demandam um processo de institucionalização,

permanece no âmbito individual e expressa um estado singular e vivido, não institucionalizado, que visa à sua expressão, independente da totalidade das relações vigentes. Ocorre no âmbito da crítica radical e revela (ou denuncia) a incompletude e as contingências que ocorrem no fluxo da vida e que colocam em causa a totalidade que constitui o mundo. (BOLTANSKI, 2009).

Verifica-se, no pensamento de Boltanski, o desnível entre “o que é” (construção semântica para conformar a realidade, promovida pelas instituições) e o que “deve ser”. Esse processo o autor denomina contradição hermenêutica. Trata-se da contradição existente entre o sentido dado à realidade pelas instituições, que performam a realidade, e a crítica que tem espaço porque sabe-se que a realidade criada pelas instituições por vezes é ficcional e, por vezes, opressiva. Trata-se, portanto, do questionamento do desnível existente entre o ideal normativo sobre o qual as instituições se fundam e a realidade concreta a que se aplicam tais ideais. Verifica-se, portanto, que a relação entre confirmação institucional e a crítica é fortemente desequilibrada.

Seguindo este argumento, o autor chega à temática da dominação. Esta diz respeito a tudo aquilo que visa mitigar e limitar o espaço da crítica e lhe obliterar todo acesso à realidade. A dominação, portanto, ocorre quando a realidade (dotadas de atributos construídos por meio das representações simbólicas) se sobrepõe ao mundo (lugar do devir). (BOLTANSKI, 2009).

Nas sociedades capitalistas modernas, onde o individualismo e a fragmentação imperam, os sentimentos de injustiça e o sofrimento, muitas vezes, não conseguem se expressar em termos coletivos, ficando presos às provas existenciais, portanto, em estado privado. Isto é o que faz despertar um sentimento de impotência e de ausência de alternativas. No capitalismo moderno, as possibilidades de os indivíduos acessarem outras formas de vida estão, para o autor, obliteradas por uma elite heterogênea, pertencente à uma nova cultura internacional calcada na economia e no gerenciamento, mas que não podem ser definidas como pertencendo a um único grupo ou a uma ideologia comum.

A sociologia pragmática da crítica poderia, segundo o autor, ajudar na elaboração de um projeto de emancipação denunciando os processos de contradição hermenêutica e, assim, mostrar que existem alternativas de mundo possíveis. Assim, abriria-se a possibilidade de novos agenciamentos (objetivos) e novas configurações (discursivas). Trata-se de buscar o equilíbrio entre o processo de estabilização institucional e a dinâmica de desestabilização da crítica. (BOLTANSKI, 2009).

Com o objetivo de analisar as situações que envolvem a relação entre *états-personnes* e *états-choses*, onde os problemas emergem a partir de um mesmo quadro discursivo e a partir

do mesmo lugar de enunciação, o autor deixa claro que suas proposições teóricas se enquadram na perspectiva da Teoria da Ação ao invés de uma teoria dos fatos sociais, mas não se trata de considerar a conduta dos agentes humanos como determinismos sociais que se impõem sobre os atores. (BOLTANSKI, 1990). Deste modo,

o quadro de análise proposto está orientado à questão da justiça com vistas a fornecer um modelo de operações às quais os atores se entregam quando eles se voltam à justiça e aos dispositivos sobre os quais eles podem suportar nas situações concretas onde eles implantam suas ações para acessar as suas pretensões à justiça, que não se limitam, evidentemente, [...] aos casos judiciais. (BOLTANSKI, 1990, p. 77, tradução nossa).

Para analisar estas situações, o quadro analítico proposto pelo autor apoia-se na interpretação das justificações utilizadas pelos agentes, bem como pelos dispositivos utilizados por eles, que servem de apoio às suas justificações, compondo um modelo de competência. Esta competência não se resume a uma competência linguística, abrangendo todo um conjunto de objetos e dispositivos que permitem compor argumentos aceitáveis de justiça.

Para Boltanski (1990), os conflitos ocorrem quando os agentes sociais se engajam em críticas colocando em questão seus sentidos de justiça, justificam suas ações e buscam convergir para um acordo. Tanto as críticas, como os acordos são baseados nos sentimentos de justiça/injustiça da situação em questão. A luta por justiça, para Boltanski (1990), é sempre uma luta por uma *ordre de grandeur* que supõe um acordo sobre um princípio de equivalência que estabelece uma grandeza relativa entre os seres em presença.

A escolha que o autor fez pela categoria de *ordre de grandeur* e não o de valor, comumente utilizado pela Sociologia da Ação, na definição de sua concepção de justiça, diz respeito ao fato de que os valores nem sempre estão relacionados à busca por justiça e, além disso, a *ordre de grandeur* permite colocar em relação, num agenciamento justo e justificável, diferentes coisas e pessoas. Um segundo aspecto a ser considerado é que, na perspectiva de Boltanski (1990), a *ordre de grandeur* se relaciona aos arranjos particulares capazes de suscitar acordos generalizáveis. Assim, este termo está relacionado a um princípio de equivalência geral que funda acordos aceitáveis por todos e que são orientados para uma visão universalista. O autor esclarece, ainda, que a *ordre de grandeur* não está fixada no grupo ou nas pessoas, como um determinante culturalista. Ao contrário, ela pode se apresentar de maneira diferente conforme a situação e os agentes em presença.

Tomando por base as diversas construções da filosofia política que orientam os sentidos ordinários de justiça, Boltanski e Thévenot (1991) propõem o “*modele de la cité*”, resumido no

Quadro 07, como forma de melhor esclarecer o processo de construção da categoria de *ordre de grandeur*.

Quadro 07 – “*Modele de la cité*” de Boltanski e Thévenot

<b>Axioma</b>	<b>Filosofia Política</b>
<b>Humanidade comum</b> - Identificação do conjunto das pessoas suscetíveis ao acordo; equivalência fundamental entre os membros.	<b>Éden</b> - Conjunto dos membros pertencem a uma só classe e o acordo é perene e de “todos com todos”.
<b>Princípio da dessemelhança</b> - Supõe a existência de, ao menos, duas classes possíveis para os membros da <i>cité</i> . Requer formas de justificação das ações e provas para justificar as diferenças e o enquadramento em determinadas classes.	<b>Castas</b> - Impõe determinação das condições de acesso dos membros da <i>cité</i> às castas. Possibilidades de acordos não triviais, desacordos, litígios, sem uma diferença profunda entre as diferentes classes.
<b>Dignidade comum</b> - Características comuns aos membros de cada classe.	
<b>États ordonnés</b> - Ordenamento necessário para coordenar as ações e justificar a distribuição desigual dos membros da <i>cité</i> . Necessita de uma escala de valores.	<b>Humanidade Ordenada</b> - Resulta da tensão entre o princípio da humanidade comum e os <i>États ordonnés</i> . Compreende um conjunto de seres humanos ordenados segundo um princípio de grandeza. Trata-se de uma gama maior de acordos em relação à sociedade de castas. As pessoas da classe inferior podem colocar em causa os custos para ascender à classe superior.
<b>Fórmula de investimento</b> - Destaca os bens feitos pela classe superior e os custos ou sacrifícios para os demais ascenderem a esta classe.	
<b>Bem comum</b> - Se opõe ao impulso egoísta que deve ser sacrificado para alcançar um estado de grandeza superior.	<b>Ordre de grandeur</b> - Conjunto de bens ou bondades que beneficiam toda a <i>cité</i> . Valor moral, ética.

Fonte: Elaborado pela autora, conforme Boltanski e Thévenot (1991).

Para Boltanski e Thévenot (1991), as *cités*<sup>5</sup> implicam na referência a um bem comum em uma sociedade em ordem e orientam os sentidos ordinários de justiça uma vez que são construídas a partir de *ordres de grandeurs*. É nas situações de disputas que são projetadas as *grandeurs*<sup>6</sup>, pois nestes momentos, os agentes justificam suas ações e suas críticas de maneira ordenada com argumentos fundamentados em provas, demonstrando esforços convergentes para a solução das divergências.

A filosofia política é um instrumento importante para interpretar esta tensão e explicitar os fundamentos implícitos, ou os argumentos da ação. Os diferentes princípios da filosofia política, segundo Boltanski e Thévenot (1991), contribuem para constituir um meio de colocar

<sup>5</sup> Fiz a opção por não traduzir a palavra *cité* para o português porque entendo que a expressão “cidade” não representa, de maneira adequada, o significado que os autores dão à expressão. A *cité*, mais do que uma “cidade”, refere-se à uma organização, de ordem moral, baseada na escolha de referências importantes (*grandeurs*) que fundamentam acordos justos e justificáveis. Essa expressão relaciona-se também à noção de “bem comum”.

<sup>6</sup> Tenho traduzido “*ordre de grandeur*” por ordem de grandeza. Entretanto, por se tratar de construto moral, pode-se traduzir também como sendo “*ordem de referência*”. A palavra *grandeur* pode também significar a escolha da “maior” referência. A mais importante referência para o comportamento social. Por esta razão, optei por não traduzí-la.

em perspectiva diferentes princípios para estabelecer um modelo de justiça e construir uma ideia de “humanidade comum” baseada na noção de “bem comum”. A filosofia política constitui-se, portanto, em dispositivo que compõe a vida cotidiana e reforça uma ideia de bem comum. Entretanto, a proposta de Boltanski e Thévenot (1991) é integrar a filosofia política à pragmática para que seja possível captar a diferença entre o que as pessoas falam e o que elas são realmente.

Sendo assim, o “*modele de la cité*”, representado no Quadro 07, proposto por Boltanski e Thévenot (1991), possui o objetivo de sistematizar as formas que assume a noção de bem comum presentes nas sociedades ocidentais modernas, considerando “bem comum” como “gramáticas políticas que servem para designar o que é justo ou injusto mediante a qual os acordos devem ser estabelecidos”. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991, p. 87, tradução nossa).

Sendo assim, para Boltanski,

O bem comum é concebido como um bem, de categoria superior às diferentes formas de determinação de bens relativamente incompatíveis, que são reclamados pelos atores quando eles se comprometem a sustentar suas críticas ou suas justificações em quantidade e generalidade. (BOLTANSKI, 2009, p. 146).

Verifica-se que, ao contrário das ideias de justiça que se baseiam nas noções de “bem-estar”, “liberdade” ou “virtude”, apresentadas na seção anterior, Boltanski sugere basear a ideia de justiça em um bem, de categoria superior aos demais bens, que se constitui em argumento capaz de justificar acordos diante de situações de conflitos. Se nas concepções de justiça como “bem-estar”, “liberdade” ou “virtude” encontra-se implícita uma ideia de diferença/desigualdade, na visão da justiça como “bem comum” está implícita uma ideia de igualdade no sentido de existência comum, de “humanidade comum”, que deve ser buscada para a pacificação dos conflitos.

A questão que tenho problematizado é se é possível a construção de acordos pacíficos, justos e justificáveis, em situações de disputas caracterizadas como conflitos ambientais. Esse questionamento tem como ponto de partida a ideia de que a justiça, do ponto de vista pragmático está relacionada à forma como os indivíduos humanos vivem, se relacionam entre si e com dispositivos não humanos, acrescentando aí a natureza, e à capacidade destes indivíduos construir e promoverem a generalização de uma ideia de bem comum, que venha unificar a humanidade em uma ideia de justiça, bem ou bom, permitindo assim um acordo. Mas seria isso possível em situações em que as diferenças cosmológicas fundamentam os conflitos? Seria possível equacionar diferentes perspectivas, visões de mundo, sem que haja a imposição, a uma

destas perspectivas, de deixar de existir? É possível considerar justo e pacífico um acordo que não respeita as diferenças?

Na seção seguinte apresentarei as críticas aos empreendimentos portuários que serão instalados no litoral sul do Espírito Santo, empreendidas pelas comunidades pesqueiras, tendo como objetivo explicitar as diferenças cosmológicas presentes no conflito em questão.

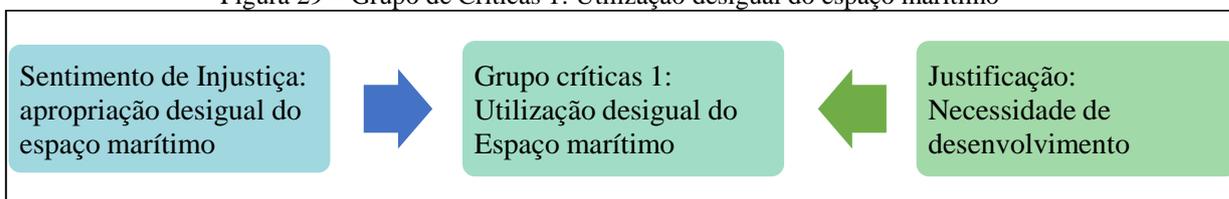
### 5.3 “NÃO, A GENTE NÃO QUER UMA EMPRESA AQUI!”<sup>7</sup>: CRÍTICAS AOS EMPREENDIMENTOS PORTUÁRIOS DO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO

Ao analisar as 28 entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, classifiquei mais de 50 trechos que, ao meu ver, se relacionavam com uma expressão de indignação ou crítica frente às ações de desenvolvimento empreendidas no litoral sul do Espírito Santo.

Para facilitar a análise, procedi a uma classificação por semelhança temática e obtive, como resultado, sete diferentes conjuntos de críticas referentes aos seguintes temas: 1) utilização desigual do espaço marítimo; 2) “Querem acabar com a pesca artesanal”; 3) falta de apoio; 4) processos de Licenciamentos Ambientais; 5) compensações ambientais; 6) qualificação, emprego e desemprego; 7) problemas Sociais.

Como meu objetivo aqui é refletir sobre a possibilidade (ou não) dos sentimentos de justiça/injustiça que motivam as críticas aos grandes projetos de desenvolvimento fundamentarem a construção de acordos pacíficos, justos e justificáveis, avaliei ser importante apresentar, para cada grupo de críticas, os sentimentos de justiça que as embasam e suas justificações. Ainda, para facilitar a exposição, apresento a análise por meio das Figuras 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35, a seguir.

Figura 29 – Grupo de Críticas 1: Utilização desigual do espaço marítimo



Fonte: Entrevistas realizadas pela autora.

No conjunto de críticas classificadas como pertencentes ao “Grupo 1: Utilização desigual do espaço marítimo” encontram-se menções referentes ao aumento da movimentação

<sup>7</sup> Entrevista realizada com pescador do Pontal, 25/02/2016, Marataízes.

de grandes embarcações, aumento no número de plataformas de petróleo e realização de pesquisas sísmicas que, de acordo com os pescadores, afastam ou matam os cardumes, aumentam o perigo de acidentes, aumentam a área de exclusão da pesca (tanto no entorno dos empreendimentos portuários como no entorno das plataformas), entre outros:

O navio passa arrastando uns troços aí no fundo do mar. Papai mesmo já perdeu um monte de rede. Então, já está degradando alguma coisa. A gente não pode botar uma rede para pegar uma lagosta que detona o fundo do mar. Esse navio deles aí, a sísmica que eles falam, vem puxando um troço que acaba com tudo. (Entrevista com pescadora do Pontal, 10/03/2016, Marataízes).

Porque geralmente aqui na posição que a gente pesca, de fundo, é praticamente onde está a plataforma. O navio de pesquisa passa rebocando um monte de cabo. Então, aqueles cabos são cheios de “raiação” que atingem o fundo, o profundo ali, para descobrir o Petróleo. Aquilo ali espanta os peixes e vai acabando com tudo, até mata os peixes. Então, na nossa área mesmo de peixe de fundo, fracassou muito mesmo. (Entrevista com pescador de Itaipava, 24/02/2016, Itapemirim).

O navio a que se refere a pescadora é o navio utilizado para a realização de pesquisas sísmicas<sup>8</sup>. Um sentimento de desigualdade, neste caso, é expresso quando a pescadora afirma que o pescador artesanal é proibido pelos órgãos ambientais de utilizar a rede de pesca, para a pesca de algumas espécies (neste caso ela se refere à pesca da lagosta), sob a justificativa que degrada o ambiente. Em contrapartida, o mesmo órgão ambiental autoriza a realização de pesquisas sísmicas no local, o que provoca, segundo mencionaram vários pescadores, a mortandade de peixes, além de estragar petrechos de pesca dos pescadores.

É, porque eles proibem a pesca, né. Onde estão as plataformas agora a gente não pode pescar de fundo. Muitos chegam lá e só arrastam os cardumes, mas é proibido. Você não pode pescar até 500 metros pra fora da plataforma. Aí muitas vezes o peixe está ali naquela posição do barranco. Aí, devido a posição da plataforma, o navio, não pode pescar. (Entrevista com pescador de Itaipava, 24/02/2016, Itapemirim).

Desde as imediações do município de Vitória, a capital do Estado do Espírito Santo, ao município de Arraial do Cabo, no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, estende-se a principal bacia sedimentar de petróleo e gás natural da costa brasileira, a Bacia de Campos. Ocupando uma área de 100 mil quilômetros quadrados, ela opera, atualmente, por meio de 62

---

<sup>8</sup> “A atividade de levantamento sísmico constitui-se do uso de equipamentos e análises para que se possa identificar a existência de recursos minerais, água ou petróleo no subsolo. Para isso são utilizados aparelhos específicos capazes de fazer uma espécie de “ultrassonografia” do subsolo. Para tanto, são usados equipamentos conhecidos como *airguns*, que produzem ondas sísmicas, as quais penetram o subsolo marinho, são refletidas de volta e captadas por receptores conhecidos como hidrofones — comumente posicionados próximos à superfície da água, presos por cabos e rebocados pelos navios sísmicos”. (Fonte: <http://www.comunicabaciadesantos.com.br/empreendimento/pesquisa-sismica-maritima.html>; acesso em 29/maio/2017).

plataformas de produção e exploração. Todas estas plataformas contam com apoio de muitas embarcações para tornar possível sua operação. O aumento dos investimentos no setor de petróleo e gás, potencializado, principalmente, pela descoberta de petróleo na camada do pré-sal, trouxe como consequência o aumento do número de plataformas na Bacia de Campos e, conseqüentemente, o aumento do trânsito de grandes embarcações. (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, 2017).

As plataformas de petróleo atraem cardumes em razão de sua iluminação e do descarte de lixo orgânico (principalmente restos de comida). Entretanto, os barcos de pesca devem manter distância de um raio de 500 metros da plataforma e 500 metros das embarcações de apoio que por ventura estejam atracadas próximas às plataformas. Essa proibição dificulta a atividade pesqueira, uma vez que é nas áreas em que os barcos de pesca não podem ir que se concentram os cardumes.

Além disso, a circulação de grandes embarcações eleva o risco de acidentes. A instalação dos terminais portuários de apoio *offshore*, não apenas irá aumentar ainda mais as áreas de exclusão da pesca como, também, aumentará a circulação de grandes embarcações, aumentando ainda mais o risco de acidentes.

Até a gente fica assim preocupado porque o pessoal fala que quando começar a obra a gente não vai poder tirar mais marisco. A preocupação de todas as marisqueiras está acontecendo isso, né. [...]. Então, como é que vai ficar para as marisqueiras? Então acho que pro lado da gente tem alguma coisa que vai ficar ruim né. Ah! Eu não acho não. Eu sou contra. (Entrevista marisqueira de Itaipava, 24/02/2016, Itapemirim).

A marisqueira se coloca contra a instalação do terminal portuário na Praia da Gamboa porque é principalmente lá onde se encontram as pedras onde retiram o marisco. A coleta de marisco é parte importante da renda das famílias pescadoras. Quando o marisco não ocorre ali nas pedras próximo à costa as marisqueiras vão, com embarcações pequenas à remo, até a Ilha do Francês, que fica a aproximadamente 2,5 milhas (aproximadamente 4km) do *pier* da Praia de Itaipava. Como mencionado várias vezes, a circulação de pequenas embarcações próximas às grandes embarcações é extremamente arriscado, e por vezes até proibido por questões de segurança.

Por enquanto não está atrapalhando, mas depois que a firma chegar aí vai atrapalhar porque ela vai se instalar no nosso pesqueiro e vai acabar o pesqueiro. [...] [A empresa vai se instalar] bem no pesqueiro que a gente trabalha todo verão, na pescada. Aí vai acabar. E tem o pesqueiro do camarão também. Ele [o Porto Central] vai se instalar na área que a gente trabalha na pescada e no camarão. Aí, o porto entrando por ali, vai acabar tudo. (Entrevista com pescador de Marobá, 04/05/2016, Presidente Kennedy).

Primeiramente quero destacar que este pescador se refere à instalação do Porto Central, na Praia das Neves, diferentemente do pescador que afirma “Ó!! Você vai construir em cima de mim”, frase constante no título deste trabalho que se refere à construção do terminal portuário da Praia de Itaoca. Este fato indica que os investimentos portuários no litoral sul do Espírito Santo serão instalados em áreas onde se localizam importantes pesqueiros, apesar das críticas dos pescadores locais. Estas críticas são motivadas pelo sentimento de apropriação desigual do espaço e, mais do que isso, pelo sentimento de impotência frente ao poder político e econômico dos grandes empreendimentos:

É o nosso pesqueiro maior, onde a gente trabalha mais. Todo dia você pode ir ali que tem barco pescando ali. Mesmo que esteja bom ou não esteja bom, é a área onde eles vão instalar o porto. (Entrevista pescador do Pontal, 17/06/2016, Marataízes).

[O representante da empresa falou:] “Vai ter uma ponte [no terminal de Itaoca]. Vocês [camaroeiros] vão passar por debaixo da ponte”. E eu falei: “meu senhor, você quer achar que o pescador além de burro é doido pra acreditar nisso”? (Entrevista pescadora do Pontal, 17/06/2016, Marataízes).

Se tivesse outro lugar pra eles colocarem o porto não atrapalharia a gente, mas esse é o lugar que eles escolheram. (Entrevista com pescador de Marobá, em 04/05/2016).

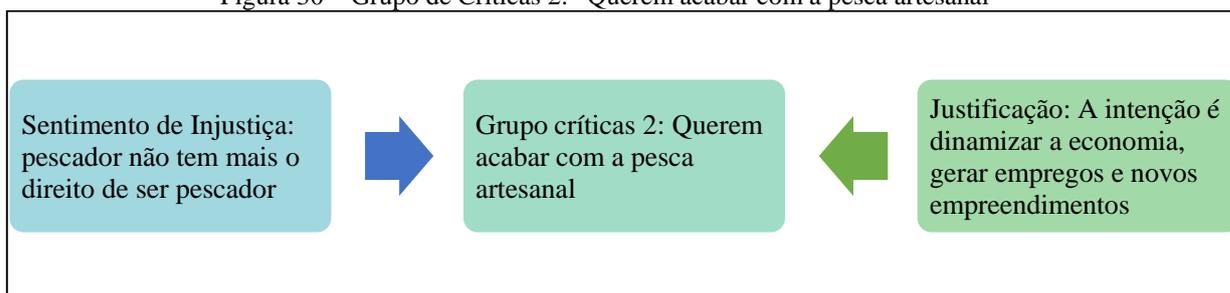
Em respostas a estas críticas encontram-se justificativas técnicas, como por exemplo, “a escolha do local foi exclusivamente técnica<sup>9</sup>” e aí se consideram as características da carga, das embarcações, fatores como redução de custos e posição geográfica próxima às bacias de Campos e do Espírito Santo. Ainda por meio de justificativas técnicas as empresas afirmam que a presença dos terminais portuários não impedirá a pesca uma vez que as áreas de pesca serão delimitadas segundo as exigências de segurança feitas pela Marinha e que, se atendidas tais determinações de segurança, os pescadores poderão seguir com suas atividades.

Outro conjunto de justificativas baseia-se em argumentos econômicos, como por exemplo, a necessidade de melhorar a infraestrutura logística do Espírito Santo, possibilitando aumento nas exportações, maior arrecadação de impostos e *royalties*, maior capacidade de “produzir energia para o Brasil” e promover o desenvolvimento.

---

<sup>9</sup> Declaração do empresário representante da Itaoca Offshore, realizada em Vitória, no dia 11/03/2016.

Figura 30 – Grupo de Críticas 2: “Querem acabar com a pesca artesanal”



Fonte: Entrevistas realizadas pela autora.

Os pescadores artesanais das comunidades pesqueiras de Itaipava, Pontal e Marobá têm o claro sentimento de que há a intenção por parte do poder público ou dos empreendimentos (instituições que nas falas dos pescadores se misturam, transformando-se em um “eles” generalizado) de que não haja mais a atividade de pesca artesanal. “Mas hoje, o que eles estão querendo mesmo é *acabar com a pesca*, né, com o pescador”. (Entrevista pescador de Itaipava, 24/02/2016, Itapemirim – grifos acrescentados).

A crítica, neste caso, se dirige mais ao poder público que, em nome do desenvolvimento, trata pescadores artesanais, pescadores industriais e os empreendimentos petrolíferos e portuários de maneira claramente desigual. Enquanto, por exemplo, o governo estadual investe milhões na desapropriação do terreno para a instalação do Porto Central, não investe em infraestruturas para a pesca, como por exemplo, a construção de um *pier* para atracação na Praia de Marobá, ou um canal para entrada dos barcos no Pontal:

*A pesca artesanal foi abandonada* [por parte do poder público]. (Entrevista pescador do Pontal, 17/06/2016, Marataízes – grifos acrescentados).

Se tentar entrar [no canal da Barra] fica encalhado. Vê se eles querem fazer alguma coisa na Barra pro pescador? Eles falam que não podem [aprofundar o canal]. Aí vêm os navios da sísmica, os navios da Petrobras e eles vão afundar. E por que que eles não afundam pra nós? Está vendo como é que é? Em Ubu [praia onde se localiza um terminal portuário da Samarco] eles dragam. Aí, pra nós, não. Não precisa mais dragar porque não vamos poder trabalhar mesmo. Eles vão dar [autorização para dragar] pra eles [Samarco] porque o pescador não vai poder pescar mais. Nós não vamos poder pescar mais. Aí, pro pescador, não pode, né. (Entrevista pescador do Pontal, 10/03/2016, Marataízes).

Essa recusa do poder público em realizar investimentos no setor pesqueiro, por um lado, ou a recusa das empresas em atender às solicitações dos pescadores em seus planos de compensação, por outro, causam, nos pescadores, o sentimento de que estes fatos ocorrem propositadamente para que, aos poucos eles abandonem a pesca:

*Porque o pescador ele vai só sendo massacrado. Não vem coisa boa pro pescador, pra ajudar, só vem gente pra [...]. Principalmente os pequenos, né. A não ser quando são essas indústrias grandes que têm as traineiras ou uma firma grande que tem todos os barcos, que tem firma registrada, aí é diferente, mas a gente que é pequeno vai só [...] Eles vão só matando a gente, só apertando. A tendência é que os pequenos, daqui há algum tempo, não tenha pequeno mais. Vai ficar só as indústrias, os grandes trabalhando. (Entrevista com pescador do Pontal, 17/06/2016, Marataízes – grifos acrescidos).*

Expressões como “massacre”, “abandono” e até mesmo “morte” expressam os sentimentos de injustiça por parte dos pescadores que têm sua liberdade de escolher e existir enquanto pescador e sua identidade, ameaçadas, e por vezes impedidas, em nome do desenvolvimento. As ações do desenvolvimento, quer sejam aquelas empreendidas pelas empresas privadas, ou aquelas empreendidas pelo poder público, “passam por cima do pescador”, sem respeitar sua identidade ou seu desejo de continuar existindo como pescador.

*E o governo acha mais fácil o quê? Realocar? Tirar as famílias? A gente não consegue entender isso. Tipo assim, *passa por cima* [dos pescadores]. (Entrevista técnico em pesca da Associação do Pontal, 25/02/2016, Marataízes – grifos acrescidos).*

As diversas ações que “prejudicam a pesca”, entre elas as constantes alterações na legislação que regula o setor ou na legislação ambiental, a grande quantidade de instituições<sup>10</sup> que interferem no setor e as constantes alterações em suas regras, são interpretadas, por alguns pescadores, como uma tentativa de fazer com que eles abandonem a pesca:

*Eles vêm pra prejudicar mesmo [...] Eles formam uma lei lá e não querem nem saber. (Entrevista pescador de Itaipava, em 24/02/2016).*

*Então, como é que fica o pescador? Tudo parado. [Menção à extinção do Ministério da Pesca]. Você vai lá fazer uma carteirinha, eles não fazem. Vai lá fazer um documento de barco, não fazem. Então como que o pescador vai viver? Aí você vê como que já está atingindo aos pouquinhos para as pessoas desistirem de ir pescando. Isso aí tudo é em função do porto. Tem gente que diz que não é. É sim. É por causa de quê? Ele [o pescador] vai ficar nervoso e vai falar: “*ah, eu não vou pescar*”. (Entrevista pescadora do Pontal, 10/03/2016, Marataízes).*

Desta maneira, estas ações são vistas como sendo meios para desincentivar a atividade pesqueira, que tolhem sua liberdade de escolha e lhes impõem outro estilo de vida.

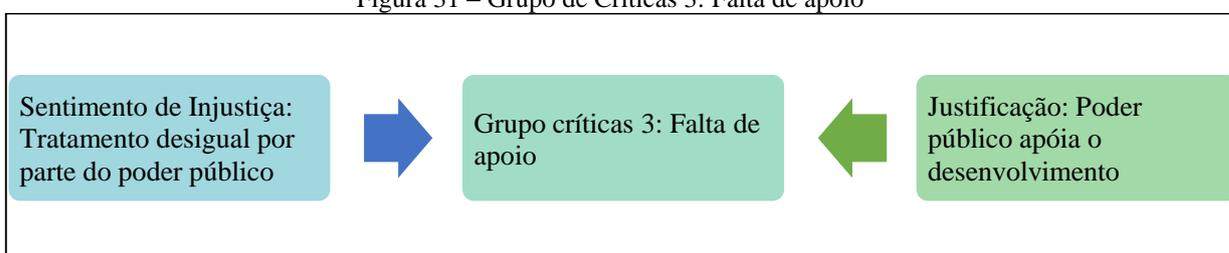
Por outro lado, os argumentos a favor dos empreendimentos estão sempre relacionados à premissa de que o crescimento econômico poderá proporcionar a melhoria da qualidade de vida para os capixabas, ou para os brasileiros. Estes “sacrifícios” são vistos como meras

---

<sup>10</sup> No momento em que realizava a pesquisa de campo existia o Ministério da Pesca (agora extinto), a Marinha, a Capitania dos Portos e o IBAMA.

consequências necessárias para ampliar o bem-estar das pessoas. Coloco sacrifício entre aspas porque assim o é para os pescadores. Acredito que para os empresários, ou para o poder público, isto simplesmente seja visto como uma mudança necessária que melhorará a vida de todos. Falas como “nós não entendemos o que os pescadores querem, porque eles não querem mudar”, pressupõe a ideia de que a mudança, não só é necessária, como é vista como positiva. Aqui não há a compreensão da pesca artesanal como identidade cultural, como modo de vida, e simplesmente como atividade econômica ultrapassada que precisa se modernizar para que haja o desenvolvimento do Estado ou do país.

Figura 31 – Grupo de Críticas 3: Falta de apoio



Fonte: Entrevistas realizadas pela autora.

Frente às constantes mudanças impostas pelas ações de desenvolvimento, os pescadores artesanais sentem a necessidade de receber apoio do poder público, por meio de políticas públicas para o setor, para que seja possível eles se adaptarem à sua nova realidade, quer seja para permanecerem na pesca, quer seja para terem condições de migrar para outras atividades, se for o caso. Entretanto, segundo afirmam os próprios pescadores, “governo não consegue acertar o caminho da pesca”. (Entrevista com técnico em pesca da Associação de Pescadores do Pontal, realizada em 25/02/2016). Eles mencionam a necessidade de ter acesso à assistência técnica e aos financiamentos a baixo custo como, por exemplo, tem a agricultura familiar:

Você não vê fomento nenhum. Aí você junta os problemas que já tinha, os problemas que se criaram com a falta de apoio governamental e agora a falta total de apoio governamental, a pesca artesanal virou o que é. (Entrevista com técnico em pesca da Associação de Pescadores do Pontal, 25/02/2016, Marataízes).

Ainda na opinião dos pescadores, o poder público também se furta ao investimento em infraestrutura pesqueira como, por exemplo, a construção de *piers* para atracação, fábricas de gelo, locais adequados para a realização da limpeza, processamento e comercialização do pescado.

Injustiças em relação à legislação pesqueira também foram apontadas. As exclusões das áreas de pesca, as exigências quanto aos petrechos, o fato de que cada embarcação recebe

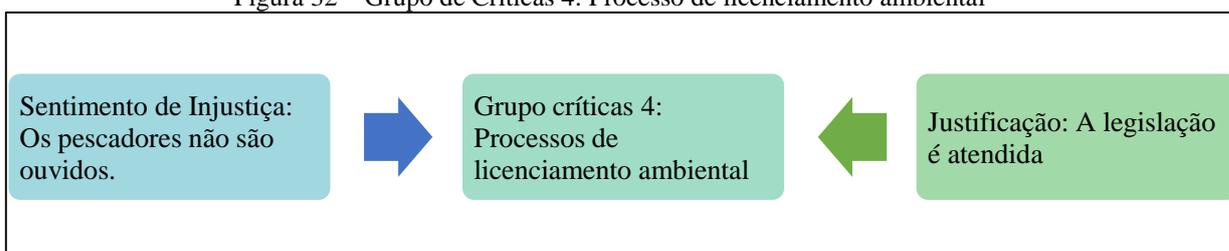
apenas uma autorização para realizar apenas um tipo de pesca, a ausência de um adequado ordenamento para o setor e, até mesmo, o reconhecimento da pesca como atividade econômica dos municípios nos planos diretores foi mencionada. “No plano diretor municipal (PDM) foi até falado que não tem pesca em Presidente Kennedy”. (Fala da secretária da Colônia de Pesca de Presidente Kennedy, anotada em Diário de Campo). Destaco o fato de que esta fala se refere à audiência pública realizada para alteração no PDM exigida pelo IBAMA para o processo de licenciamento ambiental do Porto Central. Esta participante da pesquisa afirmou, e depois eu mesma pude verificar por meio dos documentos, que dentre as atividades econômicas do município de Presidente Kennedy, constantes do PDM, não estava a pesca. “É como se a gente não existisse”, destaca ela.

O tratamento desigual por parte das instituições públicas também causa um sentimento de injustiça porque, claramente, a pesca industrial, a presença das embarcações pesqueiras estrangeiras de grande porte, o setor petrolífero e o setor portuário, embora estejam sob as leis do mesmo Estado – leis que, supostamente, devem ser iguais para todos – recebem, por parte do poder público, um tratamento muito diferenciado:

Eles [os pescadores japoneses] trabalham, matam o cação, levam pro país deles e aí o Brasil vai e compra o cação deles. E nós, aqui do lugar, nós não podemos matar o cação. Se eles [o IBAMA] pegam a qualidade de cação que está proibido, praticamente a gente perde o barco. (Entrevista pescador de Itaipava, 24/02/2016, Itapemirim).

A ideia de desenvolvimento como crescimento econômico, modernização e urbanização, já mencionadas no capítulo 3, faz com que o governo aja de maneira a privilegiar ações neste sentido. Estas ações, por vezes, não contemplam as atividades tradicionais e, por vezes, são opostas aos interesses dos pescadores artesanais. Mas, mais uma vez, o discurso do desenvolvimento é utilizado para justificar estas ações.

Figura 32 – Grupo de Críticas 4: Processo de licenciamento ambiental



Fonte: Entrevistas realizadas pela autora.

O quarto conjunto de críticas refere-se àquelas direcionadas aos procedimentos para que o empreendimento obtenha o licenciamento ambiental. A existência da pesca artesanal é reconhecida e evidenciada nos relatórios de impacto ambiental dos três empreendimentos analisados e ambos possuem, como condicionante, planos de compensação da atividade pesqueira. Entretanto, apesar da realização das audiências públicas, os pescadores apontam o fato de que eles não são ouvidos e seus anseios não são atendidos. Eles têm também o sentimento de que contra o empreendimento nada pode ser feito:

Eles vêm pra cá com o material tudo pronto. Chegam aqui, jogam pro pessoal e acabou aí. E chega nas reuniões, o pescador, ninguém fala nada. Eles não deixam falar, entendeu. Aí eles vão lá e falam que fizeram uma reunião, lá com pessoal, todo mundo aceitou, tinha muita gente, mas ninguém falou nada. Eles não deixam falar. (Entrevista com pescador do Pontal, 25/02/2016, Marataízes).

Além do sentimento de que não podem falar, os pescadores mencionam também o sentimento de que as empresas faltam com a verdade e não transmitem todas as informações sobre o empreendimento que será instalado ou seus impactos às comunidades.

As empresas chegam iludindo os pescadores, porque os pescadores acham que eles vão largar a pesca e eles vão ganhar bem nas empresas. (Entrevista líder comunitária de Marobá, 28/04/2016, Presidente Kennedy).

Aí outra coisa, as reuniões que têm aí. Eles [representantes das empresas] falam: “como que vai ser o porto pra vocês”. [...] “Com o porto vocês vão poder pescar do ladinho dele assim, não vai atingir o camaroeiro”. Claro que vai atingir, menina. (Entrevista com pescadora do Pontal, 10/03/2016, Marataízes).

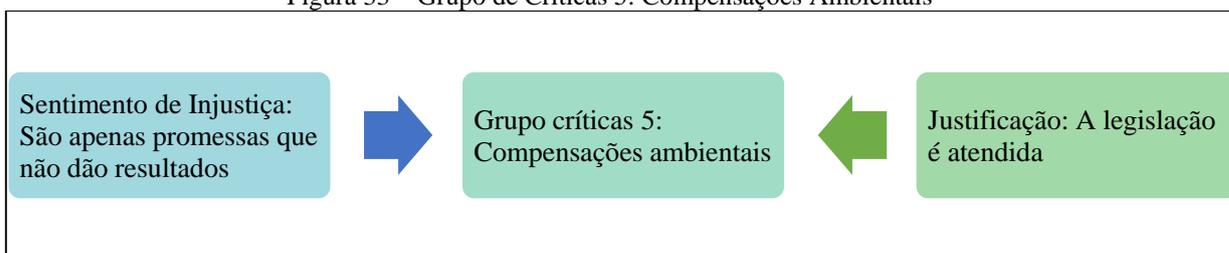
Neste caso, as divergências se justificam por meio de argumentos técnico-científicos, porque, de um lado, os “técnicos” afirmam que a atividade pesqueira não será atingida, que basta seguir as regulamentações de segurança que todos poderão circular no mar e exercer suas atividades e, por outro, os pescadores contestam, baseados em suas experiências cotidianas que demonstram que os impactos dos empreendimentos sobre os pesqueiros vão além da regulamentação da circulação das embarcações, influenciando, inclusive, o comportamento dos cardumes:

Esses dias, lá em Anchieta, eles pegaram um pedaço do Mangue para crescer o asfalto. Você viu? Agora, vai a gente ali bota uma vara de mangue e se pegarem é uma multa desgraçada. Aterraram tudo. É difícil, é complicado, mas isso em nome do desenvolvimento. É o asfalto. Isso revolta a gente. (Entrevista com pescadora do Pontal, 10/03/2016, Marataízes).

O licenciamento ambiental também é questionado do ponto de vista dos debates acerca da preservação/proteção ambiental. No exemplo acima, a pescadora coloca em questão a

autorização para alargar a rodovia sobre a área de mangue quando, em nome da preservação deste, os pescadores são impedidos de pescar ou catar caranguejos lá. Esta percepção se estende aos empreendimentos portuários que vão retirar uma grande área de restinga natural preservada, enquanto, em nome da preservação ambiental, os pescadores são proibidos de utilizar alguns petrechos de pesca, são obrigados a investir em alguns equipamentos para as embarcações, ou são proibidos de pescarem determinadas espécies. Mas, a lógica do poluidor-pagador é a que prevalece nos processos de licenciamentos ambientais, e que serve de justificativa para esta desigualdade. Os empreendimentos podem suprimir a restinga, afastar, mudar os hábitos ou até mesmo levar à morte ou impedir a reprodução dos peixes porque a eles será imposta a chamada “compensação ambiental”. Outra justificativa é que os empreendimentos estão cumprindo com a legislação ambiental e, por isso, suas ações são justas.

Figura 33 – Grupo de Críticas 5: Compensações Ambientais



Fonte: Entrevistas realizadas pela autora.

Aos planos de compensação e as ações deles decorrentes os pescadores artesanais direcionam várias críticas. A primeira delas, ao meu ver, é consequência do fato de que os pescadores não são ouvidos durante o processo de licenciamento e construção dos planos de compensação. Eles mesmos, por vezes, sugerem soluções simples para os seus problemas e solicitam às empresas, mas estas não os atende.

Aí ele [o cardume] junta nas plataformas. Aí é o que nós falamos pro pessoal da empresa que vem fazer as entrevistas, tal, perguntando negócio de ajuda pro pescador. O que a gente pede é pra eles fazerem uma boia. Coloca uma boia com sinalização e ancora a boia pra deixar juntar o peixe pro pescador pescar. Em vez do pescador ir lá na plataforma pescar ou na beira do navio, vai na beira daquela boia. Aí não atrapalha eles e nem atrapalha a pesca. Porque aquela boia que eles vão colocar vai juntar muito peixe. Então a gente pede pra eles, mas até agora nada. (Entrevista com pescador de Itaipava, 24/02/2016, Itapemirim).

O que pude verificar analisando os relatórios de impacto ambiental dos três empreendimentos, os planos de compensação da atividade pesqueira de outros empreendimentos já em fase de execução das compensações e analisando as ações em si, é que, embora se apresentem como programas que visam atender às solicitações das comunidades, são

ações que as empresas impõem, “trazem tudo pronto”. Assim, é comum que as ações se repitam em várias comunidades, independentemente do que seja por elas solicitado. Um exemplo é a compra de equipamentos de comunicação para instalar uma “sala de rádio” na sede da associação de pescadores de Marobá, ou a compra de um trator para que estes mesmos pescadores possam retirar os barcos do mar. Nenhum destes dois pedidos, feitos diretamente a representantes dos empreendimentos, foi atendido e, no lugar deles o que foi realizado foram cursos de capacitação que as empresas já havia oferecido em outras comunidades pesqueiras. Isto demonstra que as prioridades dos pescadores não são atendidas. (Fatos narrados pelos pescadores em conversas informais, anotados no diário de campo). Para estes casos, as justificativas são várias, como por exemplo, argumentos técnicos, ambientais, financeiros ou jurídicos. Mais uma vez, o que importa para os empreendedores é o cumprimento da legislação, e não o atendimento dos anseios dos moradores locais:

Faz tanto projeto e não faz nada. Vai fazer isso, vai fazer aquilo e nada. Não faz nada. Aí gasta todo o dinheiro. Eu acompanho isso muito tudo aí pra fora, em Campos, Vitória, Guarapari. Eles falam: “vamos fazer isso, fazer aquilo”. E você não vê um prefeito, não vê um vereador nessas reuniões. (Entrevista com pescador de Marobá, 04/05/2016, Presidente Kennedy).

Este sentimento de que as ações de compensação não atendem aos pescadores é expresso não apenas por meio do sentimento de que muito se fala e pouco se faz, como também por meio da crítica às indenizações direcionadas à comunidade por intermédio das associações, colônias, entre outras, e não aos pescadores.

Eu ia pedir a eles pra indenizar o pescador, porque nós não vamos poder trabalhar mais. (Entrevista com pescador de Marobá, 04/05/2016, Presidente Kennedy).

O povo fala [sobre as construções dos portos]: “Vocês têm que entender que vai vir benefícios pra vocês”. Que benefício? Bota na mão da associação. Bota na mão de associação, bota na mão de colônia. “Ah, eu dei 100 mil lá pra ajudar o pescador”. Ele viu? Outro viu? Ninguém viu. Ninguém sabe pra onde foi esse dinheiro. (Entrevista com pescadora do Pontal, 10/03/2016, Marataízes).

Muitas vezes os recursos enviados para a compensação da atividade pesqueira não são efetivamente revertidos para a melhoria da atividade de trabalho dos pescadores que sofrem diretamente os impactos dos empreendimentos. Às vezes estes recursos nem são direcionados para a pesca, como, por exemplo, uma empresa exploradora de petróleo que utilizou o recurso destinado ao plano de compensação pesqueira para a aquisição de uma “farinheira” para uma comunidade quilombola que não tem relação direta com a pesca. (Fato contado por um pescador

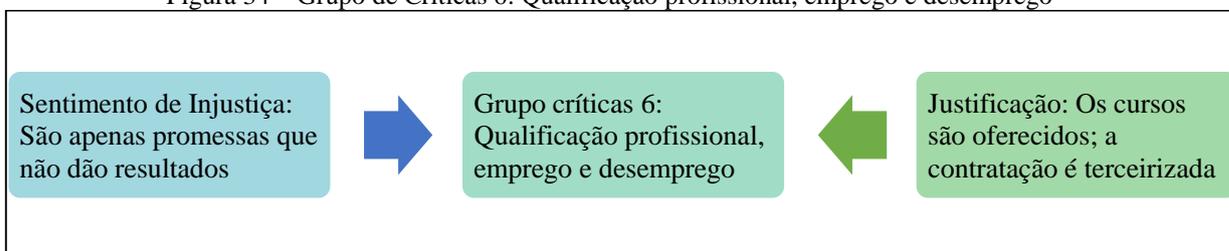
de Marobá, em conversa informal anotada em diário de campo). A capacidade de organização social e negociação política das comunidades locais também são elementos que contribuem para a configuração das negociações em torno das ações de compensação, como este exemplo deixa evidente. Vários outros exemplos poderiam ser mencionados para evidenciar as disputas por interesses específicos em relação aos recursos das compensações, como a aquisição de imóveis (terrenos ou casas) para a instalação de associações ou colônias de pesca, a aquisição de máquinas e equipamentos para a infraestrutura pesqueira (como fábrica de gelo, unidades de processamento de pescado) que nunca entraram em funcionamento e, portanto, não cumprem com o objetivo de compensar o pescador em seus prejuízos decorrentes da instalação dos empreendimentos.

Sobre esta questão, mais uma vez, é utilizado o argumento jurídico para as justificativas. Transferir ações de compensação para instituições e não para pessoas privadas é uma exigência da lei que os empreendedores simplesmente cumprem:

No caso, eles [empreendimentos portuários] que vão atrapalhar o ramo da pesca. Eles teriam que montar um esquema pra compensar o pescador, pro pescador não sair no prejuízo. Por que você vai viver de quê se você depende daquilo ali para trabalhar, se é dele [o mar] que você tira o seu sustento? Se acabar aquilo ali, você vai viver como? Eles têm que arrumar um meio pra compensar. Tem que ter um serviço por pescador, pras mulheres dos pescadores que vão ser prejudicados. (Entrevista com pescador de Marobá, 04/05/2016, Presidente Kennedy).

Ainda que os pescadores aceitassem a ideia de deixar a pesca para a realização de outra atividade, ainda assim seria necessário um programa de indenizações, ainda de acordo com os próprios pescadores. Só assim seria possível mudarem de atividade.

Figura 34 – Grupo de Críticas 6: Qualificação profissional, emprego e desemprego



Fonte: Entrevistas realizadas pela autora.

No capítulo 4 mencionei o fato de que é a presença dos empreendimentos que desqualifica o pescador. Eles têm “qualidades” que os permitem exercer sua atividade de pescador, os conhecimentos tradicionais do pescador, mas estas não servem aos empreendimentos que se instalarão no litoral sul do Espírito Santo. Por esta razão, parte

importante dos acordos de compensação são as ações relacionadas aos cursos de qualificação profissional e à absorção de mão de obra local por parte dos empreendimentos. Entretanto, os pescadores artesanais parecem ter a clara percepção de que os empregos que serão gerados não serão para eles:

Porque é o seguinte, tudo que eu estou vendo ali é, de fio a pavio, não tem como ninguém trabalhar ali. Quem for trabalhar ali em alguma coisa só vai trabalhar de varredor de rua. Isso aí é que vai dar serviço pra eles, porque pra outros não dá não. Vai ver quantas pessoas estão estudando, e no final vão ficar sem trabalho? (Entrevista pescador de Itaipava, 24/02/2016, Itapemirim).

“Ah! Vai trazer o desenvolvimento pra sua comunidade”. Que desenvolvimento? Foi muito pregada a questão da parte positiva da vinda da empresa. O emprego para o pescador, pra dois anos, pra carregar pedra, literalmente, vai ter sim. E depois? Você acha que eles vão pegar um pescador aí de 40, 50 anos, com o ensino fundamental e vão pôr no escritório, ou pra manejar um rebocador? Não, eu acho difícil. [...] Eles já vêm com a equipe montada. Quando eles abrirem a contratação vão querer pessoas especializadas. Vai contar concursos, experiência, pra poder entrar. Então, ou seja, nenhum pescador vai entrar. Quê desenvolvimento vai trazer pro pescador? Nenhum. (Entrevista com pescador do Pontal, 25/02/2016, Maratáizes).

A percepção de que os pescadores não serão empregados nos terminais portuários se deve a vários fatores, entre eles, a baixa escolaridade dos pescadores artesanais, a sua qualificação que não atende as necessidades das empresas e também ao fato de que as promessas relacionadas a oferta de cursos de qualificação, quer seja por parte do poder público ou dos programas de compensação das empresas, ou não ocorrem, ou ocorrem em horários e com exigências de escolaridade que torna impossível para o pescador, ou, se destinam a capacitar para serviços precários, de baixa remuneração.

Eles falaram que iam fazer tipo uma escola, fazer uns cursos para preparar os filhos do pescador, pra dar preferência para o filho do pescador trabalhar. Que eles vinham pra preparar, mas até agora nada. (Entrevista com pescador de Itaipava, 24/02/2016, Itapemirim)

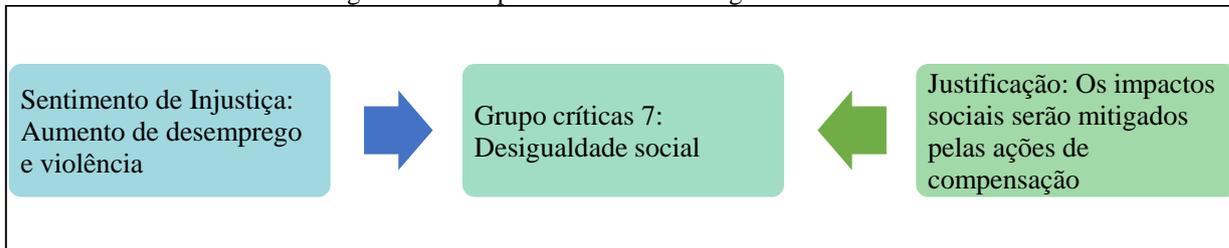
Essa fala se refere ao compromisso assumido pelo governo do Estado em construir uma escola técnica para qualificação dos jovens das comunidades de pesca em Itaipava, mas isso ainda não ocorreu. Os jovens, se pretendem concluir o ensino médio, necessitam se deslocar para Cachoeiro de Itapemirim ou Piúma (municípios distantes aproximadamente 62km e 11km, respectivamente).

Quando a gente sabe de uma coisa assim [empregos], a maioria do povo aqui de Itaipava, quando você vê o pessoal tudo de fora já veio. Então, não tem aquela coisa pra ajudar uma pessoa que quer ter um emprego. E quando for saber, em cima da hora, ele não tem qualificação. Não tem informação. Sem informação não tem como, né. (Entrevista com pescador de Itaipava, 24/02/2016, Itapemirim).

Há sim alguma coisa que melhorar. Seria o caso de ter emprego mesmo. Mas um emprego que tivesse como nós, que não temos estudo, termos oportunidade pra trabalhar. Porque não adianta nada ele [o porto] trazer emprego exigindo escolaridade. Aí não tem uma oportunidade. (Entrevista com pescador de Marobá, 04/05/2016, Presidente Kennedy).

Nas duas falas acima temos uma crítica que diz respeito à contratação de trabalhadores locais (promessa do “desenvolvimento”) e outra referente à questão da escolaridade (ou qualificação). Sobre esta segunda, já mencionei o fato de que se é oferecido algum curso de qualificação, eles exigem uma escolaridade que o pescador não tem ou oferecem um curso em horários e locais que impossibilitam o pescador de se matricular. Frente a esta crítica, os representantes do poder público ou das empresas se justificam afirmando que a exigência de escolaridade é porque para a realização dos cursos são necessários conhecimentos básicos e que os cursos são ofertados, mas os pescadores não se interessam. Quanto à questão da contratação de trabalhadores locais, os empresários alegam que orientam as empresas terceirizadas, que procedem as contratações, neste sentido, mas são elas que não cumprem, ou são os trabalhadores que não possuem qualificações exigidas.

Figura 35 – Grupo de Críticas 7: Desigualdade social



Fonte: Entrevistas realizadas pela autora.

As críticas que pertencem a este grupo dizem respeito a um entendimento, por parte dos pescadores, como também por alguns agentes do poder público, de que o rápido crescimento proporcionado pelos portos, a chegada de muitos trabalhadores de fora na fase das construções, somados ao desemprego e a queda na renda de uma parcela dos moradores locais podem trazer sérias consequências como, por exemplo, a violência ou o aumento no consumo/tráfego de drogas. “Porque vai vir muita gente de fora, vai ter muita bandidagem”. (Entrevista pescadora do Pontal, 10/03/2016, Presidente Kennedy).

Está todo mundo, tadinhos, feliz, naquela felicidade que ia estudar, que ia arrumar um emprego e, daqui um pouco, não é nada daquilo. [...] Aí entra esses meninos que estão sem serviço e sem juízo e metem a cabeça na droga. É o que fazem, é roubar, matar e a pessoa fica até com medo no lugar. A gente fica assustada porque a promessa é uma coisa e eles fazem outra. (Entrevista com marisqueira de Itaipava, 24/02/2016, Itapemirim).

Eles deveriam ajudar as pessoas pequenas, porque eu acho assim, eles podem dar um serviço pras pessoas que já têm, que já são grandes, mas fica os pequenos, de renda baixa, nunca dão serviço. Então eu acho assim, que tem que ajudar quem precisa, mas eles vão dando serviço pra quem já tem, pra quem não está precisando mais, e só vão crescendo. Eu acho que eles têm que escolher, olhar os currículos e ver as pessoas que precisam, porque é muito descaso. Eles não olham pras pessoas que precisam. Eles só estão querendo olhar mais pra essas pessoas que têm muito estudo. Eu acho assim, o que está precisando é uma ajuda pro pessoal porque nosso lugar está precisando de ajuda. (Entrevista com marisqueira de Itaipava, realizada em 24/02/2016).

Ao se referir “às pessoas pequenas” e “as pessoas que já são grandes”, esta entrevistada aponta, claramente, a situação de desigualdade social vivenciada pelos moradores dos municípios atingidos pelos empreendimentos, e sua clara percepção de que o desenvolvimento, baseado na instalação dos grandes empreendimentos portuários e no crescimento da exploração de petróleo e gás, não abrangerá as comunidades que mais necessitam do desenvolvimento, ou seja, aquelas que não têm acesso à escola, ao emprego, à renda, ou outros elementos necessários para terem uma qualidade de vida melhor.

Aqui as justificativas também vão no sentido de afirmar que os impactos serão minorados, mitigados e o discurso é o que consta do EIA/RIMA. Por parte do poder público, o discurso é que as prefeituras estão se preparando, tem consciência de que será necessário ampliar a oferta de serviços públicos como educação e saúde, entre outros, entretanto estão esperando a chegada dos empreendimentos. (Entrevista com chefe de gabinete de Marataízes, realizada em 16/03/2016).

As considerações acima evidenciam a diversidade de temas constantes das críticas sociais dirigidas aos empreendimentos portuários que se instalarão nas praias do litoral sul do Espírito Santo, bem como algumas justificativas para que estes investimentos ocorram. De acordo com Boltanski (1991) as concepções de justiça que embasam as críticas e as justificações são narrativas produzidas no cotidiano dos indivíduos no interior da ordem social a partir de sua relação com os dispositivos humanos e não humanos que conformam os conflitos. Isto explica, ao menos em parte, a existência desta diversidade.

Além disso, ao se analisar o conjunto dos sentimentos de injustiça que embasam as críticas, como descrito, pode-se inferir sobre a existência de sentimentos fundamentados nos ideais de liberdade - de escolha para continuar realizando a atividade da pesca, se for o caso - ou igualdade – no que diz respeito ao tratamento recebido pelo poder público, por exemplo. Já ao se analisar o conjunto das justificações, verifica-se a existência de argumentos baseados na ideia de justiça como distribuição do “bem-estar” conforme a perspectiva utilitarista da justiça.

Assim, verifica-se que os sentimentos de injustiça expressos por estas denúncias públicas são diversos, assim como o preceito de justiça que os embasa. Esta diversidade será o tema da próxima seção.

#### 5.4 JUSTIÇA OU COSMOJUSTIÇA NOS CONFLITOS AMBIENTAIS?

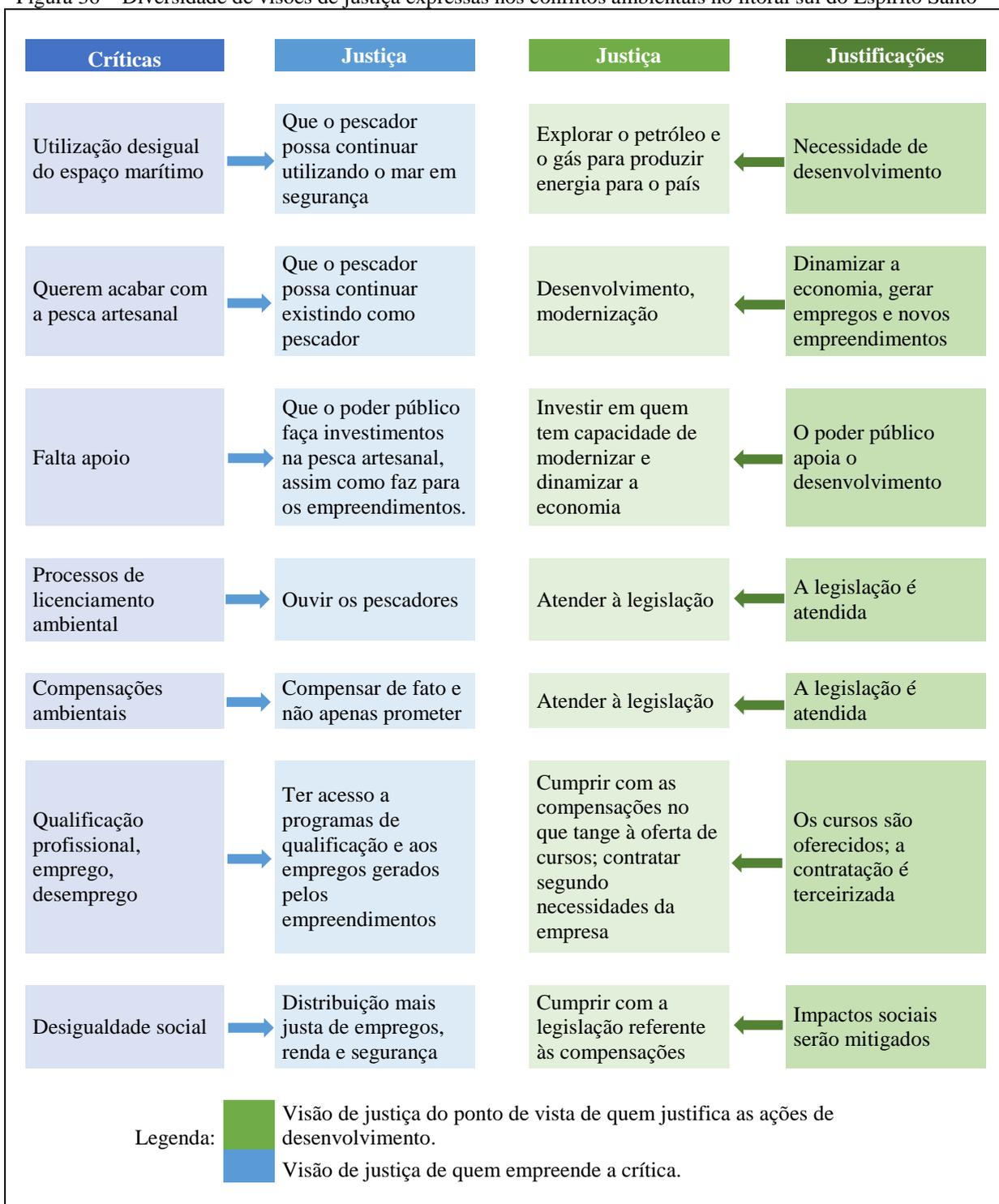
No Capítulo 4 adotei a perspectiva do conflito ambiental como categoria analítica para interpretar as disputas existentes no litoral sul do ES. Para tanto, retomei as proposições de Fleury (2013) que considera os conflitos ambientais como sendo disputas que se fundamentam em torno de situações híbridas de sociedade e natureza, que emergem nos entrelugares, no encontro de perspectivas multiculturais e na luta por diferentes pontos de vista dos agentes sociais. Estas disputas resultam de um processo de coprodução em que estão presentes agentes humanos e outros que não humanos, constituindo-se em um pluriverso onde os conflitos se dão por meio das entrecapturas problemáticas de práticas. (Ver Figura 22).

Diante disto, e tendo como ponto de partida as críticas que denunciam situações de injustiça no conflito que se desenha em torno das ações de desenvolvimento no litoral sul do Espírito Santo, mais especificamente em torno das instalações dos investimentos portuários, retomo a questão colocada como título deste capítulo: existe justiça no conflito ambiental? É possível, no conflito ambiental, a elaboração de acordos pacíficos, justos e justificáveis?

Partindo das críticas como expressão dos sentimentos de injustiça, minha intenção, na seção anterior, foi demonstrar que há uma diversidade de visões de justiça que poderiam embasar os acordos entre os agentes que estão em situações de disputas. Além das críticas, as justificativas também apontam para um conjunto de visões do que seria justo. A Figura 36 visa representar essa diversidade.

Ao se analisar as noções de justiça expressas pelos agentes em tela, não apenas temos confirmada a diversidade de concepções, como, mais do que isso, o fato de que estas noções, por vezes, me parecem impossíveis de serem reduzidas a um único acordo, sem que a perspectiva de um dos grupos - aqui reduzidos àqueles que procedem as críticas às ações de desenvolvimento e àqueles que justificam tais ações – seja suprimida.

Figura 36 – Diversidade de visões de justiça expressas nos conflitos ambientais no litoral sul do Espírito Santo



Fonte: Elaborado pela autora.

Retomando Boltanski e Thévenot (1991), temos que

A abordagem [da justiça] não se efetua por intermédio de uma regra transcendental, como é tradicionalmente o caso, mas seguindo as tensões de ordem pragmática que suportam a relevância de um dispositivo ou, se queremos, sua precisão. Esta orientação é confirmada pelas pesquisas, portanto, sobre dispositivos técnicos dentre

os quais os objetos ocupam um lugar importante. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991, p. 19).

Nota-se que Boltanski e Thévenot (1991) também atribuem papel importante aos dispositivos não humanos - que denominam dispositivos técnicos e objetos - para a construção da ideia de justiça e, além disso, para o processo de generalização necessário para a realização do acordo. Concluo então que, para estes autores, as noções de justiça se constroem a partir da realidade cotidiana dos agentes em presença e por meio de dispositivos humanos e não humanos.

Se é assim, me questionei se não seriam os dispositivos, e não somente os sentimentos de justiça, que jogariam um papel importante na construção destes acordos. Entretanto, ao realizar o exercício intelectual na busca destes dispositivos e a forma como eles operam na realidade, percebi que um mesmo dispositivo age de maneira diferente e causa impactos e reações diferentes se considerados os diferentes grupos em disputa. Tomemos como exemplo a legislação ambiental. Enquanto esta legislação impõe restrições aos pescadores (das áreas de pesca, dos períodos, dos petrechos, bem como das espécies permitidas à pesca) que não são passíveis de questionamentos ou negociações, trazendo consequências negativas à atividade pesqueira, e impondo condições de vida mais precárias aos pescadores, aos grandes empreendedores ela opera com a lógica poluidor/pagador, impondo-lhes ações de compensação/mitigação, mas não impedindo que procedam seus investimentos e atividades. Se o empresário degrada, basta ele compensar. Se o pescador degrada ele pode ser preso e ter seus barcos e petrechos apreendidos. Mesmo que o pescador pague uma multa, ainda assim, as restrições a ele continuam impostas.

Como disse, a legislação ambiental é apenas um exemplo. Poderíamos adotar outros exemplos como as plataformas de petróleo, navios, instituições governamentais, entre vários outros que, da mesma maneira, concluiríamos que os dispositivos operam de maneira muito diferente se se considera o lado do conflito em que se está. Sendo assim, parece ser evidente que não são os dispositivos que operarão no sentido de promover um acordo justo e justificável.

Lafaye e Thévenot (1993) perguntam-se se as justificativas ecológicas utilizadas em situações de disputas que envolvem projetos de desenvolvimento, uma vez que possuem a capacidade de fazer a passagem entre o particular e o geral, podem se tornar um novo princípio de justificação. A conclusão a que chegaram é que a Ecologia Política não foi capaz de construir uma nova narrativa em torno da questão ambiental que permitisse demonstrar o surgimento de uma nova ordem de justificações, pois em seu discurso na defesa do ambiente ainda se encontram argumentos baseados nas necessidades do mercado, na eficiência industrial, no

desenvolvimento da democracia, na defesa da qualidade de vida, entre outros elementos que remetem às demais ordens de justificação. Para estes autores,

A *ordre de grandeur* verde parece ainda insuficientemente equipada para servir amplamente de justificativas comuns e permitir colocá-la à prova. Falta-lhe os instrumentos de qualificação necessários para uma execução descentralizada que deve satisfazer a dois requisitos: acessibilidade para todos de forma a garantir sua capacidade crítica; a relação entre as avaliações ou decisões locais e o imperativo geral. Para emergir uma nova ordem de justificação é necessário que todos possam pôr à prova as ações banais do dia a dia de acordo com uma precaução estritamente ecológica e alguns preceitos conhecidos. (LAFAYE; THÉVENOT, 1993, p.513 , tradução nossa).

Latour (1995), por sua vez, considera o modelo de análise de Lafaye e Thévenot (1993), baseado nos modelos de ordens legítimas, insuficiente na medida em que não inclui os objetos não humanos na formulação de novas formas de justificativas. Para ele, a ecologia dissolve-se em todos os aspectos da vida humana, ou dito de outra maneira, em todas as *cités*. Ainda segundo Latour (1995), Lafaye e Thévenot (1993) não consideram a relação humanos e não humanos e se mantêm presos à visão kantiana que está baseada na natureza como meio e no ser humano tendo como um fim em si mesmo; no humano como o único sujeito da lei moral.

Entretanto, Latour (1995) abre a possibilidade da constituição de uma outra *cité*, que ele denomina de “sétima *cité*” (e não “cidade” ou “*cité*” ecológica ou verde, como fizeram outros autores antes dele). Para tanto, a ecologia deve abrir mão do princípio de “humanidade comum”, antropocentrado, rompendo com a moral kantiana e colocando no centro das análises os coletivos onde não existiriam mais meios ou fins, mas apenas mediadores na relação sociedade-natureza. A “sétima *cité*” obrigaria unir sujeitos e objetos.

Quando Latour (1995) afirma que Lafaye e Thévenot (1993) não chegaram à sétima cidade porque ficaram presos à separação sociedade/ natureza e deram prioridade aos agentes humanos quando afirmaram que os acordos estão baseados na noção de humanidade comum, o autor oferece uma pista no que concerne à minha tentativa de refletir sobre o que significa a justiça no conflito ambiental.

Na busca pelo bem comum, por uma humanidade comum, capaz de embasar acordos justos e fazer emergir um novo regime de justificação, Luc Boltanski perde de vista a sua proposição da compreensão da justiça pragmática, baseada em realidades cotidianas e construída na relação entre humanos e não humanos e se volta para a busca de um princípio transcendental de justiça capaz de abranger a todos como uma orientação moral.

Entretanto, ao permanecer no campo da pragmática, da crítica dos atores no interior da ordem social, para construir, a partir dos mais diversos sentimentos de injustiça que mobilizam

a crítica, sentimentos que emergem da (e na) relação entre sujeitos e objetos (humanos e não humanos), segundo o meu ponto de vista, torna-se impossível pensar em um único princípio de justiça que unifique a todos em um acordo pacífico e justo.

Do ponto de vista analítico, considerando os diversos sentimentos de injustiça que mobilizam as críticas e as, também diversas, justificativas que se contrapõem a elas, sugiro, então, a utilização do termo “cosmojustiça”, ao invés de justiça, para fazer referência às situações de disputas caracterizadas como conflitos ambientais.

Composta pelos termos “cosmos” e “justiça”, esta categoria, de meu ponto de vista, abrange as noções de “cosmos”, conforme Stengers (2007) e Latour (2007), e a noção “pragmática de justiça”, concebida aqui não como uma noção transcendental, ou metafísica, de justiça, mas como resultado das relações entre humanos e outros que não humanos (incluindo aí também a natureza).

Isto porque, ao trazer natureza como um actante para este debate, percebo que ela opera de maneira também diferente para cada grupo envolvido no conflito em questão. Por exemplo, o mar oferece aos pescadores o pescado, às petroleiras o petróleo e aos portuários a navegação e possibilidade de transporte de carga. Se consideramos outros dispositivos técnicos como por exemplo, um projeto, provavelmente teremos um resultado muito parecido, pois um mesmo projeto atua de maneira diferente se consideramos, no caso, empresas e pescadores.

Sendo assim, acredito que apenas é possível afirmar a existência de acordos pacíficos e justos onde as diferenças cosmológicas não sejam suprimidas pelo discurso do bem comum, ou da humanidade comum, e reconhecendo a existência de um pluriverso, de uma pluralidade de concepções de justiça que são construídas a partir da - e na - relação sociedade-natureza. Assim como, no pluriverso, Latour propõe a substituição da noção de Natureza pela ideia de “naturezas”, assim também me parece ser em relação à noção de Justiça, que proponho se pensar como “justiças”.

Sugiro então que não pode haver justiça nos conflitos ambientais. A noção de justiça deve ser pensada como “cosmojustiça” para que seja possível a realização de acordos justos e justificáveis.

Se por um lado pode-se considerar como justo, certo, ou bom, o aumento da exploração de petróleo no mar e como consequência a construção de terminais portuários que ofereçam infraestrutura *offshore* a esta atividade; por outro lado, pode-se considerar, com a mesma legitimidade, justo, certo ou bom a utilização do mar para a realização da atividade pesqueira. Assim como se pode considerar justo, certo, ou bom que o mar seja preservado como espaço de vida e reprodução da diversidade das espécies marinhas.

Se, da mesma maneira é possível considerar justo o crescimento econômico das corporações que investem em grandes projetos para ampliar a infraestrutura para a exportação, o crescimento econômico da atividade pesqueira também pode ser considerado justo.

As concepções de justiça, portanto, são coproduzidas em um espaço de relações sociedade-natureza, o que resulta em uma pluralidade de perspectivas produzidas a partir de uma pluralidade problemática de práticas e não pode ser reduzida a uma única concepção a não ser por um processo de sujeição.

## 6 CONCLUSÕES

Este trabalho de tese foi motivado, por um lado, pelo clamor por justiça verificado no campo empírico, e por outro, por meus questionamentos acerca das possibilidades (ou não) de se estabelecer, naquele contexto de disputas em torno dos empreendimentos para o desenvolvimento, acordos pacíficos, justos e justificáveis.

Se havia um clamor por justiça era porque sentimentos de injustiça, indignação frente à realidade social eram expressos. Mas qual realidade era essa que motivava tanta indignação? A chegada dos empreendimentos portuários no litoral sul do Espírito Santo, justificada pela ideia de desenvolvimento.

No terceiro capítulo discuto por que apesar dos projetos de desenvolvimento existem parcelas da população que não apenas não compartilham de suas “benesses”, como sofrem consequências degradantes em que, por vezes, são impedidas de continuar exercendo seu trabalho ou até mesmo são expulsas de seu local de origem. A primeira conclusão é a de que isto ocorre porque “eles vêm aqui, falam, falam, falam e nada acontece”. Esta frase, que também dá o título à seção dois do capítulo três, é muito significativa para demonstrar, assim como eu concluo, que o desenvolvimento não é, necessariamente, ação para melhorar a vida das pessoas, ao contrário é “a religião da modernidade”, um sistema de crenças operacionalizado por um sistema de sujeição do discurso. (RIST, 2008; FOUCAULT, 1998).

Esta conclusão se baseia em dois pontos fundamentais: a) os agentes do desenvolvimento são performáticos, repetem rituais por meio de um *modus operandi* do desenvolvimento que abrange a criação de espaços públicos de debates para a elaboração de planos para o desenvolvimento que são amplamente divulgados; b) mais do que um discurso, ao analisar as informações obtidas na pesquisa de campo, verifiquei que se opera, no litoral sul um sistema de sujeição do discurso onde informações são negadas, fatos são omitidos, as populações locais não são ouvidas, e seus conhecimentos são desconsiderados.

Para tornar ainda mais eficiente o sistema de crenças no desenvolvimento, o litoral sul do Espírito Santo é construído historicamente como o lugar do subdesenvolvimento e um espaço vazio. Ao proceder desta maneira, o desenvolvimento ofusca - ou pretende eliminar - as diferenças presentes no espaço. O que não é moderno, urbano ou industrial, é sinal de atraso e precisa ser eliminado. É neste contexto que se encontra a pesca artesanal.

O discurso do desenvolvimento obscurece as diferenças locais, mas, no entanto, não as elimina: ao contrário, elas se manifestam, se opõem ao discurso dominante, provocam disputas.

Estas disputas, assim como observado no quarto capítulo, carregam consigo especificidades que me permite caracterizá-las, não como conflitos sociais mais gerais, mas sim como conflitos ambientais, assim como proposto por Fleury (2013). Primeiramente porque, ao analisar os fatos empíricos, fica evidente que nas disputas em torno dos empreendimentos portuários para o desenvolvimento do litoral sul do Espírito Santo, a natureza, assim como outros actantes não humanos, como o projetos por exemplo, desempenham papel fundamental na definição mesma do conflito. Além disso, este espaço de suspeita e suspensão, este “entrelugar”, articula diferenças culturais significativas, principalmente se consideramos, por um lado, pescadores artesanais, e por outro, empresários modernos que representam os grandes empreendimentos. Os diferentes pontos de encontros formados no fluxo desta rede composta por sociedade e natureza, humanos e não humanos, fazem emergir diferentes pontos de vista, diferentes perspectivas que se opõem de maneira conflituosa. Pescadores artesanais, empresários e representantes do poder público são agentes em um espaço de conflitos onde estão presentes agenciamentos e pontos de vista diversos.

Ao interpretar o universo das disputas que ocorrem no litoral sul do Espírito Santo como conflito ambiental, outra conclusão se torna possível e auxilia na tentativa de responder a questão mais geral deste trabalho sobre a possibilidade (ou não) da realização de acordos pacíficos, justos e justificáveis. Trata-se da evidenciação de que neste espaço de conflitos, neste “entrelugar”, as noções de justiça, ou os sentimentos de injustiça expressos por meio das críticas não são apenas diversos, mas muitas vezes contraditórios. Está-se, portanto, diante de um “pluriverso”, múltiplo, configurado a partir de actantes humanos e não humanos, onde qualquer tentativa de busca pelo bem comum significa uma tentativa de universalização e despolitização.

É por esta razão que concluo, no quinto capítulo, após recuperar a visão pragmática da crítica apresentada por Boltanski (1990) e demonstrar por meio de análises das situações registradas no campo empírico que há uma diversidade de formas de concepção de justiça construída durante os conflitos em tela, que não pode haver justiça no conflito ambiental. Isto porque a busca por uma única ideia de justiça que represente a “humanidade comum”, apenas é possível se as demais ideias de justiça forem eliminadas.

Assim sendo, sugiro a utilização da noção de “cosmojustiça”, como forma de interpretar as lutas por justiça presentes nos conflitos ambientais, de maneira que a diversidade característica do “cosmos”, do “pluriverso”, seja respeitada e que, portanto, ao invés de se objetivar a construção de um consenso baseado em uma única ideia de justiça, sejam respeitadas as diversas noções de justiça para a construção dos acordos pacíficos.

Por fim, gostaria de apontar um aspecto que tangencia este trabalho de tese, mas que, do meu ponto de vista, fica como uma questão em aberto para ser desenvolvida em outros trabalhos de pesquisa. Trata-se do tema da dominação.

Digo isto porque este tema aparece na fala de Stengers (2007) quando sugere que qualquer tentativa de “construir um único modo bom para se viver” objetiva a universalização de um projeto político em detrimento do respeito aos mundos múltiplos, divergentes. Um discurso que visa apagar as diversidades, assim como afirma Foucault (1998), é um discurso que visa à dominação.

O tema da dominação também é subjacente ao tema da crítica proposto por Boltanski (2009). Segundo o autor, as tentativas de obliterar as críticas, em situações de conflitos, são ações de dominação. Pode-se sugerir aqui, também, que o discurso do desenvolvimento do litoral sul do Espírito Santo, ao não considerar o universo de diversidades presentes no espaço, também visa, por meio de um processo de despolitização, ao exercício da dominação.

Por fim, quero ressaltar que, de meu ponto de vista, apenas é possível a realização de acordos pacíficos, justos e justificáveis, em situação de conflitos ambientais se a ideia de justiça for considerada no plural, ou seja, se forem respeitadas as diversas concepções de justiça, ou a “cosmojustiça”.

## REFERÊNCIAS

- ABE, A. T. **Anchieta/ES**: avaliação do plano diretor municipal. Anchieta - ES: 2006.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010.
- \_\_\_\_\_. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 13–35.
- \_\_\_\_\_. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 5, p. 49–60, 2002.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **Plataformas em operação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/wwwanp/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/gestao-de-contratos-de-e-p/dados-de-e-p>>. Acesso em: 2 jun. 2017.
- ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. p. 33–55.
- ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A. Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental. **Sociologias**, v. 16, n. 35, p. 14–33, 2014.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. **Travessia**, n. 38, p. 30–35, 1996.
- AMY, D. J. **The politics of environmental mediation**. New York: Columbia University Press, 1987.
- ARISTÓTELES. **A política**. Nova York: Oxford University Press, 1946.
- BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BECK, U. **Sociedade de risco**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BELTRÃO, P. C. **Sociologia do desenvolvimento**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1972.
- BENTHAM, J. **Un introduction to the principles of morals and legislation**. Oxford: Clarendon Press, 1907.
- BERNARDES, N. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de**

**Geografia**, v. 14, n. 4, p. 53–82, 1952.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BINGHAN, G. **Resolving environmental disputes: a decade of experience in resolving locational conflict, lake**. New Jersey: R.W., 1986.

BITENCOURT, C. P. **Empreendimentos costeiros de grande porte e conflitos no uso e ocupação do solo: a zona costeira sul capixaba**. 2013. 304f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

BLOOR, D. Durkheim and Mauss revisited: Classification and the sociology of knowledge. **Studies in History and Philosophy of Science**, v. 13, n. 4, p. 267–297, 1982.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. 4. ed. Brasília: Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

BOLTANSKI, L. **L'amour et la justice comme compétences**. Paris: Métailié, 1990.

\_\_\_\_\_. **De la critique: précis de sociologie de l'émancipation**. Paris: Gallimard, 2009.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.

BRANDENBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 417–428, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Conceito de Desenvolvimento do ISEB rediscutido. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 1, p. 49–84, 2004.

BRYANT, B. I. **Environmental justice : issues, policies, and solutions**. Washington D. C.: Island Press, 1995.

BUFFON, J. A. **O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar**. 1992. 395 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

BUTTEL, F. H.; HUMPHREY, C. R. Sociological theory and the natural environmet . Chicago: **Reunião Anual da American Sociological Association**, 1987.

BUTTEL, F. H. A sociologia e o meio ambiente : um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. **Perspectivas**, v. 15, p. 69–94, 1992.

C-PORT LOGÍSTICA OFFSHORE BRASIL LTDA. **Relatório de impacto ambiental da Base de Apoio Logístico Offshore**. Itapemirim-ES: 2012.

CAPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. de O. L.; GONÇALVES, C. A. Análise de conteúdo e análise de discurso nas Ciências Sociais. **Revista Eletrônica de Administração da UFLA**, v. 5, n. 1, abr. 2003.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, E. V. de. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CATTON JR., W. R.; DUNLAP, R. E. Environmental sociology: a new paradigm. **The American Sociologist**, v. 13, p. 41–49, Feb. 1978.

CHATEAURAYNAUD, F.; TORNAY, D. Mobiliser autour d'un risque. Des lanceurs aux porteurs d'alerte. In: LAHELLEC, C. (Ed.). **Risques et crises alimentaires**. Paris: Lavoisier/Tec & Doc, 2005. p. 329–339.

COLLINS, H. M. **Changing Order**: replication and induction in scientific practice. London: Sage, 1985.

COLLINSON, H. **Green guerrillas** : environmental conflicts and initiatives in Latin America and the Caribbean ; a reader. Michigan: Black Rose Books, 1997.

CUNHA, M. C. da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DE LA CADENA, M. Indigenous cosmopolitics in the Andes: Conceptual reflections beyond "Politics". **Cultural Anthropology**, v. 25, n. 2, p. 334–370, maio 2010.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

ESCOBAR, A. El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. In: MATO, D. (Coord.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17–31.

\_\_\_\_\_. **Mas allá del tercer mundo**: globalización y diferencia. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 1998.

\_\_\_\_\_. **Territorios de diferencia**: lugar, movimientos, vida, redes. Popayán-Colombia: EnVión, 2013.

ESCOBAR, A.; PARDO, M. Movimentos sociais e biodiversidade no pacífico colombiano. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 341–374.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. **Espírito Santo 2025**: plano de desenvolvimento. Vitória, 2006.

ESPÍRITO SANTO. Lei no. 9.768, de 26 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a definição das

Microrregiões e Macrorregiões de Planejamento no Estado do Espírito Santo. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Poder Executivo, Vitória-ES, 26 de dezembro 2011, p. 09.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.invistanoes.es.gov.br/>>. Acesso em: 13 set. 2016.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. Espírito Santo em Ação. Disponível em: <[http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/institucional/espírito\\_santo\\_em\\_acao/index.php](http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/institucional/espírito_santo_em_acao/index.php)>. Acesso em: 13 set. 2016.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59–83.

FABER, D. J. **The struggle for ecological democracy** : environmental justice movements in the United States. New York: Guilford Press, 1998.

FERGUSON, J. G. **The anti-politics machine**: “development,” depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho. New York: Cambridge University Press, 1990.

FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FERRAZ, C. A. **Do juízo teleológico como propedêutica à teologia moral em Kant**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

FERREIRA, L. da C.; VIOLA, E. **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

FERREIRA, S. P. **Espírito Santo**: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional 1840-1960. 1987. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

FLEURY, L. C. **Conflito ambiental e cosmopolítica na Amazônia Brasileira**: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. 2013. 318 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

\_\_\_\_\_. A gente não sabe o que é barragem, mas sabe o que é o Xingu: cosmopolítica e conflito ambiental na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Amazônia brasileira. In: ALMEIDA, J. (Org.). **Conflitos ambientais e controvérsias em Ciência e Tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, v. 16, n. 35, p. 34–82, 2014.

FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa e Debate**, v. 15, n. (2)26, p. 225–256, 2004.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 4a. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

FUKS, M. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. **Dados**, v. 41, n. 1, p. 87-113, 1998.

FUNDAÇÃO PROMAR. **Macrodiagnóstico da pesca marítima do Estado do Espírito Santo - 2005**. Vitória: Fundação Promar, 2005.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6a. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GONÇALVES, T. M. Grandes projetos e mudanças no litoral capixaba: Presidente Kennedy-ES. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17., 2012, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://eng2012.agb.org.br/lista-de-artigos?download=1739:trabalho-completo-thalimar&start=2420>>. Acesso em: 13 set. 2016.

GOULD, K. A.; SCHNAIBERG, A.; WEINBERG, A. S. **Local environmental struggles : citizen activism in the treadmill of production**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

GUIVANT, J. S. Conflitos e negociações nas políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina. **Ambiente e Sociedade**, n. 2, p. 101-123, 1998.

\_\_\_\_\_. Os debates entre realistas e construtivistas sociais na sociologia ambiental: implicações para o desenvolvimento rural sustentável e participativo. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 6., Porto Alegre, 2002. **Anais...** Porto Alegre: ALASRU, 2002.

HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

HARAWAY, D. **Simians, Cyborgs, and Women: the reinvention of Nature**. New York: Routledge, 1991.

\_\_\_\_\_. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 7-42, 1995.

HERCULANO, S. Riscos e desigualdade social : a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1., Indaiatuba-SP, 2002. **Anais...** Indaiatuba-SP: ANPPAS, 2002.

HILGARTNER, S.; BOSK, C. L. The rise and fall of social problems: a public arenas model. **Source: American Journal of Sociology**, v. 94, n. 1, p. 53-78, 1988.

HUNT, D. **Economic theories of development: an analysis of competing paradigms**. Califórnia: Harvester Wheatsheaf, 1989.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Agenda estratégica regional sul 2011-2021: Caderno de trabalho infraestrutura**. Vitória - ES: Instituto Jones dos Santos Neves, 2010. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/component/content/article/2-publicacoes/693-infraestrutura?Itemid=>>>. Acesso em: 13 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Investimentos anunciados para o Espírito Santo 2013 - 2018**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2014.

ITAOCA OFFSHORE. **Itaoca terminal marítimo: relatório de impacto ambiental**. Itapemirim-ES: Itaoca Offshore, [s.d.].

IVO, A. B L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, v. 25, n. 65, p. 187–210, 2012.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2007.  
Disponível em: <[http://www.almedina.net/catalog/product\\_info.php?products\\_id=3996](http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=3996)>.  
Acesso em: 10 maio 2017.

LAFAYE, C.; THÉVENOT, L. Une justification écologique?: Conflits dans l'aménagement de la nature. **Revue Française de Sociologie**, v. 34, n. 4, p. 495–524, 1993.

LATOURETTE, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

\_\_\_\_\_. Moderniser ou écologiser? A la recherche de la septième cité. **Ecologie Politique**, n. 13, p. 5–27, 1995.

\_\_\_\_\_. Quel cosmos? Quelles cosmopolitiques? In: LOLIVE, J.; SOUBEYRAN, O. (Ed.). **L'émergence des cosmopolitiques**. Paris: La Découverte, 2007.

LAW, J. Notes on the Theory of the Actor Network : Ordering , strategy and heterogeneity. **Systems practice**, v. 5, n. 4, p. 379–393, 1992.

LEFF, H. **A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do sul**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

LERNER, D. **The passing of traditional society: modernizing the Middle East**. New York: The free press of Glencoe, 1958.

LOLIVE, J.; SOUBEYRAN, O. Cosmopolitiques: ouvrir la réflexion. In: LOLIVE, J.; SOUBEYRAN, O. (Ed.). **L'émergence des cosmopolitiques**. Paris: La Découverte, 2007.

LOPES, J. S. L. *et al.* **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 31–64, 2006.

MACEDO, F. C.; MAGALHÃES, D. F. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. **Revista de História Regional**, v. 16, n. 1, p. 61–99, 2011.

MACIEL, D. P. O Estado na integração de territórios vazios à nação brasileira (1943-1968): atuação da Fundação Brasil Central na região Médio Araguaia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., São Leopoldo, 2007. **Anais...** São Leopoldo: ANPUH, 2007.

MAGALHÃES, S. **Lamento e dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 277f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Curitiba, 2007.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289–300, 2004.

MARTINS, L. R. **A agricultura familiar de Anchieta/ES sob a hegemonia do grande capital**. 2014. 151f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Agricultura) - Centro de Pesquisas em Desenvolvimento e Agricultura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MASSEY, D.; KEYNES, M. Filosofia e política da espacialidade : algumas considerações. **GEOgraphia**, v. 6, n. 12, p. 7–23, 2004.

MATTEDI, M. A. A abordagem sociológica da problemática ambiental: considerações epistemológica, metodológica e normativa sobre a guinada ambiental na sociologia. CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA, 24., Arequipa, 2003. Anais... Arequipa: ALAS, 2003.

MILL, J. S. **On liberty**. Kitchener: Batoche Books, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Utilitarianism**. Kitchener: Batoche Books, 2001b.

MOREIRA, V. M. L. Vazios demográficos ou territórios indígenas? **Dimensões**, v. 11, n. Jul/Dez, p. 137–144, 2000.

MOTA, F. C. de M. **Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960-2000)**. 2000. 166 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MYRDAL, G. **Economic teory and under-developed regions**. London: Duckworth, 1957.

NUN, J. Superpopulación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. **Revista Latinoamericana de Sociología**, 5 v., p. 178–236, 1969.

O'CONNOR, J. Is sustainable capitalism possible? In: O'CONNOR, M. (Ed.). **Is capitalism sustainable?** New York: Guilford, 1994.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. 2. ed. São Paulo: CEBRAP, 1976.

OLIVEIRA, M. C. C. de. **Relação sociedade-natureza e suas matrizes paradigmáticas**: uma introdução. 2007. Manuscrito.

OZAWA, C. P. Science in environmental conflicts. **Sociological Perspectives**, v. 39, n. 2, p. 219–230, 1996.

PARSONS, T. **Structure and process in modern societies**. New York: The free press of

Glencoe, 1960.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, p. 149–162, 2011.

RANNIKKO, P. Local environmental conflicts and change in environmental consciousness. **Acta Sociologica**, n. 39, p. 57–72, 1996.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RAYNAUT, C. **As relações ser humano/natureza**: a arqueologia social de uma ruptura. 2006. Manuscrito.

RIBEIRO, G. L. **Empresas transnacionais**: um grande projeto por dentro. Rio de Janeiro: ANPOCS/Marco Zero, 1991.

RIST, G. **The history of development**: from western origins to global faith. 3rd ed. London: Zed Books, 2008.

ROCHA, H. C.; MORANDI, A. **Cafecultura e grande indústria**: a transição no Espírito Santo 1955-1985. Vitória: FCAA, 1991.

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Org.). **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ROHDEN, F. Notas para uma antropologia a partir da produção do conhecimento: os usos das ciências, intervenções e articulações heterogêneas. In: FONSECA, C.; ROHDEN, F.; MACHADO, P. (Org.). **Ciências na vida**: antropologia da ciência em perspectiva. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. p. 49–57.

SANDEL, M. J. **Justiça: o que é fazer a coisa certa**. 13. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SANDWEISS, S. The social construction of environmental justice. In: CAMACHO, D. E. (Ed.). **Environmental injustice, political struggles**. Durham/London: Duke University Press, 1998. p. 31–58.

SCHNAIBERG, A. **The environment**: from surplus to scarcity. Oxford: Oxford University Press, 1980.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório do macrodiagnóstico da pesca marítima do Estado do Espírito Santo**. Vitória - ES: Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, 2005.

SEN, Armatya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SHAPIN, S.; SCHAFFER, S. **Leviathan and the air-pump**: Hobbes, Boyle, and the

experimental life. Princeton: Princeton University Press, 1985.

SOUZA-LIMA, J. E. de; MACIEL-LIMA, S. M. (Soico) **Ecologismo dos povos do Sul: clamores por justiça**. Curitiba: Editora da UFPR, 2014.

STENGERS, I. **Cosmopolitiques I**. Paris: La Découvert, 2003.

STENGERS, I. La proposition cosmopolitique. In: LOLIVE, J.; SOUBEYRAN, O. (Org.). **L'émergence des cosmopolitiques**. Paris: La Découverte, 2007.

SZASZ, A. **EcoPopulism : toxic waste and the movement for environmental justice**. Mineapolis: University of Minnesota Press, 1994.

TAYLOR, B. R. **Ecological resistance movements : the global emergence of radical and popular environmentalism**. New York: State University of New York Press, 1995.

TPK LOGÍSTICA S. A. **Relatório de impacto ambiental do Porto Central Presidente Kennedy/ES**. Presidente Kennedy-ES: [s.n.], 2013.

ULLOA, A. **La construcción del nativo ecológico**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia -ICANH- COLCIENCIAS, 2004.

\_\_\_\_\_. A ecogovernamentalidade e suas contradições. **Ecopolítica**, v. 1, p. 26–42, 2011.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VAINER, C. B. **O conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ 2005.

ZANDONADI, D. Riqueza do petróleo- novo momento eleva investimento no Estado. **Gazeta Online**. Vitória - ES, 8 fev. 2014

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte - MG: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente e Sociedade**, v. 10, n. 2, p. 119–135, 2007.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DOS PESCADORES**

1. O que significa, para você, ser pescador? Seus pais eram pescadores? E seus filhos?
2. Você poderia falar um pouco sobre a história da comunidade de pescadores. Há quanto tempo ela existe? Quantas famílias possui, aproximadamente? Quais suas ações principais? Quais suas dificuldades ela passa?
3. E a colônia (ou associação) como se formou? Há quanto tempo? Quantos associados possui? Quais dificuldades encontra na organização dos pescadores? Quais suas ações principais?
4. Quais os principais tipos de pesca praticados pelos pescadores desta comunidade?
5. O que vocês acham da construção do porto? De que maneira a construção do porto vai afetar a atividade de vocês?
6. Para os pescadores, a construção do porto trará desenvolvimento? O que significa desenvolvimento para vocês?
7. O que significa meio ambiente para vocês? Vocês acham que o porto vai trazer prejuízos ao meio ambiente? De que maneira?
8. A construção do porto trará prejuízos à comunidade? Quais?
9. Vocês têm participado das audiências públicas (reuniões, encontros) sobre a construção do porto? De que maneira?
10. Vocês possuem alguma reivindicação específica? Porque esta escolha? O poder público ou a empresa vem cumprindo os acordos feitos com vocês?
11. Vocês acham que é justa a implantação do porto nesta praia? Porque? O que seria justo para vocês?

## **APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DOS EMPREENDIMENTOS**

1. Por favor, conte-nos a história do empreendimento? Quando iniciou? Quais dificuldades encontraram até aqui? Qual é a situação atual? Quais atividades serão desenvolvidas?
2. Na visão da empresa, o que é desenvolvimento? Como a empresa vai colaborar com o desenvolvimento local?
3. Este empreendimento afeta o meio ambiente? De que maneira?
4. O que a empresa tem feito para reduzir os impactos ambientais?
5. Qual é a visão da empresa sobre a legislação ambiental brasileira? E sobre os processos de licenciamento? O que poderia mudar para melhorar?
6. Existe algum tipo de impacto às comunidades locais? Quais? Se forem negativos, quais ações da empresa no sentido de reduzi-los?
7. A empresa realizou (ou ainda irá realizar) audiências públicas (reuniões ou encontros) com as comunidades locais? Quais são os objetivos destas? Quais tem sido seus resultados?
8. Vocês acham justas as reivindicações das comunidades locais? E as condicionantes impostas pelos órgãos ambientais? Qual é a concepção de justiça que vocês têm nesse caso? O que seria justo?

## **APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL**

### **A) Prefeito ou representante do prefeito**

1. O que significa desenvolvimento para a prefeitura?
2. Quais ações de desenvolvimento a prefeitura vem fazendo ou incentivando?
3. A construção dos portos trará desenvolvimento para o município? De que maneira?
4. Os portos trarão algum tipo de impacto ambiental? Quais ações a prefeitura tem feito para minimizá-los?
5. Este empreendimento trará impactos sociais? Quais? Quais ações a prefeitura tem feito para minimizá-los?
6. A administração municipal tem promovido ou participado de audiências públicas (reuniões, encontros) relacionados à construção destes portos? Quais tem sido os resultados? A prefeitura possui alguma reivindicação específica? Qual? Porque essa escolha?
7. Existem divergências entre as comunidades e os empreendimentos quanto aos seus benefícios e prejuízos? Quais são?
8. Qual seria, do ponto de vista da administração municipal a maneira mais justa para sanar estas divergências?

### **B) Secretários Municipais (ou representantes)**

1. O que significa desenvolvimento para esta secretaria?
2. Quais ações de desenvolvimento a secretaria vem fazendo ou incentivando?
3. A construção dos portos trará desenvolvimento para o município? De que maneira?
4. Os portos trarão algum tipo de impacto ambiental? Quais ações a essa secretaria tem feito para minimizá-los?
5. Estes empreendimentos trarão impactos sociais? Quais? Quais ações essa secretaria tem feito para minimizá-los?
6. A secretaria tem promovido ou participado de audiências públicas (reuniões, encontros) relacionados à construção destes portos? Quais tem sido os resultados? A prefeitura possui alguma reivindicação específica? Qual? Porque essa escolha?
7. Existem divergências entre as comunidades e os empreendimentos quanto aos seus benefícios e prejuízos? Quais são?
8. Qual seria, do ponto de vista da administração municipal a maneira mais justa para sanar estas divergências?